

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Inventário Nacional de Referências Culturais

Quilombos da Serra do Cipó

Minas Gerais



CRÉ DI TOS

Presidente da República:
Michel Temer

Ministro da Cultura:
Sérgio Sá Leitão

Presidenta do IPHAN:
Kátia Bogéa

Diretor do Departamento de Patrimônio
Imaterial:
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

Diretor do Departamento de Articulação e
Fomento:
Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Patrimônio
Material:
Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Planejamento e
Administração:
Marcos José Silva Rêgo

Diretor do PAC das Cidades Históricas:
Robson Antônio de Almeida



Superintendência do IPHAN em Minas Gerais:

Célia Maria Corsino - Superintendente

Daniela Lorena Fagundes de Castro -

Coordenadora Técnica

Fernando César de Vasconcellos Azeredo -

Coordenador Administrativo

Equipe do Setor de Patrimônio Imaterial do Iphan MG:

Corina Maria Rodrigues Moreira - Cientista Social/Iphan MG

Vanilza Jacundino Rodrigues - Antropóloga/Iphan MG

Cláudia Regina Rossi Fantini - Bolsista do Mestrado Profissional
em Preservação do Patrimônio Cultural

Cristina Bravo Manjate - Bolsista do Mestrado Profissional em
Preservação do Patrimônio Cultural

Giulia Volpini Soares de Gouvêa - Estagiária

Coordenação do Projeto e Supervisão de
texto:

Vanilza Jacundino Rodrigues

Colaboração:

Amanda Dabéss de Carvalho - Consultora Externa

EQUIPE CAMPO | CULTURA, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO DE REALIZAÇÃO DO INRC

Coordenação Geral:

Ana Tereza Faria
Fernanda de Oliveira

Pesquisa:

Ana Tereza Faria
Fernanda de Oliveira
Breno Trindade

Assistente de Pesquisa:

Nicole Batista

Produção:

Ana Tereza Faria
Fernanda de Oliveira

Câmera:

Aléxia Melo
Bruno Vasconcelos (Guanambi Audio-
visões)

Som Direto:

Daniel Quintela
Leonardo Rosse
Bruno Vasconcelos (Guanambi Audio-
visões)
Pedro Marra

Montagem:

Aléxia Melo
Bruno Vasconcelos
Guanambi Audiovisões

Fotografia:

Natália Gomes
Nian Pissolati
Priscila Musa

Bruno Vasconcelos (Guanambi Audio-
visões)

Finalização de Imagem e Som:

Bruno Vasconcelos (Guanambi Audio-
visões)

Arte Gráfica:

Guanambi Audiovisões

Diagramação:

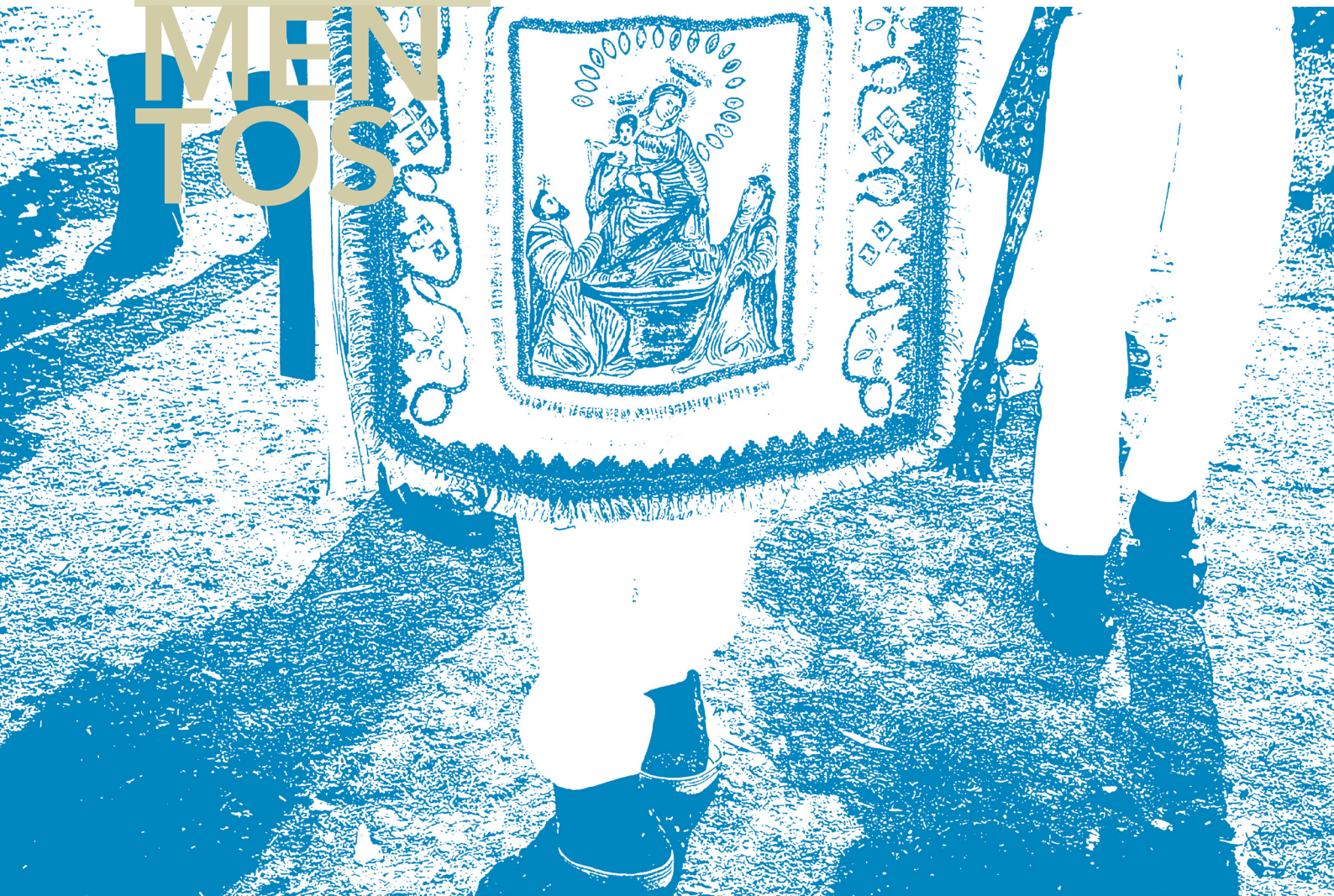
Natália Gomes

Geoprocessamento de Informações:

Jaqueline Serafim do Nascimento



AGRA DE CI MIEN TOS



Comunidade Quilombola do Açude/Jaboticatubas - MG:

Eny Aparecida da Apresentação (Juquinha)
Maria Helena Daniel (Dona Lena)
Vilma Zaferino Ferreira
José Serafim dos Santos (Valdivino)
Flávio José dos Santos (Cuta)
e famílias

**Comunidade Quilombola Cachoeira, Xambá e Ribeirão
- ASCAXAR**

Dom Joaquim e Alvorada de Minas - MG:

Maria Aparecida de Jesus Fátima (Cida)
Adriana Maria de Fátima
Maria Francisca de Jesus (Dona Liquinha)
Lucas Henrique de Jesus (Luquinha)
Sebastião Lúcio de Jesus (Tião)
Luciano das Dores de Jesus
e famílias

**Comunidade Quilombola do Mato do Tição
Jaboticatubas - MG:**

Dante Isaías de Siqueira, Dona Maria, Seu Paulo e Li
Marilene Gonçalves, Renê Júlio, Mayra e Mareni
Divina de Siqueira e Renato
Sílvia de Siqueira (Bina) e Titita
Isaura de Siqueira e Jandinho
Sílvio de Siqueira (Badu), Dona Dica e família
João de Hilário, Nilse de Siqueira, Luan e Giovanna
Lindomar João dos Santos, Adriana, Aninha e Igor
Rosilene Aparecida dos Santos e Taís
Sabrina, Lei, Júlia e Davi
Genaro Antônio de Siqueira e Regina
Jaínei e Francis e família
Alaíde e família
Gilson (Chico Pão), Fabiana e Creusa
Rosaura, João Marcolino, Dinho, Mimbinho, Lilian e Emmily
Duarte, Cutita e família
Zélia, Nilzélia, Juraci, José Patricinho e família

**Buraco - Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas
Conceição do Mato Dentro - MG:**

José de Paula Maria da Silva (Zé de Olímpio)
Demilson Rosa da Silva (Neném)
Sirlene Lopes da Silva
Manuela dos Santos (Manuelina)
Osvaldo Silvano
José Ribeiro da Silva (Batista)
e família

**Três Barras - Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e
Cubas
Conceição do Mato Dentro - MG:**

José Antônio da Silva (Zé Silva)
Sidinei Seabra da Silva
Amélia da Silva
Terezinha Maria de Jesus
e família

**Cubas - Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas
Conceição do Mato Dentro - MG:**

Geralda Cassimira de Assis (Dona Didica)
José Geraldo de Assis (Geraldo Milim)
Alexandre José de Assis (Alexandre de Cubas)
Osvaldo Cassimiro de Assis
e família

AGRADECEMOS À TODOS OS ANCESTRAIS



DESSAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS



Introdução	19
1- Apresentação das comunidades quilombolas inventariadas e das referências culturais identificadas; descrição da metodologia da pesquisa para o Inventário.	31
1.1 Descrição das Localidades: Os seis quilombos da Serra do Cipó	31
1.1.1 Comunidade Quilombola do Açude (município Jaboticatubas/MG)	31
1.1.2 Comunidade Quilombola Buraco (Conceição do Mato Dentro)	45
1.1.3 Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão - ASCAXAR (Dom Joaquim)	57
1.1.4 Comunidade Quilombola Cubas (Conceição do Mato Dentro)	73
1.1.5 Comunidade Quilombola Mato do Tição, Matição (Jaboticatubas)	83
1.1.6 Comunidade Quilombola de Três Barras (Conceição do Mato Dentro)	103
1.2.1 Descrição da Metodologia	113
1.2.2 Comunidades Três Barras Buraco e Cubas e Comunidade ASCAXAR	114
1.3 Referências Culturais Pesquisadas	119
1.3.1 Lista das referências culturais da Comunidade Quilombola Açude	120
1.3.2 Lista das referências culturais da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas – Localidade Buraco	122
1.3.3 Lista das referências culturais do Quilombo Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR)	123
1.3.4: Lista das referências culturais da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas – Localidade Cubas	126
1.3.5: Lista das referências culturais da Comunidade Quilombola Mato do Tição - Matição	127
1.3.6: Lista das referências culturais da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas – Localidade Três Barras	129
2- Descrição das referências culturais identificadas, de cada uma das comunidades quilombolas inventariadas	133
2.1 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola Açude	133
2.1.2 Festa de Lena ou Candombe de Lena	133
2.2 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola Buraco	141
2.2.1 Festa do Cruzeiro (Festa de São Pedro)	141
2.2.2 Medicina Tradicional baseada em Plantas	143
2.2.3 Artefatos em Taquara	146

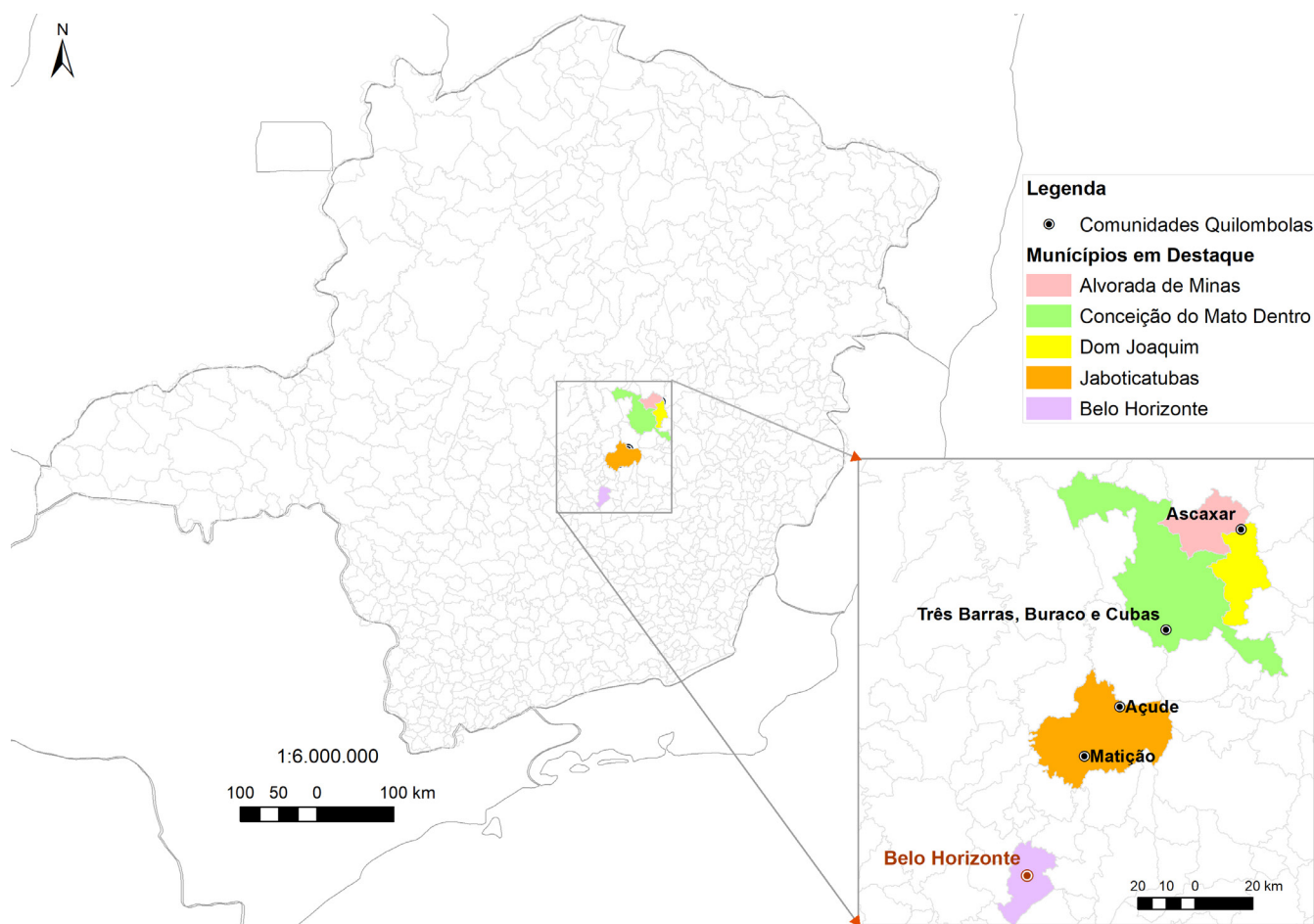
2.3 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola ASCAXAR	151
2.3.1 Turma (Associação Ascaxar)	151
2.3.2 Coroação de Maria	157
Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão De Trás	163
2.4 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola Cubas	171
2.4.1 Capela do Divino Espírito Santo de Cubas	171
2.4.2 Festa do Divino Espírito Santo de Cubas	175
2.4.3 Ofício de Alvenaria Tradicional de Barro e Madeira	178
2.5 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola MATIÇÃO	183
2.5.1 Reza de Santa Cruz	183
2.5.2 Reinado de Nossa Senhora do Rosário	191
2.5.3 Folia de Reis do Matição	195
2.6 Referências Culturais identificadas da Comunidade Quilombola Três Barras	199
2.6.1 Marujada de Três Barras	199
2.6.2 Festa de Nossa Senhora do Rosário das Três Barras (ou Festa do Rosário)	202
2.6.3 Igreja do Menino Jesus das Três Barras	204
3- Considerações finais, com indicação de possíveis ações de reconhecimento e salvaguarda das comunidades e expressões culturais inventariadas.	211
3.1 Comparação da presença das referências culturais mais recorrentes, em cada um dos seis quilombos pesquisados:	212
3.2 Racismo Ambiental Unidades de Conservação e as comunidades quilombolas da Serra do Cipó.	220
3.2.1 Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, Parque Nacional Serra do Cipó e Comunidade Quilombola do Açude	222
3.2.2 Parque Natural Municipal Tabuleiro e Parque Estadual Serra do Intendente e Comunidades Quilombolas Três Barras, Buraco e Cubas	224
3.2.3 Parque turístico e Comunidade Quilombola de Três Barras Buraco e Cubas	227
3.2.4 Área de Proteção Ambiental da Gameleira (Município de Dom Joaquim) e Comunidade Quilombola ASCAXAR	228
3.3. Racismo institucional e as comunidades quilombolas	229
3.4 Transformações ao longo do tempo	238
3.5 Proposições para a Salvaguarda	240
4- Fontes bibliográficas, entrevistados e anexos considerados importantes para contextualização do inventário	250

INVENTÁRIO NACIONAL DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DOS QUILOMBOS DA SERRA DO CIPÓ

INTRO
DU
ÇÃO

Este documento é uma coletânea das principais informações elaboradas para o Inventário Nacional das Referências Culturais dos Quilombos da Serra do Cipó, envolvendo as comunidades quilombolas Açude e Mato do Tição (em Jaboticatubas), Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão - ASCAXAR (em Dom Joaquim e Alvorada de Minas), e Três Barras, Buraco e Cubas (em Conceição do Mato Dentro), realizado pela superintendência do IPHAN-MG e desenvolvido pela consultoria CAMPO –Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio, no período entre 2014 e 2017.

Três Barras, Buraco e Cubas, reunidas se auto-declaram como um quilombo, formalizado como Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas; Na pesquisa dividimos a apresentação e registro das três comunidades, considerando-as como três comunidades interconectadas por um território e uma organização política comum, em função de suas singularidades históricas e culturais.



A cultura de matriz africana teve forte impacto nas formações culturais e identitárias no Brasil, onde a experiência da diáspora gerou pessoas e comunidades com diferentes trajetórias de resistência contra a subordinação e o genocídio. Muitas dessas trajetórias coletivas se enriqueceram pelo relacionamento entre afro-descendentes e indígenas, povos originários do território onde se formou o Brasil. Dentre as diferentes experiências afro-brasileiras, as comunidades quilombolas podem ser consideradas uma das mais importantes expressões de resistência e criatividade territorializadas. Ou seja, formadas em um território específico e organizadas com instituições socioculturais singulares, cujos efeitos são capazes de agir contra a colonialidade de uma sociedade etnocêntrica, elitista, integracionista/assimilacionista, racista. Considerando que um dos principais aspectos para a consolidação das elites brasileiras foi o acesso exclusivo a grandes extensões de terra, associado à privação sistemática da terra para povos indígenas e afrodescendentes, o surgimento e a continuidade dos quilombos no Brasil são expressão de uma enorme capacidade de resistir (e existir).

Até a promulgação da Constituição de 1988, quando o Brasil, ao menos formalmente, se declarou como nação multicultural – o que, no caso das políticas de patrimônio cultural, ficou manifesto nos artigos 215 e 216 do texto constitucional – não havia um reconhecimento amplo e oficial sobre a importância de outras referências socioculturais, que não a de matriz europeia, para a formação da sociedade brasileira. Muito menos havia a determinação do dever de respeitar e salvaguardar as referências dos povos originários e de matriz africana.

Apesar da melhoria constitucional no que se refere a essa orientação mais democrática e respeitosa para com as variadas identidades étnico-raciais no Brasil, atualmente, vemos serem recolocadas ações administrativas e legislativas que evidenciam a continuidade de um desejo pelo assimilacionismo/integracionismo. Isto é, pela conversão da diversidade sócio-cultural em um modo de vida homogêneo – pela conversão de todas as populações em trabalhadores (sob condições precárias, aliás) e consumidores (com altos custos), buscando garantir uma ‘sociedade da mercadoria’¹. Esse projeto assimilacionista/integracionista é reflexo da persistência de uma cosmologia colonial ‘monoteísta’, ‘monocultora’, ‘linear’, e ‘vertical’, para dizer nos termos do pensador quilombola piauiense, Antônio Bispo dos Santos (2015).

Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, lavrador, poeta e pensador quilombola, de Saco/Curtume (PI)² define o projeto nacional assimilacionista/integracionista como operação de ‘colonização’, para o quê acrescenta a definição de ‘contra colonização’:

¹ Conforme analisam pensadores ameríndios e pensadores afro-brasileiros. Um exemplo destacado é o pensamento de Davi Kopenawa (com Bruce Albert), resgatado em ‘A Queda do Céu – palavras de um xamã yanomami’, Companhia das Letras, 2015; o pensamento de Ailton Krenak em ‘Ailton Krenak – Encontros’ (org. Sérgio Cohn), Azougue Editorial, 2015; e o pensamento de Antônio Bispo dos Santos em ‘Colonização, Quilombos – modos e significações’, INCTI/UNB, 2015.

“Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.” (Santos, 2015. 47-48)

Nesse sentido, as comunidades quilombolassão ‘comunidades contra a colonização’ (dentre outras comunidades e coletivos organizados por referências socioculturais não colonialistas) que, com seu modo controverso de existir (contraditório/contra-agente do modelo hegemônico), criam e perduram uma variedade de experiências estéticas, éticas, filosóficas, ecológicas e políticas, hoje reconhecidas como de importância maior para a formação sociocultural e socioambiental do país. Socioambiental, além de sociocultural, porque diferentes modos de tratar a ‘natureza’ (nome com que o pensamento e a técnica eurocêntricos denominam um conjunto imenso e diversificado de seres, formações e populações não-humanos²), resultaram na existência/resistência de muitos territórios não devastados, sensivelmente diferentes da ecologia das modernas cidades industriais que os Estados e as sociedades nacionais foram capazes de criar. Antes pelo contrário, a existência/resistência de comunidades como as quilombolas resultou na criação de territórios biodiversos e culturalmente complexos (na contramão dos processos de simplificação/homogeneização ecológica e cultural dos territórios urbanos e industrializados). Esses territórios persistem com uma grande vitalidade, apesar das consecutivas ofensivas³ desempenhadas pelos empreendimentos de Estado, de Mercado, e de uma sociedade nacional racista.

Carecemos ainda de meios oficiais mais amplos e populares para a divulgação e disponibilização de acesso às pesquisas históricas, antropológicas e etnográficas que documentam e descrevem as particularidades históricas, sociais, culturais e identitárias das comunidades quilombolas e seus territórios. Ampliando a divulgação de sua existência, sua história e suas lutas, é possível alcançar maior solidariedade de outros segmentos da população. Esse apoio é necessário, sobretudo, porque é notória a negligência/violência do poder público quanto ao reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, previstos na Constituição. Nesse sentido, em agosto de 2017, esteve prevista (e posteriormente adiada) a finalização do processo de julgamento (ADI 3239) da acusação de inconstitucionalidade do decreto que regula os procedimentos para titulação definitiva dos territórios quilombolas. Essa é uma acusação agenciada pelos setores do agronegócio e da especulação imobiliária, com muitos representantes nos poderes executivo, legislativo e judiciário do país.

² Para conhecer o debate antropológico acerca da invenção moderna da separação entre “natura” e “cultura” ver, por exemplo, ‘Jamais Fomos Modernos’ de Bruno Latour, 1994; e ‘Os Pronomes Cosmológicos e o “Perspectivismo Ameríndio”’ de Eduardo Viveiros de Castro, 1996.

³ Estamos referindo aqui à idéia de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ atrelada à empreendimentos violentos como extensas monoculturas de soja, cana, eucalipto; imensas barragens hidrelétricas, complexos rodoviários, minerários, e outros extrativismos industriais; e à idéia de que os povos originários (ameríndios) e as comunidades tradicionais são um entrave inconveniente ao desenvolvimento da nação.

No Brasil contemporâneo, existem comunidades quilombolas vivendo em pelo menos 19 estados da nação. O sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares⁴ (FCP) informa, em 2017, a existência de mais de 2600 comunidades em todo o país já com certidão de auto-reconhecimento. Nos períodos colonial e imperial, Minas Gerais foi um dos territórios que possuíram maior população negra escravizada e, em 2017, contam-se 294 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Mas a Federação N’Golo das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais estima a existência de mais de 600 comunidades quilombolas no estado. Essa diferença entre a estimativa da N’Golo e o número de certidões emitidas sugere que ainda há dificuldades para que as comunidades consigam se organizar até a iniciativa de auto-declaração oficial. Essa decisão coletiva pelo auto-reconhecimento e certificação junto a FCP, bem como o acesso aos meios adequados para o acesso à certificação ainda são desafios: falta uma comunicação mais adequada, recursos humanos, segurança (pois muitas lideranças quilombolas são ameaçadas, oprimidas e assassinadas, no Brasil⁵) e confiança na efetividade de tal procedimento para a conquista de direitos e reparação de injustiças. Realizações como o ‘Inventário Nacional dos Quilombos da Serra do Cipó’ podem contribuir para ampliar a divulgação das comunidades quilombolas no Brasil, e para conferir maior credibilidade aos direitos étnicos previstos na Constituição.

Na região central de Minas Gerais, a Serra do Cipó foi rota e rancho de bandeirantes, iniciando seu povoamento colonial em 1716, pela concessão de sesmarias a particulares. Até meados do século 19, essa região foi denominada Serra da Vacaria, rota de tropeiros que seguiam em direção à região mineradora do Arraial de Tejuco (atual Diamantina), através da Vila do Serro Frio (atual município do Serro), com destino, dentre outros lugares, ao Rio de Janeiro; foi rota também de grandes incursões científicas, conhecidas como ‘viagens dos naturalistas’ (principalmente franceses, alemães e ingleses) feitas nos séculos 18 e 19.

A região compõe a Serra do Espinhaço, cujo nome, segundo Eschwege⁶ deve-se à sua semelhança com uma grande “espinha dorsal” que corta a parte central de Minas Gerais em direção à Bahia. Essa região, reconhecida pela UNESCO em 2005 como Reserva da Biosfera, é um importante divisor de águas do estado, que divide os biomas do cerrado (oeste) e da mata atlântica (leste), com destaque para os campos rupestres (ecossistema peculiar, presente em toda a crista da Serra do Espinhaço), drenando diversos cursos d’água para as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce. Na porção oeste da Serra do Cipó, os cursos d’água compõem a bacia do Rio São Francisco e, devido à facilidade de acesso rodoviário, são os mais visitados.

⁴ <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>

⁵ Ver, por exemplo: <https://www.geledes.org.br/quilombola-assassinado-no-maranhao/>;
<https://luizmuller.com/2013/08/20/lider-quilombola-e-assassinado-no-para/>;
<https://blogbahianarede.wordpress.com/2014/10/31/filho-de-quilombola-de-rio-dos-macacos-e-assassinado/>;
<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3894-trabalhador-rural-quilombola-e-assassinado-em-comunidade-do-municipio-de-lencois>;
<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/07/familia-aguarda-iml-liberar-corpo-de-lider-quilombola-assassinado-no-para.html>.

A Serra do Cipó abrange os municípios de Congonhas do Norte, Santana do Pirapama, Jaboticatubas, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira e Nova União. É uma região muito importante pela diversidade biológica (flora e fauna) e sociocultural, e por sua beleza extraordinária. Existem duas unidades de conservação federais de proteção do patrimônio natural na região: O PARNA da Serra do Cipó criado em 25 de setembro de 1984; e a APA Morro da Pedreira criada na década de 1990. Após a criação dessas unidades, outras foram fundadas com o mesmo intuito de conservação e preservação dos recursos naturais.

A criação de unidades de conservação impactou severamente as comunidades tradicionais que habitavam os territórios há gerações, dentre elas, algumas comunidades quilombolas⁷. Os impactos, algumas vezes, resultaram na expulsão de moradores, sobretudo pela imposição de restrições severas em relação ao uso e ocupação do ambiente.

Muitas dessas restrições levaram à migração, uma vez que famílias agricultoras e extrativistas foram impedidas de morar, extrair e cultivar em muitas áreas, violando sua dignidade e comprometendo sua subsistência. Situações como essas podem ser identificadas, aliás, como uma forma de ‘racismo ambiental’, noção criada para nomear injustiças sociais e ambientais que atingem grupos étnicos vulnerabilizados, discriminados por sua ‘raça’, origem ou cor⁸.

Ao longo de um processo de melhoria de alguns dispositivos legais e administrativos para a democratização do país (que, infelizmente, nos últimos anos, têm sido alvo de um verdadeiro desmonte), gradativamente, algumas políticas ambientais conservacionistas e patrimoniais foram despertando para a dignidade das culturas tradicionais locais e endereçando ações de atenção para com essas comunidades, apesar dos impactos irreversíveis de sua desterritorialização e da desestruturação de famílias inteiras, geradas com ações anteriores.

Podemos afirmar que o Inventário Nacional das Referências Culturais dos Quilombos da Serra do Cipó, realizado pela superintendência do IPHAN-MG e executado pela consultoria CAMPO – Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio, entre 2014 e 2017, ao qual corresponde o presente relatório, é uma forma oficial de reconhecimento e valorização da importância das comunidades quilombolas na Serra do Cipó, tanto como bem cultural, quanto como modo de organização social etnicamente diferenciada. E é uma forma de investigação sobre alguns modos adequados para planejar alguma reparação a essas comunidades, focalizando a salvaguarda de referências culturais que foram e que são impactadas, direta ou indiretamente, por empreendimentos públicos e privados, minerários, energéticos, rodoviários, imobiliários, turísticos, monocultores, e também conservacionistas.

⁶ Também conhecido como Barão de Eschwege, foi um geólogo, geógrafo, arquiteto e metalurgista alemão, expedicionário no Brasil no início dos anos 1800, contratado pela coroa portuguesa estudar o potencial mineiro do império.

⁷ Ver, por exemplo:

<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-quer-reparacoes-para-populacao-tradicional-do-parque-nacional-da-serra-do-cipo>. Acesso em 23 de julho de 2017.

⁸ <http://racismoambiental.net.br/>

Nesse trabalho, inventariamos dezenas de referências culturais em 06 comunidades quilombolas da Serra do Cipó⁹, cujos processos históricos de formação, desestruturação, resistência e atualização de sua organização social e criatividade cultural, apesar das diferenças, coincidem significativamente na preservação de um modo de vida socio-culturalmente diversificado e etnicamente marcado. As comunidades representam formas de existência comunitárias, com princípios autogestionários, constantemente ameaçadas pelas ações do Estado, do Mercado e da sociedade nacional que avançam contra seus territórios e insistem no desejo de que se integrem à população nacional na forma hegemônica de trabalhadores-consumidores. É notável que, apesar de enorme pressão, a vida em comunidade com reverência à ancestralidade e à tradição resista atualizada nos festejos dadivosos que celebram a memória e o vínculo perene com os ancestrais e as divindades; no convívio do parentesco extenso; nos modos de cultivo policultor, familiar, livre de agrotóxicos, praticada sobretudo para garantir bons alimentos; entre tantos outros aspectos caracterizados pela pesquisa do Inventário Nacional das Referências Culturais dos Quilombos da Serra do Cipó.

⁹ Três delas, Três Barras, Buraco e Cubas, auto-representadas para a FCP como um único quilombo: Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas; mas que foram tratadas, na pesquisa, como três comunidades interconectadas por um território e uma organização política comum, sobre o quê falaremos adiante.

Apresentaremos a seguir, as principais informações reunidas pela pesquisa para o Inventário que encontra-se registrado nas fichas do INRC. Apresentaremos, finalmente, algumas experiências que aproximam e que distanciam as 06 comunidades quilombolas inventariadas; e ponderações sobre alguns aspectos desafiadores e outros favorecedores para a implementação de ações de salvaguarda das suas referências culturais.

1- APRESENTAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS INVENTARIADAS E DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS; DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA PARA O INVENTÁRIO.

1.1. DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES: OS SEIS QUILOMBOS DA SERRA DO CIPÓ

**1.1.1 COMUNIDADE
QUILOMBOLA
DO AÇUDE
(MUNICÍPIO
JABOTICATUBAS/MG)**



A comunidade quilombola do Açude situa-se na zona rural de Jaboticatubas, região Metropolitana de Belo Horizonte, próxima à rodovia MG-10, e do Parque Nacional da Serra do Cipó, uma unidade de proteção integral¹⁰. O núcleo populacional do Açude dista em torno de três quilômetros do distrito de Cardeal Mota e a dois quilômetros do Rio Cipó. Na comunidade residem aproximadamente 70 famílias, todas morando no entorno do baixo curso do Córrego João Congo, que deságua no Rio Cipó. A maior concentração de moradias fica à margem direita do córrego.

A maior parte da Comunidade Quilombola do Açude vive em terras que foram doadas informalmente por um ex-senhor, José Santos Ferreira, a negros que haviam sido escravizados na Fazenda Cipó e a seus descendentes, após a abolição da escravidão. Essa Fazenda surgiu entre 1789-1792, fundada por irmãos portugueses, Moraes, com o nome Fazenda Santa Cruz do Cipó. Em 1823, o Guarda-Mor, José Santos Ferreira comprou as terras, e as nomeou de Fazenda Cipó. Para além da origem comum, a identidade coletiva da comunidade é fortemente marcada pela vivência do candombe, suas festividades e rituais. O candombe será apresentado em detalhes adiante, na seção reservada às referências culturais da comunidade.

O nome 'Açude' se deve a dois açudes construídos pelos escravizados no Córrego João Congo, para gerar energia para funcionamento de um moinho de fubá, uma fábrica de sabão e uma fábrica de azeite, na Fazenda Cipó. Sobre o nome do córrego, nenhum dos entrevistados soube contar sobre João Congo, quem dá nome ao córrego. Dizem apenas que o córrego possui este nome porque nasce em um lugar chamado 'João Congo'.

Parte da comunidade (casas na margem direita do córrego e as primeiras casas na margem esquerda) recebe água de um poço artesiano construído pela Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, em época não identificada. Essa água, entretanto, está imprópria para consumo em função da elevada concentração de ferro. Outras fontes de água são o Córrego João Congo, poços particulares e a compra de água mineral. Todas as residências são beneficiadas por energia elétrica, instalada no Açude por volta do ano de 2000.

Na segunda metade dos anos 2000, por atuação da Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências, um posto de saúde foi inaugurado na comunidade. Antes dessa inauguração, os quilombolas eram atendidos na Vargem Grande ou no Cardoso. Para chegar a Vargem Grande pegavam um ônibus na MG-10 e ainda caminhavam por um trecho montanhoso. Já para o Cardoso não há alternativa de ônibus, nem mesmo até uma parte do trajeto, e precisavam caminhar entre duas a três horas. O atual atendimento médico no posto de saúde do Açude acontece uma vez por semana.

¹⁰ As Unidades de Proteção Integral são subdivididas em Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, excluindo totalmente a ocupação humana do ambiente delimitado, admitido apenas o uso indireto de alguns recursos naturais; com exceção dos casos previstos no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação/ Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000).

A principal ocupação para geração de renda das famílias do Açude gira em torno do turismo. Muitos trabalham em pousadas, restaurantes e bares na Serra do Cipó – alguns como contratados permanentes e outros como diaristas. No que se refere à adesão religiosa, os moradores se declaram como católicos ou evangélicos.

A Escola Municipal Padre Candinho, situada na Fazenda Cipó Velho (uma das áreas remanescentes da antiga Fazenda Cipó), atende crianças e jovens do Açude - do pré-escolar ao quinto ano do ensino fundamental, no sistema de turmas multiseriadas, além de alunos das outras povoações do entorno. Foi oficialmente criada no ano de 1965 e funcionou em diferentes edifícios, todos na Fazenda Cipó. Um deles foi a casa onde morou Padre Candinho (falecido em 1931) e por este motivo a escola carrega seu nome. Outro local que abrigou a escola foi uma antiga senzala. Desde 1995 a escola funciona em um prédio, situado entre a sede da fazenda e a comunidade quilombola do Açude, construído pela prefeitura em uma área doada por herdeiros da Fazenda Cipó.

A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006. Não existe uma associação quilombola. Seus moradores estão congregados na Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências fundada por volta do início da década de 1990. Por ‘adjacência’ se referem às algumas povoações próximas, como João Congo, Zareias, Campinho, Zé Dias, Chácara, Capoeira Grande e Cavinha. Além dessas localidades, existem outras no entorno do Açude. Nem todas são filiadas à associação do Açude porque possuem associação própria ou são filiadas àquelas sediadas em povoações mais próximas.

Algumas das comunidades filiadas à associação do Açude e outras do entorno carregam a mesma origem. Ou seja, se formaram a partir da doação de áreas de terra por José Santos Ferreira, e talvez por outros fazendeiros, feitas após 1888 a casais de negros que ali permaneceram trabalhando. Provavelmente todos esses casais são formados por negros escravizados na Fazenda Cipó ou descendentes desses. Assim surgiu Açude e outras comunidades do entorno como Xiru, Berto, João Congo, Cavinha, Capoeira Grande, Paraúna, Vacaria e Zareias. Entre essas citadas, apenas João Congo, Capoeira Grande e Zareias são filiadas à associação do Açude. A Fazenda Cipó Velho é também agregada à associação.

A maioria dos moradores do Açude possuem relação de parentesco entre si, constituindo um parentesco extenso: são primos, sobrinhos, filhos e netos descendentes dos escravizados que trabalharam na antiga Fazenda Cipó. Mariana B. Fonseca, descreve o momento da chegada dos escravizados na Serra do Cipó:

“A Serra do Cipó foi rota de bandeirantes e iniciou seu povoamento em 1716 com a concessão de sesmarias. Entre 1789-1792, os irmãos portugueses Morais fundam a Fazenda Santa Cruz do Cipó. Em 1823, o Guarda-Mor, José Santos Ferreira compra as terras, agora Fazenda Cipó, ‘farto celeiro que abastecia os vizinhos, tendo sido também fornecedora de azeite para iluminação pública de Ouro Preto e outras vilas.’ Como mão de obra, a fazenda utilizava um plantel médio de 60 escravizados.”

(FONSECA, M. B. Educação pelos tambores: a transmissão da tradição oral no Candombe do Açude. In: IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, p. 2)

A seguir alguns trechos de depoimentos dos quilombolas sobre o período da escravidão, reproduzidos do artigo “Educação dos Escravizados pelos Tambores: o Candombe como educação. Minas Gerais, século XIX” de Mariana Bracks Fonseca.

“Os escravizados trabalhavam demais, Nossa Senhora. Trabalhava e apanhava. Minha vó [Raimunda, esposa de Serafim] sempre falava, contava pra nós, que muitas vezes ela tinha que banhar eles com água com sal, porque eles apanhavam tanto. Mas que os escravizados num era assim de fazer as coisas... Eles que eram muito humilhado, coitados. Humilhava eles de mais, eles eram muito preconceituosos, eram muito cruéis com eles. (Dona Mercês)

“Era demais, ué. Os ‘sinhô’ tratava eles assim mesmo, com toda maldade. Minha vó sempre contava que às vezes eles estava comendo, o ‘sinhô’ dava um grito e eles tinham que larga de comer pra ir lá atende ele(...) Eles era vendido mesmo. Vendia, trocava eles. Trocava eles assim por uma quarta de milho, por uma meia de pinga.” (Dona Mercês)

“Vovô [Serafim] foi rei dos escravizados. O último rei. E ele era o único que num podia apanhar. Sinhô nenhum batia nele.” (Dona Geralda)

Para descrever a formação do território da Comunidade Quilombola de Açude precisamos recuperar a história de algumas dessas doações e seus desdobramentos, ao longo do tempo. A história descrita, a seguir, se fundamenta principalmente em duas entrevistas realizadas pela equipe do INRC Quilombos do Cipó, no ano de 2016¹¹.

A primeira entrevista foi com Dona Antônia, neta de José dos Santos Ferreira, em julho de 2015 e aconteceu na sede da Fazenda Cipó, onde ela reside. A segunda entrevista que fundamenta a história descrita a seguir foi com Eny Aparecida da Apresentação (mais conhecida como Juquinha, 53 anos), em novembro de 2016. Os relatos de Juquinha se baseiam em uma investigação feita por ela, na segunda metade do ano de 2016, quando reuniu informações de uma conversa com Dona Antônia, da Fazenda Cipó, e também com alguns dos moradores mais velhos do Açude. Sobre seu trabalho de pesquisa em busca da história do Açude Juquinha conta:

“Isso aí fui descobrindo... Você vai conversando com um... Conta um caso...Você chega em uma família eles vão desembaraçando... Aí você vai escrevendo rápido. Porque está acabando. Os mais velhos estão morrendo.” (Juquinha, novembro de 2016)

Como já descrito, o povoado do Açude situa-se ao longo das margens do Córrego João Congo que deságua no Rio Cipó. Os primeiros moradores chegaram ali alguns anos após 1888, quando houve abolição formal da escravidão, portanto, há mais de 100 anos. Na margem direita do córrego (que é o trecho da comunidade mais próximo de sua foz) as doações do fazendeiro José Santos Ferreira foram para quatro casais, na seguinte ordem: Henrique e Castorina; Acácio Zeferino e Maria Sabina; Paulo e Ormindá; Bil e Rita. Na margem esquerda (que é o trecho mais distante do Rio Cipó), a doação foi feita primeiramente para Tereza, conhecida como Leleza, e depois para o casal Zeca e Jovina.

Castorina (esposa de Henrique), Maria Sabina (esposa de Acácio), Orminda (esposa de Paulo) e Rita (esposa de Bil) são irmãs, filhas do casal Sabino e Inês. Sabino e Inês foram os primeiros ocupantes da região conhecida como 'Vargem'. Receberam esta área do fazendeiro escravagista logo após a abolição da escravidão.

Henrique foi, ao lado da esposa Castorina, um dos primeiros moradores do Açude. Dona Antônia conta que Henrique pertence a uma geração de negros que foi escravizada na Fazenda Cipó. Na geração atual, um dos descendentes de Henrique é seu neto, Erasmo, dono do 'Bar Cafofo', que funciona dentro do quilombo, construído no local onde foi a casa de Henrique.

Paulo era filho do casal Bruno e Petrina. Bruno e Petrina foram os primeiros moradores da Cavinha, onde receberam um pedaço de terra do fazendeiro José Santos Ferreira para permanecerem trabalhando na fazenda, após a abolição formal da escravidão. No Açude, o casal morou onde hoje vive Maria de Sogú (uma das herdeiras da família de José Santos Ferreira). Depois de viúvo, Paulo se mudou com os filhos para o município de Vespasiano.

"Em Vespasiano você encontra muito parentesco nosso. Se você avistar lá um preto até azul. São eles... (...) Esse povo mudou tudo pra Vespasiano. Essa família mora em Vespasiano e mora num lugar que você sai de uma porta e cai na outra. Você sai na rua e entra no portão. É tipo uma comunidade. Eles compraram um lote, um quarteirão. Tem um quarteirão da rua que é todo só dessa família. Que são esses pretos que eu estou te falando que é só você chegar e você vê aqueles pretos lumiando lá, são eles. É a família do Tio Paulo." (Juquinha, novembro de 2016)

Acácio Zeferino (que casou com Maria Sabina) era filho do casal Antônio Grande e Regina. Os dois eram funcionários na Fazenda Campinho, onde também moravam. Regina trabalhava na casa da fazenda (de propriedade de Seu Zé e da Dona Sinhá). Antônio Grande trabalhava junto à tropa. Ele era o responsável pela alimentação dos tropeiros: cozinhava e carregava os mantimentos. Primeiramente Acácio trabalhou na Fazenda Campinho. Quando se casou, na década de 1910, foi morar no Açude junto de sua esposa Maria Sabina. Eles são avós maternos de Valdivino e pais de Vilma (Dona Vilma), a filha caçula do casal. Acácio ficou viúvo e casou-se novamente, desta vez com Modestina Guedes. Desta união nasceu Maria Helena (Dona Lena). Valdivino, Vilma e Lena são mestre e mestras candombeira(o)s e alguma(uns) da(o)s atuais moradora(e)s mais antigos do Açude.

¹¹ A princípio preferimos não focar a pesquisa sobre a história dos quilombolas junto a uma das herdeiras da Fazenda Cipó, considerando que suas memórias já são bastante representadas em documentos escritos e em diversas ações culturais, como aquelas promovidas pelo Ecomuseu do Cipó ; e considerando que, apesar de sua importância, reforça uma narrativa do ponto de vista do 'colonizador', ou seja, de uma pessoa herdeira dos privilégios experimentados pelos grandes proprietários de terra, na região. Entretanto, Dona Antônia foi mencionada por vários quilombolas como importante referência para se contar a história do Açude em função de manter uma memória excepcional, e por ter nascido no início dos anos 1900; e foi apresentada à pesquisadora de campo da equipe INRC Quilombos da Serra do Cipó por Rivanil Sabino dos Santos (Nil), um dos filhos de Dona Mercês.

Os irmãos Bil e Zeca (o mais velho entre os irmãos) eram filhos do casal Serafim e Raimunda. Serafim foi um escravizado da Fazenda Cipó Velho que era reconhecido pelos outros escravizados como o ‘Rei dos Negros’, conforme contam seus descendentes (-“Entre os brancos ele era escravo, mas para os negros ele era rei”). Serafim e Raimunda, uma mulher descendente de índios, ‘pega no laço’, conforme dizem, foram também um dos primeiros moradores da Vargem, onde receberam terras doadas por José Santos Ferreira. Entre os atuais moradores do Açude, pertencem a esta linhagem: Juquinha (neta de Zeca), que é uma das lideranças locais, e Dona Mercês (filha de Bil).

Sobre Leleza, a primeira moradora do Açude da margem esquerda do Córrego João Congo, sabe-se apenas que ela foi escravizada e que era parteira. Da linhagem de descendência de Leleza foram citados os “Ludugelo” e os “Carlota”. Valter (marido de Dona Mercês) e Ramiro (esposo de Dona Lena) são descendentes de Leleza.

Por volta de 1982, um dos herdeiros da família Santos Ferreira tentou se aposar de uma área de terra no Açude, chegando a derrubar algumas casas, desalojando quilombolas. Mesmo após a derrubada das casas as irmãs não abandonaram suas terras de herança. Resistiram e por volta de 1994 conseguiram a regularização desta parcela do território quilombola por ‘usucapião’¹². Essa parcela de terra foi registrada coletivamente em nome das três irmãs. Neste território vivem hoje aproximadamente doze famílias¹³.

Desde a época da ocupação do entorno do Córrego João Congo, há mais de um século, existia um caminho que ligava as terras de herança de Bil e Rita às terras dos outros quilombolas, passando por um pequeno trecho da antiga Fazenda Cipó. Esse caminho foi interrompido por volta de 2012, com a construção da casa de Maria Sogú, uma das herdeiras da família Ferreira dos Santos. Atualmente para transitarem de uma área para a outra os quilombolas precisam passar pelo asfalto (MG-10). Essa casa atual de Maria Sogú fica aproximadamente onde foi a casa de Paulo, um dos primeiros moradores do Açude e que se mudou com os filhos para Vespasiano.

¹² Dito brevemente, a usucapião (do latim *usucapio*: “adquirir pelo uso”; palavra do gênero feminino) é o direito de domínio que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal, contínua e incontestadamente, como real proprietário desse bem.

¹³ Ver mais sobre esse caso na seção sobre violações de direitos, racismo institucional e racismo ambiental, adiante nesse relatório.

Hoje uma parte do território da Comunidade Quilombola algumas vezes é referida como Colônia, ficando o restante entendido como Açude. Mas essa distinção é pouco usada pelos moradores. Sua validade restringe-se à conta de luz, a comprovações de endereço (em geral feitas a partir da conta de luz) ou a quando os moradores desejam destacar alguma diferença entre as regiões do quilombo. De um modo geral, todos os moradores dizem que moram no Açude e é também assim que são referenciados pelos “de fora”.

O nome Colônia surgiu quando o Estado exigiu a regularização dos imóveis rurais, num tempo em que a Fazenda Cipó já estava fracionada e, portanto, a cobrança de impostos deveria ser direcionada para cada um de seus fragmentos. Provocado pela exigência de regularização, um dos fazendeiros nomeou sua fazenda como Fazenda Colônia. Dentro da área que foi indicada pelo fazendeiro como os limites da Fazenda Colônia moram os quilombolas que ocupam o trecho da comunidade que havia sido doado para Leleza e Zeca e também terras que mais tarde foram doados pelos descendentes de José Santos Ferreira a quilombolas de gerações posteriores às dos primeiros moradores quilombolas.

Como já descrevemos, as terras doadas informalmente pelo antigo fazendeiro escravagista José Ferreira Santos se dispõem ao longo do Córrego João Congo. Considerando o território original da comunidade, a Colônia é a área que está mais distante do Rio Cipó, onde o córrego deságua. Aí foram doadas uma área para Leleza e outra para Zeca. Na sequência, já fora da Colônia, no sentido “Colônia => Rio Cipó”, temos primeiramente as terras doadas para Acácio Zeferino (a mais próxima à Colônia), depois as doadas para Henrique, em seguida as que ficaram com Paulo, e por fim as de Bil (as mais próximas do Rio Cipó e da sede da Fazenda Cipó). Essa foi a conformação original do território quilombola de Açude. Por diversos processos, ao longo do tempo, algumas áreas não pertencem mais aos quilombolas e novas áreas foram incorporadas ao território da Comunidade do Açude.

A distinção entre Colônia e Açude (a parte da comunidade fora dos limites apontados pelo fazendeiro como Fazenda Colônia), além de se tratar de uma referência definida para fins formais (em especial, correspondências da companhia de energia elétrica), também é acionada quando seus moradores (ou ao menos uma parte deles) desejam marcar fronteiras para desvincularem-se da progressiva exposição, circulação e espetacularização do Candombe. Esse é um processo concebido como relacionado à região da comunidade onde acontece o Candombe de Mercês.

Entretanto, o uso formal de Colônia, assim como o acionamento desse nome para a demarcação de fronteiras com relação ao posicionamento distinto quanto à exposição do Candombe, não é algo que se sobressai ao vínculo firmado pelas relações de parentesco baseadas na descendência de negros que foram escravizados na Fazenda Cipó, bem como firmadas na vivência do Candombe - devoção ao Rosário¹⁴ de Nossa Senhora do Rosário. Ou seja, a “unidade” Açude se sobrepõe, seja interna ou externamente, à distinção entre duas regiões dentro do território. Com relação ao entorno, se perguntarmos em Cardeal Mota por ‘Juquinha de Colônia’ ou por ‘Lena da Colônia’, ninguém saberá indicar, porque elas são reconhecidas como ‘Juquinha do Açude’ e ‘Lena do Açude’, ou seja, integrantes da Comunidade do Açude.

Ao longo do inventário acionaremos o nome Colônia apenas em situações específicas (em especial para facilitar a localização de alguns lugares). E, de modo geral, quando referirmos a “Açude” estamos fazendo referência ao coletivo “Comunidade Quilombola do Açude.”

A Fazenda Cipó Velho também integra a Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências. As primeiras reuniões da associação aconteceram na sede da Fazenda Cipó Velho e depois foram transferidas para a escola. O principal projeto da associação, iniciado nos primeiros anos da sua formação, é o Posto de Saúde do Açude. A área onde foi construído foi doada por Maria Sogú, uma das descendentes da família Santos Ferreira e que foi uma das presidentes da associação. O início da construção da edificação de três cômodos que abrigaria o posto de saúde foi durante a sua gestão. Já o funcionamento do posto começou durante a gestão de Juquinha, presidente da associação na segunda metade dos anos 2000.

Uma das famílias herdeiras da Fazenda Cipó, que fica em uma região hoje conhecida como Cipó Velho criou, em 2004, um museu que funciona numa antiga senzala do casarão colonial. Na parede do museu está escrita uma narrativa sobre a história da Fazenda Cipó. O artigo de Mariana Bracks Fonseca, já referido aqui, reproduz o texto do museu. A seguir reproduzimos alguns trechos:

¹⁴ ‘Rosário’ no sentido cosmológico de território sagrado existencial, de comunidade irmanada pela devoção e compromisso com a ancestralidade, extrapolando a materialidade do objeto, também sagrado, rosário, simplesmente.

“1500: Esta região era habitada por tribos indígenas do ramo Aratu Sapucaí (até o século XVI) e depois pelos Tupi-Guaranis.

1619: Inicia-se a exploração das terras brasileiras pelas Entradas e Bandeiras. A Serra do Cipó foi caminho para bandeirantes. Há nas proximidades uma Cruz onde provavelmente um deles tenha sido sepultado.

1716: Início do povoamento da região com a concessão de sesmarias pelo governo português, nas suas proximidades para a Estrada do Serro Frio.

Entre 1789 e 1792: Os irmãos portugueses João e Felicíssimo de Moraes adquirem terrenos às margens do Rio Cipó e fundam a Fazenda de Santa Cruz do Cipó.

1823: O Guarda-mor José dos Santos Ferreira se casa com a filha de Joaquim Costa Vianna, proprietário da Fazenda da Serra (atual São José da Serra) e compra dos irmãos Moraes a fazenda. Devidamente reformada e ampliada, a então Fazenda do Cipó tornou-se um “farto celeiro que abastecia os vizinhos, tendo sido também fornecedora de azeite para iluminação pública de Ouro Preto e outras vilas”.

1829: Construção da capelinha de São José, “benta e inaugurada em 29 de abril de 1829 pelo seu filho Padre José dos Santos Vianna, que naquele dia ali cantou sua Missa Nova.”

1965: Instalação da Escola Estadual Padre Candinho, que funcionava na casa onde residiu Padre Candinho.

1992: Em 14 de janeiro ocorreu a maior enchente já registrada no Rio Cipó. O “Terreirão” se transformou, às 22 horas, em um grande lago. O prédio mais danificado foi a casa de Padre Candinho, onde funcionava a escola.” (FONSECA, M. B. Educação pelos tambores: a transmissão da tradição oral no Candombe do Açude. In: IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, p. 2)

É notável a invisibilização da presença quilombola na Fazenda Cipó, tomando essa narrativa como referência, na qual não há qualquer passagem a respeito da Comunidade do Açude, uma comunidade centenária, formada na mesma localidade.



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe. Dona Vilma. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe. Dona Vilma. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



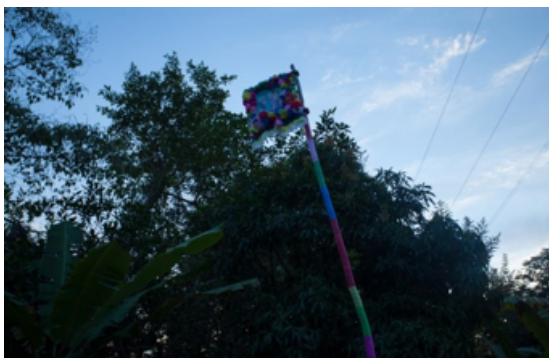
Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Candombe da Lena. Açude. Maio/2016
Foto: Priscila Musa



Córrego João Congo. Açude. Maio/2016
Foto Priscila Musa



Posto de Saúde. Açude. Maio/2016
Foto Priscila Musa



Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003



Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003



Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003



Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003

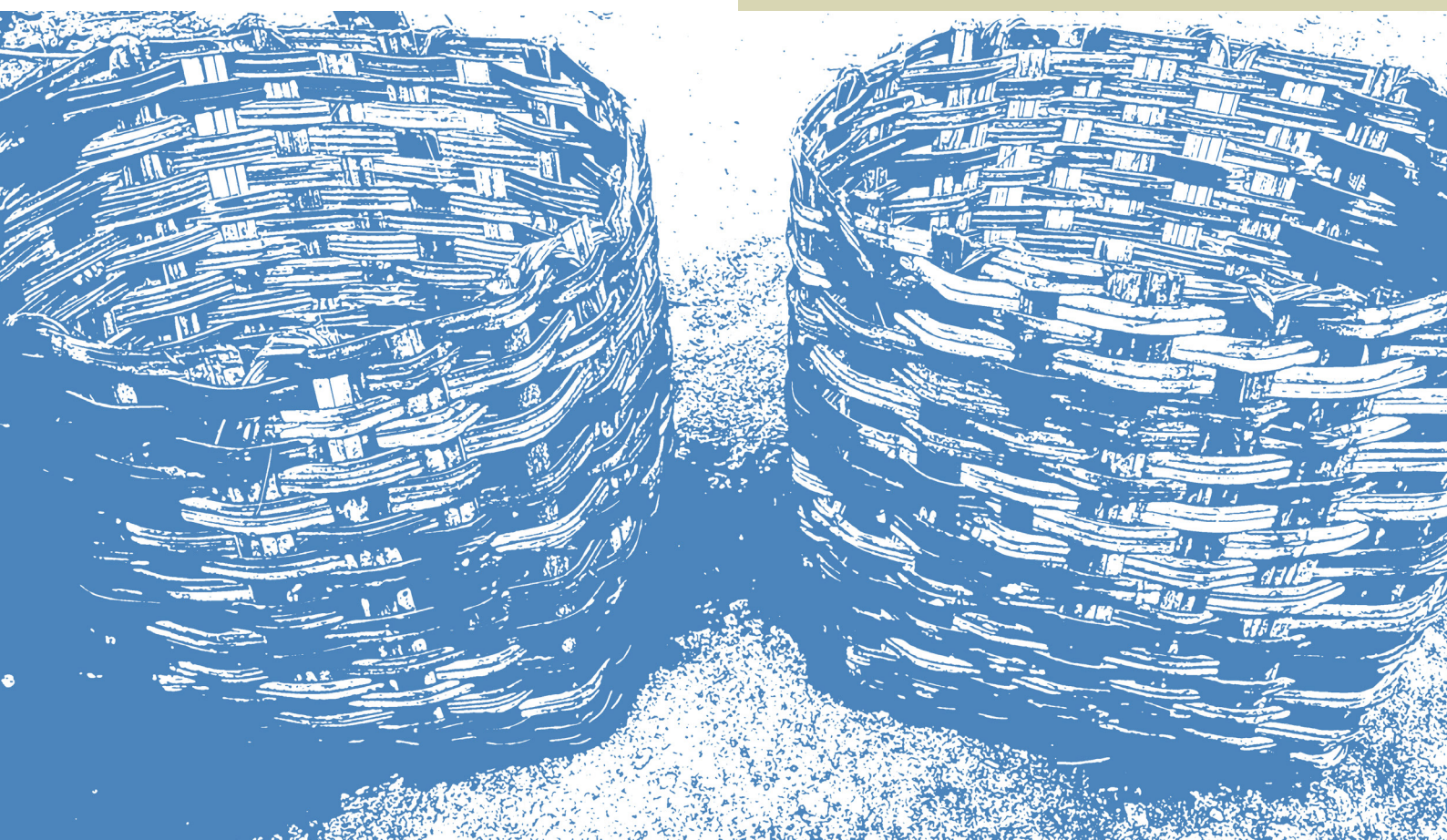


Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003



Batizado dos tambus novos. Açude.
Janeiro/2003

1.1.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA BURACO (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO)¹⁵



A Comunidade Quilombola Buraco está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG), no distrito de Tabuleiro. O acesso a partir de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até o trevo para o quilombo. A partir do trevo são aproximadamente 3 km por via não pavimentada.

Vivem na comunidade aproximadamente 40 famílias. As crianças com idade para cursar da 1ª a 4ª série estudam em uma escola municipal localizada na Comunidade Três Barras, que funciona em um espaço disponibilizado na casa de uma das famílias moradoras. O acesso das crianças de Buraco até esta escola é feito por empresa de transportes contratada pela prefeitura municipal.

Os alunos de Buraco matriculados no ensino médio (assim como os da Comunidade Três Barras) estudam na sede de Conceição do Mato Dentro. Um transporte escolar contratado pela prefeitura municipal é responsável pelo traslado diário destes estudantes, que nem sempre é atendido¹⁶. No turno da noite, um veículo contratado pela prefeitura realiza o traslado dos quilombolas de Buraco e Três Barras matriculados no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) até a escola na sede de Conceição do Mato Dentro. O transporte parte de Três Barras e os moradores de Buraco fazem, a pé, o caminho entre sua comunidade e o ponto de ônibus.

A estrutura de saneamento básico em Buraco precisa ser adequada para melhorar a qualidade de vida dos moradores. As instalações sanitárias estão conectadas a fossas grosseiras (fossos de aproximadamente um metro de diâmetro e três de profundidade, com tampas de concreto e sem revestimento interno). Há fornecimento de energia elétrica em todas as casas do quilombo de Buraco.

Em relação aos empregos, alguns quilombolas trabalham em fazendas e outros na sede de Conceição do Mato Dentro. A maioria dos quilombolas de Buraco se declara católica, e há um crescimento da religião evangélica neo-pentecostal. Existem duas igrejas evangélicas no quilombo: Igreja Povo de Israel, no terreno de “João Baianinha”, fundada em meados de 2010; e Igreja Evangélica Pentecostal Fogo Puro, uma edificação construída por Sr. Zé D’Olimpio, ao lado de sua residência, e onde ele atua como pastor desde o início da segunda metade dos anos 2000.

Em relação à assistência à saúde, quinzenalmente um médico e um enfermeiro atendem os quilombolas de Buraco na sede da Igreja Evangélica Pentecostal Fogo Puro.

¹⁵ A Comunidade Quilombola Buraco faz parte da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas, nome com o qual as três comunidades se apresentaram, reunidas, para formalização com emissão de certificado único de auto-reconhecimento da sua identidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Contudo, para a pesquisa do I Inventário e para o presente Relatório, bem como para o tratamento das informações elaboradas ao longo da pesquisa nas Fichas de INRC, apresentamos as três comunidades separadamente buscando demarcar as singularidades de cada comunidade em relação à sua formação histórica, seus modos de organização social e suas referências culturais, apesar da sua organização política quilombola unificada.

¹⁶ Ver seção sobre violações de direitos, racismo institucional e racismo ambiental, adiante nesse relatório.

Até julho de 2017, as casas de Buraco eram abastecidas por nascentes, sem controle sobre a qualidade da água¹⁷. Frutos, folhas e animais contaminam essa água desde a nascente até as residências. Um dos quilombolas relatou que a água que abastece sua casa também serve ao gado da fazenda confrontante. Além disso, e especialmente em função das chuvas escassas, a água proveniente das nascentes não é mais suficiente para o abastecimento regular das casas.

Os quilombolas mais antigos vivem em casas construídas em adobe ou pau a pique; as moradias mais recentes são construídas com tijolos industriais. Em 2014 o Programa Minha Casa Minha Vida / Programa Nacional de Habitação Rural concedeu aos quilombolas a substituição das casas de adobe e pau a pique por casas de alvenaria industrial. Uma empresa foi contratada pela caixa Econômica Federal (CEF) para a construção das casas e, ainda em 2014, as obras começaram. Entretanto, todas as obras da empresa foram paralisadas, inclusive as que aconteciam em Buraco, sem conclusão até o momento¹⁸. Em 2017 a associação quilombola conseguiu a aprovação, junto ao Governo Federal, de outras 22 casas no Programa Nacional de Habitação Rural. Aguardam a liberação da verba para iniciar as obras.

Para se chegar à comunidade Buraco (e também até Cubas) é preciso passar pela “ponte do Edir”. Esta ponte está localizada na estrada que liga a MG10 (via de acesso à sede de Conceição do Mato Dentro) aos povoados de Buraco e Cubas. Trata-se de uma ponte de madeira, sem muro ou grade de proteção, passagem de pedestres ou corrimão e que não suporta o tráfego de veículos pesados. Para pedestres e carros que atravessam a ponte, há significativo risco de acidentes. Caminhões com materiais de construção entregam o material antes da travessia da ponte. O restante do trajeto os quilombolas precisam fazer de cargueiro ou alugar um carro menor até Buraco ou Cubas, serviço que é bastante custoso.

Em audiência pública realizada no povoado de Três Barras, por volta de 2012, o prefeito se comprometeu a substituir a ponte de madeira para acesso às comunidades de Buraco e Cubas por uma ponte de alvenaria, construída segundo critérios adequados para a segurança dos que a atravessam. Algum tempo após a audiência, a prefeitura reforçou a ponte com toras de eucalipto e não se manifestou mais quanto à promessa de substituição por uma ponte de concreto.

Conforme contam os moradores mais antigos de Buraco, a formação da comunidade envolveu cinco antepassados: Manuel Sabino, Zé Silvano (José Silvano), e os três irmãos: “Fidirico” (Frederico Pereira da Silva), João Baiano e “Olímpio Véio” (Olímpio Pereira da Silva¹⁹). Sobre esses primeiros moradores, Zé D’Olímpio, o segundo quilombola mais antigo de Buraco (a mais idosa é sua esposa, Manuelina), na atualidade, comentou:

¹⁷ Ver projeto de construção de um poço artesiano em Buraco, adiante nesse relatório, em seção sobre violações de direitos, racismo institucional e racismo ambiental.

¹⁸ Ver detalhes sobre esse caso, adiante nesse relatório, em seção sobre violações de direitos, racismo institucional e racismo ambiental

“No mais, todo mundo aqui, tudo é geração desses, dessas cinco pessoas que entrou pra aqui: meu pai chamava Olímpio - Olímpio Pereira da Silva -, o irmão do meu pai Frederico Pereira da Silva e o outro [irmão] João Baiano - os três irmãos -, [além de] Manuel Sabino, que é avô da minha esposa, e o Zé Silvano, ele também é gente parece que é da minha mãe. Três, quatro, cinco. São cinco pessoas dos que vieram aqui pra dentro da comunidade.” (Zé D’Olímpio, novembro/2016)

Esses cinco fundadores vieram da região de Itacolomy (que atualmente é um distrito de Conceição do Mato Dentro) e chegaram aproximadamente na mesma época no lugar onde formou-se a Comunidade Buraco. Zé D’Olímpio (filho caçula de “Olímpio Véio”) conta que seu pai (que era o irmão mais novo de “Fidirico” e João Baiano) e seus tios vieram, mais especificamente, de um lugar chamado Onça. Manuelina, neta de Manuel Sabino, conta que seu avô também morou neste mesmo lugar. Já os netos de José Silvano relatam que o avô morava em uma localidade conhecida como Macaca, também em Itacolomy.

Os três irmãos chegaram todos juntos, de uma vez. Meu pai, Fidirico, João Baiano. Esses aí chegaram todos juntos. [E os outros dois?] Chegaram na mesma época. Mais ou menos na mesma época. Com uma decadência aí de uns poucos anos.” (Zé D’Olímpio, novembro/2016)

Os entrevistados se lembraram de outros dois homens quando falavam sobre a história de Buraco, um chamado Varandão e outro Simião. Ambos citados de modo vago, sem indicação de seus descendentes.

Os atuais mais velhos de Buraco apresentaram algumas informações que descrevem o parentesco entre os cinco primeiros moradores do lugar (os três antigos irmãos, com José Silvano e Manuel Sabino): Expedito indica que João Baiano, Frederico e Olímpio eram sobrinhos de José Silvano; Manoelina informou que sua avó Maria Silvana da Silva, conhecida como Maria Pereira, esposa de Manuel Sabino era parente dos três irmãos; Zé D’Olímpio informou que a esposa de Zé Silvano era prima de seu pai; Conceição contou que esposa de José Silvano era parente de João Baiano.

¹⁹ Nossos principais interlocutores na pesquisa sobre a história de Buraco foram: Zé do Olimpio , como é mais conhecido o Senhor José de Paula Maria da Silva (nascido em 1939), filho caçula do antigo “Olímpio Véio” e, portanto, sobrinho de Frederico e João Baiano; Manuelina, Manuela dos Santos (nascida em 1932), neta do antigo Manuel Sabino; Osvaldo Silvano (nascido em 1954), neto do antigo José Silvano; Expedito Silvano da Silva (nascido em 1939); Conceição Silvana da Silva, (nascida em 1944); Nicolina Silvana da Silva (nascida em 1944), mais conhecida como “Preta”. Expedito, Conceição e Preta são irmãos e netos do antigo José Silvano Velho (filhos de “Zé Pequeno”).

Para Zé D’Olímpio, seu pai e seus tios compraram terras no lugar chamado Buraco, após venderem uma propriedade em Itacolomy. Manuelina também afirma que seu avô Manuel Sabino comprou um terreno em Buraco.

Frederico que era o mais velho dos três antigosirmãos contou para Zé D’Oímpio:

“[...] muitas coisas da escravidão: de um serviço pros lados de Três Barras que tinha um canal de cerca de três metros de fundura na pedra para tirar água e tocar moinho. Esses homens trabalhavam amarrados. Esse canal fica num local acima da casa do Sr. Zé Silva, em Três Barras”.

Identificamos em Buraco oito núcleos de habitação, cinco deles envolvendo as terras de herança dos primeiros moradores, dois comprados por descendentes dos fundadores e um doado pela “Família Jorge”²⁰ à “Zé Pequeno”, um dos filhos de José Silvano em troca de serviços prestados. Em cada um desses núcleos vivem seus respectivos filhos e netos.

²⁰ Família Jorge refere-se à família do fazendeiro Teófilo Jorge.

Geração	Núcleo	Número de famílias residentes	Observações
1ª geração (geração dos 5 irmãos fundadores)	Herdeiros de José Silvano	5	José Silvano é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração (geração dos 5 irmãos fundadores)	Herdeiros de Manuel Sabino	4	Manuel Sabino é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração (geração dos 5 irmãos fundadores)	Herdeiros de Frederico	Há uma casa de um neto de Frederico que mora em BH.	Frederico é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração (geração dos 5 irmãos fundadores)	Herdeiros de Olímpio	6	Olímpio é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração (geração dos 5 irmãos fundadores)	Herdeiros de João Baiano da linhagem de seu filho João Baianinha	4	João Baiano é um dos cinco fundadores de Buraco.
2ª geração (geração dos filhos dos fundadores)	Herdeiros de "Zé Pequeno" (filho de José Silvano).	Aproximadamente 10	Este terreno foi doado por Inhozinho à Zé Pequeno, que durante toda a vida trabalhou para a família de fazendeiros. Não há registro formal da doação.
2ª geração (geração dos filhos dos fundadores)	Herdeiros de Deca Baiano (filho de João Baianinha).	8	Este terreno foi comprado por Deca Baiano, um dos filhos de João Baianinha. Segundo Zé D'Olímpio foi provavelmente comprado da "Família Jorge".
3ª geração (geração dos filhos dos fundadores)	Família de "Das Dorez" (parentesco ligado a João Baianinha)	6	Este terreno foi comprado de Inhozinho Jorge por um filho de João Baianinha.

Por volta do ano 2011, Sr. Jeco, falecido em 2012, mas que na época era um dos mais velhos moradores de Três Barras, contou para Sidnei (morador da Comunidade Três Barras) uma versão sobre a história de Buraco que lhe havia sido transmitida por seu pai²¹. O pai do Sr. Jeco foi contemporâneo dos primeiros moradores de Buraco e estava presente quando eles chegaram à região. Após a abolição, os negros escravizados em fazendas no atual distrito de Itacolomy, em Conceição do Mato Dentro, desejavam permanecer no mesmo local, pois acreditavam que apesar de trabalharem sem remuneração, era vantajoso permanecer onde lhes eram oferecidas moradia e alimentação. Entretanto, foram forçados a deixar a região, uma vez que os proprietários daquelas terras queriam livrar-se de obrigações com pessoas que já não poderiam ser escravizadas. Nesta versão sobre a história da comunidade, Teófilo Jorge, fazendeiro dono de imensas terras nas proximidades de Três Barras (patriarca da Família Jorge), doou terras na região de Buraco – um vale sem utilidade para o fazendeiro – para os “negros de Itacolomy”. Nesse tempo, “em Buraco era só mato”.

Quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas de Buraco é confinante com as terras de herdeiros de Teófilo Jorge, que faleceu em data não identificada. Suas terras passaram para seu filho, conhecido como “Inhozinho Jorge”, também já falecido. Hoje pertencem aos filhos de Inhozinho e é administrada pela herdeira Cláudia, conhecida como Claudinha. O restante do território quilombola faz divisa com a fazenda de “Salabim e Zé Boi”, comprada de um dos herdeiros da “Família Jorge”. Antes dessa venda, portanto, o território de Buraco era totalmente confrontante com terras dos herdeiros de Teófilo Jorge.

Os moradores mais antigos de Buraco contaram - a partir de relatos transmitidos pelos primeiros quilombolas que ocuparam a região – que uma parte dessa fazenda foi, no passado, propriedade dos quilombolas de Buraco. Também, a partir de descrições dos antigos, narram ainda episódios em que fazendeiros adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos “tempos difíceis”.

Há até cerca de 30 anos atrás, os moradores de Buraco eram exclusivamente lavradores que cultivavam principalmente milho e feijão, no terreno dos antepassados da atual fazendeira Claudia. Trabalhavam em “regime de terça”. Todos os custos da lavoura ficavam por conta dos quilombolas e a terça parte da colheita era reservada para o dono do terreno. Ainda que esse regime não fosse vantajoso, viabilizava o modo de vida tradicional, mesmo com dificuldades. Há aproximadamente 10 anos, um evento marcou a história da prática agrícola da comunidade. A fazendeira Cláudia passou a investir na pecuária, disseminando capim por extensas áreas, antes reservadas ao cultivo. Desde então a agricultura foi praticamente extinta na comunidade: “Agora tudo é pasto”, lamenta Demilson, liderança quilombola de Buraco. Hoje os quilombolas não têm condição de viver como agricultores, e ficaram cercados por pasto.

²¹ Sr. Jeco contou esta história a Sidinei (da Comunidade Três Barras) na ocasião em que ele investigava a história de seus parentes para relatar a Fundação Cultural Palmares e solicitar o certificado de auto-reconhecimento como comunidade quilombola.

Sobre a fazenda tornada pasto, e a opressão gerada pelas restrições impostas pela fazendeira, um quilombola lavrador, de Buraco, comentou:

“[...] essa fazenda confinante é terra demais! Só para boi porque o povo ficou circulado. A gente sem nada. Bois bebendo em cima de nascente que abastece a gente de Buraco. Água que usamos para beber. Estamos sendo escravos deles, bebendo água que os bois bebem antes. Querem governar tudo. Até lenha estão impedindo de tirar no mato.”²²

Os moradores de Buraco seguem um padrão de casamentos primordialmente endogâmico, ou seja, realizado entre parentes. Alguns casamentos entre moradores de Buraco e Três Barras também ocorreram, mas foram menos comuns. Zé D’Olimpio, Demilson e Sirlene, interlocutores na pesquisa para o Inventário, listaram casamentos entre moradores de Buraco e de Três Barras e não chegaram a contar dez uniões, considerando a geração atual e as passadas. Entre essas uniões, a mais antiga talvez seja entre Deca Baiano (filho de João Baiano) e “Guiguinha” (filha de Moisés Pereira, um negro que possivelmente é um dos mais antigos moradores de Três Barras). Deca Baiano se mudou para Três Barras após a união matrimonial e é lembrado, em Três Barras, como um dos antigos da comunidade. Lá ele comprou terras dos herdeiros de Joaquim da Silva, outro dos primeiros moradores de Três Barras. A maior parte dessas uniões inter-comunitárias ocorreram envolvendo homens de Buraco e mulheres de Três Barras. Em geral foram as mulheres de Três Barras que saíram da casa dos pais para morar na localidade do marido (uma das exceções foi o caso de Deca Baiano). É por isso que existem mais pessoas nascidas em Três Barras que vivem em Buraco, do que o contrário. Já entre comunitários de Buraco e de Cubas não constam relações matrimoniais. Sobre isso, quando questionado, Zé D’Olimpio comentou:

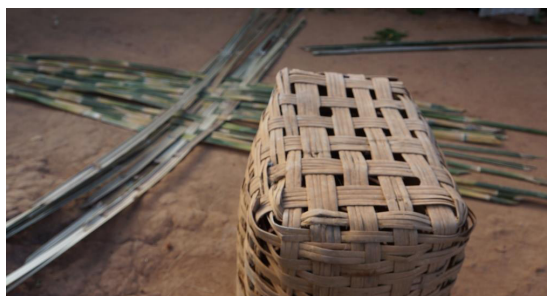
“Não. Com Cubas não tem não. Só se for do meu tempo pra trás. Que no meu tempo, não tem não. Não me recordo não. Aqui [Buraco] pra dentro aqui. Todos aqui são irmãos, filhos, sobrinhos, netos, primos... É tudo uma família só.”

Para se chegar à comunidade de Buraco existem dois caminhos principais: pela estrada de terra ou por um atalho que atravessa a Cachoeira de Três Barras. Este atalho é o mais usado pelos quilombolas, há décadas (possivelmente desde a formação da comunidade); e ambos os trajetos são geralmente feitos a pé. Pela estrada gastam aproximados 90 minutos de caminhada. Já caminhando pelo atalho, gastam cerca de 60 minutos

²² Reservamos a identidade do quilombola. A proibição da coleta de lenha é uma arbitrariedade, considerando que a legislação ambiental proíbe a extração de madeira verde (usada, por exemplo, para fazer cercas), mas não há impedimento legal em relação à extração da madeira seca.



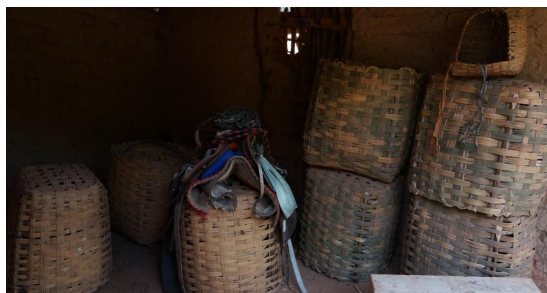
Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



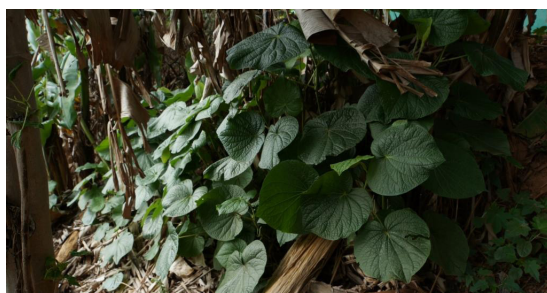
Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



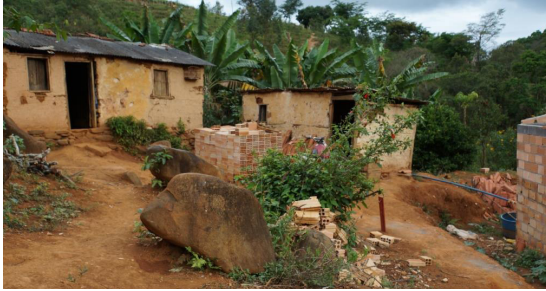
Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Buraco. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos

1.1.3 COMUNIDADE
QUILOMBOLA
CÓRREGO CACHOEIRA,
XAMBÁ E
RIBEIRÃO –
ASCAXAR
(DOM JOAQUIM)



A Comunidade Quilombola Associação Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR) está localizada no limite municipal entre Dom Joaquim (MG), onde se encontra o conjunto de povoamento Córrego Cachoeira, e Alvorada de Minas (MG), onde está o conjunto de povoamento Ribeirão. Não existem moradores na região conhecida como Xambá (ver seção 'História', adiante). O conjunto Córrego Cachoeira é dividido em duas localidades: Cachoeira de Cima, com 8 famílias, e Cachoeira de Baixo com 3 famílias moradoras. Já o conjunto Ribeirão se divide nas localidades Ribeirão de Trás, que conta com 22 famílias, e Ribeirão do Meio, com 12 famílias moradoras.

Córrego Cachoeira está a 35 Km da sede municipal de Dom Joaquim e Ribeirão dista aproximadamente 25 km da sede de Alvorada de Minas. Das duas regiões até as sedes municipais, o deslocamento é feito via estrada não pavimentada.

Com o 'Programa Luz para Todos' do Governo Federal, nos anos de 2002/2003 uma rede de energia elétrica foi instalada em parte do núcleo Ribeirão. Em Ribeirão de Trás, todas as famílias foram contempladas pelo Programa. Já em Ribeirão do Meio, até meados de 2016, apenas duas residências eram atendidas pela CEMIG: a de uma família quilombola e a propriedade do prefeito de Alvorada de Minas (gestão 2012/2016) que, assim como os quilombolas, é um descendente do fundador da comunidade.

A energia elétrica chegou para o restante de Ribeirão do Meio na segunda metade de 2016. Até esta data, a maior parte dos moradores de Ribeirão do Meio permaneceram sem condições de uso de equipamentos como geladeira, chuveiro elétrico, televisão e telefone celular. Por causa da falta do fornecimento de energia, alguns dos quilombolas de Ribeirão do Meio já viveram casos graves de impossibilidade de cuidados com a saúde que demandam uso de equipamentos elétricos. Em 2006, todas as casas do núcleo Córrego Cachoeira tiveram acesso à energia elétrica, após a comunidade se mobilizar e organizar um documento de protesto *abaixo-assinado*.

No conjunto de povoamento Ribeirão funciona a Escola Estadual Retiro de Limoeiro, com turmas de ensino fundamental, que atende parte das povoações rurais do município Alvorada de Minas, incluindo Ribeirão. Os quilombolas de ASCAXAR que moram no núcleo Córrego Cachoeira (vinculado ao município de Dom Joaquim) e estão matriculados no ensino fundamental estudam em Gororós (distrito de Dom Joaquim). Já para cursar o ensino médio, os quilombolas de ASCAXAR, seja moradores de Ribeirão (Alvorada de Minas), seja moradores de Córrego Cachoeira (Dom Joaquim), podem estudar no distrito de Gororós ou na sede de Alvorada de Minas. Ambos os municípios disponibilizam transporte escolar. Durante certo período, até o ano de 2015, a Prefeitura de Dom Joaquim oferecia transporte escolar até Gororós para alunos do Ensino para Jovens e Adultos (EJA). Em 2016, entretanto, esse transporte foi cancelado e alguns quilombolas que cursavam EJA tiveram que interromper os estudos.

Em 2008, em contrapartida à instalação de estruturas necessárias ao empreendimento minerário da empresa MMX (depois incorporada pela Anglo American) no município Alvorada de Minas, esta inaugurou um posto de saúde em Ribeirão de Trás para acolher, além dos moradores dessa região, também os de Ribeirão do Meio, Três Barras, Retiro do Limoeiro e Jaguara, todos vinculados a Alvorada de Minas.

Os quilombolas de Cachoeira são atendidos no posto de saúde do distrito de Gororós ou precisam aguardar o atendimento médico quinzenal oferecido na escola estadual da povoação quilombola.

O acesso à água também é diferente entre os dois conjuntos de povoamento do quilombo. Cachoeira de Baixo conta com um poço artesiano, concluído por volta de 2013, com recursos dos próprios quilombolas e apoio da Prefeitura Municipal de Dom Joaquim. Nas localidades Cachoeira de Cima e Ribeirão de Trás é comum o uso de cisternas (como são localmente chamados os poços freáticos), que são reservatórios construídos pelos próprios quilombolas, cavados artesanalmente no solo, com profundidade variável e que captam a água mais superficial do lençol freático. Quanto mais profundas são perfuradas as cisternas, maior a possibilidade de uma captação mais volumosa de água. Muitas das cisternas na comunidade não possuem revestimento interno, ficando sujeitas a contaminações. Os quilombolas informam também que quanto mais raso é o poço, mais susceptível está a contaminações, porque as impurezas do solo – principalmente quando chove – misturam-se com mais facilidade à água.

As cisternas da localidade Cachoeira de Cima são mais profundas e disponibilizam um volume de água suficiente para o consumo humano e as atividades domésticas de cada uma das famílias. Já em Ribeirão de Trás, esses poços são mais rasos e fornecem uma pequena quantidade de água que é destinada principalmente para beber; quando há volume suficiente, usam também para cozinhar. Para completar a necessidade diária de água, como por exemplo, para lavar roupas e limpar a casa, os moradores de Ribeirão de Trás captam água de tanques (bebedouros para animais).

Foram relatados diversos casos de esquistossomose em Ribeirão do Meio, que é a localidade do quilombo com infra-estrutura e saneamento mais frágeis. Nessa localidade as cisternas são raras e os quilombolas recorrem à água da chuva, às nascentes (transportando a água em baldes) e ao reaproveitamento da água dos tanques. Nas vésperas das eleições de 2016 a Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas instalou dois poços artesianos, um em Ribeirão de Trás e outro no Ribeirão do Meio.

Em novembro de 2016, na data da última pesquisa de campo do INRC Quilombos do Cipó, o poço de Ribeirão de Trás funcionava de modo intermitente e o de Ribeirão do Meio ainda não funcionava.

Desde o início dos anos 2000, a comunidade quilombola sofre com a escassez de água. Por volta de 2002, na localidade Córrego Cachoeira houve uma brusca queda no volume disponível para consumo dos moradores. A diminuição foi progressiva ao ponto de, por volta de 2004/2005, uma barragem de produção de energia elétrica para uso particular na Fazenda Cachoeira (fazenda próxima ao núcleo Cachoeira) ser desativada.

No segundo semestre de 2014, o mesmo córrego atingiu um volume extremamente baixo e quase secou. As águas do Córrego Ribeirão de Trás também tiveram seu volume reduzido. Ao que indicam os quilombolas, essa redução está associada à falta de chuvas articulada com a mudança no uso do terreno onde nasce esse riacho, transformado em monocultura de eucaliptos, por volta de 2008. O único moinho de fubá no quilombo está disposto no curso do Córrego Ribeirão de Trás e hoje funciona apenas nos períodos chuvosos.

Dentre as comunidades quilombolas pesquisadas no Inventário, ASCAXAR é a que se destaca pela exuberância da agricultura familiar, tradição ancestral dos quilombolas atuais. Em 1984, o ancião Sebastião Dias de Jesus (pai de Cida, capitã da marujada e liderança da turma, duas importantes referências culturais da comunidade), recebeu do INCRA um certificado de Produtor Modelo/Produtor Conservacionista, condecorado com uma medalha de ouro. A Comunidade Quilombola Associação Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão tem esse nome porque se organizou formalmente como comunidade quilombola auto-declarada junto a Fundação Cultural Palmares no ano 2013, em função da solidariedade e prosperidade de uma organização de trabalho cooperativo de uma turma de agricultoras e agricultores comunitários. Essa turma é uma referência cultural de grande importância para os quilombolas e teve início com a organização dos ancestrais das atuais lideranças da comunidade.

O povoamento inicial do quilombo se formou com a ocupação das margens dos Córregos Ribeirão de Trás, Ribeirão do Meio e Cachoeira. Contam que três negros foram os responsáveis pela origem do grupo: Luiz Capitão, fundador da povoação Cachoeira de Baixo; Zé Vertelo, fundador de Cachoeira de Cima; e Vicente Garcia, o fundador de Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio²³. Em Xambá não vivem quilombolas, como será detalhado adiante. Em relação às referências sobre a data de nascimento e morte de cada um deles, apenas de Luiz Capitão obtivemos uma informação precisa.

Luiz Capitão nasceu no ano de 1901 e morreu com 96 anos, em 1986. Sobre Zé Vertelo a única referência possível se fundamenta em uma inferência a partir da idade de Raimunda Dias de Andrade Ávila (“Raimunda de Zico”). Ela nasceu por volta do ano de 1922 e é viúva de um bisneto de Zé Vertelo (Sebastião, conhecido como “Zico”, nascido no ano de 1924 e falecido em 2007). Sobre Vicente Garcia, Dona Liquinha que é sua neta (nascida no ano de 1935), diz que não o conheceu. Completa que aqueles que o conheceram já faleceram e comentavam que ele morreu bastante idoso.

O Córrego Ribeirão de Trás nasce em uma área considerada pelos quilombolas como, originalmente, propriedade de Vicente Garcia, que posteriormente foi vendida por seus descendentes a um forasteiro²⁴. Hoje esta área está ocupada por uma plantação de eucaliptos. O Córrego Ribeirão do Meio brota na divisa entre os quintais de duas quilombolas, Dona Tutuca e Dona Lurdes. Ele deságua no Córrego Ribeirão de Trás. Já a nascente do Córrego Cachoeira está na fronteira entre as terras de herança de Zé Vertelo e o terreno de um homem que não é quilombola, chamado Epaminondas (filho de um fazendeiro da região). A região mais próxima da nascente é conhecida como Cachoeira de Cima. Mais a jusante está Cachoeira de Baixo, povoação fundada por Luiz Capitão, e a Fazenda Cachoeira (onde os ascendentes de Luiz Capitão foram escravizados).

²³ Os principais informantes sobre a história da comunidade quilombola foram: Raimunda de Zico, 93 anos, viúva de um dos netos do fundador Zé Vertelo, e moradora de Cachoeira de Cima. A família de Raimunda é de Ribeirão de Areias (município de Sabinópolis) e com parentes com a família de Zé Vertelo, também de Ribeirão de Areia, segundo ela; Dona Liquinha, 80 anos, neta de Vicente Garcia, nascida em Ribeirão de Trás, onde sempre viveu; Antônia, 36 anos, bisneta de Luiz Capitão, nativa de Cachoeira de Baixo, sua atual residência; Aparecida, liderança comunitária, nascida em Ribeirão de Trás e moradora de Cachoeira de Baixo.

²⁴ Desde 2008, aproximadamente, após o plantio de Eucalipto nessa região, os quilombolas observam uma redução no volume da água no Córrego Ribeirão de Trás.

Os quilombolas conhecem pouco sobre a história de vida de Zé Vertelo e Vicente Garcia. Indicam que vieram da localidade rural Ribeirão de Areia, no município de Sabinópolis (que tem limite com Dom Joaquim e Alvorada de Minas). “Raimunda de Zico” (viúva de um neto de Zé Vertelo e nascida em Ribeirão de Areia) conta que esses antigos eram irmãos. Já Dona Liquinha (neta de Vicente Garcia) informou que nunca ouviu falar que Vicente Garcia tinha um irmão. D. Liquinha sabe que Vicente Garcia casou-se quatro vezes, sendo sua última esposa chamada Maria Cândida da Silva Garcia. Já Zé Vertelo foi casado uma única vez, com uma mulher branca conhecida como Liquinha, contou Dona Raimunda. Segundo Raimunda, Zé Vertelo era um homem negro.

Sobre o modo de ocupação inicial por cada um desses três antigos fundadores da comunidade ASCAXAR, nenhum dos entrevistados soube descrever. Ao que tudo indica, entre os três fundadores, Vicente Garcia é o que detinha a maior extensão de terras e abrigava diferentes famílias de agregados. Hoje, os sucessores desses agregados compõem junto com os herdeiros de Vicente Garcia (e de Luiz Capitão e Zé Vertelo) uma intrincada rede de parentesco extenso.

O território original fundado por Vicente Garcia se estende para além de Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio, abrangendo Córrego das Lages, Três Barras e, ao menos, parte de Cachoeira de Baixo. Alguns trechos desse território inicial foram vendidos por um preço muito baixo, em transações envolvendo os próprios parentes: “trocava prato de fubá por pedaço de terra”, conta Dona Liquinha, descendente do fundador. Os moradores de Córrego das Lages e Três Barras também são descendentes de Vicente, mantêm relações de amizade e reciprocidade com os quilombolas, mas não se auto-atribuem essa identidade étnica. Outros herdeiros também não se entendem como quilombolas. Trata-se da linhagem de Miguel Garcia, um dos filhos do fundador. A esta linhagem pertence Valter Antônio Costa, Prefeito de Alvorada de Minas na gestão 2012-2016, neto de Miguel. Eles ocupam uma extensa área em Ribeirão, sendo uma parcela herdada por Miguel Garcia e uma porção comprada de outros herdeiros. Vicente era ainda dono de um trecho de terras em Cachoeira de Baixo. Essa área ficou para Miguel Garcia e mais tarde foi vendida por um de seus sucessores a um genro de Luiz Capitão conhecido como *Sutero* e permanece compondo o atual território quilombola. Sobre a história de vida de Luiz Capitão, incluindo sua chegada em Cachoeira de Baixo, um relato rico em detalhes foi concedido por uma de suas bisnetas, Antônia Maria Pereira (nascida em 1974). O bisavô contou a ela muitas histórias e ao término explicou: “eu estou contando isso pra você porque você é a minha segunda bisneta mais velha e você vai passar de gerações a gerações. Não deixa meu nome se perder na historia!” (Antônia. Janeiro/2015). A história foi contada sob uma mangueira durante o intervalo de um mutirão para barrear a casa de um dos netos de Luiz Capitão. Para registrar, Antônia marcou a data em uma das paredes em construção: 21 de janeiro de 1986.

Luiz Gonzaga (ou Luiz Capitão, como ficou conhecido mais tarde) nasceu no ano de 1901, filho de Maria Maia, uma negra nascida na Fazenda Cachoeira, que nessa época era propriedade de Chico Maia. Neste período, apesar da abolição formal da escravidão, continuavam operando relações de subordinação e opressão sem que nenhuma política de reparação fosse instituída para inserir a população negra na sociedade brasileira.

Os negros da Fazenda Cachoeira – como tantos outros - permaneciam explorados. A mãe de Luiz Capitão, já com outros quatro filhos, escondia sua gestação. Ao sentir as contrações do parto caminhou até a mata alegando que buscava lenha. Paniu a criança em um valo²⁵ que marcava os limites da fazenda e, para que seu filho não fosse tratado como um escravo, ali mesmo o acomodou e retornou sozinha. O recém-nascido foi encontrado por vaqueiros. Luiz Capitão aprendeu a ler e a escrever na Fazenda Cachoeira. Antônia supõe que o bisavô era filho de um Capitão do mato, o que lhe valeu a alcunha de “Luiz Capitão” e lhe permitiu a oportunidade do letramento. O valo onde nasceu o patriarca da família é hoje lugar de referência para a comunidade.

Minha Origem

Vou contar uma história/Quando tudo começou/A origem da minha comunidade/Onde morava o meu bisavô/Nascido dentro de um valo/E sua mãe ali deixou/Já era tarde do dia/Quando um vaqueiro o encontrou/Lutando pra sobreviver/Trabalho com agricultura/Deixando seus ensinamentos/A uma geração futura/Sendo filho de escrava/Ele sempre nos ensinou/A preservar nossa cultura/E amar a nossa cor/Somos negros/Descendentes de quilombolas/A melhor coisa do mundo/É falar de nossa história. (Poema de Antônia Maria Pereira, bisneta de Luiz Capitão)

Além de agricultor, Luiz Capitão era vaqueiro e, conduzindo os rebanhos, freqüentemente transitava pela Fazenda Ribeirão. Casou-se com Maria Marta Pereira (depois apelidada de “Maria Capitoa”), filha de ex-escravizados da Fazenda Ribeirão que após a abolição permaneceram no mesmo local sob condições de exploração. Maria Marta e Luiz Capitão, recém casados, se estabeleceram como agregados na Fazenda Cachoeira onde nasceram seus cinco filhos, e acolheram mais quatro, por adoção. Após Luiz Capitão recusar um pedido do Fazendeiro Chico Maia – para que uma de suas filhas servisse na “Casa Grande” –, sua família foi expulsa da propriedade. Ele sabia que autorizar a filha a trabalhar na fazenda significava consentir que se sujeitasse a condições de escravidão. Como *plantava na meia* com Chico Maia, uma parcela da colheita era devida a ele. Antes de deixar a moradia, colheu o milho plantado, ainda sem amadurecer, e distribuiu uma parte aos vizinhos. O fazendeiro ordenou a seus funcionários que lançassem aos porcos a outra metade da lavoura, ignorando a toxidade da palha do milho verde. Os porcos do fazendeiro foram todos intoxicados.

Contando com uma reserva de dinheiro, Luiz Capitão comprou um pedaço de terra às margens do Córrego Cachoeira, onde se formou a comunidade. Dia e noite a família trabalhou para construir a nova morada, feita de adobe e telhas de barro moldadas nas coxas. Esta casa se manteve erguida por mais de 50 anos e suas ruínas permanecem no local. Mais tarde, adquiriu outro terreno na localidade Cachoeira de Baixo e outro em Ribeirão de Trás. Parte do dinheiro necessário para aquisição dessas duas terras reuniu criando e vendendo porcos *na meia* com vizinhos, parentes e amigos.

²⁵ Uma cava de grandes proporções (rego seco) construída antigamente pelos fazendeiros para marcar a divisa de suas propriedades com a dos outros fazendeiros ou mesmo entre suas pastagens. Os valos geralmente eram construídos pelos escravizados.

Em Ribeirão de Trás, Luiz Capitão construiu uma casa de madeira com dois pavimentos, hoje desmanchada. No porão dessa casa, por volta dos anos 1950, funcionou uma escola, onde atuava uma professora contratada por ele.

Nessa escola, muitos dos atuais moradores da comunidade aprenderam a ler e escrever. Com este projeto, a intenção de Luiz era oferecer a seus filhos e netos condições para que não se sujeitassem à exploração nas fazendas. Luiz Capitão anotava todas as suas negociações de compra e venda e muitos dos acontecimentos diários. Esses documentos ficaram sob a guarda de Antônia, sua bisneta, que doou alguns dos cadernos ao Museu de Dom Joaquim, atualmente inoperante.

Os limites do território quilombola em Cachoeira de Baixo reúnem uma área comprada por Luiz Capitão e outra por um dos seus genros (Ernestino Carneiro dos Santos, conhecido como “Sutero”). Entre os herdeiros de Luiz Capitão, permaneceram na comunidade apenas as famílias de suas filhas Pedrelina Pereira (esposa de Sutero), Conselita (casada com Paulo Capitão) e Mercês. A primeira herdou uma parcela de terras em Cachoeira e as outras duas em Ribeirão de Trás.

Hoje, Cachoeira de Baixo é ocupada por três famílias, todas descendentes do casal Pedrelina e Sutero. Este, assim como Luiz Capitão, é uma referência para os moradores dessa localidade quilombola, que inclusive são conhecidos como “povo de Sutero”. Ele nasceu no ano de 1928 na localidade rural Córrego do Baú, no distrito de Gororós. Casou-se por volta de 1946 e junto à esposa viveu por um tempo nas terras de Luiz Capitão. Em um segundo momento, foi morar e trabalhar como agregado na Fazenda do Cedro, propriedade de um homem conhecido como Nonô de Mauro, confrontante com as Fazendas Ribeirão e Cachoeira. Essa fazenda foi famosa por suas inúmeras roças, todas plantadas em parceria com agricultores familiares da região, incluindo os quilombolas. Na região, o sistema de parceria se divide em duas modalidades: na meia, quando metade da colheita destina-se ao dono da terra; e na terça, quando 1/3 da colheita fica para o proprietário.

No subsolo desta fazenda funcionou uma escola, onde muitos moradores de Cachoeira, especialmente da geração dos filhos de Sutero (portanto, por volta de 1970), aprenderam a ler e escrever²⁶.

Mais tarde, após acumular uma determinada quantia em dinheiro, Sutero retornou para Cachoeira de Baixo, onde comprou parte do terreno do sogro, além de uma área que lhe foi vendida, por volta de 1980, por um homem de Gororós chamado Luiz Figueiredo (“Luizinho”). Luizinho havia comprado este terreno de descendentes de Miguel Garcia. Quando a Fazenda do Cedro foi repartida entre os herdeiros, a parceria com agricultores foi desfeita e alguns passaram a plantar, na meia ou na terça, com Sutero. Além de espaço suficiente para ceder a outros lavradores, em sua propriedade há ainda uma área de mata nativa, onde extraem lenha e barro tabatinga para caiar paredes das casas.

²⁶ Nesta mesma época, os moradores do Ribeirão estudaram na fazenda pertencente a Luiz Capitão.

Reconhecido como um homem generoso, Suter doou um lote para a construção da sede da ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão) e um terreno para criação do pomar coletivo da associação.

A Fazenda Cachoeira²⁷ foi vendida por Chico Maia, em 1946, a José de Figueiredo Sobrinho²⁸ e sua esposa Maria da Piedade Thomaz (hoje na sede dessa fazenda vive um neto do casal). Muitos dos quilombolas trabalharam no sistema de parceria (na meia ou na terça) com esse casal. Com o falecimento de Maria da Piedade em 1997, já viúva, foi arrolada a partilha dos bens entre os filhos e apenas um deles, Lúcio Thomaz, manteve a parceria com os quilombolas.

Lúcio recebeu a região conhecida como Xambá. Lá viveu com sua esposa, Neuza Pires (nascida em Jaguará, um povoado da região), entre os anos de 2002 e 2005, aproximadamente. Lúcio faleceu em 2015. É em função da participação desse casal que a associação inclui “Xambá” em seu nome. Neuza Pires, que atualmente mora na sede municipal, ainda é integrante da Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR). Por volta de 2005 venderam o sítio e como eram os únicos moradores de Xambá, hoje esta região está desabitada.

Atualmente, todas as áreas da antiga Fazenda Cachoeira antes usadas para plantio foram substituídas por pasto. Os quilombolas de ASCAXAR continuam a plantar no sistema de parceria, mas agora em outras fazendas da região.

A Fazenda Ribeirão foi construída por volta do início do século XVIII (século 18). O primeiro morador do qual existem referências é Padre Pereira Campos, um latifundiário do município de Alvorada de Minas. O sacerdote viveu no local possivelmente no século XIX (século 19), sendo que no final deste mesmo século a fazenda foi ocupada pela família de um homem chamado Teófilo Pinheiro, natural do município Serro. Em seguida passou a ser propriedade de Ielê Maia, irmão de Teófilo e de Chico Maia (proprietário da Fazenda Cachoeira). Por volta de 1942, Ielê Maia vendeu a propriedade para Cristiano Nunes da Silva, pai do atual dono (Ailê Nunes da Silva). A partir de relatos do pai, Ailê conta que até a década de 1940 havia muitos trabalhadores em condições de escravidão na fazenda²⁹.

Os quilombolas contam que Padre Pereira foi um senhor escravagista conhecido por sua crueldade. Foi assassinado por escravizados rebelados após um castigo severo a um deles. No local onde morreu foi erguida a “Cruz do Pereira”, que ainda hoje permanece no lugar, onde há casos de aparições de visagens.

²⁷ A atual casa da Fazenda Cachoeira foi construída no ano de 1956, após a demolição da antiga edificação.

²⁸ José de Figueiredo sobrinho é filho de Joaquim José Figueiredo, conhecido como “Coronel Quincas Pedro”, proprietário da Fazenda Areião, construída na primeira metade do século XIX, também no distrito de Gororós. (Fonte: Fichas de caracterização dos bens materiais da Fazenda Areião e da Fazenda Cachoeira- Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC/Exercício 2010/Prefeitura Municipal de Dom Joaquim).

²⁹ As informações deste parágrafo compõem o texto das fichas de caracterização do bem material Fazenda Ribeirão (Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC/Exercício 2010/Prefeitura Municipal de Dom Joaquim).

Na época, os escravizados eram obrigados a adotar o sobrenome de seus senhores. Assim, aqueles da Fazenda Ribeirão herdaram o sobrenome de Padre Pereira, caso de Maria Marta Pereira, esposa de Luiz Capitão. Já os negros da Fazenda Cachoeira carregam o sobrenome de Chico Maia, como a mãe de Luiz Capitão, Maria Maia. Durante o comando de Leide Maia na Fazenda Ribeirão, Maria Maia, mãe de Luiz Capitão, foi explorada como ama de leite. Contam que quando o leite faltava, ela era castigada com azeite quente gotejado em seus ouvidos, presa ao chão por pregos cravados sobre sua saia.

No ano de 2003, parte dos quilombolas se formalizaram sua organização na Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR), já mencionada. Desde então, recebem apoio freqüente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG). Como desdobramento desse contato, em 2012 o direito e a política quilombola foram apresentados à comunidade por Thiago Perpétuo Pereira, técnico agropecuário da EMATER-MG, unidade de Dom Joaquim. Em 30 de novembro do mesmo ano, os associados da ASCAXAR e outros moradores de Ribeirão e Cachoeira reuniram-se com a finalidade de deliberar sobre sua auto-definição como comunidade quilombola. Thiago e Maria Aparecida de Jesus Fátima (“Cida”), na época presidente da associação, explanaram sobre os benefícios do auto-reconhecimento e os tramites para a emissão do certificado. Todos os presentes registraram seus nomes na ata da reunião, totalizando aproximadamente 60 assinaturas, manifestando concordância com a atribuição da identidade étnica ao coletivo mais amplo Quilombo ASCAXAR que então seria formalizado. A Certidão de Auto-Reconhecimento como Comunidade Quilombola foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em 19 de setembro de 2013.

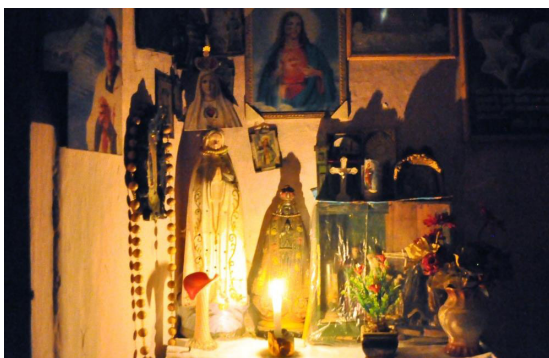
Sobre o nome da comunidade quilombola, após a criação da associação a sigla ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão) se tornou uma identidade do grupo. Assim, ao solicitarem a certificação na Palmares, decidiram manter a mesma designação. É importante notar, então, que a comunidade quilombola ultrapassa os associados à ASCAXAR (não apenas os associados são quilombolas), e também essa associação contempla associados que não são quilombolas. Grande parte das famílias das regiões quilombolas Ribeirão e Cachoeira mantêm uma produção agrícola destinada ao consumo doméstico, em geral, no sistema de parceria com fazendeiros, porque não dispõe de terra suficiente. No início de 2010, a ASCAXAR firmou um contrato com as escolas municipais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – do Governo Federal) e alguns agricultores passaram a fornecer alimentos para a merenda escolar. Antes dessa recente articulação para produção destinada às escolas – seja das hortas e roças particulares ou da roça coletiva – não existia cultivo destinado à comercialização. Com a substituição da agricultura (no sistema *de meia* ou *de terça* com os quilombolas) pela pecuária, as fazendas passaram a contratar os lavradores como vaqueiros ou para *bater pastos*. O dinheiro que circula na comunidade provém basicamente desses serviços, das aposentadorias, de *bolsas família*, do trabalho temporário masculino em outras regiões (nos meses de abril a setembro, intervalo entre as principais atividades na roça na comunidade) e, mais recentemente, do montante pago aos agricultores pelos alimentos fornecidos às escolas municipais.

Em função dos critérios da vigilância sanitária, os quilombolas podem apenas fornecer alimentos *in natura* para as escolas. Fornecem feijão, mandioca, abóbora, frutas e hortaliças. A farinha de mandioca e o milho, que também produzem com maior abundância, seja o grão ou o fubá, não podem ser destinados aos estudantes, por serem processados. De todo modo, entre as diferentes lavouras cultivadas, o milho ocupa a maior parte das áreas plantadas pelos quilombolas, sendo 100% para consumo local. Várias das comidas da culinária típica local incluem o milho. Além de servir ao consumo humano - cozido ou como fubá -, o milho é essencial para a alimentação de porcos – principalmente – e outros animais, como vacas, cachorros e galinhas.

Apenas duas famílias, a de Aparecida (em Cachoeira de Baixo) e a de Dona Liquinha (em Ribeirão de Trás), filha e mãe respectivamente, possuem casa de farinha em suas residências. A maior parte dos quilombolas produz a farinha e o polvilho em parceria (*na meia*) com elas, mas principalmente com Aparecida, em função da idade de Dona Liquinha, com 82 anos. O único moinho de fubá que há na comunidade, está instalado na casa de Dona Liquinha. Ele é movido à água e está disposto no curso do Córrego Ribeirão de Trás. Em função da atual escassez de água, funciona apenas no período das chuvas.

Cada um dos terrenos individuais na comunidade segue um padrão de ocupação, composto por casa, quintal, roça de milho, roça de feijão, horta, paiol e chiqueiro. O quintal é o terreno próximo da casa no qual plantam cana, alguns pés de café e frutas. Como no entorno das casas, as árvores frutíferas compartilham espaço com outras variedades de plantas, e segundo o entendimento local não configuram um *pomar* (este definido localmente como um terreno plantado exclusivamente com árvores frutíferas). A roça pode ser cultivada no entorno das residências ou em espaços exclusivos para lavouras (em geral, nas fazendas de terceiros). Por “roça” os quilombolas chamam a plantação daqueles vegetais colhidos uma vez ao ano, portanto, roça de milho, de feijão, de arroz e, mais recentemente, de abóbora. No caso da mandioca, cujo ciclo demanda três anos, não chamam de roça e sim de mandiocal (que como as roças, comumente é cultivado em terras de fazendeiros).

Poucas famílias possuem uma vaca para consumo doméstico do leite. Os donos das vacas costumam disponibilizar um pouco de leite para aquelas famílias com crianças pequenas. O animal é criado em *um pastinho* próprio (na minoria dos casos) ou em pasto arrendado. Nesse caso, a área (equivalente a um campo de futebol aproximadamente) custa, ao mês, o mesmo que a diária local paga a um trabalhador (hoje, R\$ 35,00). Essa medida de valor é padronizada e reproduzida desde gerações passadas.



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Coroação de Maria. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Cruzeiro. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Fazenda Ribeirão. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Filmagem. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Forno. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Horta. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Horta. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Marujada. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Marujada. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Marujada. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Marujada. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Mestre Aparecida. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Mestre Aparecida. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Marujada. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Roça Coletiva. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Roça Coletiva. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Roça Coletiva. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



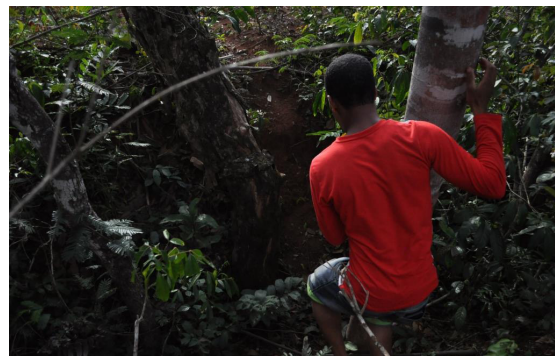
Roça Coletiva. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Sede. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Sede. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Vala. Mai/2016
Foto: Bruno Vasconcelos

1.1.4 COMUNIDADE QUILOMBOLA CUBAS (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO)



A Comunidade Quilombola Cubas está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG). Atualmente moram nessa comunidade cinco famílias quilombolas. Além das residências dessas famílias existem outras casas de propriedade dos quilombolas, mas cujos moradores não vivem em Cubas.

Além da comunidade quilombola, uma região mais ampla é conhecida como Cubas. Essa região é composta ainda por 10 propriedades de pessoas “de fora” e uma fazenda, da família Carneiro, que ocupa a região a, no mínimo, duas gerações. O acesso à comunidade a partir da sede de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até o trevo para as comunidades quilombolas Três Barras, Buraco e Cubas. A partir do trevo, a distância é de 8 km por via não pavimentada.

Até a primeira década dos anos 2000 existiu uma escola em Cubas. A época de surgimento dessa escola em Cubas não foi informada com precisão. De todo modo, Osvaldo Cassimiro de Assis (35 anos), filho de Geraldo Milim e Didica, conta que estudou nesta escola por volta de 1990. Atualmente não existem crianças no quilombo de Cubas e nem alunos matriculados no ensino médio. Caso existissem, precisariam estudar na sede municipal de Conceição do Mato Dentro.

Todas as casas em Cubas são abastecidas com água de nascente e o esgoto em geral é direcionado para fossas. Já a energia elétrica foi instalada em Cubas apenas no ano de 2005. Uma vez a cada mês recebem a visita de um agente de saúde comunitário vinculado a Prefeitura Municipal de Conceição de Mato Dentro. Esta frequência é considerada não satisfatória pelos moradores.

Sobre a origem do nome ‘Cubas’, Didica comentou:

“Eu não sei... Primeiro eles falavam que [aqui] era Lavrinha, mas depois eles dizem que Lavrinha é lá, e Cubas é aqui. Mas esse trem é errado porque Cubas é uma fazenda que tem pra lá do outro lado do rio. Daqui pra lá é uma meia hora. Que era onde tinham os escravos.” [Quando questionada se o lugar onde ela mora já pertenceu à Fazenda Cubas ela respondeu que:] “Uns dizem que foi, outros dizem que não”. (Geralda/Didica, 2015)

Conforme será descrito a seguir, os *antigos* moradores de Cubas lembrados foram a família ascendente de Geraldo Milim (com história ligada a Fazenda de Cubas), a família do padrinho de Didica, a família do pai de Didica, além dos nomes João Guinda, ‘Tinori’ (Joaquim Tenório), Joaquim Luiz e Zé Maria.

³⁰ A Comunidade Quilombola Cubas faz parte da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas, nome com o qual as três comunidades se apresentaram, reunidas, para formalização com emissão de certificado único de auto-reconhecimento da sua identidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Contudo, para a pesquisa do Inventário e para o presente Relatório, bem como para o tratamento das informações elaboradas ao longo da pesquisa nas Fichas de INRC, apresentamos as três comunidades separadamente buscando demarcar as singularidades de cada comunidade em relação à sua formação histórica, seus modos de organização social e suas referências culturais, apesar da sua organização política quilombola unificada.

Sobre a relação entre os ancestrais de Didica e a Fazenda Cubas ela conta que seu pai:

“trabalhou lá na fazenda dos escravos [...] Mas acho que [na época que ele trabalhou nessa fazenda] eles [os escravos] já tinham sido libertados. [...] Ele [o pai de Didica] era moreno, a mãe dele que era pretinha. Eu acho que nem a mãe, era a avó dele. Eu não conheci minha avó... [- E sabe dizer se sua bisavó foi escravizada nesta fazenda?] Ah, eu não sei se foi. Mas acho que foi.” (Geralda Didica, 2015)

Didica e Geraldo Milim moram em uma área recebida por ela como herança de seu padrinho Cassimiro José de Jesus Costa. Essa área é contígua a um terreno que pertenceu a Santina Costa, irmã de Cassimiro, e hoje pertence (ao menos uma parte) a uma família de Sete Lagoas. Cassimiro e Santina são filhos de Antônio Costa, que foi quem doou a área para a construção da capela do Divino Espírito Santo de Cubas e também o responsável pela sua construção, há mais de cem anos. A capela fica a poucos metros da casa que foi de Santina.

O moinho d'água localizado próximo à casa, mas que hoje está em ruínas, foi construído na mesma época da capela. Havia também um monjolo e um engenho.

Cassimiro José de Jesus Costa era primo (de terceira ou quarta geração) da mãe de Didica e casado com América Manoela dos Santos (irmã do pai de Didica). Ele morreu com 82 anos em 1990. A casa herdada por Didica foi construída por volta de 1918 (quando Cassimiro tinha dez anos de idade). Dona Didica mora nesta casa desde os três anos de idade.

Dona Didica não sabe a origem das posses de Antônio Costa. Por outro lado, informa que os filhos de Antônio Costa (Cassimiro e Santina) eram da região de Córrego Fundo - João Felício, o que indica que Antônio Costa possivelmente não tinha terras de herança em Cubas. Supomos, portanto, que Antônio Costa comprou esse terreno ou que o recebeu como algum pagamento.

Zé D'Olímpio, 78 anos (liderança quilombola de Buraco), supõe que na origem de Cubas existam parentes descendentes dos antepassados de Buraco, mas não sabe dizer precisamente. Zé D'Olímpio mencionou ainda um homem chamado João Guinda, que morreu com mais de 100 anos; um 'Tinori' (Joaquim Tenório) que morava “no rumo de Tabuleiro, no alto da serra”. Esses seriam os mais antigos moradores da região de Cubas, segundo ele.

Os quilombolas entrevistados em Cubas também apontam João Guinda como um dos mais antigos moradores da comunidade. Ele “era do tempo dos escravos”. João Guinda morreu no início dos anos 1980. Era sogro de Anita, uma moradora de Cubas que é viúva de 'Dezinho'. Dezinho é primo de Didica e também de seu esposo Geraldo Milim.

Didica também se lembra de 'Tinori':

“Aqui morava um escravo. [- Onde?] Ele ficava mais na casa dos outros, mas morava ali em cima, na serra ali. [- A senhora conheceu?] Conheci, ele era até padrinho da minha irmã. Um tal de Tinori. Eu lembro dele, eu estava pequena mas eu lembro. [- Ele era idoso?] Era. Ele era dos escravos mesmo. Ele saiu e ficou aqui. [- Essa terra era dele?] Acho que ganhou dos donos daqui. Que essa terra era deles, aí em cima também. Que deram a ele um lugarzinho pra fazer um ranchinho aí. Ele morava sozinho.” (Didica, 2015)

Ainda sobre os antigos, Didica recorda vagamente de um homem chamado Joaquim Luiz que, segundo ela,

“também era dos escravos; morava do outro lado do rio. A bizavó do Geraldo também era dos escravos. Esqueci o nome dela. Acho que era parente desse Joaquim Luiz. [...] Tinha também um tal de Zé Maria. Ele já não era negro mesmo. Mas acho que o pai era dos escravos”. (Geralda/Didica, 2015)

Sobre o local de moradia dos pais de Geraldo Milim:

“era do outro lado do rio ali. Acho que eles ganharam na época. Me parece que eles ganharam. [- De quem?] Uai, desses escravos antigos que tinham. [- Dos escravos ou dos donos dos escravos?] Acho que dos donos, né. Um negócio assim...” (Geralda/Didica, 2015)

O avô de Geraldo de Milim chamava-se Júlio Vicente e *“era do povo escravo...[...] povo que veio da antiga fazenda da estiva, ou Fazenda de Cubas, cachoeira da fábrica onde fundiam ferramentas.”* (Geraldo Milim, 2015)

Mais recentemente, há cerca de 15 anos, houve uma migração intensa em Cubas, quando saíram da comunidade cerca de sete famílias. Antes dessa evasão volumosa, Cubas era “uma comunidade de verdade”, comentou Didica: “tinha campo de bola, escola, boteco, a reza na igreja ficava cheia”.

Além da comunidade quilombola, existe uma região mais ampla conhecida como Cubas, que é cortada pelo Rio Cubas. Nessa região mais ampla não vivem apenas parentes, mas também “gente de fora”. Entre as casas de pessoas com parentesco com o casal Didica e Geraldo Milim foram citadas: a de Silvana (sobrinha de Geraldo), a de Zélia (irmã de Geraldo), a casa de Maria Helena e Cassimiro Júlio (os pais do Geraldo que hoje moram em Conceição do Mato Dentro); a de Matusalém (irmão de Geraldo Milim); a de Tânia (irmã de Geraldo que construiu uma casa, mas não mora em Cubas); e ade Anita (cujo falecido esposo era primo de Didica e de Geraldo).

Os outros moradores da região mais ampla chamada Cubas e que foram citados são: os Carneiros (uma família antiga que vive na Fazenda dos Carneiros); Laerte (que herdou um terreno de sua mãe); Nunes (“de fora”); Osvaldo (vindo de Sete Lagoas e que comprou a casa que foi de Santina Costa); Mariano (vindo de Venda Nova/BH); Milton (vindo Venda Nova/BH); Valnei (que é de Conceição, onde mora; em seu terreno há apenas um barracão); Jácaré (também “de fora”); e outro morador de quem não souberam dizer o nome ou a origem.

Episódios de perda de terras foram narrados em Cubas: casos de fazendeiros que adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, em tempos difíceis.

Transferiam então partes de suas terras de herança para conseguir gêneros de primeira necessidade – alimentos, remédios, condução para tratamento de saúde; pagamento de tratamento de saúde.

Alexandre Assis mencionou uma história sobre a ocupação antiga de Conceição do Mato Dentro por quilombolas que ele acredita terem alguma relação com sua comunidade. A história fala da condenação ao enforcamento de escravos em Conceição do Mato Dentro, “porque haviam pisado o tapete da igreja dos brancos”. Cerca de oito escravos teriam sido condenados e destes,

“Quatro fugiram para Meloso, fizeram a volta e pararam no Mata Cavalo, em Tijucal. Esse povo desceu. Uma escravizada foi liberada em Candeias e casou pela região de Três Barras. Daí teria se formado Buraco, Três Barras e Cubas. O lugar chamado Meloso hoje é um eucaliptal da Cenibra. Ali os escravos fugidos do enforcamento em Conceição do Mato Dentro trabalharam com fundição. Candeias também tem relação com Cubas por casamentos entre escravizados das duas regiões. No tempo dos antepassados os escravizados trabalhavam com fundição de ferro numa Fazenda chamada Cubas.” (Alexandre Assis, 2015).



Alvenaria em barro. Jan/2017
Foto: Bruno Vasconcelos



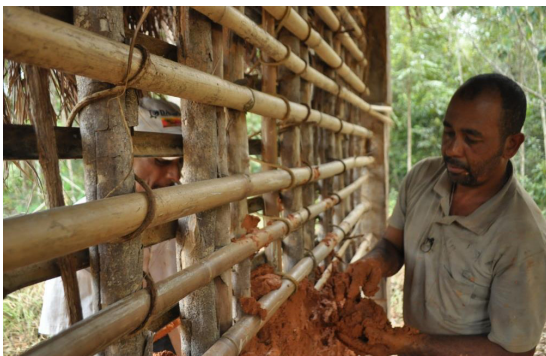
Alvenaria em barro. Jan/2017
Foto: Bruno Vasconcelos



Alvenaria em barro. Jan/2017
Foto: Bruno Vasconcelos



Alvenaria em barro. Jan/2017
Foto: Bruno Vasconcelos



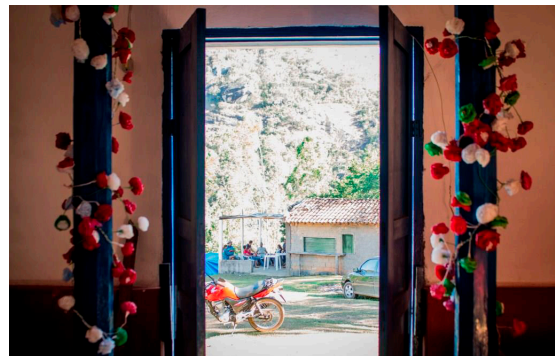
Alvenaria em barro. Jan/2017
Foto: Bruno Vasconcelos



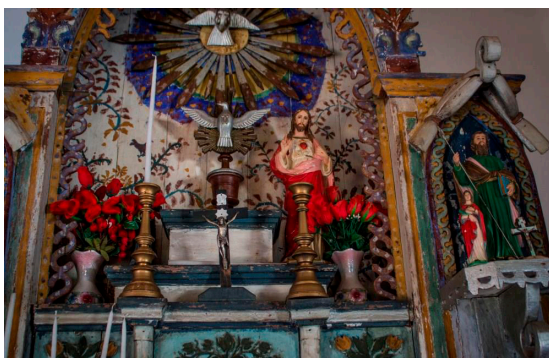
Capela do Divino Espírito Santo. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



Capela do Divino Espírito Santo. Nov/2016
Foto: Bruno Vasconcelos



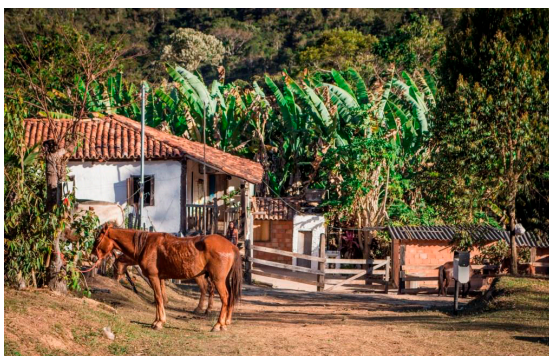
Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



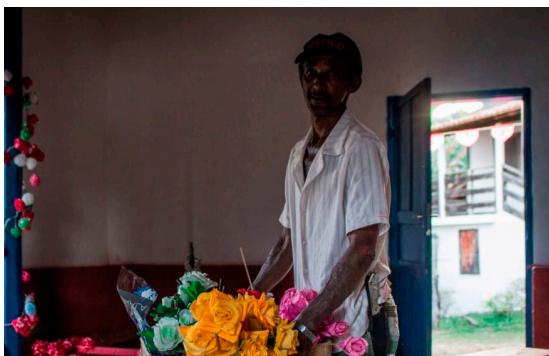
Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



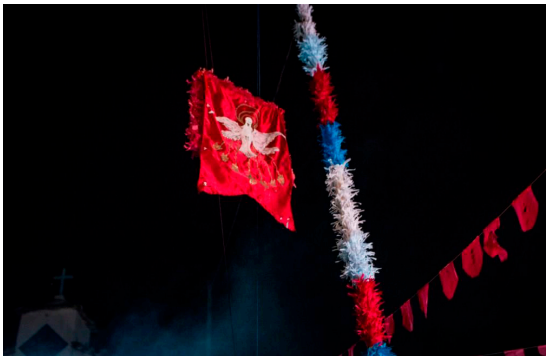
Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa do Divino Espírito Santo. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Paisagem. Nov/2016
Foto: Natália Gomes



Paisagem. Nov/2016
Foto: Natália Gomes



Paisagem. Nov/2016
Foto: Natália Gomes

1.1.5 COMUNIDADE
QUILOMBOLA
MATO DO TIÇÃO,
MATIÇÃO
(JABOTICATUBAS)



Mato do Tição (também chamada de Matição) é situada em Jaboticatubas, a cerca de 4 km da sede desse município. Essa comunidade quilombola tem uma história longa que envolve cerca de 5 gerações. Nas falas dos anciãos, podemos extrair uma classificação geracional, que distingue a '*nossa gente*' ou '*nosso povo*' de Matição entre '*novos*', '*velhos*', '*antigos*' e '*antepassados*'. Os novos (*povo novo*, ou *povo d'agora*) são os descendentes de terceira e quarta³¹ geração de Benjamin de Siqueira, que é considerado o fundador da *comunidade*. Os filhos de Benjamin são os velhos, atuais anciãos. Antigos são os parentes da geração de Benjamin; e antepassados são aqueles de gerações anteriores, os escravos negros e índios que começaram a povoação do lugar. A comunidade habita um território de comunhão onde a descendência e, respectivamente, a ancestralidade, são referências de maior importância.

Jaboticatubas é um município que pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)³², e abrange cerca de oitenta por cento (80%) da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó, região de reconhecida relevância socioambiental, paisagística, sócio-cultural e turística. O município teve origem com a sesmaria doada em dois (02) de novembro de 1716, pelo Governador D. Braz Baltasar da Silveira ao Ermitão da Caridade Félix da Costa. A doação dessas terras condicionava-se ao compromisso de servirem para a manutenção da Ermida de Macaúbas. Ao redor dessa ermida, construíram-se fazendas de gado. Por volta de 1858 o povoado já consistia num arraial, nomeado Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Em 1938, o arraial foi promovido e regulamentado como cidade.

Uma parte significativa da economia do município gira em torno de atividades ligadas à pecuária, à monoculturas agrícolas e à mineração, além da exploração do turismo - há muitos sítios e chácaras '*de final de semana*', pousadas e hospedagens campestres. A sede de Jabó (de onde o quilombo Matição dista 4 km) apesar de não abranger as atrativas cachoeiras da Serra do Cipó, enfoca o turismo de temporadas e finais de semana. Na cidade existe com uma escola municipal e uma estadual, onde as crianças e jovens do Matição estudam durante a semana, e um hospital público³³. Atravessando a sede em direção ao distrito de São José de Almeida, a cerca de 2 km do centro da cidade, na altura do Bairro Santo Antônio, avistamos uma placa, à esquerda, indicando a '*Comunidade Quilombola Mato do Tição*'.

Matição é uma comunidade de parentes, ligados por consangüinidade, afinidade e, em alguns casos, por adoção³⁴. A família extensa é descrita pelos anciãos como descendente de índios e negros. Nesse sentido é possível atribuir-lhes uma ancestralidade afro-indígena. Sobre a "*parte*" indígena da família não sabem informar precisamente um território de origem ou etnia de referência. Os atuais moradores são, em maioria, filhos, netos e bisnetos do casal Benjamin de Siqueira e Josefa Basílio dos Santos, considerados fundadores da comunidade. Os atuais anciãos, filhos desse casal, são *os irmãos Siqueira*: Dante Isaías de Siqueira (94 anos), Divina de Siqueira (87), Badu (Sílvio de Siqueira, 83), Bina (Sílvia de Siqueira, 83), Isaura de Siqueira (80) e Nilse de Siqueira (72).

³¹ Existe uma quinta geração, de trinotos, de Benjamin e Josefa que são bebês ou crianças pequenas.

³² Sua distância até a capital é de 63 km. sua área é de 1.113,774 km²; a população era de 17.119 habitantes conforme o censo ibge/2010; a densidade demográfica era de 15,37 hab./km² conforme fonte ibge/2008. Os municípios limítrofes são Itabira, Itambé, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Baldim, Lagoa Santa, Santa Luzia, Santana Do Riacho, Taquaraçu De Minas, E Nova União.

Segundo descrição feita por Marilene Gonçalves dos Santos, liderança política da comunidade, que foi presidente da associação quilombola de Matição, durante 2 gestões, contam-se na comunidade, em 2017, 32 residências habitadas por 38 famílias. ‘Família’ sendo considerada como um núcleo composto por pai, mãe (ou só pai ou mãe) e filhos. Ou seja, há casas onde habitam mais de uma ‘família nuclear’. De toda forma, na comunidade é muito forte a convivência de uma ‘família extensa’, envolvendo tios, primos, sobrinhos, tios-avós que convivem cotidianamente, partilhando tarefas, refeições e outras atividades de rotina, além de celebrações.

Essa *família* extensa vive em um território de cerca de três (3) hectares, dividido em áreas distribuídas entre cada um dos irmãos Siqueira – que eram vivos e habitavam Matição na década de 1980³⁵, quando conseguiram a regularização fundiária (de tamanho muito inferior ao do território ancestral), por usucapião³⁶, dessa pequena área habitada pelos herdeiros de Benjamin.

O território ancestral de Matição consiste em áreas com ao menos duas origens: a *terra herdada* por Benjamin de Siqueira, transmitida por seu pai, Marcolino José de Siqueira; e pelos *Pinto* (primos de Benjamin) – essa, uma terra comprada e parcialmente registrada em cartório em Santa Luzia; e a *terra herdada* dos ancestrais Basílio dos Santos, ex-escravizados na Fazenda de Baixo, após a abolição da escravatura. Essa última seria uma área mais extensa e que foi, ao longo do tempo, em maioria usurpada pelos fazendeiros vizinhos. Um estudo detalhado da história de formação do território e da progressiva perda de áreas de terra está sendo elaborada, desde 2015, por uma antropóloga do INCRA, dedicada ao estudo técnico de identificação e delimitação do território tradicional do quilombo.

Cada filho de Benjamin ocupou uma parte de terreno nessa área de cerca de três hectares, recortado em trechos paralelos³⁷, vizinhos uns dos outros. Além dessa área, existe ainda a ocupação atual de uma parcela mínima do antigo território dos Basílio, feita pela anciã Bina (Silvia de Siqueira) e seus descendentes imediatos (filhos e netos). Na medida em que acontecem novos casamentos, ao redor do núcleo familiar mais antigo de cada trecho - que é a casa de um ancião *Siqueira* -, seus descendentes (filhos e netos) foram construindo novas habitações até o esgotamento do espaço disponível, obrigando os últimos que se casaram a buscar moradia em outro lugar.

³³ <http://www.jaboticatubas.com.br/>, e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboticatubas>, acessados em 07 de agosto de 2015.

³⁴ Existe uma criança adotada no quilombo, vinda de *fora da comunidade*.

³⁵ Nesse período, além dos atuais anciãos Siqueira já listados, havia outros irmãos (como os finados Jair, e João) vivos, morando e ocupando áreas no território da comunidade.

³⁶ Usucapião (“adquirir pelo uso”) é o direito que um cidadão adquire por possuir coisa móvel ou imóvel como se fosse sua, contínua e incontestadamente, decorrente do uso por determinado lapso temporal. Para que tal direito seja reconhecido, é necessário que sejam atendidos determinados pré-requisitos previstos em lei. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Usucapi%C3%A3o>

Na última década, aproximadamente, os jovens que se casam precisam sair - comprar lotes ou alugar casas em outros lugares – porque não há como construir próximo de seus pais e avós, o que era costume, dentro da comunidade.

Configurou-se assim um território ocupado por núcleos habitacionais, a que chamam de *parte*, cada qual de um Siqueira ancião, com seus respectivos descendentes ao redor, na medida da condição de ocupação. Nessas *partes*, partilhar comida, dividir os cuidados com as crianças, doentes e idosos, cuidar da limpeza dos terreiros e quintais, colher nos pomares, pequenas lavouras e hortas, abastecer a caixa d'água de cada casa, são tarefas freqüentemente compartilhadas ou intercambiadas, que compõem a vida e reforçam os vínculos dos parentes mais próximos, no dia a dia. Acontece também o compartilhamento ou troca de cuidados e atividades entre parentes de núcleos habitacionais diferentes.

A história da comunidade Mato do Tição é intimamente vinculada à escravidão em Minas Gerais. Segundo relato de Divina de Siqueira (antiga descendente de Benjamin e Josefa que mantém uma rica memória sobre a história da comunidade), no período escravista, os negros cativos eram forçados a constantes mudanças, quando eram sucessivamente vendidos para senhores de diferentes regiões. Conforme essa dinâmica, alguns ancestrais da família - Constança, Pedro e Rita Basílio - foram transferidos para a posse do coronel Chico Alves, proprietário da Fazenda de Baixo, situada nas proximidades do atual território de Mato do Tição. Após a abolição, os ex-escravos receberam desse senhor as terras que passaram a habitar e onde promoveram a ampliação do seu núcleo familiar.

Essa terra doada foi progressivamente violada, devido uma frágil condição de posse pelos quilombolas de Mato do Tição. O reconhecimento e o respeito à posse de famílias negras, pela sociedade racista do entorno não foi comum. Depoimentos de antigos descendentes descrevem a perda de parcelas da terra em função da dificuldade em cercar o lugar (conta-se que “*não havia condições nem para comprar arame*”³⁸), e mantê-lo seguramente sob o domínio da Família Siqueira. Eram complicadas e tensas as relações entre os quilombolas e os forasteiros (com maior poder político e econômico) interessados na sua terra. Como no passado escravista, os negros se confrontavam com as violências de uma sociedade cuja estrutura, na passagem do trabalho escravo para o livre, mantinha suas bases de injustiça e opressão. Além dessa terra recebida pelos ancestrais Basílio, havia também a *terra comprada* pelo pai de Benjamin, cujos ancestrais teriam adquiridos recursos por meio de um trabalho duro com mineração, “pros lados de Caeté”. Essa terra foi registrada e inventariada após falecimento de Marcolino José de Siqueira, herdada por sua esposa Ludovina Maria da Conceição que, depois de viúva, teve muitos outros filhos. Contam que Ludovina era filha de índia com um senhor branco que nunca legitimou os filhos com essa índia; que Ludovina ficou viúva muito jovem e teve muitos outros filhos, sem casamentos. A partir de algumas das uniões posteriores de Ludovina, “homens de fora” foram apossando de terrenos no lugar e, seus descendentes foram herdando terrenos onde habitaram.

³⁷ Cada trecho mede cerca de 20 metros de frente por 120 metros de extensão, aproximadamente. O limite da frente é a Rua Benjamin de Siqueira – estrada de terra; o limite posterior é o Córrego Matição.

Apesar de não ser referida com essa dimensão, a Família Pinto também é muito antiga, e foi bastante extensa, no Matição. Sobre a sua origem existem algumas informações, prestadas pelos anciãos, que, em certa medida, não são convergentes, apesar de bastante detalhadas. Divina de Siqueira contou que um dos relacionamentos de Ludovina, depois de viúva, foi com João Pinto (o *João Pinto Véio*), pai de *João Pinto filho*, falecido esposo de Divina. *João Pinto Véio* e seus filhos (fruto de sua união com outra mulher) ficaram morando em Matição depois dessa união.

Já em conversa com Dante Isaías de Siqueira, irmão mais velho de Divina de Siqueira, foi descrito que a presença da família Pinto é anterior a essa união. Vem da união de Maria (Lília), irmã de Marcolino José de Siqueira (pai de Benjamin), com um homem de sobrenome 'Pinto'. Dessa união teria nascido Francisco Pinto (ou seja, Francisco Pinto era primo de Benjamin) que casou-se duas vezes. A segunda esposa foi Miquelina (Niquelina?) Rosa com quem teve os filhos Savino Pinto; Leni Pinto; Antônio Pinto; Alberto Pinto; Santo Pinto; Adauto Pinto; Francisca Pinto; Ilda Pinto e João Pinto. Esse 'João Pinto' seria o *João Pinto Véio*, (pai do João Pinto, marido de Divina), com quem a viúva Ludovina teria se unido, depois de Benjamin já nascido (pois Benjamin era filho de Marcolino e Ludovina)³⁹.

O atual sítio de Mato do Tição, incrustado entre serras, ocupa uma área de três hectares. Sua parte habitada corresponde ao vale que é cortado pelo córrego Chico Matias [córrego Matição] que é junção do Chico Matias com Matição. Os fazendeiros que hoje vivem no seu entorno chegaram à região há cerca de 50 anos e ocuparam terras que eram destinadas ao plantio de roças para o sustento da comunidade [mais de cinqüenta...ou d. Divina já era casada quando Zé Capão roubou a terra]. O direito de usucapião do território restante dessa progressiva ocupação, já foi reconhecido oficialmente em nome dos Siqueira.

Sobre o nome da comunidade, contam que Mato do Tição era, no passado, um sítio muito isolado dos povoamentos mais adensados e estruturados. As condições para a sobrevivência da comunidade eram relativamente precárias. Uma das características marcantes era a falta de iluminação. Conforme algumas versões mais recorrentes, a origem do nome Mato do Tição é justamente uma referência às tochas (tições) que os negros, *moradores daquele mato* entre serras, acendiam para se aquecer e para iluminar os caminhos por onde *trançavam* durante a noite. O tição aceso passou a ser uma imagem característica daquele lugar, e era então referido pelos estrangeiros como: "lá no mato onde tem tição", "lá no mato do tição", "lá no Matição". Há cerca de sessenta anos a comunidade de Matição tem dependido da sede de Jabó (a rua) e de algumas localidades rurais do município, onde uma parcela dos homens e algumas das mulheres trabalham. A *rua* também é o lugar onde fazem as compras de mantimentos e utensílios; onde acessam atendimento médico; serviços de transporte para Santa Luzia, Lagoa Santa, Belo Horizonte; agência bancária; correio; *'lan house'*; e as escolas.

³⁸ Pereira, Edmilson de Almeida. Gomes, Núbia Pereira de Magalhães. Mato do Tição; Relicário dos Negros. Fl. 0209.

³⁹ Uma narrativa mais convergente dependeria de uma reunião entre todos os atuais anciãos Siqueira para que, reunidos, pudessem verificar os fatos mais prováveis. Talvez a pesquisa do INCRA, em elaboração, já tenha alcançado uma versão ajustada, que não foi possível verificar, até o momento de finalização desse Relatório.

Até cerca de cinquenta anos atrás, a maioria dos moradores de Matição era de trabalhadores rurais - não exclusivamente nas próprias terras (já que essas foram bastante reduzidas, espoliadas por latifundiários), mas nas grandes fazendas da região, a maioria delas remanescentes do período da escravidão, e uma delas, inclusive, a Fazenda de Baixo, onde seus ancestrais foram escravizados. Atualmente, poucos homens se ocupam com a agricultura familiar, trabalham mais em serviços de capina, de vaqueiro, ou como zeladores de sítios, chácaras e fazendas locais. Nas fazendas do entorno, são empregados *por dia*, *por tarefa* ou *por empreitada*; nos sítios, as vezes, são funcionários fixos - para roçar, zelar por animais, consertar estruturas e equipamentos⁴⁰. Muitos são operários da construção civil (pedreiros), *fichados* nas obras de condomínios que progressivamente se instalam na região, ou trabalham nessas obras também *por dia* ou *por empreitada*.

A maioria das mulheres da comunidade trabalha em suas casas, eventualmente realizando alguns serviços fora. Algumas geram renda com a fabricação e venda de doces e salgados, tapetes de retalho tecidos em tear manual, peças de crochê e costura, que comercializam dentro e fora da *comunidade*. Outras trabalham como faxineiras diaristas, ou em condomínios e hotéis fazenda das proximidades, ou em uma fábrica de costura, próxima ao quilombo. Duas são agentes de saúde. Outra atuava como professora de um projeto de ensino para jovens e adultos, em 2012. Na associação quilombola da comunidade, a atuação dessas mulheres é mais organizada e ativa e, por isso, se destacam. Quando há execução de projetos sociais ou culturais, tanto gestados pela associação, quanto executados por ONGs e outros parceiros de fora, é comum também o destaque da atuação das mulheres quilombolas de Matição. Além disso, revezam entre si os cuidados com as crianças e com os mais idosos. Alguns desses cuidados, em alguns casos, são remunerados.

É relativamente recente o aumento do número de alfabetizados no quilombo (em sua maioria crianças e jovens; e após 2012, também senhores e senhoras envolvidos no projeto de EJA). Praticamente todas as crianças e as mulheres jovens estudam. Há algumas exceções entre os homens. Não há escola local e para tanto contam com o serviço de transporte escolar, em dois períodos do dia, oferecido para a comunidade, há cerca de 15 anos.

Nas moradias, muitos cultivam hortas, pomares e, em menor proporção, capim para alimentar cavalos, pequenas roças de milho, café, urucum e mandioca, em áreas pequenas no entorno das casas. Ao fundo dos terrenos corre um estreito córrego, chamado de Córrego do Matição, margeado pelo *mato* que hoje é um remanescente ínfimo da vasta flora que ocupava o lugar – com muitos coqueiros macaúba e importantes *remédios*, conforme eles denominam as espécies vegetais do mato e do campo cerrado que têm agência curativa. Na juventude dos atuais anciãos, o trabalho com os cocos macaúba gerava renda, por sua extração e queima para fazer carvão vegetal, ou processamento da polpa para produção de óleo e até mesmo ração para animais.

⁴⁰ Essas fazendas e sítios – que chamam de Fazenda das Minhocas, Fazenda de Baixo, Fazenda de Sebastião Fernandes, Fazenda de Antônio D’Olaia – são lugares de memória para os ‘velhos’ e marcos territoriais para futura demarcação do quilombo.

Para que muitas atividades e ofícios tradicionais (que dependem do extrativismo, do tempo disponível quando são moradores na comunidade e quando não dependem de empregos fora para sobreviver, por exemplo) nos quais os adultos e anciãos são especialistas, é sensível a falta de espaço, na atualidade. Essa percepção é geral entre os moradores. Até mesmo a capela - espaço usado para funções diversificadas, além das celebrações religiosas - é considerada ainda pequena e pouco estruturada para o atendimento de suas necessidades. Os moradores sentem necessidade da construção de um espaço maior e melhor estruturado, embora não haja áreas disponíveis dentro do quilombo na atualidade.

A comunidade já contava com uma associação de moradores, aproximadamente desde a década de 1970 (que envolvia moradores de outras localidades do entorno de Matição), cuja liderança, por muitos anos, foi Divina de Siqueira. Em 2004 reorganizaram a comunidade em associação quilombola, sob a liderança de Lindomar João dos Santos, Dó, quando foi aberto um processo para regularização fundiária com objetivo de retomada de seu território tradicional.

O processo de identificação e regularização dessas terras ainda foi iniciado pelo Incra/MG em 2015, quase de dez anos depois de formalizada a auto-declaração da *comunidade* como *remanescente de quilombo* – certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006.

O quilombo é freqüentemente procurado por estudantes em geral, pesquisadores, educadores, artistas e jornalistas⁴¹. A comunidade foi pesquisada por poucos numa perspectiva antropológica. Entre as décadas de 1980 e 90, houve maior divulgação por dois pesquisadores em literatura e cultura popular, os professores Núbia Gomes e Edmilson Pereira⁴², da Escola de Letras da UFJF. Suas publicações, relativamente bem difundidas, enfocaram a ‘história da comunidade’ e os aspectos que chamaram de ‘*resistência cultural*’: as *rezas*, *festas*, *costumes*, a *religião* e o *candombe*⁴³. Em 2000, Matição foi brevemente pesquisada por Djalma Antônio da Silva, padre (que já atuava no quilombo em função de sua designação religiosa) e doutor em antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Entre 2011 e 2013 a comunidade recebeu uma pesquisadora, mestranda em antropologia pela UFMG, para realização de sua dissertação⁴⁴ e articulação de parceria e co-realização em alguns projetos⁴⁵.

Várias são as publicações (de artigos em jornais a livros sobre folclore) que abordam Matição como uma ‘*reliquia do sagrado*’. Essa representação enfoca principalmente a excepcionalidade do candombe e das principais rezas e festas da comunidade.

⁴¹ Há diversos registros e reportagens feitos sobre as principais festas de Matição, lançados na internet. Nas referências bibliográficas inserimos alguns endereços de acesso a esses registros.

⁴² GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida, 1992, 2000, 2004.

⁴³ Cf.

⁴⁴ Dissertação intitulada “Quando Reza a Fé no Quilombo Matição: famílias, festas, males e curas fazem comunidade” (Silva, Fernanda Cristina de Oliveira e. PPGAN-UFMG/2013).

⁴⁵ Dentre eles, um projeto de Capacitação de Lideranças Comunitárias, realizado com a Associação Filmes de Quintal, financiado pela SEPIR nacional (2013); e a inclusão de Mestre Badu, Silvio de Siqueira, como mestre de notório saber, na UFMG, pelo Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais - Encontro de Saberes, UFMG (2014-2017).

Durante o *São João*, realizam o antigo ritual de *passar nas brasas* da fogueira (que já foi prática comum em muitas comunidades tradicionais, rurais, de terreiro e reinado e que tem, progressivamente, se extinguido, sendo ainda praticado vigorosamente em Matição), no terreiro da casa de Divina. Devotos caminham sem se queimar mostrando o “poder da fé”. Esse acontecimento extraordinário já foi fartamente documentado em fotos e vídeos por gente com motivações de toda sorte, para TV ou em registros da Secretaria Municipal de Cultura de Jaboticatubas. Matição é um território antigo fundado por uma extensa família que vive em comunidade. Conforme nos contaram os anciãos, família e comunidade começaram, mais tarde, no lugar onde já havia a povoação de antepassados, negros e índios, provedores das terras em que se firmou o território:

“Esse Matição todo... que antigamente era Tança, Pedro Basílio, Rita: os escravos... Eles ganharam alforria e ficaram aqui. São esses os libertos. Foi por conta deles que libertaram isso tudo”. (Nilse de Siqueira, 2015)

O *cerne* da comunidade⁴⁶ começou com o casamento entre Benjamin de Siqueira e Josefa Basílio dos Santos gerando onze filhos, além de dois primeiros, de um casamento anterior de Benjamin⁴⁷. Consideram que antes não havia família, apenas a *povoação de gente* (Nilse), antepassados que moravam próximos, mas num regime *mais índio*, conforme dizem, pois a conduta e costumes de família orientados por uma moral cristã foram introduzidos, efetivamente pelo pai.

Da parte de Josefa, os antepassados foram *africanos* escravizados, trocados por animais⁴⁸, submetidos a um deslocamento forçado da região da Serra do Cipó⁴⁹, chamada Capão Grosso, para a antiga Fazenda de Baixo, que abrangia o lugar onde se formou Matição. Tia Tança, importante referência da comunidade, sua irmã Rita e outros irmãos foram deslocados traçando um caminho de nova diáspora – depois da africana –, mantendo na memória a ligação de parentesco com o povo do *Quilombo do Açude*⁵⁰.

“Tança falava muito [de uma] irmã que ela deixou na Serra do Cipó [de quem] ela sentia muita saudade... Morreu sem ver essa irmã⁵¹... Porque não sabia o caminho de volta... Não tinha estrada aberta nesse tempo: era um mataréu... Quando abriu a estrada [Tança] já tinha falecida... Ela morreu com 115 anos!!! [...] Agora que a gente convive. Agora é que nós ficamos conhecendo eles. Teve um encontro ‘de cultura de raiz’ que foi quando a gente descobriu. Lindomar [filho de Nilse] foi nesse encontro e descobriu que era a mesma história que eles tinham e que nós tínhamos. Era do mesmo povo!!! Tia Tança falava muito nessa irmã que ficou lá na Serra do Cipó... Agora que nós vimos que é o mesmo povo...é a mesma história e o mesmo povo” (Nilse de Siqueira, 2015)

“O Quilombo do Açude tem a história mesma nossa. São os mesmos escravos... Porque era uma irmã da Constantina [Tia Tança] que ficou por lá e a comunidade lá cresceu na descendência dela.” (Divina de Siqueira, 2015)

Mesmo depois de “libertado” o povo de Matição continuou trabalhando na Fazenda de Baixo⁵², sob outras modalidades de relação, onde moraram, ainda por muito tempo, vários de seus parentes.

“O povo da Fazenda de Baixo é o mesmo povo nosso: é conterrâneo. Lá é onde era a senzala. A mesma distância que tem daqui [de Matição] [até] na cidade tem [de] lá [até Matição]⁵³. [...] Minha mãe era índia, mas era negra escrava⁵⁴ da Serra do Cipó. [Mas] Até que chegou lá na Serra do Cipó eles vieram foi da África...Eles eram escravos.... Depois é que eles foram vendidos de lá [Serra do Cipó] pra aqui... na Fazenda de Baixo. Meu pai veio conhecer [minha mãe] foi aqui na Fazenda de Baixo...” (Nilse de Siqueira, 2015).

“A gente trabalhava na Fazenda de Baixo. Nessa fazenda era um movimento! De serviço de [fabricação] cachaça. De tudo lá. Tinha a Fazenda de Baixo e tinha a Fazenda de Cima... Minha mãe [Josefa] foi criada na Fazenda de Cima [uma parte da Fazenda de Baixo]: quem tomava conta era Henrique Nogueira. Não é pertinho não, mas não é longe, longe, longe também não. Que é lugar que a gente ia todo dia... Todo dia a gente trabalhava lá. Fazia roça do lado de lá, ou lavava roupa numa casa lá. Pertinho da casa onde minha mãe foi criada. Não é longe nem pertinho... Daqui lá é mesmo daqui na rua [sede de Jaboticatubas], mas mais longe um bocadinho.” (Divina de Siqueira, 2013)

“Essa Fazenda de Baixo era muito grande! Ia até [onde hoje é a sede de] Jaboticatubas⁵⁵...Tem um capão grande mesmo e tudo era deles... de Chico Alves: Caiana... Um lugar chamado Bicame⁵⁶... Eles eram donos de quase metade do mundo!!! Homem que comprava gente por toda parte. Comprou gente de toda parte depois ficou apertado com eles e teve que repartir a terra pra cada um, pra eles não ficarem à toa.” (Dante Isaías de Siqueira, 2015)

⁴⁶ Aquilo mais resistente que não acaba, como o cerne das madeiras mais fortes.

⁴⁷ Edite e José, são os filhos de um primeiro casamento de Benjamin que ficou viúvo [ver diagrama genealogia anexo II, fig. 42 p. 150]. Os onze filhos de Benjamin e Josefa, os irmãos velhos Siqueira, já foram listados.

⁴⁸ Assim se refere Nilse para descrever, com revolta, que alguns dos antepassados foram adquiridos em transações comerciais, realizadas por vezes a troco de animais, citando inclusive, possivelmente como exemplo uma leitoa magra.

⁴⁹ A área de Jaboticatubas onde está localizado Matição é considerada, atualmente, principalmente por um apelo turístico, como região da Serra do Cipó. Mas parece que antes desse interesse do mercado, Serra do Cipó era mais amplamente reconhecida como uma região mais distante, mais próxima ao Rio Cipó, onde hoje identifica-se, por exemplo, o distrito Cardeal Mota, onde se localiza o Quilombo do Açude. Portanto na fala dos velhos é comum referirem ‘lá no Cipó [na Serra do Cipó]’, em vez de ‘aqui no Cipó’.

⁵⁰ Conforme relataram os anciãos de Matição, os escravizados, da parte de Josefa, eram do mesmo povo cuja outra parte foi mantida na Serra do Cipó povoando, mais tarde, o que hoje é o Quilombo do Açude. No Açude, durante nossa pesquisa, nenhuma entrevistada mencionou o parentesco (possivelmente porque as pessoas mais idosos dessa comunidade não tiveram grande disponibilidade para colaborar com a pesquisa).

⁵¹ Essa irmã, jamais vista novamente por Tança, e de quem os velhos do Matição não se recordam o nome, era a mãe de Dona Mercês, atual matriarca do Quilombo do Açude.

Dante e Divina contaram as memórias que lhes foram transmitidas sobre a ‘abolição da escravatura’ quando os escravos ficaram sem saber o que fazer, sem ter aonde ir, perambulando, sem o quê comer. A mercê da *piedade* dos fazendeiros que vez ou outra *davam comida aos negros*. A doação de uma parte de terra, por Chico Alves, ao *povo de Josefa*, teria sido uma tentativa conveniente de resolução do ‘aperto’ com esse gentio ‘à toa’.

“O senhor libertou eles, mas tinha saudades deles, porque precisava deles. Precisava porque fazenda sem trabalhador não tinha jeito de se mexer com nada. Aí eles, que eram acostumados lá... então ele combinou com eles que era para eles continuarem trabalhando lá, que dava para eles um pedaço de terra. Então, eles ficaram trabalhando para ele. [...] Porque teve o tempo da miséria, quando libertou os forro...passou oito anos sem chover. Quando libertou os forro teve miséria demais. Eles tiveram que ir atrás do senhor deles pra eles num morrer. Não tinha onde plantar. Não tinha plantação deles...Não tinha o que comer... Eles comiam antes era na fazenda... As comidas de escravo. Depois que venceu a escravidão...como é que eles iam comer? Eles voltaram de novo outra vez pra fazenda do sinhô conseguir o que comer. Era isso mesmo...a miséria que eles passaram!!! Ninguém tinha nada pra comer. Quando libertou... o filhos do senhor falaram com o pai: - Pai esse povo...o senhor libertou eles e ficou dando o que comer. E se eles não são escravos mais agora eles tem que comer por conta própria. Mas eles não tinham nada... não tinham com o quê, a sobrevivência deles. Que eles agora não eram escravos mais... Eles agora tinham de aprender a viver do jeito deles. O filho do senhor disse que se eles não tinham que trabalhar mais... Não tinham que ganhar de comer... que eles tinham que aprender a viver às custas deles. Foi quando eles ficaram passando fome e comendo ramo do mato... Porque eles não tinham uma roça deles... Não tinham terra deles. A terra era dos fazendeiro... os fazendeiro... deu pra eles lugar pra eles plantar. Mas não era tempo de planta. Até que eles fossem plantar pra colher... Eles já tinham morrido tudo de fome. Morriam de fome.” (Dante, 2013)

“Quando venceu a[al]forria, venceu a batalha de ser escravo, né. A ocasião da libertação... Eles falavam ‘forria’. Venceu o tempo e eles ficaram por aqui... Ficou sem ter aonde ir, ficou lá, ficou lá, ficou lá. Eles não podiam ficar mais na fazenda, tinham que ter casa para ficar cada um no seu lugar... Aí ficou lá na beira de porta do sinhô mesmo... onde eles dormiam. Chico Alves não podia ficar com eles mais porque já era liberado, libertado. Então não podia ficar. Mas ficou lá mesmo. Até que o dono Chico Alves comprou pedaço aqui do lado e pôs eles pra morar. Então Chico Alves comprou aquele pedaço ali – ali desce um córrego. Chico Alves comprou esse pedaço de terra, que vai até a outra grota de lá. Comprou pra colocar a minha avó e os meus tios nessa terra. Deu eles a terra. Mas a pessoa que é escravo, foi escravo, não entende as coisas direito. E aquela terra ali que era dos herdeiros [de quem] era escravo... não tinha documento deles...Então um dono comprou pra lá, comprou a Fazenda de Baixo, comprou o capão lá fora... e aqui eles aproveitaram e montaram na terra.” (Divina de Siqueira, 2013)

⁵² Rosilene Aparecida dos Santos (a Rosa, filha de Nilse e neta de Benjamin), bem como sua irmã mais nova, há no máximo 15 anos atrás, foram domésticas – bastante maltratadas por sinal –, de uma família descendente direta do antigo senhor Chico Alves, proprietário da Fazenda de Baixo no período da escravidão. Rosa relata que quando se deu conta de quem eram seus patrões, o que foi lembrado por sua mãe, sentiu nojo e mais raiva ainda pelos maltratos que sofria. Não continuou no trabalho, nem permitiu que a irmã continuasse.

⁵³ Cerca de 5 km de distância.

Dentre os antepassados de Josefa, mãe dos atuais anciãos do Matição, a tia Tança foi uma pessoa de maior importância para a formação da comunidade naquilo que se refere aos saberes africanos e das experiências do êxodo e da escravidão. Divina contou:

“Quando eles libertaram o povo, Tia Tança foi a única que ficou sem direção...Então ela foi morar com meu pai [Benjamin]. No ela morar com meu pai, ela que ajudou, sendo tia nossa, ficou ajudando a nos criar. A gente tinha ela como mãe também. Ela tinha uma história muito bonita. Ela contava a história toda: que ela sofreu muito, foi escrava, trabalhava em roça e não tinha horário... Não tinha espaço nem para comer. Comia era em pé. Portanto que ela, esses anos todos que ela conviveu com a gente, a gente não via ela sentar para comer nem tomar café, não. Ela comia era em pé...caçando uma vassoura pra limpar um sujo... um trem...Ela não tinha assim... igual a gente chega e senta pra comer uma coisa não...E ela não sabia comer nem com garfo e nem com colher...Porque eles comiam é com a mão...” (Divina de Siqueira, 2013)

Josefa era sobrinha de Tia Tança e filha de Rita Basílio dos Santos com João - esse, escravizado vindo de Pinhões⁵⁷ (a quem, às vezes, se referem como ‘João Francisco Machado’ - assim referido por Nilse -, ou como ‘João Pereira’ - referido por Dante-, ou como ‘João Francisco dos Santos’ – referido por Divina). Rita e João tiveram sete filhos⁵⁸ mas casaram-se muito tempo depois, por questão de Benjamin que, já esposo de Josefa, providenciou a cerimônia na igreja, formalizando a união dos pais da sua esposa, conforme considerava ser o bom.

A maior parte dos filhos de Rita e João não foram criados pelos pais. Josefa foi criada por Henrique Nogueira, da Fazenda de Baixo. Divina contou:

“Trabalhou demais!!! A velha mãe dela tinha muitos filhos, mas não era casada. Foi morar com vovô João, mas não casou. Ela teve os filhos mas morava sozinha...Depois é que ela ficou morando com vovô e depois é que casou, bem depois. Mas todos os filhos dela eram filhos de João Francisco” (Divina de Siqueira, 2013).

Os anciãos não contam tanto dos feitos de sua mãe, Josefa, quanto lembram do pai Benjamin. Dizem que Josefa não estudou, mas que se tornou rezadeira boa e, mais tarde, junto do marido e com auxílio da Tia Tança, cumpria expedita o cuidado com os filhos, a serventia à família e o exercício de todas as rezas de obrigação. Josefa faleceu cerca de dez anos depois de Benjamin, por volta de 1970.

⁵⁴ Nessas narrativas, escravos negros e índios são referidos como índios, gente índia, do mato, até onde compreendi, por contraste como o tipo de gente de modo de vida de branco, civilizado, da rua ou das fazendas que povoavam a região no tempo dos antepassados.

⁵⁵ A sede de Jabó é referida pelos velhos simplesmente como Jabó, ou Jaboticatubas. Soa como se Matição fizesse parte de ‘um fora’, de um outro lugar, quando administrativamente é parte do grande município Jaboticatubas. Informação que eles atualmente não ignoram, mas que não altera o modo de se referirem a esses dois lugares marcadamente diferenciados, pelas suas qualidades e relações.

⁵⁶ Povoados rurais, relativamente próximos de Matição, com cujos moradores mantiveram intercâmbios de rezas e festas e houve alguns casamentos – Nilse (de Matição) com João de Ilaro (de Caiana); Badu (de Matição) com Dica (de Caiana), Isaura (de Matição) com Antônio (de Caiana), pelo menos.

“Benjamin era da parte dos índios, da parte do mato: o povo delenão era preto não... Era de uma cor mulata, mas um mulato claro. [...] Esse povo todo era índio e escravo da mesma fazenda... Tudo foi vendido e ficou morando no lugar aqui.. Veio dum lado veio do outro, mas era tudo emprestado do Capão Grosso.” (Dante Isaías de Siqueira, 2015)

“Nossa avó era índia, Luduvina Maria da Conceição. Eu não conheci ela não. Eu tinha dois anos quando ela morreu. [...] Mas ele lá não falava que ela era [filha dele]... Mas era criada dentro de casa de fazenda junto com o fazendeiro... A mulher da casa não sabia não... Ela sabia mais ou menos.” (Divina de Siqueira, 2013)

“A mãe [dela] foi uma escrava índia pega a dente de cachorro que teve ela com um sinhô fazendeiro rico. [...] Eles eram muito ‘debaixo dos panos’, eles não falavam... A mãe de vovó Duvina que era índia... eles falavam que ela não tinha nome... Diz que porque índio não tem nome. [...] José das Chagas, eles falavam que era o pai dela. Era fazendeiro rico no Capão Grosso [na Serra do Cipó]. Ela foi criada lá.” (Nilse de Siqueira, 2013)

Luduvina (mãe de Benjamin) casou-se com Marcolino José de Siqueira cujo povo era de Taquaraçu de Minas, lá pros lados de Caeté⁵⁹. Divina contou que esse povo chegou na região de Matição buscando um lugar onde pudessem assegurar o que foi conquistado no trabalho com mineração. Nesse novo lugar compraram uma terra cuja parte, transmitida por herança, é hoje a maior porção do território do quilombo Matição. Com Marcolino José de Siqueira, Luduvina teve Benjamin e criou Jovelino (o padrinho Jóvi, como se referem os anciãos), filho mais velho de Marcolino, nascido de uma relação anterior. Zé Romeu, Anastácio [‘Nastácio’], Ernestino, Euclides, Nilse⁶⁰, foram filhos que vieram depois de Luduvina já viúva, nascidos de relações com outros pais. Todos esses filhos de Luduvina são considerados parte dos antigos que povoaram Matição por muito tempo. Eles todos depois foram criados por Benjamin, que era um irmão mais velho.

Nilse considera que apenas com a união entre Benjamin e Josefa foi que Matição se tornou uma família. O casal – diferente dos antepassados– criou todos os filhos, construiu casas, lavouras, fundou festas e rezas: compôs um regime de comunhão na base da fé, do trabalho familiar e de uma missão que não é nunca esquecida pelos seus descendentes, e que faz comunidade no Quilombo Matição. Sobre isso, Isaura de Siqueira nos contou que:

⁵⁷ Pinhões também é um quilombo atual, localizado no município de Santa Luzia, no caminho entre Belo Horizonte e Jaboticatubas.

⁵⁸ Josefa, Josefina (gêmea de Josefa), -Vital Pereira, Isar, João Basílio, Cesarina (ou Cesária), Lerinda.

⁵⁹ Fundada em 1776, Taquaraçu era distrito subordinado a Caeté, situação que manteve até 30 de dezembro de 1962, de acordo com a Lei 2 764, quando, então foi desmembrada da Comarca de Caeté, tornando-se município vizinho [fonte wikipédia].

⁶⁰ A título de distinção, lembramos que todas as falas atribuídas a ‘Nilse’, indicadas entre parêntesis ao longo do texto, são da sobrinha neta homônima da Nilse referida nessa passagem.

“Toda vida! Toda Vida! Era reza pra todo lado! Indo papai ajudar a levantar bandeira pros outros. Na Fazenda de Baixo ia levantar a bandeira de São Pedro, de Dimas. Lá na casa de Seu Henrique Nogueira, levantava a bandeira de São João. A gente ia lá embaixo em Matias, rezar pro povo no Matias.” (Isaura, 2015)

Benjamin José de Siqueira nasceu em cinco de setembro de mil oitocentos e noventa (05/09/1890). Sem a presença do pai que morreu muito cedo, foi levado *para longe*, onde *foi estudado* (expressão de Divina) e adquiriu conhecimentos que aplicou depois, regresso ao Matição, transformando o modo de vida do seu povo, movimentando uma forma nova de viver, e com uma força especial – de ciência e doutrinação – que foram agenciadoras definitivas da comunidade em Matição. Comunidade de rezas rigorosas, de responsabilidades com o casamento, com a família (*–Meu pai não deixava ninguém sem casar não!* Disse, Divina) com a criação zelosa de todos os filhos, com o cumprimento de festas e afirmação da fé, com a ciência da cura por meio das plantas-remédios e orações.

Quando voltou para Matição, já rapaz, Benjamin casou-se com a primeira esposa com quem teve Edite e José Cesário de Siqueira (também referido como Zeca ou Zé Cocão). Dessa esposa ficou viúvo. Casou-se depois com Josefa Basílio dos Santos, concebendo seus onze filhos (apenas uma morreu ainda bebê).

Dos conhecimentos aprendidos *na rua* (como se referem às cidades) Benjamin trouxe a doutrina da religião católica. Firmou uma moralidade específica ligada a essa religião, reordenando as relações que incidiram sobre antigas e novas alianças, gostos e ocupações. Trouxe o contato com a medicina ocidental somando-se ao conhecimento dos antepassados sobre folhas e raízes. Investiu, ao mesmo tempo, num esforço rigoroso para desfazer um *jeito dos índios e dos escravos* inevitavelmente aprendido por seus filhos, criados tão juntos da Tia Tança e convivendo com outros parentes do tempo das *tribas e colunas* (expressão de Dona Nilse). Benjamin faleceu por volta de 1967.

A comunidade atual de Matição são os descendentes de Benjamin e Josefa – cujos filhos são os *velhos* de hoje em dia e também os descendentes *de Francisco Pinto*⁶¹.

“Os antigos todos mudaram ou morreram, mas ficaram Benjamin e Josefa e os filhos de João Pinto Véio. [...] João Pinto Véio vem de um braço da família surgido da parte de Marcolino José de Siqueira, pai de Benjamin. Porque a mãe de Francisco Pinto, Maria Lília, era irmã de Marcolino, pai de meu pai. Ela chamava Maria...tratavam ela de Lília. Ela era irmã de Marcolino e teve um filho chamado Francisco Pinto. O homem com quem ela se casou, ele não era daqui de Matição... Era de um lugar chamado Cunha. Esse Francisco Pinto, filho dela, teve bem muitos filhos.” (Dante)

⁶¹ É comum na narrativa sobre uma ‘origem’ ou ‘raiz’ da família, a presença dos Pinto ser descrita como uma ‘linhagem’ chegada de fora. Mas, como descrito, os Pinto foram consangüíneos dos Siqueiras, por parte de uma irmã de Marcolino José de Siqueira (pai de Benjamin), a Maria Lília, mencionada por Dante.

Divina de Siqueira casou-se com João Pinto, o Joãozinho, ‘*primo terceiro*’ de Benjamin. Entre os *antigos* e seus descendentes houve muitos os casamentos entre primos - *primos carnaís*, inclusive, que são os chamados *primos primeiros* ou *primos irmãos*⁶² (primos de primeiro grau, ou da mesma geração). Dentre os antigos e a geração atual foi possível enumerar pelo menos os seguintes casamentos entre *primos*: Vítor (filho de Josefina) e Elza (filha de Josefa irmã gêmea de Josefina), portanto *primos carnaís*; Eucília (filha de Josefina) e Jair (filho de Josefa), primos carnaís; Zélia (neta de Cesária irmã de Josefa) e Nilsinho (neto de Josefa); Lili (neta de Divina) e Adnilton (filho de Bina irmã de Divina); Valquíria (neta de Jair de Siqueira) e Dé (neto de Dante que é irmão de Jair); Marilene (neta de Dante) e René Julio (filho de Divina irmã de Dante). Contam que no tempo dos antigos e antepassados, quando *Matição era muita gente houve muito mais casamentos desse tipo*.

No ano de 2017 a comunidade foi abordada pela equipe técnica representante do empreendimento ‘Linha Transmissão Pirapora - Sarzedo - Itabira’ e SEs associadas, composta pelo somatório de 6 linhas de transmissão, sob a Responsabilidade da empresa Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) publicou, no DOU, o recebimento e aceitação o EIA/RIMA do empreendimento, em 29 de agosto de 2017. Uma primeira reunião com a comunidade para início de um estudo de avaliação dos impactos do empreendimento sobre o quilombo acontecerá em 21 de setembro de 2017, na comunidade.

Em 2009 aconteceu em Jaboticatubas a ‘Primeira Conferência da Igualdade Racial’ do município. Após essa primeira experiência passaram-se seis (6) anos sem a reunião. Nos últimos anos, a Associação Quilombola do Matição começou a pautar essa necessidade dessa organização e, em 2017 aconteceu a ‘Segunda Conferência da Igualdade Racial’ de Jaboticatubas. Uma das propostas apresentadas nessa segunda conferência, com forte participação da Associação Quilombola do Matição foi a criação de um Conselho da Igualdade Racial no município que tem, ao menos, mais uma comunidade quilombola, o Quilombo do Açude. A expectativa é de que um conselho dedicado às relações étnico-raciais possa colaborar para a visibilização das pessoas e comunidades de matriz africana (e também indígena e cigana), no município, as dificuldades e a violência do racismo que ainda precisam enfrentar, e os direitos específicos previstos na Constituição.

⁶² Filhos de irmãos.



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Festa Padroeiros. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



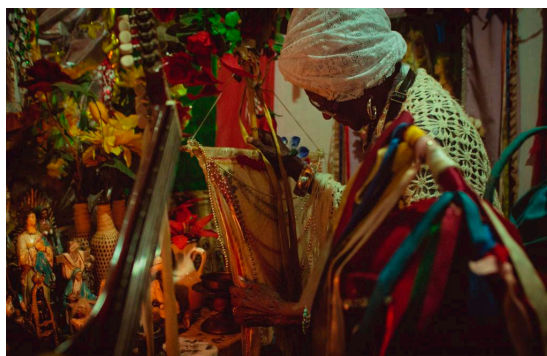
Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



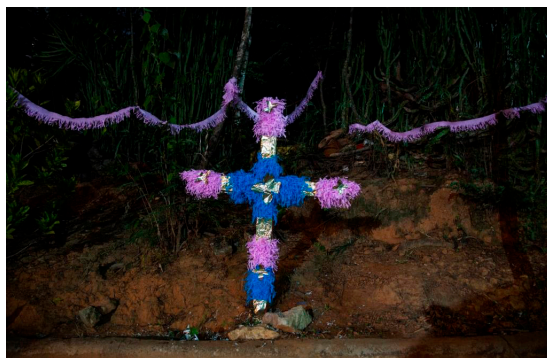
Folia de Reis. Jan/2017
Foto: Natália Gomes



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



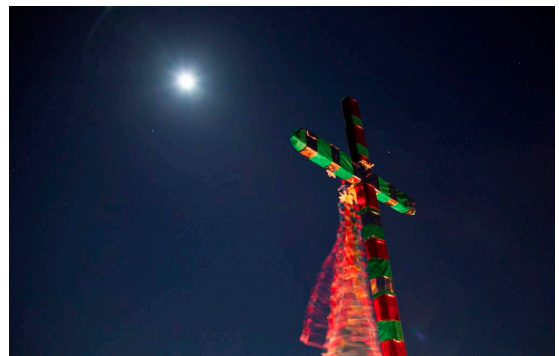
Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati

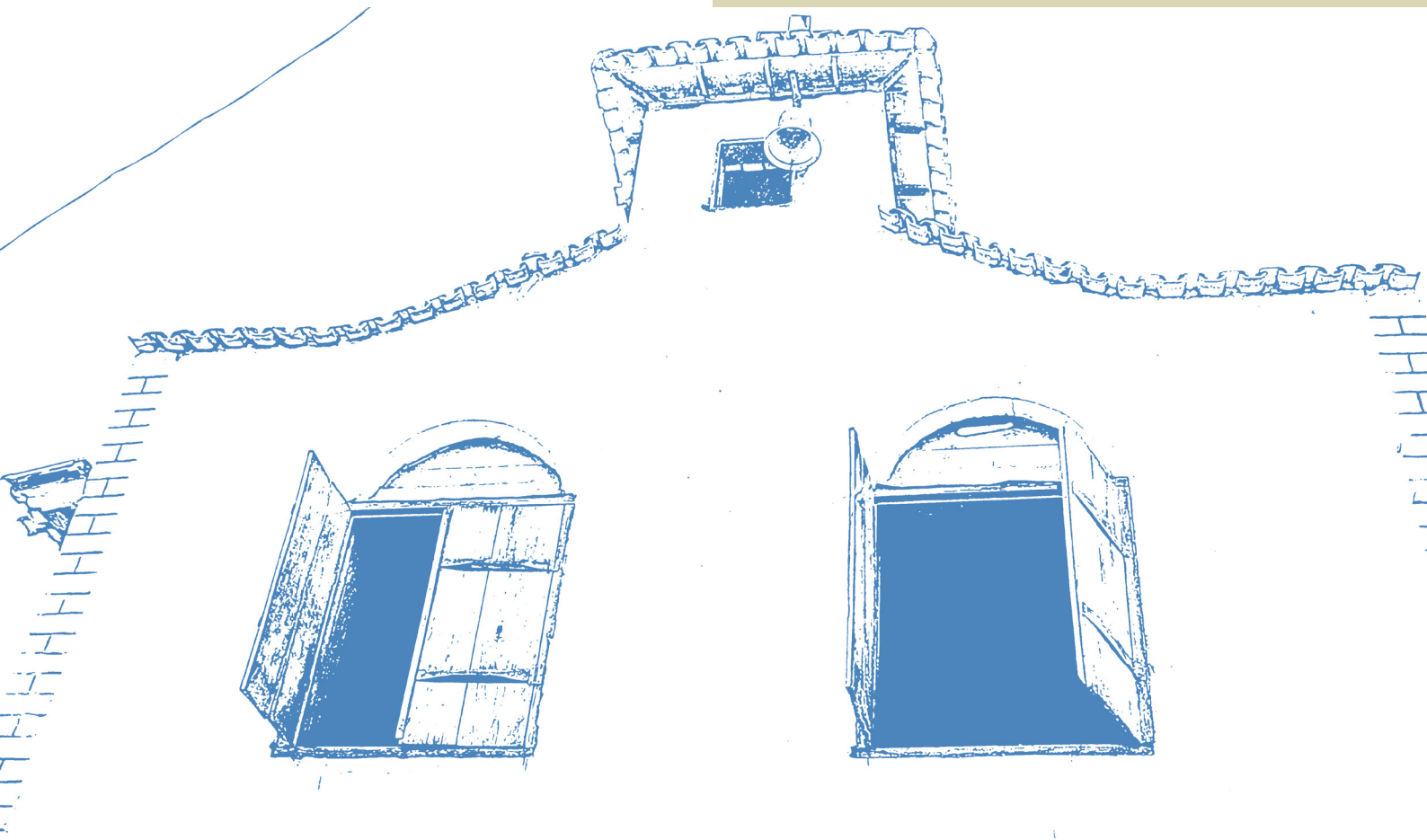


Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati



Reza de Santa Cruz. Mai/2015
Foto: Nian Pissolati

1.1.6 COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE
TRÊS BARRAS
(CONCEIÇÃO
DO MATO DENTRO)⁶³



A Comunidade Quilombola das Três Barras está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG). É composta por aproximadamente 120 famílias quilombolas, além de famílias de cerca de 30 famílias de *pessoas de fora*. O acesso à comunidade a partir da cidade de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até trevo para o quilombo. A partir do trevo, o trajeto é por via não pavimentada por quase 3km. Três Barras compõe, com a Comunidade Buraco e a Comunidade Cubas, a Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas.

O nome da comunidade faz referência ao encontro de três cursos d'água: o Rio Cubas, o Rio Preto e o Rio Três Barras. Essa localidade é bastante conhecida em função do turismo em uma cachoeira no Rio Cubas com aproximadamente 15 metros de queda e um extenso lago formado por um alargamento do rio. Essa cachoeira era chamada localmente de São Miguel. Depois que passou a ser muito frequentada por turistas, a partir do início dos anos 2000, ficou conhecida como Cachoeira das Três Barras, inclusive sendo assim referida pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.

Três Barras conta com uma escola que oferece de 1ª a 4ª séries ensino fundamental e atende, além dos alunos de Buraco e Três Barras, estudantes dos povoados próximos, Serra do Tomás e Tijucal. A edificação está comprometida estruturalmente e por isso, desde de 2015, as aulas acontecem na casa de uma família quilombola (Família Seabra). Os alunos quilombolas matriculados no ensino médio estudam, no turno da manhã, na sede de Conceição do Mato Dentro, sem transporte público oferecido. Um transporte escolar contratado por meio de licitação pela prefeitura municipal faz o traslado diário de estudantes matriculados no turno da tarde; e também daqueles matriculados no curso de Educação de Jovens e Adultos, o EJA, que funciona no turno da noite.

Três Barras tem uma configuração espacial que conta com uma área central, destacada por uma igreja (do Menino Jesus) e uma pequena praça. Próximo à igreja localiza-se um posto de saúde onde, quinzenalmente, recebem uma equipe com médico e enfermeiros. Já houve assistência odontológica, mas por pouco tempo. Nessa área central da comunidade localiza-se também uma edificação onde funciona a Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas.

Uma linha de ônibus, que faz o trajeto entre a comunidade e a sede municipal, atende a localidade três vezes por semana (segunda, quarta e sexta), por uma tarifa de R\$ 6,00 por pessoa. Aproximadamente do início de 2017 até o mês de julho do mesmo ano essa linha esteve desativada, causando prejuízos e transtornos aos quilombolas. Em situações emergenciais usavam veículos da frota de taxi de Conceição do Mato Dentro, que cobram entre R\$50,00 e R\$70,00 para cumprir o mesmo trajeto.

⁶³ Três Barras, Buraco e Cubas, reunidas se auto-declaram como um quilombo, formalizado como Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas; Na pesquisa dividimos a apresentação e registro das três comunidades, considerando-as como três comunidades interconectadas por um território e uma organização política comum, em função de suas singularidades históricas e culturais.

A Igreja do Menino Jesus, erguida provavelmente no final da década de 1930, foi a primeira edificação a receber energia elétrica, na comunidade, nos anos 1980. Nos anos 1990 o restante de Três Barras passou a ser atendido pela CEMIG. Além da igreja católica, existem três igrejas evangélicas em Três Barras. A Assembléia de Deus foi fundada possivelmente no final da década de 1980, com uma grande edificação (comparando com o porte das outras edificações da comunidade). Por volta de 2002, o local foi desmanchado para ser reconstruído em outro lugar. Entretanto, o projeto não se concretizou por um problema na regularização do lote que havia sido doado para a construção. Hoje os fiéis da Assembléia de Deus se reúnem nas casas das famílias.

Por volta de 2001, foi fundada uma Igreja Quadrangular, que aproximadamente em 2004 se tornou Igreja Batista. Seu pastor é também o responsável pela Igreja Batista na sede municipal de Conceição do Mato Dentro e nos distritos de Itacolomi e de Santo Antônio do Norte (mais conhecido como Tapera).

Aproximadamente em 2009, foi fundada a Igreja Deus é Amor de Três Barras, por Zé Maria (José Maria Queiroz, 79 anos, um dos netos de Moisés Pereira, que é um dos ancestrais formadores da comunidade) que havia se convertido à religião evangélica, no ano anterior, em uma igreja de Buraco.

Alguns lugares dentro do território de Três Barras recebem denominações específicas como Torre (porção territorial de maior altitude na comunidade), Rua dos Silva, Rua dos Queiroz, Chaves, Olaria, Valo e Véia.

Entre os entrevistados em Três Barras, apenas Terezinha Maria de Jesus (com 74 anos na data da entrevista em 2015, e que faleceu no ano de 2016), rememorando relatos de sua mãe ('Madalena de Juca'), informou sobre a origem da comunidade.

'Madalena de Juca', em diferentes ocasiões, repetiu para a filha que o avô de Terezinha, Joaquim da Silva, um homem branco, e um ex-escravizado chamado Moisés Pereira foram os primeiros moradores das Três Barras, destacando uma forte relação de amizade entre os dois⁶⁴.

O restante dos entrevistados citou nomes de antigos habitantes de Três Barras, incluindo Joaquim da Silva e Moisés Pereira, mas sem fazer referência à sua relação com o início do povoamento, algumas vezes declarando desconhecerem a história de formação da comunidade. Os outros *antigos* de Três Barras mencionados foram: Frederico Pio, João Queiroz, Pedro Gomes, João Isabel, Pedro Miliano, Elói Chaves, Júlio Seabra, Zé Floriano e Deca Baiano (filho de João Baiano, um dos fundadores de Buraco). Destacamos esse ancestral, Deca Baiano (filho de João Baiano), por ser um ancestral comum à Buraco, outra comunidade que compõem o Quilombo Três Barras, Buraco e Cubas Deca Baiano se mudou para Três Barras após casamento com Guiguiinha, filha de Moisés Pereira. Sabe-se também que ele comprou ¼ de terra dos herdeiros de Joaquim da Silva. Atualmente os descendentes de Moisés Pereira, de Joaquim da Silva e dos outros *antigos* de Três Barras apontados, formam uma rede de extenso parentesco.

A partir de lembranças de Zé Maria (José Maria Queiroz, 79 anos), neto do ancestral Moisés Pereira, podemos inferir que Moisés morreu na década de 1940. Zé Maria nasceu em 1938 e chegou a conviver com o avô por alguns anos em sua infância⁶⁵.

Ele comentou sobre o avô: *“ele era escuro mesmo. Meu avô era negro mesmo. De modo que no meio dessa sociedade, tirando o pessoal de Buraco, era só ele aqui. Escuro mesmo num tinha mais não.”* Zé Maria sabe que o avô viveu parte de sua vida na condição de escravizado, mas não sabe sua origem. Ele se refere à propriedade de Moisés como *“a fazenda de meu avô”*, explicando que ele foi dono de uma extensa parcela de terras cuja sede era uma casa de dois pavimentos, sendo o primeiro um porão que funcionava como depósito de objetos variados (um carro de boi, por exemplo) e o segundo composto pelos cômodos da residência, todos com assoalho de madeira. Moisés Pereira fundou a Marujada de Três Barras (em vigência) e seu filho, João Pereira, o Catopê (em memória).

A maior parte das terras de herança em Três Barras está “no bolo”, expressão usada por um dos entrevistados para explicar que não houve divisão formal das propriedades, apesar de informalmente demarcadas entre os herdeiros. Outro entrevistado, Zezinho (José Geraldo de Oliveira Silva, 63 anos), explicou: *“a terra é em comum, mas há respeito e ninguém mexe. Mas é tudo junto”*.

Parte dos entrevistados na localidade indicaram que a princípio os moradores de Três Barras e Buraco pouco se relacionavam. Sobre a causa desse distanciamento, Sidnei Seabra da Silva⁶⁴ (jovem líder comunitário de Três Barras e vereador pelo PC do B em Conceição do Mato Dentro, gestão 2016-2020), quem investigou, junto aos mais velhos, a história local para documentar à Fundação Cultural Palmares, mencionou ter havido, no passado, algum desentendimento, já superado, entre as duas localidades, apesar de não ter descoberto o motivo dessa possível discórdia.

Ao longo dos anos, alguns laços de parentesco se formaram entre as duas comunidades quilombolas. Zé D’Olimpio (José de Paula Maria da Silva, 78 anos), nascido e morador de Buraco, contabilizou dez (10) uniões ao longo da história, alertando que pode ter se esquecido de alguma ou não saber de outras. Sidnei Seabra constatou que, em geral (mas não exclusivamente), foram uniões a partir de casamentos entre mulheres de Buraco e homens de Três Barras.

Como geralmente é a esposa quem sai da casa dos pais para casar-se, por poucas vezes Buraco recebeu nativos de Três Barras como um morador.

Zé Silva (José Antônio da Silva, 66 anos) também comentou sobre relacionamentos entre as duas localidades.

⁶⁴ Interessante notar que a responsabilidade de zelar pela Igreja do Menino Jesus das Três Barras foi transmitida ao longo dos anos por uma linhagem ligada a Joaquim Silva e que a Marujada das Três Barras segue até os dias de hoje sob o comando de descendentes de Moisés.

⁶⁵ Zé D’Olimpio (José de Paula Maria da Silva) nasceu no ano de 1939 em Buraco, onde sempre morou, e conta que tem “pouquinha lembrança” de Moisés, no sentido de que quando ele morreu Zé D’Olimpio ainda era uma criança. A referência de Zé D’Olimpio reitera a inferência de que Moisés Pereira morreu na década de 1940, ou um pouco depois.

“Antes era muito pouco [o relacionamento entre Três Barras e Buraco]. O pessoal de Buraco, antes, quase não mexia aqui [em Três Barras]. E os daqui quase não mexiam no Buraco. Que tinha...[um desentendimento] Hoje não tem mais. Temos que dar graças a Deus por tudo, pela união. Éramos um pessoal tipo assim, desunido. O pessoal de Buraco era um pessoal afastado de Três Barras e Três Barras afastado de Buraco, por causa de confusão. O pessoal de Três Barras tinha medo de ir no Buraco. Briga! E o pessoal de Buraco tinha medo de vir cá. A mesma coisa, por causa de briga, confusão. Mas depois a história ficou boa que Três Barras é unida [se referindo à associação quilombola] com Buraco e Cubas. Virou uma família. É claro, o pessoal de Buraco não casa, falar a verdade, não casa gente de Buraco... sair de Buraco e vir pra dentro de Três Barras. Gente de Três Barras casa, casou, lá em Buraco. [...] [- E hoje em dia, o pessoal de Buraco frequenta Três Barras e o de Três Barras, Buraco?] Muito pouco. É unido mas... O de Buraco frequenta porque sempre aqui... Eles vêm aqui por causa de comércio, vem aqui fazer compra, vem num barzinho. Eu deixei agora lá no boteco três amigos de Buraco, e de Três Barras também. Eles mais funcionam aqui, do que nós funcionamos lá. Nós não temos passagem [por Buraco] [...]. Mas se precisar da gente, nós estamos lá dentro também.” (Zé Silva, novembro de 2016)

Zé Maria, nascido e residente em Três Barras, também comentou sobre a relação entre essas duas comunidades:

“Não [relacionavam]. Depois que o povo foi misturando, foi indo, foi indo e passou a unir com o outro. Mas mesmo assim, com muito unidos que eles são, são afastados do povo das Três Barras. Que lá é Buraco, aqui Três Barras. Então se chegar um aqui e falar ‘onde mora fulano de tal no Buraco?’ Pra informar, eu falo: ‘o Buraco é lá.’ ‘E aqui?’ ‘Aqui é Três Barras’. Aqui num mistura com Buraco, não. Buraco lá é separado. Lá já é outra nação. (...) Desse Buraco eu não tenho parentesco lá não. Agora, minha dona já tem.” (Zé Maria, abril de 2016)⁶⁷

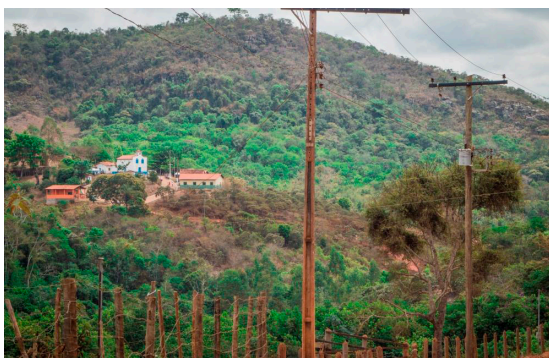
Já Dona Marieta (Marieta Lurdes da Silva, 88 anos), descreveu a pouca convivência no passado como função da dificuldade de acesso entre as duas localidades, e disse que não se recorda de desentendimentos passados. Descrevendo um contato amistoso entre as duas comunidades, ela recordou que “em buraco tinham as donas que benziavam”. Informou que também havia benzedadeiras em Três Barras, mas alguns males eram curados apenas com a reza de três benzedadeiras de Buraco. Nesses casos, as mães de Três Barras levavam os filhos em Buraco.

⁶⁶ Sobre o reconhecimento quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas, destaca-se o ativismo de Sidnei como principal operador da mobilização política local. Em 2011 a Associação Comunitária de Três Barras tornou-se Associação Comunitária quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas. A certidão de auto-definição foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em 22 de dezembro do mesmo ano. Não havia associações em Buraco e Cubas.

⁶⁷ Esses depoimentos reiteram a observação, durante a pesquisa para o Inventário dos Quilombos da Serra do Cipó, de que o Quilombo Três Barras, Buraco e Cubas, reunido na Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas, é formado por três (03) comunidades com diferentes trajetórias históricas e diferentes referências culturais (algumas delas compartilhadas entre as comunidades), situadas em um amplo território. Foi por esse motivo que, tanto nas Fichas de Inventário, quanto no presente Relatório, apresentamos as comunidades quilombolas em seções separadas.

Zé D’Olímpio lembrou que algumas pessoas de Buraco compunham o grupo da Marujada de Três Barras na época em que o terno era liderado por Zé Gomes (mestre da Marujada em um período que durou, aproximadamente, de 1940 até por volta de 1975). Ele também recorda que os moradores de Buraco e de Três Barras interagiam quando alguém convidava para dançar moda, recortado, desafio ou caxambu. Algumas vezes essas danças aconteciam em Três Barras onde os principais responsáveis por promover esses encontros eram descendentes de Moisés Pereira; outras vezes em Buraco. Zé D’Olímpio, um dos dois anciãos de Buraco mais antigos ainda vivos, não soube precisar até quando esses encontros aconteceram com frequência. Indicou apenas que “*durou até um tempo depois*” do seu casamento, no ano de 1959. Algumas recordações de Zé de Olímpio revelam que no passado havia amizade entre moradores das duas comunidades.

“Lá em Três Barras tinha um homem lá. Um tal de Zé Pereira. Todo sábado ele fazia a dança. Todo sábado ele matava um boi e fazia a dança. O povo começava lá a dançar com o sol quente e ia até o outro dia com o sol alto. Brincando, caçoando. Você não via uma questão. O povo gostava de brincar. [- E o povo do Buraco ia?] Ia, ia, muita gente ia. [...] Moda, Recortado... Na época, mês de maio, mês de Maria, tinha um tal de caxambu lá no alto da capela. Era o João Pereira, o Zé Pereira, o Pedro Moisés, tinha um tal de Antônio Queiróz... Eles já tinham aquela caixa grande. Uns batendo, os outros pulando. Um punha a mão no chão, ia pulando, aí o outro pulava nesse, e ia, saía aquele trem brincando... Agora acabou tudo. [- E o pessoal de Três Barras quando tinha aqui em Buraco, vinham?] Vinha. Vinha. Os daqui iam pra lá. Os de lá, quando tinha aqui, vinham cá. No dia de meu casamento veio gente ate lá da Lapinha do Riacho.” (Zé de Olímpio, Buraco)



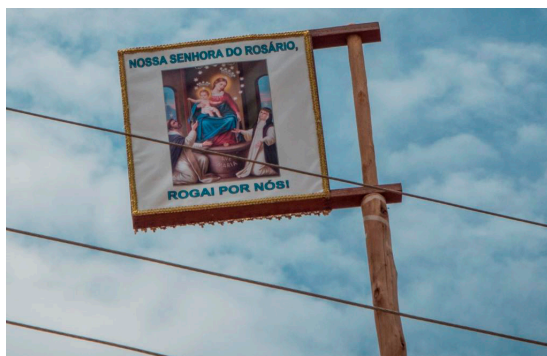
Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



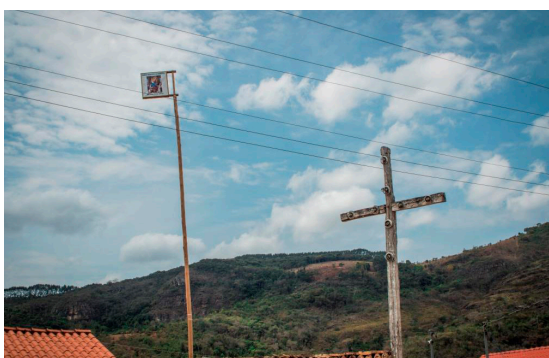
Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes



Festa de Nossa Senhora do Rosário. Set/2016
Foto: Natália Gomes

1.2.1 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA:

APRESENTAREMOS NESSE
ITEM,
ALGUMAS ABORDAGENS
E PROCEDIMENTOS QUE
FORMARAM A BASE
DA PESQUISA, CUJOS
RESULTADOS ESTÃO
RESUMIDOS
NESSE RELATÓRIO

A pesquisa foi realizada para a elaboração de um Inventário das Referências Culturais dos Quilombos da Serra do Cipó. Os Inventários buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. Para o IPHAN, o principal objetivo de um Inventário é compor um banco de dados que possibilite a valorização e a salvaguarda, o planejamento e a pesquisa, o conhecimento de potencialidades e a educação patrimonial⁶⁸.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia desenvolvida pelo IPHAN para orientar as pesquisas e produzir conhecimento sobre as referências culturais de comunidades. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Referências culturais são manifestações da vida social às quais são atribuídos sentidos e valores que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. A pesquisa para o INRC dos Quilombos da Serra do Cipó, incluindo as tomadas para registro audiovisual, foi realizada no período entre 2014 e 2017. Considerando Três Barras, Buraco e Cubas como um quilombo composto por três (03) comunidades, foram seis (06) comunidades quilombolas pesquisadas: Comunidade Quilombola Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR); Comunidade Quilombola Três Barras; Comunidade Quilombola Buraco; Comunidade Quilombola Cubas; Comunidade Quilombola Mato do Tição; Comunidade Quilombola Açude.

As diversas referências culturais identificadas em cada comunidade estão em diferentes condições: algumas ativas (mais ou menos vigorosas); outras bastante enfraquecidas, consideradas pelos entrevistados como em processo de desaparecimento (processo que, numa classificação presente nas Fichas de INRC é denominado “em ruína”⁶⁹); outras que, hoje em dia, existem apenas em memória.

Dentre as dezenas de referências pesquisadas, 03 de cada comunidade quilombola foram descritas com maior detalhamento e extensão, tratamento que, na metodologia do INRC, é denominado ‘identificação’ da referência cultural. Os bens culturais ‘identificados’ foram escolhidos em acordo com representantes de cada comunidade, considerando aqueles mais representativos e vigorosos do ponto de vista dos próprios quilombolas.

⁶⁸ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acessado em 10 de junho de 2017.

⁶⁹ Apesar de praticada nas Fichas de INRC, a classificação “em ruína” é sensivelmente limitada no que se refere às manifestações culturais imateriais. Sobretudo porque sugere um estado de encerramento e irreversibilidade para dinâmicas de ‘instituições’ impassíveis ao caráter definitivo do arruinamento. São celebrações, formas de expressão, e até memórias, muito mais passíveis de uma trajetória instável e imprevisível quanto ao conjunto de condições necessárias para seu acontecimento. Não é raro, por exemplo, um candombe que ontem “estava fraco”, “quase morrendo”, ou que esteve enfraquecido por quase uma década, de um ano para outro, retomar suas atividades com imenso vigor, por motivos complexos, envolvendo tocadores, mestres, jovens, santos, espíritos de ancestrais, recursos materiais, entre outros complicadores.

1.2.2 COMUNIDADES TRÊS BARRAS BURACO E CUBAS E COMUNIDADE ASCAXAR

Ao longo da pesquisa de campo para o levantamento preliminar das informações em cada localidade verificamos que, apesar do compartilhamento de alguns aspectos históricos e socioculturais bastante significativos (que serão descritos em seção específica, neste Relatório), a Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas, formalizada em uma única associação (Associação Comunitária Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas) e portadora de uma única certidão de auto-declaração quilombola (emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2011) é, de fato, uma reunião de três comunidades com trajetórias históricas, condições sociais, referências culturais e parentesco (há alguns poucos casamentos entre moradores dessas 03 localidades) significativamente distintos.

Por este motivo, no Inventário, a apresentação da Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas foi dividida em três localidades: localidade Comunidade Quilombola Três Barras, localidade Comunidade Quilombola Cubas, localidade Comunidade Quilombola Buraco. Dessa maneira foi possível organizar melhor as informações que são bastante volumosas, uma vez que se referem referentes à 03 comunidades com experiências diversificadas. Diferente desse caso, a Comunidade Quilombola Associação Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR), apesar do nome composto indicando também três comunidades, refere-se efetivamente a uma única comunidade, extensa, distribuída em dois conjuntos de povoamento (que, por sua vez, estão divididos em pequenas localidades). Conforme já foi descrito na seção anterior, não existem moradores na região conhecida como Xambá.

O conjunto de povoamento denominado Córrego Cachoeira é dividido em duas localidades: Cachoeira de Cima, com 8 famílias, e Cachoeira de Baixo com 3 famílias moradoras. Já o conjunto Ribeirão se divide nas localidades Ribeirão de Trás, que conta com 22 famílias, e Ribeirão do Meio, com 12 famílias moradoras.

Essas famílias constituem um parentesco extenso que abrange todas as localidades (ou seja, em expressiva maioria são: filhos, primos, sobrinhos, netos, avós, tios, uns dos outros). Suas trajetórias históricas, organização comunitária e referências culturais também são amplamente compartilhadas, conformando uma comunidade.

Da associação participam apenas habitantes dos núcleos Cachoeira de Baixo, Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio (mas não são todos os habitantes de cada um desses conjuntos de povoamento que participam da associação) Portanto, todos os associados integram o Quilombo ASCAXAR, mas nem todos os quilombolas integram a Associação ASCAXAR – que foi uma associação criada em função da organização do trabalho cooperativo da turma de agricultoras e agricultores.

Diferente desse caso, a Comunidade Quilombola Associação Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR), apesar do nome composto indicando também três comunidades, refere-se efetivamente a uma única comunidade, extensa, distribuída em dois conjuntos de povoamento (que, por sua vez, estão divididos em pequenas localidades). Conforme já foi descrito na seção anterior, não existem moradores na região conhecida como Xambá.

O conjunto de povoamento denominado Córrego Cachoeira é dividido em duas localidades: Cachoeira de Cima, com 8 famílias, e Cachoeira de Baixo com 3 famílias moradoras. Já o conjunto Ribeirão se divide nas localidades Ribeirão de Trás, que conta com 22 famílias, e Ribeirão do Meio, com 12 famílias moradoras.

Essas famílias constituem um parentesco extenso que abrange todas as localidades (ou seja, em expressiva maioria são: filhos, primos, sobrinhos, netos, avós, tios, uns dos outros). Suas trajetórias históricas, organização comunitária e referências culturais também são amplamente compartilhadas, conformando uma comunidade.

Da associação participam apenas habitantes dos núcleos Cachoeira de Baixo, Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio (mas não são todos os habitantes de cada um desses conjuntos de povoamento que participam da associação) Portanto, todos os associados integram o Quilombo ASCAXAR, mas nem todos os quilombolas integram a Associação ASCAXAR – que foi uma associação criada em função da organização do trabalho cooperativo da turma de agricultoras e agricultores.

1.3 REFERÊNCIAS CULTURAIS PESQUISADAS

As referências culturais pesquisadas em cada comunidade serão apresentadas, em tabela, a seguir. Foram dezenas de manifestações pesquisadas em cada comunidade⁷⁰. Para a listagem de cada referência cultural consideramos a classificação do IPHAN, dividida nas categorias: ‘ofícios/saberes/modos de fazer’; ‘formas de expressão’; ‘celebrações’ e ‘lugares’. Conforme orientação do Instituto, os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão (cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas); e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

⁷⁰ Dentre elas, como já mencionado anteriormente, três de cada comunidade foram pesquisadas profundamente, atendendo aos quesitos determinados pela metodologia INRC para a sua ‘identificação’.

1.3.1 LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA AÇUDE

referência cultural	categoria	vigência
Candombe de Lena	celebrações	em vigência
Reza de São José	celebrações	em vigência
Dia de Santa Cruz	celebrações	em ruína ⁷¹
Mês de Maria	celebrações	em vigência
Candombe de Mercês	celebrações	em vigência
Candombe	formas de expressão	em vigência
Boi da Manta	formas de expressão	em vigência
Folia de Reis	formas de expressão	em memória ⁷²
Caboclinho	formas de expressão	em memória
Encomendação das Almas	formas de expressão	em ruína
Queima do Judas	formas de expressão	em memória
Pastorinhas	formas de expressão	em memória
Novena	formas de expressão	em ruína
Pedido de Chuva	formas de expressão	em memória
Casa de Dona Mercês	lugares	em vigência
Casa de Lena	lugares	em vigência
Casinha	lugares	em vigência
Fazenda Cipó	lugares	em vigência
Ofício de Parteira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Remédio à base de plantas	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer Fubá	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o melado de cana	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína

⁷¹ Conforme já mencionado neste Relatório, a classificação “em ruína” é praticada pela metodologia INRC de processamento e registro de informações. Por este motivo, adotamos essa classificação aqui. Contudo, é importante notar que não é uma classificação muito feliz para descrever manifestações imateriais da cultura, considerando que a dinâmica das celebrações, formas de expressão e saberes abrange momentos de maior e de menor intensidade sem que a irreversibilidade de uma situação, tanto quando a manifestação está ‘forte’, quando está ‘fraca’ possa ser determinada.

⁷² “Em memória” é a classificação utilizada na metodologia INRC para se referir às referências culturais que, apesar de não estarem acontecendo na atualidade, são fortemente mencionadas e lembradas pela comunidade fazendo-se, desse modo, ainda presentes.

REFERÊNCIAS CULTURAIS da COMUNIDADE QUILOMBOLA AÇUDE

referência cultural	categoria	vigência
Modo de Fazer a Farinha de Mandioca / e o polvilho	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Doces da Semana Santa	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Benzeção	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Artesanato em taquara e outros materiais	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Troca de dia	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer azeite e gordura de coco	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de preparar o milho para fazer canjica	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Óleo de mamona	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Sabão de coada	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fiar a linha	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína

Desses bens, foram selecionados para identificação (ou seja, aprofundamento da pesquisa) a celebração Candombe da Lena; e a forma de expressão Candombe de Nossa Senhora do Rosário.

1.3.2 LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TRÊS BARRAS, BURACOE CUBAS – LOCALIDADE BURACO

referência cultural	categoria	vigência
Festa do Cruzeiro (Festa de São Pedro)	formas de expressão	em ruína
Moda	formas de expressão	em memória
Recortado	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Desafio	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Caxambu	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Procissão para pedir por chuva	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Trezena na Semana Santa	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Artesanato em Taquara	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Medicina tradicional a base de plantas	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Benzeção	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Parteiras	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de barro - Casas de barro e madeira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Pão de sabão	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Doces	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Azeite de Mamona	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Cruzeiro do Alto do Morro	lugares	em vigência
Igrejas Evangélicas	edificações	em vigência

Dessas referências, os bens selecionados para identificação conforme metodologia INRC foram a celebração Festa do Cruzeiro (também chamada de Festa de São Pedro); o modo de fazer artefatos em taquara; os saberes de usos de folhas cascas e raízes para fazer remédios.

1.3.3 LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO QUILOMBO CACHOEIRA, XAMBÁ E RIBEIRÃO (ASCAXAR)

referência cultural	categoria	vigência
Coroação de Maria	celebrações	em vigência
Novena e vigília a Nossa Senhora da Conceição	celebrações	em vigência
Festa de Nossa Senhora Aparecida	celebrações	em vigência
Reza de São Sebastião	celebrações	em vigência
Fim da Colheita do Milho	celebrações	em vigência
Festa de Santa Cruz	celebrações	em memória
Turma (Associação ASCAXAR)	celebrações	em vigência
Marujada Feminina N. Sra. da Conceição de Ribeirão de Trás	formas de expressão	em vigência
Caminhadas ao Cruzeiro pedindo por chuva	formas de expressão	em memória
Reza em latim	formas de expressão	em memória
Casos de assombração	formas de expressão	em vigência
Recortado	formas de expressão	em memória
Caboclo	formas de expressão	em vigência
Time de Futebol Ribeirão de Trás	formas de expressão	em vigência
Serenata	formas de expressão	em memória
Folia de Reis	formas de expressão	em memória
Culinária local	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Artefatos/artesanatos em taquara	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência

REFERÊNCIAS CULTURAIS DO QUILOMBO CACHOEIRA, XAMBÁ E RIBEIRÃO (ASCAXAR)

referência cultural	categoria	vigência
Artesanatos - Cachoeira em Artes	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o sabão preto ou sabão de borra	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o licor de jurubeba	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o cuscuz de mandioca	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer a rapadura	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o óleo de mamona	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o fubá de moinho d'água	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de barro	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Benzeção	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Ofício de parteira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Culinária tradicional	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer doces tradicionais	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	lugares/edificações	em vigência
Ruínas da casa de Luiz Capitão	lugares/edificações	em ruína
Cruzeiro da Venda Seca	lugares	em memória
Cruzeiro de Paulo Capitão	lugares	em vigência
Bica do Caldeirão de Ouro	lugares	em memória
Córrego Grande	lugares	em vigência
Morro de Pedra	lugares	em vigência
Pé de Jenipapo	lugares	em vigência
Valo onde nasceu Luiz Capitão	lugares	em memória

REFERÊNCIAS CULTURAIS DO QUILOMBO CACHOEIRA, XAMBÁ E RIBEIRÃO (ASCAXAR)

referência cultural	categoria	vigência
Artesanatos - Cachoeira em Artes	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o sabão preto ou sabão de borra	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o licor de jurubeba	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o cuscuz de mandioca	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer a rapadura	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o óleo de mamona	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o fubá de moinho d'água	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de barro	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Benzeção	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Ofício de parteira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em memória
Culinária tradicional	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer doces tradicionais	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	lugares/edificações	em vigência
Ruínas da casa de Luiz Capitão	lugares/edificações	em ruína
Cruzeiro da Venda Seca	lugares	em memória
Cruzeiro de Paulo Capitão	lugares	em vigência
Bica do Caldeirão de Ouro	lugares	em memória
Córrego Grande	lugares	em vigência
Morro de Pedra	lugares	em vigência
Pé de Jenipapo	lugares	em vigência
Valo onde nasceu Luiz Capitão	lugares	em memória

Dessas referências, os bens selecionados para identificação conforme metodologia do INRC foram as formas de expressão Coroação de Maria; Marujada; e o ofício tradicional de cooperativismo na agricultura familiar- Turma/Associação.

1.3.4 LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TRÊS BARRAS, BURACOE CUBAS – LOCALIDADE CUBAS

referência cultural	categoria	vigência
Festa do Divino Espírito Santo	celebrações	em vigência
Novenas	formas de expressão	em memória
Artesanato em Taquara e Bambu	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de Barro e Madeira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em vigência
Remédios a base de plantas	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Capela do Divino Espírito Santo	lugares e edificações	em vigência
Cruzeiro de Cubas	lugares e edificações	em vigência
Moinho Velho	lugares e edificações	em ruína

Dentre essas referências culturais pesquisadas, aquelas identificadas conforme metodologia do INRC, foram: a celebração Festa do Divino Espírito Santo; o lugar-edificação Igreja do Divino Espírito Santo; e o ofício construção em alvenaria de barro tradicional.

1.3.5: LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLAMATO DO TIÇÃO (MATIÇÃO)

referência cultural	categoria	vigência
Reza de Santa Cruz	celebrações	em vigência
Festa dos Padroeiros	celebrações	em vigência
Reza do Mês de Maria	celebrações	em vigência
Festa de São João do Matição	celebrações	em vigência
Reza de São Pedro	celebrações	em vigência
Reza de São Benedito	celebrações	em vigência
Folia de Reis	formas de expressão	em vigência
Coroação de Maria	formas de expressão	em vigência
Candombe	formas de expressão	em vigência
Reinado de Nossa Senhora do Rosário	formas de expressão	em vigência
Encomendação das Almas	formas de expressão	em vigência
Bando/Queima de Judas	formas de expressão	em vigência
Bloco de Carnaval	formas de expressão	em vigência
Batuque	formas de expressão	Em recuperação
Umbanda de Dona Divina	formas de expressão/ celebração	em vigência
Passar na brasa	formas de expressão	em vigência
Mestres e mestras candombeiros	Saberes/formas de expressão	em vigência
Mestres e mestras benzedeiros	Saberes/ofícios	em vigência
Mestras rezadeiras	Saberes/ofícios	em vigência
Quarto do Santo/Terreiro de Umbanda de Dona Divina	lugares/edificações	em vigência
Casa Velha de Benjamin e Josefa	lugares/edificações	em vigência

REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLAMATO DO TIÇÃO (MATIÇÃO)

referência cultural	categoria	vigência
Capela	lugares/edificações	em vigência
Morro do Cruzeiro	lugares/edificações	em vigência
Terreiro de Divina (onde acende a fogueira de São João/onde passam na brasa)	lugares/edificações	em vigência
Beco de Jair	lugares/edificações	em vigência
Caminho Fundo	lugares	em vigência
Usos de folhas, cascas e raízes para cura e para alimentação	saberes-ofício	em vigência
Fabricação dos tambus, guaiás e puíta	saberes-ofício	em vigência

Dentre essas referências culturais, aquelas identificadas conforme metodologia do INRC foram a Reza de Santa Cruz, a Folia de Reis e o Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

1.3.6: LISTA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TRÊS BARRAS, BURACOE CUBAS – LOCALIDADE TRÊS BARRAS

referência cultural	categoria	vigência
Festa de Nossa Senhora do Rosário	celebrações	em ruína
Festa do Menino Jesus	celebrações	em ruína
Marujada de Três Barras	formas de expressão	em vigência
Novena	formas de expressão	em ruína
Coroação de Maria	formas de expressão	em memória
Leilão	formas de expressão	em vigência
Recortado	formas de expressão	em memória
Moda	formas de expressão	em memória
Serenata	formas de expressão	em memória
Caxambu	formas de expressão	em memória
Catopé de Três Barras	formas de expressão	em memória
Pedidos de Chuva	formas de expressão	em memória
Mutirão	formas de expressão	em memória
<i>Pisquim</i>	formas de expressão	em memória
Benzeção	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Rezadeira	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Artesanato em Taquara	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Fubá	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Melado	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Doces	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer Sabão	ofícios-saberes-modos-de-fazer	em ruína
Igreja do Menino Jesus de Três Barras*	lugares e edificações	em vigência
Cachoeira de Três Barras	lugares	em vigência
Igreja Deus É Amor	lugares e edificações	em vigência
Igreja Batista Central	lugares e edificações	em vigência

Dentre essas referências culturais pesquisadas, aquelas identificadas conforme metodologia INRC foram a Igrejinha de Menino Jesus das Três Barras, a Marujada e a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

2 – DESCRIÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS, DE CADA UMA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS INVENTARIADAS

2.1 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA AÇUDE

2.1.2 CANDOMBE, CANDOMBE DO AÇUDE OU CANDOMBE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O Candombe do Açude é uma tradição herdada pelos ancestrais da comunidade quilombola, escravizados na Fazenda Cipó Velho. Trata-se de um ritual devocional à Nossa Senhora do Rosário, considerada ‘mãe do candombe’; e também a outros santos de devoção afro-brasileira como São Benedito, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Mercês e Santa Efigênia.

Conforme a narrativa da comunidade, o candombe do Açude surgiu há mais de 200 anos quando os escravizados da Fazenda Cipó Velho fizeram os primeiros tambus para buscar a imagem de Nossa Senhora do Rosário encontrada em uma lapa. Conta o mito de origem no Açude que Nossa Senhora do Rosário apareceu em uma lapa da fazenda. Os brancos tentaram por várias vezes levar a imagem para a igreja da fazenda, mas Nossa Senhora sempre retornava para a lapa. A imagem somente “sossegou” na igreja quando os negros candombeiros a carregaram⁷³. Antes de seguir para a lapa, os escravizados esculpiram três tambus para saudar Nossa Senhora do Rosário com tambores feitos da madeira extraída na mata. Ao som do candombe, Nossa Senhora voluntariamente foi para a igreja da Fazenda Cipó Velho. A partir de então, todos os dias ao cair da noite, depois do trabalho, os escravizados a cultuavam, com o toque dos tambus. Isso perturbava o senhor.

Apesar de Nossa Senhora aceitar e acolher os tambus, o senhor acreditava que instrumentos artesanais em madeira feitos por negros escravizados não eram dignos de Nossa Senhora. Incomodado com a celebração, mandou queimá-los. Mas a fumaça exalada da madeira dos tambus passou a perseguir o senhor e a sufocá-lo. Sua esposa, na tentativa de reverter as consequências geradas pela ação do marido, pediu aos escravizados que fizessem novos tambus e voltassem a tocá-los. Os escravizados assim fizeram, mas a fumaça perseguiu o senhor até a sua morte. Estes três tambus esculpidos para substituir os instrumentos incinerados permanecem no Açude e estão hoje guardados na casa de Dona Mercês⁷⁴. O Candombe é uma forma de expressão em geral presente nas celebrações tradicionais que se repetem anualmente como devoção aos santos e pagamento de promessa. Na Comunidade Quilombola do Açude acontecem atualmente dois candombes: o “Candombe de Lena” (no último sábado de maio, na casa de Senhora Lena) e o “Candombe de Mercês” (no segundo sábado de setembro, na Casa de Mercês).

⁷³ Narrativas sobre o privilégio dos candombeiros em conquistar a confiança de Santa Manganá/Nossa Senhora do Rosário e conseguir levar a santa para uma capela ou igreja é recorrente e, mito fundador do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, conforme detalharemos adiante, na sessão, Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Quilombo Mato do Tição. Quilombo que, aliás, tem antigo parentesco com os quilombolas do Açude, de onde teriam vindo os ancestrais candombeiros daquela comunidade, ainda antes de 1889.

Cada festeira ergue a bandeira com a imagem de seu santo de devoção. Na festa de Dona Mercês levantam a bandeira de Nossa Senhora do Rosário e na de Dona Lena, a de Nossa Senhora do Desterro, do Menino Jesus e de São João. Os entrevistados explicaram que independentemente da bandeira erguida, o candombe é sempre para Nossa Senhora do Rosário, além dos santos e santas homenageados naquele festejo.

O “Candombe do Açude” acontecia tanto na comunidade, como em comunidades do entorno – lugares com os quais os quilombolas mantêm laços de parentesco e amizade. Em especial nas últimas duas décadas, a frequência das festas passou por uma drástica redução. Havia Candombe na “Zareia” (um por promessa de Marculino e outro por promessa de Naná), na Vila Santa Rita (promessa de Lair), em Capoeira Grande (na casa de Inês e João de Bem), na Vargem Grande (de Nilda), no Capão Palmito (casa de Zé Suterio), em um lugar “pra cima do Chapéu do Sol” (casa de Tidico), na Lapinha de João Congo (na casa de Valtério), na casa do Seu Nego, na Vacaria, na casa de Zé Vitor, no Cardoso (Candombe de Dalina), “Lá pro lado do Tumé” (na casa de Laíde), na Pindaíba e no Barreiro. Algumas dessas celebrações eram esporádicas e outras anuais, mas todas essas festas reuniam os candombeiros da região, não apenas do Açude. Hoje, a única festa fora da comunidade que conta com candombe regularmente é o “Candombe de Nelson” (no terceiro sábado de Julho, na localidade rural Gerônimo, em Cardeal Mota).

“Era tanto candombeiro. Era tudo espalhado. Morava no Açude, Vargem Grande, Paraúna, Berto, Cardoso, Xirú, Vacaria, Colônia, Soberbo, João Congo, São José da Serra... Juntava esse povo tudo. (...) Olha pra você ver, João da Benvinda, Henrique, Acácio, Bil... Esses eram os candombeiros. Zé Vitor, Marcolino (...) Messias, Américo, Zé Culú, Zeca... Mas tem mais... As esposas... As mulheres que dançavam era Claudiana [filha da Claudiana velha que ficou com do Xirú], esposa de Zé Culú, Chica do Carumbé... Umas mulheres grades, mas não era forte não, era magrinha. Essas mulheres mais antigas, elas eram alta, alta esculturada, no corpo não tinha gordura não. As mulheres que cantavam candombe na época...” (Eny Aparecida da Apresentação, novembro de 2016)

No princípio, o “Candombe do Açude” era chamado apenas de ‘candombe’. Nos festejos o candombe era um dos elementos. Com a visibilização e valorização do candombe promovido, sobretudo no início dos anos 2000, o candombe passou a ser conhecido como “Candombe do Açude” e se sobressaiu em relação ao festejo como um todo. Antes falavam “Festa de Lena”. Agora é mais comum ouvir “Candombe de Lena”, mesmo o candombe permanecendo como parte dessa celebração.

Apesar do Candombe do Açude ser uma referência cultural da Comunidade Quilombola do Açude (e poderíamos acrescentar aqui também de todas as povoações do entorno onde vivem ou viveram candombeiros descendentes dos escravizados da Fazenda Cipó) todo o processo midiático de divulgação e valorização do candombe se concentrou na festa do mês de setembro, na casa de Dona Mercês. Em geral as pessoas “de fora” que conhecem o candombe acreditam que a comunidade quilombola se resume à parte da comunidade mais próxima do lugar de realização dessa celebração.

Esse foco na festa de Mercês, de certa maneira favorece para que a Festa de Dona Lena continue sem tamanha visitação - o que, do ponto de vista de quilombolas entrevistadas, favoreceu a preservação dos rituais, livres da intervenção ostensiva dos freqüentadores provenientes de Belo Horizonte e outros lugares “de fora” (geralmente pouco atenciosos à ética na qual se baseia o candombe, e ignorantes dos fundamentos devocionais).

Até a alguns anos atrás, os tambus permaneciam guardados na casa da família que recebeu o último candombe, até as vésperas da próxima festa, quando um grupo de candombeiros deveria buscá-los. Não foi identificado quando precisamente essa tradição foi modificada. De todo modo, desde possivelmente meados dos anos 2000 (data vagamente sugerida), os centenários tambores são guardados exclusivamente na casa de Dona Mercês.

Por alguns anos da década de 2000 não houve candombe na Festa de Lena, apenas a reza. A decisão não consensual de manter os tambus na casa de Mercês foi apontada por moradores do Açude como o motivo da paralisação do candombe nas festas de Lena. Esses moradores relatam que os antigos sempre afirmavam que os tambus deviam ser mantidos em movimento, circulando dentro da comunidade: “O pessoal dos antigos... Se você chegasse aqui e pedisse os tambus pra fazer uma reza, eles deixavam. O tambu ia. Ia e voltava! De alguma forma ele aparecia. Quando você precisava [alguém dizia], ‘tá lá na casa de fulano’.”

“Nós buscávamos esses tambus longe. Tudo enquanto é canto, no dia de fazer o candombe íamos buscar esses tambus. Oh Meu Deus. A pé. E ninguém tinha carro, tinha coisa nenhuma. Juntava uns três, tinha que ser três pra ir buscar porque são três [tambus]. (...) Mas esses tambus rodaram pra tudo em quanto é lado. Tem lugar que agente até esquece. Agente nem lembra mais. (...) E os tambus não são de ninguém não. Os tambus são para rodar onde que tiver candombe é pro tambu ir.”

Na Festa de Lena o candombe retornou apenas por volta de 2010, quando novos tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaboticatubas e a Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências. Essa oficina foi ministrada por candombeiros do Quilombo Mato do Tição e do Açude.

Paralelamente à exposição do candombe na mídia e para turistas e ao fato dos tambus estarem guardados em uma única casa, começaram a ser levados para inúmeras apresentações em eventos (shows de artistas renomados, apresentações em universidades, casas de espetáculo e eventos culturais diversos). A exposição do candombe e de seus tambus em performances “culturais”, fora do contexto sagrado também dividiu opiniões entre os candombeiros do Açude. Como citado acima, o candombe na casa de Lena só retornou depois que novos tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social – unidade pública estatal gerida a nível municipal). Por volta de 2010, o CRAS estava oferecendo várias oficinas de artesanato em parceria com a Associação Comunitária de Moradores de Açude e Adjacências. Foi quando surgiu a ideia de confeccionarem novos tambus. Esbarraram, entretanto, em um detalhe: não havia ninguém que já tivesse feito tambus, ainda vivo na comunidade. Por outro lado entendiam que se os ancestrais candombeiros fizeram, os candombeiros de hoje também saberiam fazer.

Os dois candombeiros mais velhos do Açude foram escalados para ministrar oficina junto de Evandro (do Matijão): Ramiro (esposo de Dona Lena e que hoje é evangélico) e Valdivino. De todo modo, para que a oficina fosse aprovada era necessário alguém com experiência comprovada na arte de confecção dos tambus. Essa pessoa foi Evandro Hilário dos Santos, candombeiro da Comunidade Quilombola de Matijão. Foram feitos dois trios de tambus. Um dos trios está na casa de Valdivino e foi feito com uma madeira extraída em Matijão cujo nome não souberam dizer. O outro trio, usado na festa de Lena, foi feito com a madeira de sabuêro.

Mas os tambus precisavam ser batizados, consagrados. Então, em uma noite de sábado a comunidade se reuniu na casa de Dona Vilma. Rezaram, levantaram a bandeira e apresentaram os novos tambus à Nossa Senhora do Rosário. “Foi bonito de mais”, descreveu Dona Lena.

2.1.2 FESTA DE LENA OU CANDOMBE DE LENA

A “Festa de Lena” ou “Candombe de Lena” (como passou a ser chamada, mais recentemente) acontece desde o final da década de 1960 ou início da década de 1970, em cumprimento de promessa por Dona Helena, moradora do Quilombo do Açude na área denominada Colônia. Por volta de 21 horas do último sábado do mês de maio as rezadeiras, os candombeiros e os visitantes se reúnem na sala da anfitriã, onde vai acontecer a reza. Tradicionalmente e até uma data que não foi identificada, a parte final da reza era ritmada pelo som de um violão, de um cavaquinho, de um pandeiro e de um surdão. O surdão era tocado por Dona Vilma que, atualmente já bastante idosa, está com a saúde fragilizada. Atualmente a reza e as cantigas são entoadas apenas vocalmente pelos devotos. São cantadas ladainhas comuns nas celebrações da igreja católica; é feita a leitura de passagens bíblicas; são manifestas intenções das preces proferidas; dentre as intenções, destaca-se o pedido de apaziguamento das almas dos candombeiros já falecidos.

Ao longo da história da Festa de Dona Lena, Marlene (esposa do mestre candombeiro Valdivino) foi a principal rezadeira. Por questões de saúde, no ano de 2016, Marlene não conduziu a reza. Foi preciso que Dona Lena convidasse uma rezadeira de outra localidade para substituir a amiga. No ano de 2016, a reza na casa de Lena contou com a presença de muitos jovens moradores de Lagoa Santa e Belo Horizonte, frequentadores de eventos e celebrações que acontecem na Casa de Dona Mercês.

Apesar dessa presença não ser tão habitual, conforme comentou Dona Lena, tem sido crescente nos últimos anos, sugerindo que a visibilidade dos festejos nessa localidade do quilombo, Colônia, tem crescido, assemelhando-se de certa forma, com a popularidade das celebrações na Localidade onde habitam Dona Mercês, uma das matriarcas do quilombo, e seus parentes mais próximos.

Ao fim da reza todos os presentes, cada um portando uma vela distribuída por Dona Helena, que caminha à frente, portando a bandeira com imagem da Sagrada Família, seguem em procissão até o quintal onde os tambus já estão afinados, dispostos próximos da fogueira em torno do mastro onde será levantada a bandeira. Ali erguem a bandeira entoando cânticos devocionais. Após o erguimento da bandeira, cada devoto deposita sua vela ao pé do mastro firmando seus pedidos e agradecimentos. Nossa Senhora do Desterro, Menino Jesus e São João são reverenciados e evocados pelos “vivas!”.

Em seguida inicia o candombe, ao redor do mastro. Batem candombe aí por cerca de duas horas. Durante a madrugada os candombeiros entram para a sala da casa e continuam a bater o candombe. Conforme descrevem os candombeiros e candombeiras: “Quando entra pra dentro de casa é que pega fogo...”. Durante o candombe muitas pessoas “de fora” da comunidade participam puxando cantigas e dançando defronte os tambus, semelhante ao modo como fazem o(a)s candombeiros e candombeiras. Note-se que, no candombe do Açude, não seguem os mesmos ritos de entrada e saída à frente dos tambus, nem de puxada das toadas (que, em outras comunidades, devem ser entoadas por três vezes antes de que nova toada seja puxada por outro(a) candombeiro(a)). A participação é intenção e volumosa, alegrando a todo(a)s o(a)s presentes.

Ao nascer do sol iniciam o ritual de encerramento. O grupo de candombeiro(a)s e devoto(a)s circula a casa de Dona Lena, por três vezes, sempre entrando pela porta da cozinha e saindo pela porta da sala, cantando toadas de despedida e consagração. Então seguem para o pé do mastro, no terreiro, onde finalizam a festa, louvando Nossa Senhora do Rosário. Durante toda a noite, madrugada e manhã, Dona Helena oferece quitandas, café e cachaça a todos os presentes. Essa é a comida e bebida tradicionalmente oferecida no festejo. Dona Helena é rigorosa em manter essa tradição e, geralmente conta com a ajuda de duas sobrinhas. Juntas as três produzem todas as quitandas oferecidas, com antecedência. Algumas vezes, contam com o a ajuda de outras pessoas, mas sem um compromisso anual. Apenas as sobrinhas se comprometem em ajudar todos os anos. Elas moram em uma povoação vizinha (Capoeira Grande) e as quitandas são feitas na casa de um irmão de Helena, na Localidade Colônia.

Até recentemente a festa de Lena era frequentada apenas por moradores locais e de comunidades vizinhas. Depois da popularização da festa de Dona Mercês, no início dos anos 2000, a casa de Lena permaneceu por alguns anos reunindo apenas amigos e parentes. Ainda não reúne a multidão presente no Candombe em Dona Mercês, mas o número de visitantes já é grande e se amplia a cada ano. Com o aumento do número de visitantes, um dos filhos de Dona Helena e sua esposa (que moram em uma casa pareada com a casa de Dona Helena) comercializam alguns alimentos e bebidas em uma venda improvisada para essa finalidade.

Alguns dias antes da festa, a anfitriã começa a comprar os ingredientes para a comida e a bebida oferecidas aos candombeiros e visitantes e outros artigos necessários (como os rojões). Já nas vésperas do dia da festa inicia o preparo das quitandas. No sábado, com a ajuda de parentes, prepara o quintal para receber os visitantes e o Candombe. Neste dia, um de seus filhos prepara a cova onde será erguido o mastro (função anteriormente de responsabilidade de seu esposo). Ao longo de todo o dia, os tambus ficam sob o calor do sol e após acender a fogueira dispostos próximos ao fogo. O aquecimento dos tambus serve para dilatar o couro e afinar seu timbre. Durante a festa, Dona Helena fica a maior parte do tempo trabalhando na cozinha, coando café e repondo as quitandas. Em breves intervalos, entra na roda de Candombe cantando alguns versos.

No domingo, uma das filhas de Helena – residente em Belo Horizonte – dedica-se a limpeza da casa e do quintal antes de retornar à capital. Não há um dia certo para a descida da bandeira, que pode permanecer erguida por até uma semana. Dona Helena informou que costuma descer a bandeira no dia seguinte à festa.

Por alguns anos da década de 2000 não houve candombe na Festa de Lena. O candombe nessa festa retornou apenas por volta de 2010, quando 06 novos tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com o apoio da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas e da Associação Comunitária de Açude e Adjacências. Desses novos tambus, três são tocados na festa na casa de Lena.

2.2 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CADA QUILOMBO:

REFERÊNCIAS CULTURAIS
IDENTIFICADAS DA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA BURACO

2.2.1 FESTA DO CRUZEIRO (FESTA DE SÃO PEDRO)

A Festa do Cruzeiro é uma festa religiosa centenária na Comunidade Quilombola Buraco. É chamada Festa do Cruzeiro porque é realizada no alto do Morro do Cruzeiro. É uma celebração em honra a São Pedro e não à Santa Cruz como o nome pode sugerir. Se não houver imprevistos, acontece anualmente em um final de semana próximo ao dia 29 de junho, dia de São Pedro no calendário católico. No ano de 2016 houve muitas dificuldades e o festejo não foi realizado.

Osvaldo, um neto do ancestral quilombola José Silvano, reside na casa que foi de seu avô e é guardião da bandeira de São Pedro. Antes de Osvaldo, seu pai, Sebastião Silvano era quem morava na casa e tomava conta da festa. Segundo Osvaldo, “essa festa tem mais de 100 anos certamente, que era coisa de gente muito antiga dos antepassados”. Osvaldo herdou a bandeira de seu pai, Sebastião Silvano, “que herdou do meu avô, José Silvano Véio, que já era herdeiro dessa bandeira”, ou seja, a festa já era compromisso de outro ancestral de geração ascendente à do avô de Osvaldo. José Silvano foi um dos fundadores da Comunidade Quilombola de Buraco.

“Quando meu avô mudou pra aqui, que nossa família não era daqui não, meu avô[...] José Silvano foi nascido em Itacolomy [distrito do Município de Conceição do Mato Dentro]. Aí eles mudaram de lá pra cá. Vieram os companheiros dele, irmãos, os primos... Mudou pra aqui, aí continuou [com a festa]. Fazia essa festa lá [em Itacolomy] uma vez ou outra, depois aqui é que eles continuaram direto, fazendo ela sempre, sempre. Daí pra cá, do tempo do meu pai, e nós continuamos com ela.” (Osvaldo Silvano, 02 de abril de 2016)

Osvaldo não sabe dizer se a origem da festa está ligada a alguma promessa, apenas que seu avô era devoto de São Pedro. Enquanto foi vivo, José Silvano foi o responsável pelo festejo. Após sua morte, a responsabilidade foi transferida para seu filho, Sebastião Silvano, pai de Osvaldo. Sebastião viveu com sua família na casa herdada de José Silvano e organizava a festa com o apoio de sua esposa, Maria Rosa. No início da década de 1990, Maria Rosa adoeceu e, por aproximadamente seis anos, a festa não aconteceu. Por volta de 1998, Sebastião Silvano decidiu reerguer a festa. No mesmo ano, um mês após a festa, Maria Rosa faleceu. Desde então, a festa acontece anualmente. Entretanto, a responsabilidade da festa não se concentra mais em uma única pessoa ou núcleo familiar: cada ano a festa deve ser promovida por um festeiro. De todo modo, apesar da variação dos festeiros, a casa (hoje reformada e ampliada) que foi de José Silvano e posteriormente de seu filho Sebastião Silvano, é o local de referência para a realização do festejo e fica muito próxima do Morro do Cruzeiro. Osvaldo – neto de José Silvano – é quem guarda a bandeira, e cuida da casa e do Morro do Cruzeiro. Independentemente de quem serão os festeiros, ele ajuda anualmente na preparação e execução da festa.

“Minha mãe adoeceu e ficou a festa parada. No mesmo ano meu pai voltou a fazer a festa e não parou mais. Fez a festa em junho, em julho ela morreu. De lá para cá, um ano um [festeiro] faz, no outro [ano], outro [festeiro]. Este ano uma sobrinha que mora em BH quem vai fazer a festa”. (Osvaldo Silvano, 02 de abril de 2016)

A Festa do Cruzeiro possui dois marcos espaciais: o Morro do Cruzeiro e a casa e quintal do falecido José Silvano, que foi quem instituiu a Festa do Cruzeiro no quilombo. O Morro do Cruzeiro e a casa de José Silvano estão localizados em uma das regiões mais altas de Buraco. A parte mais antiga da casa foi construída em pau a pique. Outra parte, mais recente, foi erguida em adobe. Os primeiros cômodos em adobe foram construídos por volta de 1960. O Morro do Cruzeiro está localizado há aproximadamente 500 metros da casa de José Silvano. Ao centro do morro está localizado um cruzeiro de madeira feito com braúna.

No Morro do Cruzeiro acontece parte religiosa da festa. Lá é levantada a bandeira de São Pedro, com reza, cânticos e foguetes. Na casa de Osvaldo, os festeiros do ano recebem a comunidade e os visitantes, oferecendo comida e bebida. Osvaldo conta que nas festas promovidas por seu pai (falecido por volta do ano de 2000) a comida oferecida era cuscuz (feito com fubá, farinha de mandioca e rapadura), broa de fubá, café e cachaça. “A cachaça pra eles era primeiro lugar”, comentou. Atualmente, os festeiros oferecem caldo de mandioca, farofa (com frango desfiado e farinha de mandioca), arroz, churrasco, cerveja, cachaça e batidas. Nada é comercializado na Festa do Cruzeiro.

Um som mecânico toca forró até o amanhecer de domingo. Há mais de 30 anos, este momento era animado por um forró tocado por um grupo de músicos, com instrumentos como sanfona, violão, pandeiro e triângulo. Após a morte do sanfoneiro (João Baianinho) a festa passou a ser animadas por som mecânico. “No tempo de João baianinho que era bom”, comentou Osvaldo.

A festa acontece sempre em um final de semana próximo ao dia 29 de junho. O final de semana exato é sempre definido pelo(a) festeiro(a) do ano em parceria com Osvaldo. Após 15 dias, alguns poucos quilombolas residentes nas proximidades do Morro do Cruzeiro descem a bandeira, que ficará guardada na casa que foi de José Silvano Véio. Em 2016 a festa foi agendada para o dia 02 de julho, entretanto, por falta de recursos e outras dificuldades, foi cancelada.

Até o ano de 2015, a reza era “puxada” por Nazinha (Ana José de Queiroz), 68 anos, outra neta de José Silvano (portanto, prima de Osvaldo); e por Terezinha, uma quilombola da Comunidade Três Barras. Terezinha faleceu em 2015 e, desde então, Nazinha é a única rezadeira local. Nazinha nasceu em Rio Preto (um povoado de Conceição do Mato Dentro) e é casada com José de Deca (nascido em Três Barras, filho de Deca Baiano) um quilombola de Três Barras, onde vive o casal.

A moldura de madeira da Bandeira de São Pedro foi esculpida por Osvaldo. Sempre que necessário, ela é substituída. Para a festa de 2015 a imagem de São Pedro, que estava se desfazendo, foi substituída por uma de São Brás. Para 2016, um amigo de Osvaldo prometeu doar uma imagem de São Pedro.

Participam da festa parentes e amigos da família de Osvaldo e do festeiro. São, principalmente, moradores de Buraco, do quilombo de Três Barras, de Tabuleiro (distrito de Conceição do Mato Dentro), da sede municipal, de Belo Horizonte e de Tijucal (um povoado na divisa entre Conceição do Mato Dentro e o município de Morro do Pilar). A grande maioria é católica, mas também participam alguns evangélicos.

2.2.2 MEDICINA TRADICIONAL A BASE DE PLANTAS

A medicina tradicional baseadas em folhas, flores, cascas, cipós e raízes é um sistema de prevenção e cura utilizado para o tratamento de diversos males. Na Comunidade Buraco, a extração de folhas, flores, raízes, cascas e cipós para fins medicinais tem expressiva significação e uso, apesar de o uso dos medicamentos industrializados estar sendo cada vez mais comum.

"[Manuelina:] De primeiro era só chá. Era difícil buscar um remédio. Era só chá. E o chá pra mim eu acho melhor que o remédio. Porque o remédio você toma ele dois, três dias pra esperar a melhora. O chá [o efeito] já é quase na hora. [...] [Zé D'Olimpio:] - Negócio que é bom pra tosse mesmo, que eu vou falar com você... Eu já comprei remédio pra tosse... Esses dias pra trás eu estava tossindo. [Manuelina:] - Nós dois! Estavam todos os dois fraquinhos! [Zé D'Olimpio:] - Fui à cidade, comprei xarope, nada valeu. Depois Manuelina lembrou da folha de andu. Eu tinha uns pés de andu lá em cima. Eu fui lá em cima, busquei um molho de folha. Manuelina esfregou pra sair aquele sumo, colocou um pouquinho de água, um pouquinho de sal, pouco, tomei aquele trem. Mas eu estava de um jeito que de noite eu não agüentava ficar deitado não. [Manuelina:] - Ninguém dormia não. Era só tossir. Um pra um canto, o outro pro outro. [Zé D'Olimpio:] - Mas menina, na gente engolir ele parecia que ia empurrando o trem tudo pra baixo. Acabou a tosse. No outro dia já nem era aquilo mais. [Manuelina:] O andu cura até pneumonia." (Zé D'Olimpio e Manuelina, novembro/2016)

O uso terapêutico das folhas, flores, raízes, flores, cascas, raízes e cipós é um saber fortemente relacionado aos territórios tradicionais e aos seus recursos naturais. Para usar folhas, flores, raízes, cascas e cipós como remédio é preciso conhecê-las, saber onde colhê-las e como prepará-las e administrá-las. Este conhecimento é transmitido por gerações e especialmente os mais velhos detêm as técnicas para a identificação das folhas, flores, raízes, cascas e cipós, os seus ecossistemas de ocorrência, as técnicas para a coleta das plantas, o preparo de remédios e a sua administração para diversos males.

“Minha mãe mais meu pai me ensinaram tudo como é pra fazer. Desde pequena. Eu tenho juízo não esqueci. Não esqueço mesmo. (...) Não sei lê não, mas guardo na cabeça.” (Preta, novembro/2016)

As folhas, flores, raízes, flores, cascas, raízes e cipós podem ser colhidos em áreas de vegetação nativa ou secundária e algumas também são cultivadas em quintais ou hortas. Os remédios são feitos em casa, utilizando os equipamentos e utensílios da cozinha e técnicas semelhantes à preparação de alimentos. Alguns medicamentos são feitos com a folha fresca e outros com folha seca.

A seguir apresentamos, em lista, algumas das folhas, flores, raízes, cascas e cipós usadas como remédio, em Buraco⁷⁵:

Marcilica	Febre	Folha	Sumo
Quitoco	Gripe	Folha	Chá (frio)
Elevante	Gripe	Folha	Chá
	Menino com ventre caído		Passa o sumo na perna
	Dor de barriga		Chá (morno)
Capeba	Dor no estomago	Folha	Sumo
Hortelã	Má digestão	Folha	Chá
Funcho	Dor de barriga em menino novo	Folha	Chá (morno ou frio)
Milonga	Inchaço na perna	Folha	Banhar a perna
Arruda	Dor de cabeça	Folha	Inalação do pó da folha seca

⁷⁵ O(a)s quilombolas que contribuíram para este inventário de plantas medicinais usadas em Buraco foram: Nicolina Silvana da Silva, conhecida como “Preta”; Ela nasceu em 1944, filha de “Zé Pequeno” e neta de José Silvano; José de Paula Maria da Silva, conhecido como “Zé do Olímpio”; Ele nasceu em 1939, filho caçula de Olímpio; Manuela dos Santos, conhecida como Manuelina; Ela nasceu em 1932 e é neta de Manuel Sabino, um dos fundadores de Buraco. Manuelina é casada com Zé D’Olímpio.

Marcilica	Febre	Folha	Sumo
Quitoco	Gripe	Folha	Chá (frio)
Elevante	Gripe	Folha	Chá
	Menino com ventre caído		Passa o sumo na perna
	Dor de barriga		Chá (morno)
Capeba	Dor no estomago	Folha	Sumo
Hortelã	Má digestão	Folha	Chá
Funcho	Dor de barriga em menino novo	Folha	Chá (morno ou frio)
Milonga	Inchaço na perna	Folha	Banhar a perna
Arruda	Dor de cabeça	Folha	Inalação do pó da folha seca
Milonga	Ferimentos; picadas de insetos	Cipó	Folha no álcool
Santa Maria	Vermífugo	Raíz	Sumo
Raiz de picão	Vermífugo	Raíz	Sumo
Raiz de Mata Pasto	Vermífugo	Raíz	Sumo
Fadegoso	Febre; diurético; laxante	Folha	Chá
Manjerição	Pressão alta	Folha	Chá
Mentrasto	Dores musculares; outras dores no corpo	Folha	Emplastro
Folha de algodão	Cólica de mulher	Folha	Chá
Flor do camará	Problemas das vias respiratórias	Flor	Chá
Quebra-pedra	Pedra nos rins	Flor	Chá
Boldo	Má digestão; problemas do fígado	Folha	Chá
Chapéu de couro	Inflamações de garganta; reumatismo	Folha	Chá da folha seca para beber e banhar
Saião	Dor no ouvido	Folha	Gotas do sumo
Funcho	Cólica; gases	Folha	Chá
Losna	Dor de barriga	Folha	Chá
Assa-Peixe do Reino	Gripe e tosse	Folha	Sumo ou chá
Transagem	Dor de barriga; infecção de útero	Folha	Chá da folha seca

Carqueja	Problema “por dentro”	Folha	Chá
Carqueja-preta	Resguardo quebrado	Folha	Chá
Urucum	Gripe e tosse	Folha	Chá (morno)
Guaxina (ou Maria virgem)	Dor de cabeça; dores de parto	Folha	Chá
Pasto de Abelha	Febre e gripe (folha); Bronquite (flor)	Folha e flor	Chá
Cordão de frade	Problemas respiratórios	Folha	Chá
Mangueira	Tosse; asma	Folha	Chá
Andu	Tosse, pneumonia	Folha	Chá
Mexerica	Tosse; coqueluche	Folha	Chá
Laranjeira	Falta de ar; gripe	Folha	Chá
Flor e folha de mamão	Empachamento	Folha e flor	Chá frio

2.2.3 ARTEFATOS EM TAQUARA

Tecer balaies, esteiras, ninhos de galinha usando taquara (uma espécie de bambu) como matéria do trabalho é uma prática em extinção na comunidade, mas ainda há fazedores ativos e que costumam, embora hoje em dia mais raramente, executar o feitio para produção de artefatos. Essa habilidade é uma saber admirado em Buraco.

A taquara é resistente, muito utilizada para a produção de balaies de armazenamento de grãos coletados nas lavouras, cestos de carga transportados por burros, chocadeiras para galinhas, forros de teto e peneiras. Em Buraco, assim como em outras comunidades rurais, o feitio dos artefatos de taquara é um saber/fazer que em geral é transmitido pela linhagem masculina das famílias. Os artefatos de taquara são tecidos quando há a demanda pelo uso ou por encomendas, portanto não há uma periodicidade regular. A confecção dos balaies demanda três etapas fundamentais: a extração, o tratamento do material e o trançado das tiras de taquara. Dois mestres neste modo de fazer em Buraco são José de Paula Maria da Silva, 77 anos, conhecido como Zé D’Olimpio e José Ribeiro da Silva, 60 anos, conhecido como Batista.

Os mestres desempenham todas as etapas do processo de feitiço do artesanato em taquara sem precisar ajuda de terceiros e são proprietários dos instrumentos de trabalho: geralmente facões, facas e tesouras. São habilidosos artesãos que, ainda hoje, recebem encomendas de fazendeiros e comerciantes nas cidades.

Batista e Zé do Olímpio dominam a técnica de tecer forro de teto, balaio de carga, esteira para carro de boi (que era encomendada apenas por fazendeiros, por serem aqueles que possuíam o carro de boi), peneiras e chocadeiras para galinhas. A principal especialidade de Batista é o forro de teto e de Zé D'Olímpio, o balaio de carga.

Batista nasceu em 1955 e sempre morou em Buraco. Foi na comunidade o local onde aprendeu a arte de tecer taquaras quando tinha aproximadamente 20 anos de idade. Aprendeu observando seu pai – principalmente – e outros mestres artesãos. Como a extração da taquara é custosa, ele treinava o feitiço dos produtos trançando folhas de bananeira. Depois de sentir segurança em tecer a folha de bananeira se arriscou a tecer na taquara. O artesão enfatiza que tecer talas de taquara é uma arte bastante complexa. Apesar do grau de dificuldade, ele tece tramas elaboradas, inclusive seu próprio nome. Ele ensinou um único aprendiz, mas apenas as técnicas mais simples. Zé D'Olímpio nasceu em Buraco no ano de 1939 e sempre morou na comunidade. Ele aprendeu a arte de tecer taquaras observando o artesão “Zé Pequeno”, filho de José Silvano, um dos fundadores do quilombo. Zé D'Olímpio se lembra que “Zé Pequeno” era um excelente fazedor de balaio e afins. Conta que apenas quando ficava experiente em um tipo de trama tentava uma nova: “As primeiras de cada modelo não eram um exemplo de qualidade, mas com o tempo conseguia aprimorar”, comentou. O entrevistado já ensinou algumas pessoas a tecer taquaras.

Principalmente na última década, os artefatos feitos com a taquara foram sendo substituídos por produtos industrializados. Os motivos da substituição são diversos. Um deles é a maior facilidade de acesso a produtos industrializados. Apesar das dificuldades com transporte, hoje os quilombolas vão com mais frequência à cidade onde conseguem adquirir uma variedade de produtos que substituem os artefatos de taquara. Além disso, os recursos financeiros advindos da aposentadoria e de programas de apoio governamentais facilita o acesso aos produtos industrializados.

Mas na diminuição do ofício, estão implicados, fundamentalmente, os novos esquemas ocupacionais dos quilombolas que, se antes era lavradores autônomos, contando com grande capacidade de gestão do seu tempo de trabalho, hoje, em maioria, são empregados em lugares fora da comunidade. A principal causa de mudança ocupacional dos quilombolas – que afeta a produção dos artefatos em taquara – é a redução no plantio das roças, gerada pela redução das áreas disponíveis para o plantio. Como a maior demanda pelos balaio é para a colheita de grãos, essas mudanças impactam diretamente na procura por balaio. Zé D'Olímpio explicou que um pedreiro ou carpinteiro, por exemplo, recebe entre 150 e 170 reais o dia de serviço. Como para produzir um par de balaio o artesão precisa dispendar dois dias de trabalho e consegue vender o par por R\$ 100,00, não vale a pena essa dedicação.

Desde o início de 2016, Zé D’Olímpio, inspirado por produtos comercializados em Conceição do Mato Dentro, se arriscou a produzir miniaturas de artefatos, na versão de artesanatos. Ele vende esses novos produtos principalmente na própria comunidade. No final de 2016, ele enviou os balainhos para serem vendidos na feira do 2º Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, em Belo Horizonte, realizado pela N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Todos os seus artefatos foram vendidos.

A coleta da taquara deve ser feita com o bambu já maduro, portanto, mais firme. A época apropriada para a extração da taquara é ao longo dos meses de maio, junho, julho, agosto. “Aprendi isso com os mais antigos. Que os meses que não tem “r”, não têm água na taquara”, explicou Zé D’Olímpio. Durante esses meses a taquara não armazena água, o que contribui para evitar seu apodrecimento. É necessário ainda observar as fases da lua: a taquara deve ser extraída durante o período de lua minguante. O transporte entre o local de extração e o local de trabalho. Feito “no braço” ou no burro. Após sua extração, o bambu é rachado com um facão. Em seguida e ainda com o facão, o artesão limpa as talas. Depois, com um martelo, ele abre as talas e torna os nós da taquara mais amenos.

Os artesãos de Buraco conhecem três tipos de taquara: a cabeluda, a de vidro e a lisa. Batista, artesão cuja especialidade são os forros de teto, explica que o forro mais bonito é aquele feito com a taquara de vidro, “A de vidro é a mesma coisa de uma garrafa”. É preciso muito cuidado para manuseá-la, pois é um taquara muito fina, do contrário o artesão pode cortar as mãos. O local mais próximo onde esse tipo de taquara pode ser encontrado é na cabeceira do Tabuleiro. A mais freqüentemente usada por Batista é a taquara lisa. Não é encontrada a uma curta distância da comunidade, mas também não em um lugar tão distante como a taquara de vidro. Para fazer um forro o artesão despende um dia de serviço para extrair a matéria prima e um dia para transportar até o local de trabalho.

Já Zé D’Olímpio cuja especialidade são os balaies de carga trabalha principalmente com a taquara cabeluda. Essa taquara pode ser retirada nas proximidades do território de Buraco, que em quase sua totalidade é confinante com a fazenda da Família Jorge. O único trecho que não é ocupado por esta família pertence a dois homens, um conhecido como Zé Boi e o outro Salabim. De todo modo, eles adquiriram este terreno de herdeiros dos Jorge. Sendo estes os terrenos com mata, foi sempre nestas terras que os quilombolas extraíram a taquara. Atualmente retiram nas terras de Salabim e Zé Boi, que não colocam qualquer obstáculo para a extração da taquara.

2.3 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CADA QUILOMBO:

REFERÊNCIAS CULTURAIS
IDENTIFICADAS DA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA ASCAXAR

2.3.1 TURMA (ASSOCIAÇÃO ASCAXAR)

Conhecido localmente como turma, o mutirão é uma instituição social do quilombo ASCAXAR, empregado tradicionalmente nos trabalhos relacionados à roça, se estendendo também para outras modalidades de trabalho coletivo. Para as atividades na lavoura, como plantação, capina ou colheita, a turma funciona pelo sistema de troca de dia: se um(a) agricultor(a) precisa do coletivo durante dez dias em sua roça, ele(a), em contrapartida, dedicará o mesmo período da sua própria mão de obra nas plantações do restante do grupo. Com esse sistema, o(a) agricultor(a) deixa de depender da contratação de terceiros e fortalece a reciprocidade e a agricultura familiar, promovendo sua continuidade. A organização comunitária, união e solidariedade são alicerces do mutirão.

A associação comunitária ASCAXAR tem origem em um processo de institucionalização de uma turma tradicional no quilombo. Aproximadamente entre os anos 2002 e 2005 alguns moradores de Cachoeira e Ribeirão plantavam no sistema de parceria (na meia ou na terça) na propriedade de Lúcio Thomaz, que por volta do ano 2000 havia recebido como herança terras da região conhecida como Xambá (parte da antiga Fazenda Cachoeira)⁷⁶. Frequentemente, os quilombolas trabalhavam nessas terras organizados em turma. Observando a união, reciprocidade e organização nos mutirões, Neuza Pires, esposa de Lúcio, sugeriu a formalização do grupo, explicando que legalmente constituído teriam acesso a políticas públicas voltadas à agricultura familiar (como realmente aconteceu). Assim, em 03 de junho de 2003, na região Cachoeira de Baixo, na casa de Antônio Belarmino e sua esposa Maria Aparecida de Jesus Fátima (lideranças locais), com aproximadamente 23 presentes, incluindo o casal de Xambá, fundou-se a Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR). Nelza e Lúcio, por volta de 2005, venderam o sítio e se mudaram para a sede municipal, desvinculando-se da associação.

No sentido de equilibrar a representatividade dos dois núcleos quilombolas na estrutura administrativa da associação, os cargos de presidente e vice são sempre preenchidos por um(a) morador(a) de Ribeirão e outro(a) de Cachoeira. O mesmo padrão segue para os titulares e suplentes do conselho fiscal. Durante as atividades de campo para o INRC, a presidente era Adriana, filha de Cida (de Cachoeira) e o vice, Geraldo (de Ribeirão) (Gestão 2014/2016, reeleita para 2016/2018). Cada associado(a) contribui com R\$ 2,00, a cada reunião ordinária, bimestralmente. A arrecadação é destinada à quitação dos impostos anuais devidos ao Governo Federal.

⁷⁶ Como citado na Ficha Localidade, o Sítio Xambá é parte da antiga fazenda Cachoeira. Em 1946, foi vendida por Chico Maia (proprietário da fazenda durante o fim do período oficial de escravidão) a José de Figueiredo Sobrinho, pai de Lúcio Thomaz. A família de José de Figueiredo era também dona de outra fazenda na região.

Quando a turma foi oficializada, os membros da ASCAXAR se restringiam àquele(a)s agricultore(a)s freqüentes nos mutirões –que, nesta época, eram em torno de 25 pessoas, além do casal de Xambá. De todo modo, alguns integrantes da turma, receosos das consequências da formalização não se associaram, mas permaneceram trabalhando com o coletivo. Ao longo dos anos, novos componentes foram incorporados à associação, que hoje conta com 30 sócio(a)s. Não são todo(a)s o(a)s associado(a)s que integram a turma. Com o passar do tempo, o grupo engajado na turma incorporou poucos novatos e perdeu antigos integrantes - uns porque se mudaram e outros por falecimento. Atualmente, o mutirão conta com dez participantes freqüentes resistindo nesse processo de ajuda mútua.

Mesmo com pequena quantidade de lavradore(a)s, as atividades agricultoras de ASCAXAR são muito vigorosas e se destacam na região. Em 2017 Maria Aparecida de Jesus Fátima, viúva do carpinteiro e violeiro Antônio Belarmino de Fátima, conhecida por Dona Cida, Aparecida de Beto, Dona Maria Aparecida da Ascaxar recebeu do governo do estado, pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma homenagem em forma de certificado como produtora modelo pelo brilhante desempenho no setor agropecuário. Em 1984, seu pai, Sebastião Dias de Jesus, havia recebido homenagem semelhante, medalha de ouro como produtor modelo e certificado como produtor conservacionista. Cida foi protagonista na mobilização que resultou na fundação da associação ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira Xambá e Ribeirão), em meados de 2005. No ano de 2013, a agricultora foi apontada pelo jornal Dom Joaquim como a maior produtora de feijão⁷⁷.

O Quilombo ASCAXAR integra quilombolas de Cachoeira (de Baixo e de Cima) e Ribeirão (de Trás e do Meio). Já da associação participam apenas habitantes dos núcleos Cachoeira de Baixo, Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio (mas não todos de cada um desses núcleos) e nenhum dos moradores de Cachoeira de Cima. Portanto, todos os associados integram o Quilombo ASCAXAR, mas nem todos os quilombolas integram a Associação ASCAXAR.

O primeiro benefício conquistado após a formalização da turma foi através do Programa Minas Sem Fome, um projeto do Estado executado pela EMATER–MG e direcionado a agricultores familiares organizados em entidades comunitárias legalmente constituídas e com projetos de interesse coletivos. Aproximadamente em 2006, por meio deste Programa, a associação recebeu insumos para desenvolvimento de uma roça e um pomar coletivos. Para implementação da roça, assinaram um contrato de parceria entre a ASCAXAR e um fazendeiro (loiô), em um sistema de terça (quando 1/3 da colheita pertence ao dono da terra). O projeto integra em torno de 15 membros da associação, sendo oito mulheres e quatro homens.

O pomar coletivo, outro projeto da ASCAXAR, concentra-se em uma área doada por um quilombola (Ernestino Carneiro dos Santos, mais conhecido como Sutero) à associação. Para o pomar, o Programa Minas Sem Fome disponibilizou 120 mudas. Com o êxito da roça coletiva, o espaço de plantio vem sendo ampliado e cooptando novos associados.

⁷⁷ <https://www.facebook.com/ProjetoSaberesefazeres/>. Acessado em setembro de 2017.

A associação já recebeu mais de 15 cursos relacionados à produção agrícola e outras técnicas ligadas ao meio rural, sendo o primeiro em 2004, ano seguinte a fundação da ASCAXAR. Alguns dos cursos foram: lavoura de milho, fruticultura, horticultura, criação de galinha caipira, apicultura, plantio de eucalipto e artesanato. Entre esses, os quilombolas destacam o plantio de milho e de hortaliças, por serem as práticas agrícolas mais frequentes na comunidade. O tema ‘eucalipto’ também se sobressaiu, pois ao término das aulas os cursistas foram contratados para trabalhar em um eucaliptal. Outro curso em evidência foi o de artesanato, o qual incentivou a formação do grupo “Cachoeira e Artes” (Cf. Anexo XX, nº XX). Em geral são disponibilizadas entre 12 a 15 vagas, as quais, em geral, são todas preenchidas e muitas vezes insuficientes. As atividades ligadas às práticas agrícolas acontecem no local da plantação.

O(a)s associado(a)s vendem a produção para escolas em escolas de Dom Joaquim e Alvorada de Minas. São comercializados não apenas a produção da roça coletiva, mas também das roças e hortas particulares dos associados. O valor arrecadado é dividido entre o(a)s lavrador(a)s proporcionalmente à quantidade de alimentos produzidos por cada um(a). Caso a demanda ultrapasse a produção do(a)s associado(a)s, os produtos podem ser completados com a colheita de outros quilombolas. As escolas adquirem alimentos de pessoas físicas e jurídicas, com preferência à agricultora familiar, como é o caso da comunidade quilombola.

A atual, Adriana e a ex-presidente, Cida, da associação ASCAXAR (filha e mãe, respectivamente) se responsabilizam pelo transporte da produção entre a comunidade e as escolas, sem qualquer custo aos associados, inclusive pelo gasto do combustível:

“Se a gente for cobrar o trabalho não sobra quase nada [para os produtores]. (...) às vezes uma pessoa me entrega dez pés de alface. Dez pés de alface são 15 reais. Como eu vou tirar cinco reais deles? (...) Eles não vão ter mais animação de plantar mais roça, multiplicar as suas coisas. Então, dentro do limite que agente pode estar apoiando, agente apóia pra poder incentivar a plantar.” (Maria Aparecida da Conceição e Fátima, ex-presidente da ASCAXAR)⁷⁸.

Antes do acesso aos programas governamentais de assistência técnica e extensão rural, a produção agrícola da comunidade se restringia à subsistência, com raros excedentes para a venda. Em 2014, os quilombolas colheram a maior safra de grãos (milho e feijão) do município de Dom Joaquim e em 2016 a maior safra de milho.

Antes do acesso aos programas governamentais de assistência técnica e extensão rural, a produção agrícola da comunidade se restringia à subsistência, com raros excedentes para a venda. Em 2014, os quilombolas colheram a maior safra de grãos (milho e feijão) do município de Dom Joaquim e em 2016 a maior safra de milho.

⁷⁸ Aparecida se destaca como uma liderança local, assim como sua irmã, Tutuca (à frente da comunidade católica local e do time de futebol). O apreço pelo trabalho a favor da comunidade herdaram do pai, quem também se empenhava na organização das turmas e na promoção de benefícios coletivos. Aparecida compõe a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Joaquim há 12 anos, sendo quatro como representante das mulheres agricultoras. Foi duas vezes candidata a vereadora e será novamente em 2016.

Em 22 de julho de 2013, o quilombola Sutero doou uma área de 12 X 30 metros para sediar a ASCAXAR. Desde então, aos sábados, uma turma de associados passou a se reunir para a construção da sede. O projeto inicial foi finalizado em 2015 e conta com quarto com camas, banheiro, cozinha, fogão a lenha, forno, tudo construído segundo as técnicas tradicionais. Pretendem ainda construir uma capela em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Cachoeira. Os materiais foram doados pelos sócios, sendo as doações proporcionais à renda média de cada um.

Aparecida, doou à ASCAXAR em homenagem ao seu falecido esposo, Antonio Berlamindo, uma área medindo 1,5 lotes (cada lote equivale a uma área de 12m X 30m) . Esta área é confrontante ao terreno doado por Sutero e nela está sendo construída a Casa de Farinha.

Os cursos de capacitação oferecidos pela EMATER contribuíram para transformações significativas no sistema produtivo local. A partir das orientações dos agrônomos, algumas das técnicas tradicionalmente aplicadas pelos quilombolas foram substituídas – por uma parte dos quilombolas - por outras pautadas em uma racionalidade científica e que cooperaram para o aumento da produtividade na comunidade. A seguir, descrevemos as técnicas tradicionais de cultivo aplicadas pelos quilombolas de Cachoeira e Ribeirão e as transformações promovidas a partir da assessoria da EMATER recebida após a fundação da ASCAXAR.

A ‘coivara’, que consiste na queima dos troncos, dos galhos e de outros restos vegetais, e a ‘rotatividade’ das áreas de lavoura são técnicas de enriquecimento nutritivo do solo. A técnica de coivara aduba, a partir das cinzas, além de limpar o terreno e contribuir para controle de pragas. Para que os elementos nutritivos do solo se reconstituíssem de forma natural, periodicamente as áreas de plantio eram abandonadas. O uso de adubos e fertilizantes industriais não reproduz costumes da comunidade, mas é uma prática freqüente nos últimos anos, em especial pelos idosos em função do maior poder aquisitivo proporcionado pela aposentadoria. Os técnicos da EMATER orientam a adubagem do solo com esterco e os vegetais retirados do solo (sem a queimada), além do uso de urina de vaca, que funciona como fertilizante para folhas e como repelente de insetos.

Vale destacar que, se hoje revisto, o conhecimento agrícola dos antigos, orientado pelo saber prático, era apropriado ao contexto vivido pelas gerações passadas. A técnica de coivara (queima das áreas de roça) era fundamentava na rotatividade das áreas cultivadas, funcional em um contexto quando havia grandes extensões de terras disponíveis. Ao longo dos anos, parte expressiva dessas áreas foi suprimida por pastos e algumas plantações de eucaliptos, tornando insustentável a continuidade da rotação das áreas de plantio. Neste contexto, a técnica de coivara se torna prejudicial ao solo. De todo modo, ressalta-se que existem controvérsias técnico - científicas sobre o uso da coivara. Alguns pesquisadores acreditam que essa prática agrícola leva a um processo degenerativo do solo, mesmo quando o solo é mantido em repouso por um determinado período de tempo. (Neves, Walter Alves, *et al.* . Coivara: Cultivo Itinerante na Floresta Tropical. Revista Ciência Hoje. Volume 50. P. 38-42)

Em ASCAXAR, “roçar” é o primeiro procedimento para o preparo da área de plantio e significa extrair a vegetação nativa do lugar destinado à lavoura. Os quilombolas roçam a terra manualmente, com auxílio de foice e de enxada. Os galhos e mato antes queimados, agora são aproveitados seguindo novos métodos: podem ser tratados manualmente ou com o auxílio de um trator girico - que facilita o trabalho do(a) agricultor(a). Na primeira alternativa, o(a) lavrador(a) recolhe os restos vegetais e os reserva em um canto para lentamente putrefazer-se e, no ano seguinte, ser misturado com a terra. Já o girico quebra a vegetação em pequenos pedaços que podem permanecer no solo. O uso desse trator é recomendado apenas para o primeiro ano de roçado em uma área, quando o trabalho de limpeza é mais pesado.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Dom Joaquim e a Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas disponibilizam um girico - e outras máquinas - para uso dos agricultores familiares dos respectivos municípios⁷⁹. Mas cada trator atende todo o município, algumas vezes não estão disponíveis quando necessário. Nesse caso, todo o trabalho precisa ser feito manualmente. Para adubar a roça com esterco é necessária uma grande quantidade, já que um caminhão de esterco equivale a aproximadamente quatro sacos de adubo industrial. A partir de uma solicitação da ASCAXAR, há seis anos a prefeitura de Dom Joaquim disponibiliza - um dia ao ano - um caminhão para o transporte de esterco até a roça coletiva. São precisos seis associados para coletar e ensacar o estrume de vaca - solicitado a fazendeiros - e outros seis para carregar e descarregar o caminhão. É importante destacar que as propriedades nutritivas do estrume de vaca eram conhecidas pelos antigos, que, entretanto, não tinham como fazer esse transporte tão volumoso.

Conforme os ensinamentos tradicionais, milho e feijão são plantados em uma mesma roça, leirados (em linhas paralelas) ou aleatoriamente. Nesse sistema, por volta de outubro plantavam os grãos de milho. Em torno do mês de fevereiro, capinavam entre os pés; em março, semeavam o feijão. Em relação à colheita, os antigos ensinaram primeiro fazer a colheita do feijão, para só em julho ou princípio de agosto coletar o milho. Já os agrônomos da EMATER ensinam que as espigas estão prontas para a colheita quando o milho está “secando o cabelo”, no mês de março. Ou seja, quando eram colhidos em julho/agosto, após a colheita do feijão, as espigas permaneciam maduras no pé por quatro meses, com isso, quando colhidas, muitas estavam encarunchadas. Hoje, o feijão é colhido na mesma época da colheita do milho que, agora, é apanhado saudável e mantém-se no paiol por um período maior de tempo. Em relação ao grão de milho semeado, antes compravam na Secretaria Municipal de Agricultura. Agora plantam os próprios grãos colhidos.

Outra alteração nos moldes locais de cultivo se refere ao plantio da mandioca. Antes plantavam entre três a quatro manivas grandes em uma única cova, com espaçamentos de 15 cm entre elas. Aprenderam que para uma maior produtividade devem plantar apenas duas manivas, e menores, em cada buraco, com distância de 50 cm entre elas. A profundidade da cova também mudou, agora é mais rasa.

⁷⁹ Parte dos equipamentos disponibilizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Dom Joaquim foram doados pela empresa Anglo American como contrapartida aos danos causados pela instalação do seu empreendimento minerário no município.

As novas técnicas foram incorporadas pelos participantes das oficinas da EMATER, mas não exclusivamente. Aqueles que não participaram dos cursos demonstram resistência às novidades, mas alguns, observando o desenvolvimento das roças dos vizinhos, reconsideraram alguns dos novos métodos. Assim, hoje, por exemplo, com poucas exceções, a maioria da comunidade semeia os grãos de milho colhidos na safra anterior. De todo modo, nem sempre a mudança é possível. O uso do esterco como adubo, por exemplo, requer um meio de transporte com capacidade de armazenar grandes volumes e a prefeitura disponibiliza o caminhão apenas para o uso da associação. Nesse sentido, até mesmo os quilombolas cursistas, com exceções, mantêm em suas roças particulares a queima dos restos vegetais ou a aplicação do adubo industrial.

O cultivo do arroz é uma prática em processo de extinção na comunidade, entre outros motivos, em função das regras ambientais que proíbem o uso dos brejos como área de roça. São poucos o(a)s lavadore(a)s que mantêm seus arrozais. Estes costumam vender parte da produção na própria comunidade já que o arroz vermelho é bastante valorizado entre os quilombolas. Nenhuma alteração no modo de plantio deste cereal foi introduzida e, portanto, permanecem as técnicas dos antigos. O arroz vermelho é plantado no brejo, em setembro; e o arroz branco em área seca, em novembro. Para cultivar o arroz vermelho – portanto no brejo – é comum o uso da técnica “porco na corda”, quando amarram um porco em uma corda atada em um pedaço de pau firmemente fixado no solo. O porco alimenta-se da vegetação em seu entorno, engordando o animal e limpando o espaço de roça. O formato da roça será circular e seu raio igual ao comprimento da corda. Economiza-se alimento para o porco e poupa-se ao lavrador(a) o trabalho de roçar a área.

A abóbora sempre foi cultivada na comunidade, mas em poucas unidades, plantadas entre os pés de milho. A partir de um curso da EMATER, o cultivo de abóbora japonesa foi introduzido na roça coletiva da associação. Apenas uma família, de Aparecida, se propôs a uma roça individual. Em 2014, ela e seus filhos colheram 3000 quilos do fruto, mas, infelizmente perderam 700 quilos porque não encontraram compradores.

Os meses de novembro e dezembro, seja no sistema antigo ou no atual, são período para a capina da roça, ou seja, retirado do mato do solo e ajuntamento da terra em volta do caule de cada pé de milho. É a etapa mais desgastante aos lavradores. Por tradição, no último dia da capina a turma prepara melado com queijo e cachaça para festejar o trabalho cumprido. Esse é um momento de conagração para integrantes do mutirão.

2.3.2 COROAÇÃO DE MARIA

Por volta do ano de 1975, a comunidade passou a celebrar, aos sábados de maio, a coroação de Nossa Senhora. Inspiraram-se nas celebrações que acontecem na sede do distrito Gororós, para onde costumavam ir caminhando para participar. A idéia de fazer a coroação no quilombo partiu de três amigas, na época por volta dos 15 anos: Aparecida Maria Aparecida de Jesus Fátima, Cotinha/Maria da Conceição de Jesus (estas duas, irmãs, filhas de Dona Liquinha) e Da Luz.

“Nós estávamos trabalhando plantando feijão. Aí tivemos esta idéia. Eu, uma irmã e mais uma colega nossa. (...) Ela chamava Da Luz, ela já morreu. Da Luz de João de Ambrósio. (...) Ela era do Ribeirão do Meio”. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

A cada ano as duas irmãs, Cida e Cotinha, são as primeiras moradoras do quilombo a se mobilizar para organizar a coroação, no mês de maio. O preparo obedece a um ritual cuidadoso ao qual se dedicam as filhas e netas de Dona Liquinha, principalmente, mas também outras vizinhas e parentes. Em encontros no mês de abril, definem os detalhes para a organização das celebrações. A preparação envolve a confecção dos enfeites, da indumentária das meninas e a ensaio das músicas. Nestes encontros, que acontecem todos os sábados dos meses de abril, ensaiam as crianças, ensinando os cânticos.

As famílias que recebem anualmente a coroação se repetem na seguinte seqüência dos sábados do mês de maio: Casa de Tutuca (Maria Lúcia, filha de Dona Liquinha), no Ribeirão do Meio; Casa de Lurdinha, no Ribeirão do Meio; Casa de Dona Liquinha, no Ribeirão de Trás; Casa de Dorvina, também no Ribeirão de Trás. Nos anos que têm cinco sábados no mês de maio, a casa de Paulo Capitão (viúvo de Conselita, uma das filhas de Luiz Capitão), no Ribeirão de Trás, também recebe a coroação é a.

“Tem vez que dão cinco domingos no mês. Cada um organiza uma coroação. Assim, pra ser ‘o cabeça’ daquilo. E agente se reúne antes, a família mesmo. E fica cinco pessoas para dirigir a coroação”. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

Os “anjinhos” que coroam Maria, em ASCAXAR, usam longos vestidos de cetim rosa ou feitos com saco alvejados. A princípio todos os anjinhos vestiam indumentárias feitas de panos de saco alvejados. Depois começaram a receber doações de vestidos de cetim. De todo modo, as roupas feitas com panos de saco alvejados ainda são usadas. Nas costas usam asas feitas de penas de galinha ou pato, brancos, e na cabeça, uma coroa ou um arco enfeitados.

“[As asas] agente faz em casa [- Como fazem?] Fazemos com pena branca. (...) Matamos a galinha ou um pato... Pedimos os outros, penas. [- E a armação, como é feita?] Com taquara. Você faz o arco da taquara como se fosse uma asa mesmo. E aí você forra ela todinha com pano de saco. E aí enfeitamos todas elas de pena. Colando... Aí vira uma asinha mesmo. [- Tem algum tratamento sobre as penas?] Não, nenhum. (...) [Qual a durabilidade de uma asa?] Mais ou menos três anos.” (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

A família que vai receber a coroação fica com a responsabilidade de comprar os foguetes e as velas; preparar o altar; enfeitar o terreiro; e fazer as comidas. A comida oferecida costuma ser bolo de fubá, café adoçado com rapadura e biscoito de goma. O altar é montado com uma mesa grande com cadeiras em sua volta sobre as quais os anjinhos ficam em pé; no centro da mesa apoiam o andor sobre alguma estrutura que o mantenha mais elevado. O terreiro é enfeitado ao gosto dos donos da casa, por exemplo, com balões e bandeirinhas.

Os anjinhos de ASCAXAR prestam a homenagem a Nossa Senhora ofertando flores, terço, palmas, coração, véu e coroa. Em geral todas as crianças são moradoras de ASCAXAR, mas algumas vezes participam parentes que moram em Dom Joaquim ou Alvorada de Minas. A idade limite é de 12 anos. Com o processo de esvaziamento da zona rural, o número de anjinhos foi reduzindo ao longo dos anos. Até por volta dos anos 2000 contavam-se aproximadamente 15 anjos. Atualmente são quatro ou cinco⁸⁰.

As músicas são compostas na comunidade, especialmente pelas filhas de Dona Liquinha. “As músicas agente mesmo que faz. (...) Cada ano agente arruma mais uma”. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

A família de Dona Liquinha se orgulha pela continuidade dessa celebração na comunidade quilombola. Explicam que em outros lugares a coroação se sustenta com o apoio da Igreja Católica e em ASCAXAR não recebem qualquer incentivo ou presença de um representante oficial da igreja. Além disso, destacam que “a coroação é um divertimento pra comunidade”, além da importância devocional a Nossa senhora e a oportunidade de “reunir o pessoal pra rezar Nossa Senhora.”

⁸⁰ Crianças que coroaram no ano de 2016 (registrado pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó): Jussilane Souza Batista (Laninha, 10 anos, Ribeirão do Meio); Jussilene Souza Batista (Ju, 13 anos, Ribeirão do Meio); Vitória Cristina (08 anos, Fazenda da Ponte); Maria Clara Ferreira (08 anos, Ribeirão de Trás).

A seguir, transcrevemos algumas cantigas da Coroação de Maria em ASCAXAR, no dia 21 de maio de 2016, data em que a equipe de audiovisual realizou o registro.

Vamos cantar irmãos Juntos unir nossa fé Pois somos filhos de Deus de Jesus de Nazaré (2x)	Pra te saldar com fervor Maria tu és nossa vida Nossa luz do caminhar Queremos nesse momento Seu santo nome exaltar
Cantai pra Nossa Senhora Senhora da Conceição Não será feliz nessa vida/ Se não fazer oração (2x)	Essas flores mimosas Colhidas do meu jardim Trago pra Nossa Senhora Rosas, cravos e jasmim
A oração nos proteja E serve pra nos defender De todo mal e perigo/ Que possa nos acontecer (2x)	Maria tu és nossa vida Nossa luz do caminhar Queremos nesse momento Seu santo nome exaltar
Cantai pra Nossa Senhora Senhora da Conceição Não será feliz nessa vida/ Se não fazer oração (2x)	O terço eu ofereço Pra nossa mãe e rainha Que é do céu e da terra Farol de quem caminha
Para os donos da casa Um pedido queremos fazer Seja sempre devoto/ E faça sua fé valer (2x)	Maria tu és nossa vida Nossa luz do caminhar
Cantai pra Nossa Senhora Senhora da Conceição Não será feliz nessa vida/ Se não fazer oração (2x)	Ó mãe não nos abandone/ Não nos deixe sozinho (2x)
Ao voltar pra nossas casas Protegei-nos os nossos caminhos Maria tu és nossa vida Nossa luz do caminhar Queremos nesse momento Seu santo nome exaltar	Cantai pra Nossa Senhora Senhora da Conceição Não será feliz nessa vida/ Se não fazer oração (2x)
	Viva Nossa Senhora!
Maria ó mãe tão amada Mãe do meu salvador Aqui estamos reunidos	

Desde pequena aprendi
Pra sempre com meus pais
Nossa Senhora nos pede/ do terço não
esquecer jamais (2x)
Eu peço a Nossa Senhora
Que abençoe as crianças
Deste Brasil tão sofrido/ São elas eterna
esperança
Nossa Senhora é pra mim
É a mãe de Jesus
Ela que nos ilumina e que pra sempre conduz
(2x)
Viva Nossa Senhora

A virgem nos manda seu terço rezar
Diz ela que o terço nos há de salvar
Ave AveAve Maria (2x)

Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Aceita ó mãe essa palma
Receba com afeto e flor
E nela vai enlaçado
Todo meu sincero amor

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Neste momento queremos
Ó mãe o véu ofertar
Pra embelezar tua fronte
E o teu lindo olhar

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar

Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar
Sobre a fronte tão linda

Maria de Nazaré
Maria me cativou
Fez mais forte a minha fé
E por filho me adotou
Às vezes eu paro e fico a pensar
E sem perceber me vejo a rezar
O meu coração se põe a cantar
Que encanta meu olhar
Trazendo a coroa formosa
Ó mãe vamos te ofertar

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Nossa Senhora
Mãe do criador
Fizemos o impossível
Mas com muito amor

Nossa senhora / proteja com amor (2x)
Essas crianças que te coroou (2x)

[...]

Nossa Senhora
Mãe do criador
Fizemos o impossível
Mas com muito amor

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja os filhos teus
Pra virgem de Nazaré
Menina que Deus amou e escolheu
Pra mãe de Jesus um filho de Deus
Maria que o povo inteiro elegeu
Senhora e mãe do céus
Ave Maria (3x)

Mãe de Jesus
Maria que eu quero bem
Maria do puro amor
Igual a você ninguém
Mãe pura do meu senhor
Em cada mulher que a terra criou
Um traço de Deus Maria deixou
O sonho de mãe Maria plantou
Pras mães encontrar a paz
Maria que fez o Cristo falar
Maria que fez Jesus caminhar
Maria que só viveu pra seu Deus
Maria do povo meu
Ave Maria (3x)
Mãe de Jesus

Senhora da Conceição
Nós precisa de você
Viemos pra te louvar
E também te agradecer
(2x)

Muito obrigada mãe querida
Espalhados pelo mundo a fora

Entrar nessa morada
Com esse terno agora

Trazemos a Nossa Senhora
Com muito carinho e amor

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja os filhos teus
Espalhados pelo mundo a fora

Aos senhores donos da casa
Um pedido queremos fazer
Cuida sempre de Nossa Senhora
Que ela cuida de você

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja as mães de família
Espalhados pelo mundo a fora

A Senhora dona (?)
Que sempre seu apoio nos deu
Há de viver feliz
Juntamente com as graças de Deus

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja as mães de família
Espalhados pelo mundo a fora
Nossa fé vai aumentar

Senhora da Conceição
Mãe tão rica de poder
Seu milagre é tão grande
Nossa flores receber

Os milagres que fizeste para o povo do lugar
Obrigada mãe querida nossa fé vai aumentar
(2x)

Deixa eu viver jovem
Não me impeça de lutar
Porque a vida me convida
Uma missão realizar

Não para servir como peça de engrenagem
[...]
Deixa eu viver jovem
Não me impeça de lutar
Porque a vida me convida
Uma missão realizar

Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor laia laialaiá

Flor de Belo Horizonte
Eu vou eu vou
Quem é que vai ?
(2x)
Muita gente andou a caminhar
Esperando por você
[...]
Quem é que vai?
Eu vou eu vou
[...]

Olha esse povo
Que povo é esse
Esse é o povo
Que vai morar no céu
(2x)

Vai morar (5x)
Com Jesus lá no céu
(2x)

Como é gostoso
Sentir o gosto
Com esse povo
Que vai morar no céu

(2x)

Vai morar (5x)
Com Jesus lá no céu
(2x)

Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá do Ribeirão
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá da Cachoeira
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá de Conceição
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiá laia

Vamos povo amigo alá gente boa
Ofertar a Nossa Senhora a terceira coroa (2x)

MARUJADA FEMININA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE RIBEIRÃO DE TRÁS

A Marujada é uma forma de expressão religiosa popular relacionada às irmandades negras fiéis aos santos de devoção afro-brasileira, como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, Nossa Senhora das Mercês, São Benedito, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Conceição. A Marujada, junto com outras guardas (ou ternos), como o Congo, o Moçambique e o Caboclo, são bastante difundidas em Minas Gerais e genericamente conhecidas como Congadas ou Congado. Entretanto, em ASCAXAR os termos “congado” e “congada”, assim como “guarda” e “terno”, não compõem o vocabulário de uso recorrente. No léxico local são usados genericamente o termo “dança”.

A marujada é a dança com a função de buscar o andor na casa dos festeiros, conforme explicou uma das chefas da Marujada de Ribeirão de Trás. Antes dos marujos, podem acontecer outras danças e cantos ao santo homenageado, mas o andor sai em procissão apenas junto aos marujos. Trata-se de uma reprodução do mito de origem desta forma de expressão. Em ASCAXAR contam que quando a imagem de Nossa Senhora foi encontrada pelos escravos, vários grupos cantaram para ela, mas a imagem se moveu apenas quando chegaram os marujos⁸¹.

A Marujada de Ribeirão de Trás foi fundada no ano de 1982 a partir da iniciativa de duas irmãs: Maria Aparecida de Fátima (Cida, 55 anos) e Maria da Conceição de Jesus (Cotinha, 53 anos), as mesmas co-responsáveis pela Coroação de Maria da comunidade. Elas se inspiraram na “Marujada do Tiobaldo”, um antigo e já extinto grupo sediado em uma povoação vizinha, no município de Alvorada de Minas, muito admirado. Na época, a Marujada de Tiobaldo era bastante presente nas festas religiosas da região e as irmãs se encantavam com aquele ritual, suas danças e cantos. Como era um coletivo masculino, as duas jovens não poderiam se integrar ao grupo. Decidiram, então, fundar a Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás.

A Marujada de Ribeirão de Trás é composta por uma coordenadora, duas chefas, dançantes e instrumentistas (que são os únicos homens do terno). A maioria é residente na Comunidade Quilombola ASCAXAR; os outros são parentes que se mudaram do quilombo. A seguir, o nome, o apelido, a idade e o local de moradia de cada um dos integrantes da marujada.

⁸¹ Note-se que esse é o mesmo argumento de fundo que descreve o privilégio/dom dos candomeiros ou massambiques, nas comunidades Matição e Açude, por exemplo. No caso dessas comunidades, o mito narra que apenas candombeiros ou maçambiques conseguem mobilizar a santa.

Coordenadora:

Maria Francisca de Jesus (Liquinha, 82 anos, Ribeirão de Trás)

Chefas:

Maria Aparecida de Jesus Fátima (Cida, 55 anos, Cachoeira de Baixo)

Maria da Conceição de Jesus (Cotinha, 53 anos, Ribeirão de Trás)

Dançantes:

Adriana Maria de Fátima (32 anos, Cachoeira de Cima)

Carmem (14 anos, Dom Joaquim)

Janaina (22 anos, Ribeirão de Trás)

Jussilane Souza Batista (Laninha, 10 anos, Ribeirão do Meio)

Jussilene Souza Batista (Ju, 13 anos, Ribeirão do Meio)

Jussimara Souza Batista (Maurinha, 17 anos, Ribeirão do Meio)

Jussimeire Souza Batista (Meirinha, 11 anos, Ribeirão do Meio)

Karine (17 anos, Dom Joaquim)

Maria Clara (08 anos, Ribeirão de Trás)

Maria das Dores Gomes (Dorinha, 32 anos, Fazenda da Ponte/ Alvorada de Minas)

Maria do Socorro de Jesus (46 anos, Ribeirão de Trás)

Maria Rosa Ferreira Dias (45 anos, Dom Joaquim)

Neidiane Aparecida de Fátima (33 anos, Ribeirão de Trás)

Vitória Cristina (8 anos, Fazenda da Ponte/ Alvorada de Minas)

Sanfoneiro:

Noel Pereira da Silva (65 anos, Ribeirão de Trás)

Caixeiro:

Valter Francisco Dias (Valtinho, 40 anos, Dom Joaquim)

Caixeiros substitutos

Gilson das Dores Gomes (Ribeirão de Trás)

Lucas Henrique de Jesus (Luquinha, 22 anos, Conceição do Mato Dentro)

As chefas guiam a Marujada. Mas para tanto não basta saber cantar e dançar. É preciso também saber ensinar, rezar, comandar, conhecer os cantos adequados para cada situação, conduzir o andor, guiar a guarda, entrar na igreja, cumprimentar os reis e rainhas, receber visitantes, entre outros dons e habilidades.

Cotinha e Cida se encarregam ainda de toda a organização que antecede cada uma das apresentações, como por exemplo, entrar em contato com cada uma das dançantes e instrumentistas, marcar local de encontro, acertar os detalhes com os festeiros e planejar o transporte de ida e retorno.

Todas as dançantes tocam pandeiro e vestem indumentária branca ou cáqui: bermuda, blusa, tênis, meia e capacete (com estrutura moldada em taquara, forrado com tecido branco e enfeitado com longas fitas coloridas e espelhos). Parte dos recursos para compor a vestimenta das dançantes é dispendido pelas próprias dançantes e parte por Liquinha, a coordenadora da Marujada. O tênis, as fitas e os espelhos do capacete são comprados pelas dançantes. Já a bermuda e a blusa são providenciadas por Liquinha, que também se responsabiliza por lavar as roupas após cada apresentação. A estrutura do capacete é moldada por Cida, que também é mestra no ofício de trançar a taquara. As chefas usam saia, camisa com botões, boné e tênis. A saia e a blusa são sempre do mesmo tecido e em cores escuras.

Os músicos tocam caixa e sanfona e as dançantes tocam pandeiros. A sanfona pertence ao próprio sanfoneiro. Já a caixa e os pandeiros foram comprados pela coordenadora do grupo, Liquinha. De todo modo, quando todas as dançantes filiadas à Marujada estão disponíveis para a apresentação, precisam conseguir alguns pandeiros emprestados. Os cantos entoados pela Marujada de Ribeirão de Trás variam conforme o santo celebrado. Parte das músicas, as chefas aprenderam enquanto observavam a performance da Marujada de Tiobaldo. Outras foram lhes transmitidas por parentes e amigos que já integraram outras marujadas.

“Conforme o santo é que agente canta a musica. [- Aprenderam onde?] É da marujada mesmo. Todo marujo cantam essas músicas. [- Como aprenderam?] Aprendemos com esse homem aí. Com o Tiobaldo. Porque éramos criancinhas e víamos a marujada dele. Mas tem muitas que agente não tinha visto, que quem sabia ensinou agente. Ali, a mulher do Zé Moacir ensinou agente muitos cantos. Que ela também dançava marujada.” (Cida, 2016)

Além de entoar os cânticos e tocar pandeiros, as marujas também dançam. Três ritmos sonoros cadenciam a Marujada: a dobradinha lenta, a dobradinha repicada e a machagada (marcha grave). Os passos e movimentos que compõem a dança variam de acordo com cada um desses ritmos. “Porque a pessoa vai ali, não é só bater o instrumento, não. Tem que dançar. Cada hora que muda o ritmo, ela dança diferente.” (Cida, 2016)

Antes das apresentações da Marujada o grupo se reúne em uma roda e cada um, em silêncio, faz a oração de sua preferência pedindo proteção para a Marujada, para a apresentação que se seguirá e para cada um de seus componentes. Ao término da oração cada um faz o sinal da cruz para reforçar a proteção. Em seguida, todos tomam uma conta: bebem uma pequena quantidade de uma mistura feita com partes de plantas (não reveladas) curtidas na cachaça. Esta bebida vai afastar eventuais infortúnios que podem ser criados na interação com outras danças e que possam tombar a Marujada de Ribeirão de Trás.

“Antes de começar todo mundo faz uma oração e o nome do pai e bebe uma continha (...) Toda dança tem que ter isso (...) A pessoa toma [a quantidade equivalente a] umas dez gotas mais ou menos. (...) Agente sempre pede essas pessoas mais velhas pra fazerem pra gente, temperar... [É] temperado com cachaça e põe no barro pra curtir. Passa por um processo... E é bom fazer na Sexta-Feira Santa. Ailton que é dono dos caboclinhos também faz. Ele mesmo prepara. (...) Toma antes (...).Põe umas gotinhas na vasilha pra cada um. Isso é, uma conta mesmo. Num chega a beber não. Tem um copinho. Você vira assim devagarzinho. (...) Se você juntar tudo dá mais ou menos 10 gotas. (...) Isso é pra dança não tomar. Principalmente se tiver duas danças no lugar ou três, sempre uma dança avacalha. Porque tem dança, e isso é dos antigos, que vai pra desafiar os outros né, as outras. Tomando essa conta é muito difícil, mas sempre uma dança avacalha. (...) A que tiver mais fraca...” (Cida, 2016)

Anualmente o grupo participadas coroações do Mês de Maria na comunidade quilombola (aos sábados do mês de maio) e da Festa do Trabalhador na sede de Dom Joaquim (comemorada no dia 1º de maio). Quando convidados pelos festeiros, participam da Festa de São Domingos (final de julho / início de agosto, na sede municipal), das homenagens à Santana (em 26 de julho, no distrito de Gororós), dos festejos de Nossa Senhora do Rosário (em julho, em Alvorada de Minas), da Festa de Santa Cruz (em setembro, na Jaguará, uma povoação vizinha) e da Festa de Nossa Senhora Aparecida (em Ribeirão de Trás). Em 2015, o grupo se apresentou no 1º Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, em Belo Horizonte⁸².

O nome original do grupo é Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás (Nossa Senhora da Conceição é a padroeira de Ribeirão), entretanto é também conhecido como Marujada de Ribeirão de Trás. Mais recentemente, após a Associação ASCAXAR ganhar visibilidade e da própria comunidade ter ficado conhecida como ASCAXAR, o grupo também passou a ser mencionado como Marujada da ASCAXAR.

Alguns associados da ASCAXAR planejam fundar uma nova marujada que reconsidere algumas regras do grupo tradicional. Uma das regras da Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás define que quando uma marujeira abandona o grupo, ela não pode voltar a compô-lo. Muitas dessas dançantes têm hoje o desejo de reintegrar-se à marujada. O novo grupo incluiria estas mulheres. A principal transformação na Marujada desde sua fundação foi a composição do grupo: algumas componentes saíram e novas foram incorporadas. Em relação aos outros aspectos, como estrutura organizativa, indumentária, danças, cantos e instrumentistas, não houve mudanças a serem destacadas.

⁸² Nesse evento, principalmente Cida e Adriana que permaneceram em Belo Horizonte como expositoras do artesanato comunitário, tiveram a oportunidade de conhecer quilombolas de muitas outras comunidades de Minas Gerais. Essa situação gerou novas articulações que culminaram, por exemplo, no ano de 2017, na visita de alguns representantes quilombolas de algumas dessas comunidades, no Encontro de Comunidades Quilombolas, realizado em setembro, pela ASCAXAR, no território do quilombo.

Como não são muito numerosos os eventos que extrapolam a rotina de ASCAXAR, além da função devocional a Marujada cumpre também o papel de divertimento para seus componentes e de entretenimento para os outros quilombolas quando as apresentações acontecem na comunidade.

A seguir, transcrevemos as músicas cantadas pela Marujada Feminina de Ribeirão de Trás no dia do registro pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó (21 de maio de 2016).

O perfume eu ofereço Pra nossa mãe rainha Que é do céu e da terra Farol de quem caminha	Não despreze vossos filhos mãe querida Dai-nos vida e amor no coração (2x)
Creio em Deus pai todo poderoso (2x) Pra livrar nossa marinha todo mal contagioso (2x)	É a ti mãe do céu te dedicamos Nosso amor e carinho sem igual (2x)
Rezar meu credo em cruz na hora de Deus amém (2x) Livrar nós do mal olhado (2x)	Nesta noite de grande alegria Faremos uma prece filial (2x)
----- Ô nova lima nova lima nova lima Essa lima vai e vem e não merece Ô batalha da comadre não padece Quem bem fizer pra si é Quem mal fizer pra si é -----	Olhe sempre essas crianças Que hoje veio aqui te coroar Derrame suas bênçãos preciosas A este povo aqui deste lugar (2x)
Ave Maria A terceira coroa Hoje eu quero te dar As imagens dessa terra Lá no céu quero morar	É a ti mãe do céu te dedicamos Nosso amor e carinho sem igual (2x)
É a ti mãe do céu te dedicamos Nosso amor e carinho sem igual (2x)	Nesta noite de grande alegria Faremos uma prece filial (2x)
Nesta noite de grande alegria Faremos uma prece filial (2x)	E em troca ó mãezinha lhe pedimos Que nos dê um cantinho lá no céu (2x)
De mãos dadas vamos todos venerar E pedimos proteção e oração	

Virgem, te saudamos
Vem nos amparar
Nós te suplicamos
Vem nos amparar

Ó Maria mãe de Deus
Vem salvar os filhos seus

Senhora da Conceição
Suas bênçãos derramar

Senhores donos da casa
Um pedido eu faço agora
(2x)

Continuem sempre devotos
Da virgem Nossa Senhora
(2x)

Senhora da Conceição
Protetora do lugar
(2x)

Abençoa esses marujos
Que vai te acompanhar
(2x)

Em qualquer perigo
Vem nos amparar
Dai-nos seu abrigo
Vem nos amparar
Ó Maria mãe de Deus
Vem salvar os filhos seus
(2x)

Cheia de bondade
Vem nos amparar
Salve a humanidade
Vem nos amparar

Ó Maria mãe de Deus
Vem salvar os filhos seus
(2x)

Cheguemos (3x)
Cheguemos com muita alegria
Viemos para trazer o andor da virgem Maria
(2x)

Maricota chega na janela (2x)
Vem ver marujo que já vai pra guerra (2x)
Olha guerra no mar!

2.4 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CADA QUILOMBO:

REFERÊNCIAS CULTURAIS
IDENTIFICADAS DA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA CUBAS

2.4.1 CAPELA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE CUBAS⁸³

A Igrejinha de Cubas, como é mais conhecida, data do início do século XX e foi construída por Antônio Costa Silva⁸⁴, devoto do Divino Espírito Santo. A princípio, o próprio fundador da igreja era a pessoa responsável por sua manutenção, uma função que mais tarde foi transferida para sua filha Santina Costa (falecida no início dos anos 2010) e que tomou conta da igreja por mais de 60 anos. Hoje ela é guardada por Dona Didica, quem cuida da igreja e da festa desde o início dos anos 1980. A igrejinha de Cubas é hoje pouco freqüentada e por isso são poucos aqueles devotos que contribuem de algum modo para sua conservação. Como Dona Didica recebeu a incumbência de cuidar da edificação, os custos com a manutenção são quase totalmente despendidos por sua família. Ela destacou que o telhado precisa ser reformado e não há verba.

A Festa do Divino Espírito Santo ocorre todo ano em um final de semana de junho ou agosto, na Igrejinha de Cubas ou Capela do Divino Espírito Santo. Durante esse período acontecem os seguintes eventos na Capela do Divino Espírito Santo: reza do terço (no sábado), levantação da bandeira no adro (no sábado); missa (no domingo); coroação do rei e rainha (no domingo).

Um domingo por mês, padres da Paróquia de Conceição do Mato dentro celebram uma missa na igrejinha. Atualmente representada pelos padres João e Valter. Antes da construção da capela as missas eram celebradas na casa de Cassimiro Costa (hoje pertencente a sua afilhada Didica), onde também o padre ficava hospedado.

No ano de 2004 a Igrejinha de Cubas foi incluída como patrimônio cultural do município no Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. A descrição arquitetônica da capela e dos elementos que compõem seu conjunto, apresentada a seguir, se fundamenta nesse inventário.

A Capela do Divino Espírito Santo de Cubas está localizada em pequeno platô de encosta suave, com extenso gramado ao redor e de frente para uma grande pedreira natural coberta de vegetação. Em função do isolamento da comunidade ela pode ser avistada a partir da estrada principal de acesso até a localidade. Seu desenho não se assemelha ao desenho das capelas tradicionais da região, sendo talvez o único exemplar arquitetônico do município que apresenta cobertura em cúpula.

⁸³ A descrição arquitetônica da Capela do Divino Espírito Santo de Cubas tem como principal referência o Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Ano 2004. Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. As informações foram atualizadas pela equipe do INRC Quilombos do Cipó.

⁸⁴ Antônio Costa Silva foi pai de Cassimiro Costa que é o padrinho de Geralda Cassimira de Assis.

Originalmente a igreja era de adobe e mais alta que a atual edificação. Ela foi reformada por volta do início dos anos 2000, quando suas paredes foram reconstruídas em alvenaria de tijolos sobre as fundações de alicerce corrido da edificação anterior. De todo modo, apresenta ainda originalidade de muitos dos seus elementos arquitetônicos. Ainda mantém as esquadrias, a cobertura e a torre com sua cúpula.

É constituída em volume único, conjugando os ambientes de nave e capela-mor. Tem forma retangular e coberta em duas águas com telhas de barro curvas, antigas, instaladas sobre engradamento de madeira com forma beirais encachorrados nas laterais. Na parte frontal da cobertura apresenta telha sem pontas na frente, sem cachorros ou cimalha.

Na reforma perdeu o coro e as janelas da fachada principal. Tem torre dianteira central baixa, embutida dentro do volume único. Esta torre apresenta cobertura em cúpula e é encimada por elemento em cruz. O frontispício tem apenas uma porta central em folhas duplas com almofadas baixas e um óculo (abertura em uma parede, para passagem da luz ou do ar) em forma de losango na altura da torre, com fechamento em estrutura de madeira formando uma estrela de oito pontas. Nas laterais apresenta também porta única encimada por óculos em losango. A parede dos fundos apresenta apenas uma porta pequena.

A capela apresenta um estado de conservação apenas razoável. Seu telhado requer reparos.

Três elementos de importante valor para a arquitetura compõem o conjunto do qual faz parte a Capela do Divino Espírito Santo. Internamente, um retábulo de madeira, com estruturas e entalhes decorativos bastante elaborados; Externamente, duas casas construídas provavelmente na época de transição do século XIX para o XX: uma localizada a poucos metros da capela e outra na parte mais baixa da encosta onde está a capela. Na casa mais próxima da igreja morou Santana Costa, filha de Antônio Costa. Hoje esta casa pertence a uma família de Sete Lagoas. Já a casa mais abaixo da encosta foi deixada por Antônio Costa para seu filho Cassimiro Costa. Nesta casa mora a família de Dona Geralda Cassimiro de Assis (Dona Didica), herdeira e afilhada de Cassimiro.

O Retábulo

O retábulo é antigo, do início do século 20, em estilo eclético e está localizado na capela-mor da Capela do Divino Espírito Santo. A sua parte inferior é dividida em cinco setores enquadrados e separados por elementos arquitetônicos em colunas com seção circular. Na parte central no enquadramento central observamos o sacrário com porta com verga ogival decorada com elemento em coração encimado por elemento em cruz e folhas na parte de baixo. O setor intermediário do retábulo apresenta peanhas com dosséis laterais, com fundos pintados com motivos fitomórficos, sendo enquadrados em forma ogival delimitada por desenhos geométricos ao centro, camarim em estrutura ogival com uma imagem do Divino sobre o trono e outra raionada aplicada na parte superior do fechamento de fundo. A entrada do camarim é decorada com finos elementos curvos e o interior pintado. A parte superior é delimitada nas laterais por elementos arquitetônicos em colunas, ensimadas por elemento em torre. Apresenta colunas com aplicações de elementos em motivos fitomórficos verticais. O fechamento superior em ogiva apresenta finas estruturas curvas sobrepostas a ela. Pode apresentar re-pintura, o que só pode ser confirmado a partir de prospecções. O retábulo apresenta vestígio de degradação pela umidade e pelos insetos xilófagos.

Casa que foi de Santana (hoje de uma família de Sete Lagoas):

Esta casa tem estilo colonial, de acordo com o modelo das séries antigas da região. Está localizada a poucos metros do lado esquerdo da capela do povoado, em uma encosta suave. Seu desenho se assemelha ao desenho das sedes das fazendas da região. É constituída em volume principal com dois pavimentos e volume anexo em pavimento único do lado direito, correspondendo aos setores de serviços, com forno e dispensa, mas com a mesma tipologia arquitetônica. O sistema construtivo da casa e de seu anexo é de estrutura autônoma de madeira e vedações em taipa e adobe. A casa tem dois pavimentos na parte da frente, correspondendo ao caimento do terreno de assentamento. Tem pisos e esquadrias em madeiras, com cancela na porta principal alcançada por escada de pedras. No pavimento superior ficam os ambientes de salas, quartos e cozinha e no inferior os de depósito, além de dormitórios. A cobertura quatro águas é em telhas antigas, curvas, de barro. Em seu entorno há árvores frutíferas e ainda áreas de pastagens. Localizada na entrada do povoamento de Cubas. A casa apresenta ainda originalidade de muitos os seus elementos arquitetônicos, mantendo a sua estrutura de madeira em peças de braúna, os pisos e as esquadrias. O piso em assoalho tem peças de Jatobá e Jacarandá. Na sala encontra-se um oratório de tamanho médio embutido na parede. No pavimento inferior fica o 'quarto de cangalha' (cômodo que servia de apoio para a hospedagem de tropeiros que viajavam pela região).

Casa de Dona Geralda Cassimira e família:

Esta casa foi construída no início do século XX por Antônio Costa Silva (que também construiu a capela). Nela morou seu filho Cassimiro Costa. Cassimiro não teve filhos e a casa ficou para sua afilhada, Geralda Cassimira de Assis (Dona Didica), esposa do senhor José Geraldo de Assis (Geraldo Milim), atuais proprietários. Tem estilo colonial, de acordo com o modelo das séries antigas da região. Está localizada um pouco abaixo da capela, em região de encosta. O sistema construtivo da casa é de estrutura autónoma de madeira e vedações em taipa e adobe. Tem planta em formato de um “L”. A casa tem varanda alta na parte da frente, correspondendo ao caimento do terreno de assentamento, formando porão. Tem piso e esquadrias em madeiras com vigas retas e com varanda na fachada principal alcançada por escada de pedras do lado esquerdo. A varanda apresenta guarda-corpo fechado com réguas de madeira. No pavimento superior ficam os ambientes de salas, quartos e cozinha e no inferior o depósito e dormitórios. A cobertura é em quatro águas e em telhas antigas, curvas, de barro. Apresenta desnível interno entre os ambientes da frente e dos fundos da casa, com degraus descendo para cozinha e serviços. No entorno observa-se árvores frutíferas, áreas de pastagens e um curso de água. A casa apresenta originalidade de muitos dos seus elementos arquitetônicos, como a estrutura de madeiras em peças de braúna, os pisos, os forros de esteira e as esquadrias. Algumas paredes já foram refeitas, porém segundo o modelo tradicional original. O seu estado geral é de pleno funcionamento em todo o conjunto. No pavimento inferior fica um ‘quarto de cangalha’, já que nesta casa também se hospedavam os cavaleiros que viajavam pela região vindos da região da Lapinha, onde trocavam açúcar, rapadura e café.

2.4.2 FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE CUBAS

A Festa do Divino Espírito Santo de Cubas foi fundada há mais de 100 anos por Antônio Costa Silva (pai de Antônio Cassimiro, o padrinho da atual guardiã da festa, Geralda Cassimira de Assis, conhecida como Dona Didica). Nesta época a Igrejinha de Cubas ainda não havia sido construída. Por aproximadamente dez anos os rituais religiosos da celebração aconteceram na residência do fundador, que então construiu a Capela do Divino Espírito Santo de Cubas.

A festa acontece nos meses de julho ou agosto. Começa na noite de um sábado com o ritual de erguimento do mastro e termina na tarde de domingo com a distribuição de doces. Durante os dias festivos o povoado, normalmente sossegado, transforma-se em um lugar movimentado, com grande circulação de pessoas. Por volta das 19 horas de sábado a comunidade e os visitantes se reúnem na Igrejinha de Cubas para a reza do terço. Depois erguem o mastro no adro da igreja ao som de cantos devocionais entoados pelos presentes e de vários estouros de rojões. Após a subida da bandeira o festeiro distribui um caldo, um feijão tropeiro ou algum outro alimento a todos os presentes.

Muitos dos visitantes pernoitam em Cubas em barracas de camping, na casa de Dona Didica ou acordados em torno da fogueira ou no Bar do Geraldo (filho de Dona Didica), uma construção recente (de data não identificada) próxima à igreja.

Os rituais dominicais começam com um almoço oferecido pelos festeiros na casa de Dona Didica. Após o almoço, por volta de 14 horas, um padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra a missa. Ao término da missa a comunidade local e os visitantes se reúnem na Procissão do Divino, que sai da igreja, contorna a mesma, passa em frente à casa de Dona Didica e para ela retorna. No interior da igrejinha os festeiros (coroados no ano anterior como Rei e Rainha do Divino) passam a coroa para um novo casal que se responsabilizará pela festa do ano seguinte.

“Antigamente era assim, o padre vinha cedo, celebrava a missa e almoçava e na parte da tarde que ia fazer a procissão e passar as coroas. Mas tem muito tempo que mudou e está fazendo tudo numa hora só. (...) Tinha padre que vinha e dormia aqui. Hoje não, vem e volta. Tinha padre que gostava de vir no sábado e ir embora no domingo de tarde. Agora já marca a festa pra duas horas e vem e vai embora”.
(Dona Didica, abril de 2016)

Após os rituais que acontecem na igreja com a presença do padre, todos vão para a casa de Dona Didica. Lá os festeiros distribuem doces a todos os presentes. Atualmente os festeiros oferecem doce de laranja, mamão, batata e leite, mas já foi comum (há uns 30 anos) o doce de milho e o de feijão andu.

A casa de Dona Didica funciona como local de apoio para realização da festa. Lá os festeiros se hospedam e distribuem o caldo no sábado e o almoço do domingo. Lá também se hospedam familiares da proprietária e dos festeiros, entre outros visitantes.

Antigamente os visitantes se distribuíam pelas várias casas de moradores de Cubas. Entretanto, há aproximados 20 anos iniciou-se um processo de esvaziamento do povoado (e um conseqüente enfraquecimento da festa). Desde a retomada da festa na década de 2000, após um ou dois anos sem celebração, o uso de barracas pelos visitantes passou a ser a estrutura de hospedagem mais comum. A casa que foi de Antônio Costa foi um importante local de referência para a realização da festa. Entretanto há aproximadamente dez anos foi vendida para uma família do município de Sete Lagoas/MG e a casa de Dona Didica se tornou o principal lugar de apoio para a festa.

Além de receber a família do festeiro e outros visitantes, a casa de Dona Didica serve ainda de apoio para a marujada e para a preparação e produção dos integrantes do reinado. No passado o cortejo e a marujada saíam de diferentes casas, variando a cada ano. A casa de Dona Didica também é o local de preparação o almoço e dos doces, mas com mão de obra organizada pelos festeiros. Alguns costumam já levar os doces prontos para apenas distribuir em Cubas. Os recursos para o almoço e os doces são dos festeiros. Muitos festeiros pedem a amigos e parentes doação de mantimentos para a produção do almoço e dos doces.

Como em geral observa-se nas festas do Divino Espírito Santo em Minas Gerais, a festa em Cubas gira em torno do Reinado do Divino. Este reinado é composto por um rei e uma rainha, que são os festeiros. Os festeiros trajam vestimentas baseadas em modelos usados pela família imperial do Brasil. Durante o cortejo, o rei e a rainha são envolvidos pelas seguradeiras de quadro – seis moças que seguram varas que delimitam a área ocupada pelo reinado. Tanto a indumentária do rei e da rainha como a das seguradeiras são alugadas pelos festeiros em lojas especializadas. Antigamente cada festeiro comprava o tecido e encomendava o feitiço das roupas a costureiras. A cada festa a indumentária era renovada. Os festeiros costumavam guardar aquelas roupas como lembrança da celebração realizada. Nesta época, as seguradeiras vestiam vermelho, por ser esta a cor do Divino Espírito Santo. Hoje costumam trajar roupas brancas. Na perspectiva de Dona Didica, as vestes anteriores eram mais bonitas. Ela pretende, quando novamente for festeira, criar os modelos, comprar os cortes de tecidos e encomendar o feitiço das vestimentas.

Na década de 2000 a festa estava sendo pouco freqüentada e ficou um ou dois anos sem ser realizada. Para dar continuidade a tradicional festa de Cubas, Dona Didica resolveu fazer ao menos uma festa simples e concentrada no domingo. Nesse ano ela foi a festeira, ofereceu sanduíches ao invés de refeições e não distribuiu doces. No ano seguinte a celebração foi realizada por um festeiro do distrito de Tabuleiro (município de Conceição do Mato Dentro) e muitos moradores deste distrito participaram. Desde então, o povoado voltou a ficar bastante movimentado no final de semana da celebração, em especial por pessoas vindas de Tabuleiro.

A festa é freqüentada por pessoas de localidades rurais da região, especialmente do distrito de Tabuleiro e do distrito de Itacolomi (ambos distritos de Conceição do Mato dentro), além de moradores da sede municipal e de Belo horizonte. Os moradores de Três Barras e Buraco já foram mais freqüentes na festa, entretanto a participação desses quilombolas é hoje menos expressiva. Como descrito acima, desde meados da década de 2000, o público da festa é representado principalmente por pessoas vindas de Tabuleiro. Algumas chegam a pé, mas a maioria de carro. A maior parte dos presentes é jovem. Antigamente os visitantes chegavam sempre aos sábados, hoje muitos pernoitam em Cubas também na sexta-feira.

No ano de 2016 um novo padre foi encaminhado para atuar nas celebrações católicas em Cubas. Muitos sacerdotes católicos quando se tornam padres de uma paróquia buscam implantar novos costumes, muitas vezes alterando as práticas já consolidadas pelas comunidades. Este novo padre, por exemplo, entende que a distribuição de doces não compõe a estrutura de uma Festa do Divino e, sim, as festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Buscando fundamentar o posicionamento do novo padre, Dona Didica se lembra que durante sua infância não havia distribuição de doces. Depois [em uma época em que ela não soube precisar, nem mesmo vagamente] alguns festeiros trouxeram esta prática para a festa em Cubas.

Outro posicionamento do novo padre é a compressão de que as festa católicas devem ser celebradas em acordo com o calendário oficial da igreja. A agenda católica define o dia 31 de maio como a data celebrativa do Divino. Entretanto, em Cubas a festa sempre aconteceu nos meses de julho ou agosto. Seguindo a orientação do padre, Dona Didica planejava realizar a festa de 2017 no mês de maio. Explicou que em 2016 a festa aconteceu em julho porque o padre chegou no início do ano quando a data da festa já havia sido acordada com os festeiros, ainda em 2015.

Desde 2013 uma imagem de Nossa Senhora Aparecida acompanha a procissão do Divino Espírito Santo. Antes do dia da festa é preciso preparar todos os locais de referência para a celebração. É preciso capinar a grama do adro da igreja, limpar e organizar a igreja e preparar a fogueira. Dona Didica também prepara sua casa, que é lugar de apoio para a festa.

Algumas pessoas contribuem anualmente para a execução da festa: uma senhora chamada Bia que ajuda a entoar os cânticos católicos; um senhor chamado Geraldo (zelador da igreja de Tabuleiro); uma moça de Itacolomi (distrito de Conceição do Mato Dentro) que ajuda na leitura da missa; dois homens de Tabuleiro e um de Conceição do Mato Dentro que ajudam a capinar o adro da igreja.

Após o fim da festa a principal tarefa é a limpeza. É preciso limpar o entorno da igreja, o interior da igreja e a casa de Didica. Dona Didica e sua família oferecem, portanto todo o apoio necessário aos festeiros para a organização e execução da festa. Eles destacam que para que uma festa seja bem planejada é importante que os festeiros entrem previamente em contato com ela para juntos elaborarem a festa, cada um dentro de suas funções. Entretanto, como os festeiros se alternam a cada ano, nem sempre há uma comunicação eficiente.

Com relação à participação do terno de catopés de Conceição do Mato Dentro, Dona Didica não se lembra de ternos de congado nas festas mais antigas. De todo modo, ao longo da história, a festa incorporou os catopés que muito alegram e fortalecem a celebração. Não são todos os festeiros que convidam os catopés, entretanto sempre se esperava que estejam presentes na celebração.

2.4.3 OFÍCIO DE ALVENARIA TRADICIONAL DE BARRO E MADEIRA

A alvenaria é uma técnica de produção de muros a partir da utilização de blocos, tijolos, pedras ou lajotas unidas entre si por uma argamassa, que pode ser feita de areia ou barro. Sua origem se dá na pré-história, consistindo em um dos mais antigos sistemas de construção da humanidade, as primeiras alvenarias eram feitas em pedras ou em tijolos secos ao sol. (CAVALHEIRO, 2013) No Brasil, esse tipo de construção se inicia no período colonial, sendo utilizados principalmente para seu feitiço pedras, tijolos de barro cru e taipa de pilão. Na comunidade de Cubas, essa técnica é utilizada para a construção de moradias e outras edificações importantes do local. Os recursos mais utilizados são o adobe e o pau-a-pique. O adobe é uma lajota feita de barro que deve conter argila e areia, acrescenta-se fibras vegetais e estrume de boi para melhorar sua resistência. O pau-a-pique é uma técnica muito conhecida e utilizada não só pelas comunidades negras rurais.

Em Cubas, assim como em outras comunidades rurais, essas matérias primas são extraídas das matas da região e trabalhadas pelos moradores que aprenderam a técnica com seus antepassados. Além de ser uma importante referência cultural para a comunidade, esse ofício também é fonte de renda para as pessoas que conhecem a técnica. Através da preparação do barro constitui-se o adobe que é amarrado com madeiras e cipó para fazer a estrutura das casas. O ofício ocorre na comunidade de Cubas, sendo uma técnica muito antiga passada de geração a geração (o entrevistado diz que aprendeu com o pai, que por sua vez, aprendeu com o avô), sendo principalmente utilizada para construção de moradia na comunidade.

Alexandre nasceu em Cubas, no ano de 1976, e desde os oito anos de idade, acompanhava o pai e o avô em trabalhos de construção de casas de alvenaria de adobe e pau-a-pique, esteios de braúna para reforma de currais. Dessa forma aprendeu o ofício e hoje em dia faz dele sua fonte de renda, trabalhando na construção e restauração de casas de alvenaria de barro na região, pois além de ser fonte de renda sua e de sua família, ele acredita que é necessário valorizar esse ofício que aprendeu com os antepassados.

O ofício consiste primeiramente na extração da matéria prima para fazer o adobe, para produzi-lo é necessário amassar o barro com o pé e acrescentar água, e com a enxada misturam capim, cipó, é importante amassar bem para evitar que futuramente o barro rache muito. Após essa preparação, o adobe fica secando entre 15 e 20 dias até estar pronto. Com o adobe pronto utiliza-se cipó e madeira para construir colunas de sustentação realizando uma amarração deste, duas pessoas realizam essa etapa, uma puxando e a outra firmando. Quando pronta essa amarração é levantada. Duas pessoas, uma de cada lado do adobe já amarrado, vai acrescentando barro nos meios vagos entre os cipós e madeiras. São necessários mais 15 ou 30 dias para que esse barro fique seco. Depois do amarreio e do barro chapado seco, é dado o acabamento com uma massa fina feita de barro, areia e estrume de boi.

No primeiro ano de 2017, Alexandre Assis recebeu uma solicitação muito especial: realizar a construção de um bakisse de Matamba (uma casa de nkisse), do Manzo Ngunzo Kaiango, candomblé de nação Angola, em Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. Essa solicitação foi feita por uma entidade, um Maruho Martim Pescador, incorporado pela Senhora Muiandê, mameto do candomblé. Alexandre aceitou o desafio e se dedicou à construção, além de confraternizar e ter a oportunidade de ensinar um pouco das técnicas para a comunidade de Manzo. Essa experiência foi um “verdadeiro encontro de saberes”, conforme notou Kidoiale, makota do candomblé. Experiências como essas atualizam a importância desse saber, que, por muitos aspectos, pode ser considerado que hoje está em extinção. O bakisse de Matamba, por exemplo, não poderia ser feito de outra forma, que não em alvenaria de barro tradicional pau-a-pique e, em toda a região de Santa Luzia, não houve indicação de algum mestre ou oficial que pudesse realizar a construção.

De 10 a 15 de outubro de 2017, Alexandre Assis ministrou um curso intitulado Curso Prático de Técnicas de Bioconstrução (adobe, pau a pique, taquara, aquecedor solar, fossa de bananeira), em parceria com a Comunidade Quilombola Buraco, aberto ao público.

2.5 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CADA QUILOMBO:

REFERÊNCIAS CULTURAIS
IDENTIFICADAS DA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA MATIÇÃO

2.5.1 REZA DE SANTA CRUZ

Matição é a comunidade quilombola pesquisada no Inventário que detém a maior quantidade de festejos e variedade de manifestações culturais, entre mestres, ofícios, saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações. A maior parte dessas manifestações conhecidas pela pesquisa são tão vigorosas, intensas e complexas que merecem um aprofundamento e ampliação da caracterização para o inventariamento das referências culturais da comunidade. No presente Estudo, foram selecionadas três manifestações, Reza de Santa Cruz, Folia de Reis e Reinado de Nossa Senhora do Rosário, para o aprofundamento da pesquisa. Essas referências culturais do Matição, apesar de tradicionais e muito importantes, ainda não haviam sido documentadas, tanto quanto o Candombe de Nossa Senhora do Rosário e a Festa de São João – forma e expressão e celebração pelas quais o quilombo é mais conhecido.

Os festejos tradicionais de Matição, como a Festa de São João, a Festa dos Padroeiros (tradição mais recente) e a Reza de Santa Cruz, contém uma parte principal em que o sagrado é reverenciado com rezas e cantos, de diferentes formas expressivas, dentre elas o Candombe de Nossa Senhora do Rosário. Muitos festejos dedicados aos santos e ancestrais contém, além do momento solene de preces e louvores, momentos lúdicos descontraídos envolvendo forró, samba, comidas e bebidas. O próprio Candombe de Nossa Senhora do Rosário não contempla somente louvações aos santos, mas também toadas de divertimento respeitoso, de troça e desafios, de narrativas graciosas sobre a lida cotidiana e a vida em comunidade.

Nas grandes festas, como na Festa dos Padroeiros e na Festa de São João até mesmo palcos são instalados com equipamentos adequados para a apresentação de bandas contratadas nas cidades; instalam-se também barraquinhas que vendem bebidas e alimentação. Essa parte lúdica pode iniciar durante a parte da devoção, e nesse caso em um espaço afastado de onde parte da comunidade está rezando, para evitar maior incômodo aos devotos (como na Reza de São João); ou pode acontecer em um momento separado, reservando-se o forró e o livre divertimento para depois da celebração (como na Festa dos Padroeiros). Há também as rezas bem pequenas (considerando-se a quantidade de participantes, geralmente apenas os da comunidade com poucos amigos de fora presentes), como a reza de São Pedro e de São Benedito.

A Reza de Santa Cruz é um dos festejos da comunidade que tem mais longa duração: aproximadamente de 23:00 até as 07:00 do dia seguinte. A celebração se divide em pelo menos quatro momentos: reza no Cruzeiro; candombe, vigília/reza nas cruzes das casas e alvorada da santa cruz. Diferente de outras grandes celebrações, nessa reza não há um momento festivo lúdico que não seja a consagração. Existe apenas uma pequena barraca, instalada no alto do morro, afastada do Cruzeiro, que vende alguma comida ou bebida. Outra barraca oferece gratuitamente o quentão, que assim como a distribuição de café, chá e biscoitos é parte da obrigação do festeiro.

A Reza de Santa Cruz é uma reza de promessa. As promessas de rezas-festas, na maioria dos casos, foram feitas pelos antigos e transmitidas para algum filho ou um cônjuge do festeiro original. Essa transmissão acontece pela cumplicidade daquele que recebe a obrigação na condução da reza-festa. Esse tipo de herança é muito comum no quilombo Matição. Conforme nos contou Dante Isaías de Siqueira, o mais velho dos atuais anciãos:

“Fazia promessa para sarar... E quando sarava, fazia a reza num ano e tomava por devoção essa reza. Tomava aquilo por devoção e fazia a reza todo ano e não parava mais... Até que alguém da família pegava com a reza pra levar em diante e não acabava com essa obrigação.” (Dante, 2015)

Tomar conta de uma festa-reza é acolher para si a responsabilidade com a continuação de uma relação antiga com santos, almas, guias e ancestrais. Essa relação implica cuidados rituais e prevenção contra as tentações que fazem de um tudo para perturbar o ambiente e comprometer a obrigação. Como descreve Genaro Antônio de Siqueira, filho do finado Mestre candombeiro e folião Jair de Siqueira, e que toma conta de duas rezas muito importantes na comunidade (a de Santa Cruz e a de São Benedito, que eram promessas do seu pai):

“Em dia de festa a gente fica estressado porque é muita coisa para arranjar e tem vezes que a gente só conta com a ajuda mesmo é de Deus. Então é dia que a gente tem que vigiar pra evitar a intriga, as brigas. E é uma coisa que a gente não pode largar, porque veio do nosso pai, antes dele do nosso avô... É uma missão.” (Genáro, 2015)

Essa missão é tão sagrada para os quilombolas de Matição que, mesmo devotos de outros credos e doutrinas, como a fé evangélica, anão deixam de respeitar e colaborar com a devoção, herança dos ancestrais. Jairnei, irmã de Genaro Antônio de Siqueira, convertida em evangélica há mais de 20 anos nos descreveu:

“[...] mesmo evangélica] mesmo assim eu não me afasto da missão do povo de Matição... da religião deles... do folclore deles... E é por causa de meu pai. Ontem mesmo eu tava dançando batuque... Tava me lembrando do meu pai: ele criou nós com isso tudo.” (Jairnei, 2013)

Participar e ajudar nas rezas-festas é um importante modo de relação, pela aproximação de uns parentes com os outros, e de cada qual com a memória e a presença daquele ancestral que era o dono da antiga festa-reza. Esse modo de relação se associa com outras relações, caso a caso, de acordo com a fé de cada parente envolvido: com a ativação de memórias; a homenagem aos antigos; a atração da providência divina, chamando o santo para curar e garantir a fortaleza; a ligação com os guias que vêm consagrar a louvação (conforme a fé de Divina de Siqueira, mestra da umbanda).

Pode acontecer também a atração de algumas almas perturbadas, de antigos festeiros ou candombeiros, ainda penando cá na terra, que podem chegar inconvenientes e zangados, insatisfeitos com algum proceder – uma vez que “a festa tá mudando demais, já não fazem como era antigamente”, conforme se queixam alguns quilombolas antigos. Esses espíritos bravos podem avançar para o ‘mundo dos vivos’ querendo dominar, retomar a chefia do candombe, orientar ou atrapalhar a sua execução. Nesses momentos é preciso saber cortar a influência e afastá-los com firmeza. Se não, conforme nos contou Lindomar João dos Santos (o Dó, 44 anos, candombeiro, filho de Nilse de Siqueira):

“ [...] adoce um candombeiro, embaraça o candombe, cala o tambu, traz má sorte pro ano todo, é muita a atrapalhão. A gente sente. Quando a gente entra num candombe... os que já se foram... eu sinto que eles tão ali no meio com o povo. Quando eu estou no candombe você pode ver, eu escuto muito. Tem nego que quer entrar no candombe de qualquer jeito... Eu digo: - Opa pera aí companheiro! Não é assim não. Cantar de qualquer jeito... não pode. Tem lugar que eu sinto que os candombeiros antigos naquele lugar, eles estão ali. É igual quando a gente sai com a Folia de Reis: se você não segurar bem o pé, não rezar, não pedir a Deus mesmo... É difícil a folia! Porque tem ‘esse lado’ dos foliões que já se foram, que eram uns foliões mais ignorantes, entendeu? Então, às vezes, eles querem embaraçar uma folia. Já aconteceu da gente tentar sair com a folia e não conseguir. De amarrar alguma coisa. Então a gente tem que ter firmeza, pegar com oração. (Dó, 40 anos, candombeiro, filho de Nilse de Siqueira).

Quem sabe dos procedimentos necessários para a libertação da festa e reversão dos males são os anciãos, os Velhos Siqueiras: Divina na parte dos guias; Nilse, Bina, Dante e Badu com a firmeza da oração; Isaura, candombeira capitã de Moçambique⁸⁵, com a sua mestria no desfazimento da amarração – todos trabalhando no santo (expressão de Divina), cada qual com a sua doutrina, seus respectivos feitos e efeitos. Essa parte do candombe, a maioria dos anciãos julga inadequada para a atualidade de Matição. Preferem não divulgar tais engenhos, evitando que os jovens se afetem, “porque é uma parte complicada, perigosa, que não vale a pena mexer, porque não precisa mais”, conforme avalia Mestre Badu.

Contudo, essa parte complicada tem muita relação coma Reza de Santa Cruz, considerando que essa é justamente uma celebração específica para celebrar e recorrer às santas almas do cruzeiro divino, ao convívio e cuidado com os finados ancestrais. É uma reza necessária para acalmar as almas dos falecidos, auxiliar na aceitação da sua passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos. É a festa-reza dedicada às santas almas que podem auxiliar nessa condução, além de favorecer o mundo dos vivos com sua proteção e boas providências.

⁸⁵ Grosso modo, o Moçambique pode ser apresentado como um dos grupos, chamado de guarda, de guerreiros (vassalos e capitães) que compõem o campo de forças agenciado no Reinado – esse sistema celebrativo bastante complexo, centrado na coroação de reis negros e adoração de Maria, presente em Minas Gerais. Os festejos do Reinado apresentam uma estrutura organizacional e uma dinâmica ritual complexas, que desafiam qualquer interpretação apressada sobre a sua significação. Levantação de mastros, novenas, cortejos, coroação de reis e rainhas, cumprimento de promessas, folguedos, leilões, cantos, danças, banquetes, mistérios, rezas e benzeções, embaixadas, pontos, simpatias, são alguns dos elementos que compõem a multiplicidade da celebração.

A reza-festa inicia com a reza no Cruzeiro que acontece no alto do morro do Cruzeiro, localizado nas terras que, atualmente, são de descendentes do antigo Antônio D'Olaia, amigo do finado festeiro Jair de Siqueira. Nesse primeiro momento, os devotos se concentram no alto do morro, ao redor do grande Cruzeiro (enfeitado na véspera com papéis brilhantes e coloridos) onde rezam e cantam. A reza costuma durar em torno de uma hora.

Em seguida, começa o candombe, quando cantam e dançam defronte a fogueira, já acesa desde o início da celebração. Essa parte dura cerca de hora e meia, e é participada por grande quantidade de gente, praticamente todos da comunidade (e, se o dia coincide com um final de semana, costuma também ser participada por visitantes de povoados vizinhos e de outras cidades). O candombe se faz presente firmando a força da reza. Os candombeiros e candombeiras se reúnem, próximos do Cruzeiro. Assim que as preces solenes terminam, irrompe a ferveção da reza cantada e tocada nos couros dos tambus : um círculo de pessoas se forma ao redor dos tocadores e um(a) candombeiro(a), a cada vez, ocupa o centro diante dos tambus, dançando, girando, curvando-se com os ombros, cantando versos que são respondidos pelo(a) s candombeiro(a)s de ao redor. Os temas variam de louvações à Santa Cruz e aos outros santos e santas de devoção (Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito); de enigmas com jogos de palavras alegóricas que descrevem costumes e movimentos de alguns animais (como aves de rapina, veados, tatus), à ocorrências do dia-a-dia.

Em seguida ao candombe costuma haver um intervalo de cerca de duas horas (mais ou menos), quando todos descem do morro e, a grande maioria, recolhe em suas casas. Apenas um grupo de rezadeiras e candombeiros, além de alguns devotos dedicados, descansam por pouco tempo ou se mantêm em vigília para começar, em poucas horas, a terceira parte da reza: a vigília da Santa Cruz. A quantidade de gente nesse momento é bem menor, reduzindo-se em geral a poucos devotos do quilombo, aqueles mais apegados com Santa Cruz, entre os quais um pequeno grupo de rezadeiras e de candombeiros. As rezadeiras geralmente são Divina de Siqueira, Bina de Siqueira, Isaura de Siqueira, Nilse de Siqueira, Rosilene Aparecida dos Santos e Zélia (mas existem outras mulheres da comunidade reconhecidas como boas rezadeiras e que participam, ao menos em parte, da celebração). Os candombeiros que participam geralmente são Genaro Antônio de Siqueira, Dó, Lei, Vando, Dante Isaías de Siqueira, Silvio de Siqueira (Mestre Badu), Dinho, Mimbim, Li, Teté, Francis, Chico Pão. É preciso um mínimo de três tocadores dos tambus e um tocador de guaiá (chocalho). Quando há mais tocadores tocam também a puíta (roncador, semelhante a uma cuíca grande, grave). Além dos tocadores é necessário ao menos um candombeiro ou candombeira para cantar as toadas.

A vigília da Santa Cruz inicia por volta das três da madrugada, quando os devotos peregrinam de casa em casa (contando-se quase todas as 29 residências da comunidade), rezando aos pés das cruzinhas que ficam enfeitadas na entrada dos terreiros das casas. Essas cruzes devidamente vestidas (expressão de Nilse de Siqueira) indicam que ascasas foram preparadas para receber a reza em intenção dos parentes falecidos que ali habitaram ou às Santas Almas de modo geral. As velas acesas à frente da cruz firmam os pedidos iluminando os caminhos para a sua realização. Assim reforçam um agradecimento pelos pedidos alcançados e fazem novas solicitações.

A cada casa rezada nessa vigília, os(as) devotos(as) cantam ao menos três cantigas e ladainhas honra a Santa Cruz, puxadas pelas rezadeiras:

*“Deus vos salve ò cruz bendita
Deus vos salve ò cruz bendita
Que está no tempo sereno
Que está no tempo sereno
Onde foi crucificado
Onde foi crucificado
Meu Jesus de nazareno
Meu Jesus de nazareno”*⁸⁷

A cada Pai Nosso e Ave Maria, fazem um comentário indicando a orientação dos pedidos, que podem ser em intenção dos mortos, pelo seu apaziguamento:

“Pedir o eterno descanso para a alma desse morto, que despreze a terra e vá para seu mundo próprio. [...] Pela alma de Cristiana Gonçalves, que siga a luz eterna dela; Um pai nosso e uma ave Maria pela alma de meu pai e de minha mãe, porque aqui era morada deles; Que Santa Cruz que avise à Maria, dona da casa, que estivemos aqui.” (intenções de preces rezadas na vigília de 2015, por Nilse de Siqueira).

Ou podem ser dedicados aos vivos para o alcance de vitórias:

“Que Santa Cruz que ajudai a todos nós que participamos dessa vigília, que tenha misericórdia de nós... que nos ajude. Na vida a saúde, a alegria, a paz, a união, tudo de bom que nós encontremos em nosso caminho! Livrai-nos de todos os males contaminosos! Santo Cruzeiro dá força pra esse ano para todos os presentes! Que assim seja!” (Nilse, 2015)

Em seguida às preces e intenções proferidas, batem o candombe que com alegria e vigor arremata a oração. Entoam cantigas para dar vivas à Santa Cruz e pedir a proteção.

A alvorada de Santa Cruz é marcada pelo anúncio do amanhecer, por volta das cinco da manhã. A partir daí todos se atentam para que a reza precisa terminar antes da sete horas da manhã que é quando as cruzes sobem para o céu, onde haverá uma ‘outra festa’, a festa delas junto de Deus, conforme nos orientou Dona Nilse (2013).

⁸⁷ Cantiga à Santa Cruz, entoada no Matição, em 2012 e 2013.

Nilse alerta a todos que é preciso fechar a reza pois não pode passar de sete horas da manhã que é quando as cruzes vão para o céu. Daí, fazem as últimas solicitações:

“Que se leve todos os pensamentos ruins. Que sejam levados com a Santa Cruz! Um pai nosso com ave Maria por alma dos falecidos todos! Que desprezem a terra e vão pro mundo próprio deles. Que sigam a vida eterna! Um pai Nosso com Ave Maria em intenção dos donos dessa casa, que a Santa Cruz ampare eles: daí vida e união. Santa Cruz protege todos que estiveram com a gente e àqueles que tiveram vontade de vir e não puderam. Para o ano nós estaremos todos juntos aqui novamente. Estivemos unidos e permaneceremos unidos. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém. Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo!” (Nilse, 2015)

Recomeça o candombe, fechando a louvação:

*“Se a morte não me levar tamborim
Se a terra não me comer tamborim
Aiaiai, tamborim
Para o ano eu voltarei tamborim”⁸⁸*

Os quilombolas contam que essa reza tão antiga e especial começou por iniciativa de Benjamin e Josefa. Nilse de Siqueira nos contou que tudo começou quando Benjamin teve uma visão: um grupo de pessoas todo mundo vestido de branco, rezando em procissão ao redor de um cruzeiro antigo, pros rumos do Caminho Fundo, por onde ele passava voltando da pesca, de madrugada. Benjamin acompanhou essas pessoas pensando que era gente vivo, na intenção de ajudar na reza que achou bonita e julgou importante. Quando chegou bem perto, as visões sumiram deixando claro que os penitentes não eram desse mundo nosso. O acontecimento foi logo compreendido como manifestação da necessidade dessas almas que estavam perturbadas sem reza, sem oração. A partir de então, reuniu esposa, filhos, amigos e outros parentes e fundou mais essa obrigação, muitas vezes cumprida solitariamente, só mamãe e papai na cruz, mas mesmo assim eles iam, porque alma penada precisando de reza é coisa muito séria, pode trazer complicação pro lugar (Nilse).

Conforme descreveu Genaro Antônio de Siqueira, depois dos pais falecidos, quem pegou essa reza foi o filho Jair (Jair de Siqueira) que junto com um companheiro Seu Antônio d’Olaia, candombeiro e pequeno fazendeiro da vizinhança de Matição, passaram a reza da beira do Caminho Fundo para o alto do morro na propriedade de d’Olaia. Nesse morro instalaram um pequeno cruzeiro, que depois foi trocado por outro maior, onde rezam atualmente. A reza então acontece há pelo menos três gerações do quilombo Matição. Quem toma conta dessa reza depois da morte de Jair é seu filho Genaro Antônio de Siqueira, que não pode parar a missão pra não dar peso na alma de papai. Senão ele fica contrariado e a alma dele fica sem lugar (Genaro Antônio de Siqueira).

⁸⁸ Cantiga de despedida, muito entoada aos finais de grandes festas do Reinado, e no candombe em Matição.

Esse compromisso de seguir com a obrigação do ancestral é das coisas mais sérias no quilombo. Essa reza é muito antiga... No tempo do meu pai rezava lá na cruzinha, na beira da estrada lá. O pai e a mãe. Depois é que ficou essa tradição do cruzeiro. O cruzeiro não era aqui. Era aquele lá do caminho da assombração⁸⁹. A mãe rezava nas cruzes, mas o cruzeiro era aquele lá. Batia o candombe e rezava lá. Depois cumpadre Jair e Antônio d'Olaia fizeram esse cruzeirão (Divina). Quando eu me entendi por gente papai já fazia essa reza. Nós fomos seguindo ele... Seguindo até que Deus tirou ele. Mas nós continuamos fazendo a tradição para não acabar essa tradição. Assim eles falavam: que da primeira vez eles faziam numa cruz pequena... Mas foi crescendo...o povo foi aumentando... Papai fez um cruzeiro grande. Daí foi gastando, gastando... acabando.. Eu fui e refiz o cruzeiro. Usei um parajú [pau que dura muito tempo] pra não gastar e todo ano ter que fazer de novo. Antes de ter esse de cá, rezava lá, naquele cruzeiro mais antigo, indo pro Caminho Fundo. Rezava ali. Fazia o candombe nele a noite toda! Depois fez esse de cá... Passou a rezar nesse de cá e largou aquele lá (Genaro Antônio de Siqueira).

É preciso seguir com a reza prometida e zelar para que ela continue acontecendo da maneira mais correta. Ao menos duas caixas de foguete, é preciso soltar nessa festa que é como Cumpadre Jair fazia e não pode deixar de fazer, não. Porque é pra Santa Cruz! Santa Cruz pede, precisa dessa zoada que é pra fazer ouvir no mundo inteiro que hoje é o dia dela. Cumpadre Jair não deixava de soltar foguete. Hoje ele deve estar revirando no caixão (Bina). Jair deve estar chorando... ele comprava foguetes todo ano... Desde cedo ele estourava. Devia de soltar ao menos um. Ano passado eu doeí. Esse ano os homens que prometeram não deram nenhum. Prometeram fazendo gracinha (Isaura).Esse lamento das irmãs Bina e Isaura feito durante uma reza de Santa Cruz, demonstra como ficam os velhos quando a festa não acontece do modo como tem que ser. Esse modo é definido pela forma como era antigamente. Até aquele momento da reza nenhum foguete havia sido estourado, conforme fazia o finado irmão. Nessa missão de fazer como era antes, outros parentes e amigos podem (e devem) se sentir na obrigação de ajudar (limpando o alto do morro, decorando o cruzeiro, preparando a comida e o quentão, mobilizando os demais parentes para a doação dos foguetes ou da lenha para a fogueira que é acesa para a reza). Mas muitas das vezes o que acaba acontecendo é um sobre trabalho do festeiro que toma para si toda a tarefa como sacrifício e persistência, deferente à devoção. Segundo Genaro Antônio de Siqueira, no que respeita à doutrina católica oficial:

“Essa reza do cruzeiro significa é... O calvário por onde Jesus passou com a cruz. Significa a passagem de Jesus na Terra e o sofrimento dele. Porque essa caminhada que a gente faz é uma penitência. Ranca daqui pra ir lá no alto morro rezar. Volta. Reza nas cruzinhas todas...”

⁸⁹ O Caminho Fundo, onde começou a reza de Santa Cruz, é famigerado por ser território assombrado. Muitas são as histórias de encontros com visões nesse caminho que desde os tempos remotos é bastante usado pela gente de Matição. É o caminho que liga o quilombo à Fazenda de Baixo, onde os ancestrais foram escravizados e alguns descendentes trabalharam até pouco tempo atrás.

Nessa linha de interpretação orientada pelo catolicismo, enquanto Genaro Antônio de Siqueira enfatiza o Calvário, Dona Nilse associa a reza com a Ressurreição. Numa tarde de dois de maio, véspera da celebração, enquanto decorava a cruz do seu terreiro, perguntei que sentido tem festejar a Santa Cruz, se há alguma relação com as almas. Ela pareceu hesitar na resposta e depois falou que a celebração é uma lembrança da ressurreição de Jesus Cristo, do seu renascimento depois da crucificação.

“Mas a gente aproveita pra rezar pras almas também. Porque todo santo tem um dia. E o dia três é o dia da Santa Cruz. A gente enfeita as cruzeiras porque estamos vestindo elas. Porque às seis horas da manhã do dia três que é o dia da Santa Cruz, é a festa delas no céu! Então elas tem que subir bem vestidas, bonitas, coloridas, elas todas, pra festa delas no céu. Que se elas ficam peladas elas não entram pra essa festa e ficam por aqui perturbadas, apaixonadas porque querem festejar com as outras cruzeiras que entraram porque estavam vestidas. A homenagem da alvorada nas casas só pode ser feita nos terreiros onde tem a cruz devidamente fixada e decorada. Sem cruz não pode cantar e sem estar enfeitada também não... Senão ela vai pelada atrás das outras... E fica pra traz.”(Nilse)

Mais ao largo da doutrina católica⁸⁹ estrito senso, e por mais perto do que acontece no quilombo Matição, parece que o que é feito no dia da Santa Cruz é todo um trabalho de reafirmação de vida aos vivos, e de confirmação (e apaziguamento) da morte aos mortos, relembRANDO-se os finados e pedindo pela sua salvação. A homenagem à Santa Cruz agencia um cuidado especial com as almas santas e benditas, mas também com aquelas penadas, perdidas, apegadas ao nosso mundo. É preciso rezar para a sua elevação aos céus, para a sua libertação da Terra, libertando-se ao mesmo tempo o mundo dos vivos dos males que podem ser causados pela permanência de assombrações, que muitas vezes são finados queridos, mas nem por isso menos repreensíveis por negarem-se a fazer sua passagem. Esse cuidado e empenho no convencimento para a aceitação da morte (e afirmação da vida) é um trabalho no santo, como diz Divina – dedicado à libertação das almas e à sua condução à glória, o reino do céu.

Pesquisadora: - Mas essa festa afinal, celebra o quê Dona Divina? É uma reza pra quem?

Divina: - É das almas. É das almas, essa reza.

Pesquisadora: - A gente reza pras almas que tão precisando de ajuda pra subir?

Divina: - É as almas... é muita gente!!!

⁸⁹ Digo aqui ‘ao largo’ certa de que esse é um ponto de vista meu, pois, da perspectiva da maioria dos devotos de Matição, seu cuidado com as almas em nada contraria ou se afasta da doutrina católica.

2.5.2 REINADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Grosso modo, o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, em Minas Gerais, pode ser apresentado como um sistema complexo de devoção à Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora Aparecida, Santa Efigênia e São Benedito⁹¹ (mas também, à Nossa Senhora da Conceição, Divino Espírito Santo, São Jorge, dentre outros santos e santas), tradição de comunidades de matriz africana, nas regiões rurais e nas cidades. Essas manifestações ficaram também conhecidas como congado, congadas, reinado, reisado ou irmandade, e datam, no Brasil, de período anterior ao século dezoito. Já foram notadas nas diversas regiões da América católica, bem como em outros continentes, sendo reconhecidas como das mais antigas expressões da matriz afro-brasileira documentada no Brasil. Câmara Cascudo, importante folclorista pesquisador, afirma que “o préstito do rei a e da rainha, eleito pelos escravos, livremente, como no Brasil, ou através das irmandades ou associações religiosas como em Cuba e Uruguai, era conhecido em quase todo o continente.” (1978:370) No passado escravocrata, os festejos de Reinado foram ora promovidos ora proibidos, tanto pela administração política como pela eclesiástica em função de seus interesses específicos.

Nesse sistema complexo de devoção afro-brasileira a Nossa Senhora do Rosário (envolvendo grupos de congos, massambiques/moçambiques, catopês, marujadas, caboclinhos e uma corte de reis negros), o candombe é a parte mais ligada aos segredos mágicos da tradição. Nem todo candombe mantém relações constantes com um Reino, que é uma estrutura hierarquizada mantida por uma irmandade, sob a chefia de um rei ou rainha congos, e suas guardas com capitães e vassalos. Mas sempre que participa das cerimônias do Reinado, esse grupo é reverenciado como dos mais antigos e importantes para a comunicação eficaz com as forças do Rosário de Maria.

Os festejos do Reinado apresentam uma estrutura organizacional e uma dinâmica ritual complexas, que desafiam qualquer interpretação apressada sobre a sua significação. Levantação de mastros, novenas, cortejos, coroação de reis e rainhas, cumprimento de promessas, folguedos, leilões, cantos, danças, banquetes, mistérios, rezas e benzeções, embaixadas, pontos, simpatias, são alguns dos elementos que compõem a multiplicidade da celebração.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Matição existe há mais de 150 anos, originalmente formado pelos antigos quilombolas, primeiros moradores do quilombo - os ancestrais de Josefa Basílio dos Santos, com destaque para Tia Tança; e de Benjamim de Siqueira, seus tios e primos. Segundo conta Mestre Badu (Silvio de Siqueira, filho de Benjamim de Siqueira e Josefa Basílio dos Santos), quando ele nasceu, em 1934, esse reinado já existia há muitos anos, com parentes antigos, já idosos, que faziam parte do reinado há mais de 20 anos (ou seja, desde aproximadamente 1914).

⁹¹ Segundo a Mestra Pedrina de Lourdes, do tradicional Massambique de Oliveira de Nossa Senhora das Mercês, em comunicação pessoal, 2017, um dos fundamentos do Reinado é a devoção a essas 5 santas e santo padroeira(o) s. O Reinado acolheu e acolhe mais santos de devoção, mas a devoção à esses cinco, sugere a tradicionalidade do terno/guarda/corte.

O reinado tem relação fundamental com o candombe que, no Matição, é uma manifestação de matriz afro-brasileira que tem mais de 200 anos. Candombe é um ritual de louvação, com toque dos tambores, cantos específicos e uma dança associada. O nome candombe é usado tanto para referir ao conjunto dessa articulação sonora, coreográfica e ritual, quanto para indicar o evento bater candombe em celebrações religiosas de matriz africana ligadas ao Rosário de Maria.

No Matição, os tambores são três tambus (feitos com pedaços de tronco escavado de um lado só e com um couro de boi pregado) de tamanhos e tonalidade sonoras distintas denominados Requinta (ou Crivo), Chama e Santaninha. Uma caixa batuqueira (tambor usado em todas as facetas do congado), o guaiá (chocalho)⁹² e a puíta (roncador) são os outros instrumentos componentes. Os tambus e o guaiá, sem mais, já garantem a realização do candombe em qualquer celebração. Muitos dos cantos, chamados de toada ou cantiga, têm versos cantados na gíria ou dialeto africano, referidos como coisa do tempo dos escravos.

Segundo o Dicionário da Religiosidade Popular, organizado por Frei Chico⁹³, candombe é uma expressão religiosa de origem banta, que ocupa importante posição nas irmandades e nas festas do Rosário em Minas Gerais. É o “grupo raiz entre os guardas da corte de Maria que detém tambores que chamam os antigos para dançar” (Poel, 2013).

Essa relação fundamental do candombe com o reinado é tanto mitológica quanto atual: no minto fundador do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, são os candombes que conquistam a confiança de Nossa Senhora que, ao seu toque, se desloca do mar (ou da gruta, ou do rio, ou da grotta – referência territorial que varia de região para região) para uma capela. Os candombeiros são os devotos que mais se aproximam dos ancestrais africanos e que, por isso, mesmo, segundo o mito, por serem os mais humildes, conseguem mobilizar a santa Manganá (Senhora do Rosário), quem olha por eles. Depois dos candombeiros, apenas os massambiques (também conhecidos como moçambiques), podem alcançar esse dom. Na tradição do Reinado, há muitas versões desse mito que confere aos candombeiros o poder de terem sido únicos capazes de trazer Nossa Senhora do Rosário de seu exílio sobre as águas, apesar dos esforços performáticos dos moçambiques, bandas, marinheiros e congados. Foram os candombeiros os responsáveis pela sua ‘captura’ quando, revoltada com as mazelas inflingidas pelos cristãos aos escravos, deixou a igreja e afastou-se para longe mantendo-se sobre o mar (ou rio, ou lagoa, ou em uma gruta, ou no mato, conforme cada versão), decidida a negar proteção ao mundo que, nesse dia, balanceou⁹⁴.

⁹² Guaiá é um tipo de chocalho tecido em palha e recheado com sementes de Milagre de Nossa Senhora ou Caeté; Puíta é uma espécie de tambor curto aberto numa extremidade e fechado na outra por couro, semelhante a uma cuíca, que emite um som bem grave; em outras localidades de Minas Gerais é chamado de ronco ou roncador; Caixa é um tipo de tambor pequeno, com membranas nas duas extremidades.

⁹³ Frei Francisco van der Poel – importante líder católico que trabalha em Minas Gerais dedicado à mobilização da sua comunidade religiosa para uma adesão ao reconhecimento, ao respeito e à consciência do dever de reparação às agressões racistas e etnocêntricas inflingidas aos negros no Brasil.

⁹⁴ Essa é uma versão de uma brevíssima parte do mito que funda a adoração do Rosário de Maria e orienta o corpo de mitos e ritos que compõem o Reinado. Para saber mais, ver, por exemplo, Garone, 2008.

No Matição, apenas alguns dos candombeiros sabem dessas histórias que reforçam a qualidade mágica dos tambus – esses tambores que foram os únicos a ‘amansar’⁹⁵ Nossa Senhora e reconduzi-la à igreja. Destacam que um extraordinário do caso é que justo os tambores mais simples, dos negros mais humilhados na escravidão, foram os que afetaram a santa e conquistaram uma reconciliação:

“O que papai contava pra mim é que o candombe veio pela Nossa Senhora do Rosário. Que a Senhora do Rosário nasceu no meio do mato. Aí eles encontraram ela e fizeram a igreja pra levar ela pra igreja. Levaram ela pra igreja, mas ela tornou a voltar pro mato. Aí o povo... Ele falou o nome do povo que fez os instrumentos e foi lá buscar a santa... Foi banda de música e reinado! Bateu...soprou, soprou e a santa não saiu do lugar. Esse povo do reinado foi, bateu bateu [tambor]... Ela acompanhou eles até a porta da igreja e depois voltou pra onde ela estava. E foi a vez do candombe: eles fizeram os tambus no meio do mato... fizeram o tambu, o guaiá, a puíta, levaram a caixa também,...e foram tocando pra tirar ela de onde ela tava. Foram cantando pra Virgem do Rosário e batendo nos pedaços de pau – como eles falam. Aí ela foi seguindo eles pra igreja e lá na igreja eles conseguiram pôr ela no altar. Foi pelo candombe! Bateria outra nenhuma conseguiu que ela fosse não. Ela ia e voltava. E o povo do candombe conseguiu botar ela na igreja. Foi a escravidão mesmo que levou ela. É africano. Tambu é africano! A letra da música é africana também...que eles cantavam” (Genaro Antônio de Siqueira, 2013).

“É porque os brancos levaram pra buscar a santa outros instrumentos...caçando coisa granfina... Então... ela era uma santa muito humilde e foram os índios que buscaram ela com o candombe e o reinado. Porque a festa do rosário é dos nego, né. Foi os nego índio que buscaram ela na gruta. Os brancos tocavam um instrumento e ela não saía do lugar...eles tocavam outro e ela não ia...A hora que os negos chegaram e tocaram, ela acompanhou. Então a festa do rosário é dos nego... E é a festa dela: o candombe e o reinado.” (Badu, 2015)

Nesse quilombo, afirmam os mestres e mestras antigos, como Mestre Badu:

“O candombe deve ter vindo dos índios mesmo porque a gente é tudo índio. Não era toda região que tinha candombe, não. O candombe e o reinado são uma parte mais da nossa família. Então não era assim liberto: todo lugar tinha candombe, não...Começou nas aldeias que vem dos meus parentes. Essa festa é dos índios... Então quando tia Tança era criança ela já dançava o candombe porque os índios, os parente dela tudo, já mexiam com isso. Então já vem das aldeias o candombe... Tanto que nos lugares que tem índio, tem o candombe nessas aldeias ainda. Uns são mais diferentes dos outros, mas tudo é a mesma coisa.” (Badu, 2015)

⁹⁵ Meus interlocutores no quilombo não usaram essa expressão. Mas outros amigos, membros do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, do qual participo desde 2008, no bairro Concórdia, em Belo Horizonte, já recontaram essa história, da Nossa Senhora que foge da igreja, no sentido de essa postura ser de fato uma rebelião. Igreja sendo coisa dos brancos e Nossa Senhora do Rosário uma santa dedicada aos africanos selvagens, portanto uma santa brava, que precisaram amansar. Tal como se fez com os negros convertidos ao catolicismo. Pois antes era muito bravos, feiticeiros, não mudavam de roupa para fazer coisa com os outros que queriam prejudicar.

“Candombe do Matição é anterior a tudo. Uma festa que para homenagear Nossa Senhora do Rosário...ela apareceu na gruta...quem buscou ela foi os candombeiros. Antes de Tia Tança já tinha candombeiro.... Geraldo um irmão de Tança mais velho que ela e era candombeiro.... vieram juntos do capão grosso do lado da Serra do Cipó do povo do Açude.... ali é cipó Açude da Fazenda do Cipó. O reinado toda vida foi do povo humilde...quando começou essa festa o senhor nem gostava dessa festa... tinha gente poderosa de Jaboticatubas que não gostava do candombe...e queimou os instrumentos de nossa senhora do rosário (contava papai, Benjamim)....a fumaça não saiu dele...ficou a vida inteira com aquela fumaça... Foi no padre pra saber o que fazer para se ver livre da fumaça: mandar fazer outro instrumento e convidar o povo pra dançar. Aqui teve um padre que queria que a igreja do rosário acabasse ...levantou a igreja de nossa senhora do rosário da matriz...Badu era menino...já dançava..... Vital era o capitão...a bandeira quis ir para a igreja do rosário não quis ficar na igreja matriz... A igreja do Rosário tem que ser no Rosário. Festa do Rosário de Jaboticatubas (na primeira ou segunda semana de setembro). Antigamente dançavam candombe na porta da igreja a noite inteira...hoje faz apenas o levatamento...e o cortejo com reinado e banda de música. Banda de Nossa Senhora do Rosário... mais de 100 anos de banda. Deve ter uns 200 anos. Teve períodos que não teve reinado porque o padre não gostava... Por volta de 1940.... cortou o reinado e ficou muitos ãos sem ter reinado fazia a festa silenciosa....Nesse tempo o Badu não dançava e desde que ele participa não parou mais.” (Dante Isaías de Siqueira, 2013)

Na região de Jaboticatubas, existem outros candombes – ao menos no Quilombo do Açude e no povoado de São José da Serra. E nas proximidades, um candombe de Lagoa Santa mantém laços de parceria com o candombe de Matição. Conforme nos informou Dona Nilse de Siqueira: “Hoje tem mais gente aí que promove essa festa, mas essa festa aqui na região foi tirada dos meus parentes. Vem dos meus parentes”.

Conforme contou Mestre Badu, o Reinado do Matição⁹⁶ é composto por duas guardas – de Langas e de Catopês - que surgiram a partir do candombe, mas como forma de expressão independente. É no mês de setembro, por volta da segunda semana, durante a Festa do Rosário de Jaboticatubas, festejo em homenagem a Sagrado Coração de Jesus e a São Pedro (sexta-feira); Nossa Senhora do Rosário e a São José (sábado); e ao Divino Espírito Santo e a São Sebastião (domingo) que o reinado do Matição, tradicionalmente, se apresenta com os Langas e Catopês. O lugar percorrido são as ruas da cidade, com destaque para o entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Essa festa é centenária e, desde que ela existe, o reinado de Matição participa.

Desde 2008, aproximadamente, o reinado também marca presença na Festa dos Padroeiros do Quilombo Matição: Nossa Senhora de Lourdes, Santana e São Sebastião, que acontece desde esse mesmo ano. Durante a Festa dos Padroeiros, o reinado se apresenta em cortejo pelas ruas de terra do Quilombo Matição, todo último domingo de maio.

⁹⁶ Apesar de ter esse nome “reinado”, no Matição não existe um Reino de Congo, nem a instituição de um Irmandade do Rosário, conforme são presentes em outras comunidades reinadeiras. Mas, onde há tais instituições, quando convidados, o Reinado do Matição comparece seguindo a mesma lógica ritual e devocional dos reinos e irmandades. Há inclusive a informação de que, há mais de 30 anos, esse reinado esteve no tradicional (com cerca de 70 anos de existência) Reino Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário, de Maria Cassimira, no bairro Concórdia, Belo Horizonte.

2.5.3 FOLIA DE REIS DO MATIÇÃO

A Folia de Reis basicamente se constitui de grupos de devotos, reunidos em torno dos Três Reis Magos e da Sagrada Família, Maria, Jesus e José. Seu sentido principal é celebrar o nascimento de Jesus e louvar aos Reis Magos que, conforme o mito cristão, vão ao seu encontro, cada qual partindo de um ponto do Oriente, guiados por uma estrela, presentear e homenagear o menino, concedendo bençãos. Para tanto, um repertório muito rico e complexo de formas de expressão (com cantadores, tocadores e rezadores) de matriz ibérica e afro-brasileira foi forjado no Brasil, culminando nas diferentes manifestações de folias de reis da atualidade. É uma tradição religiosa e cultural em que os foliões fazem suas louvações com músicas, rezas e entoando cânticos com muita fé.

Conforme o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1985), a Folia de Reis é uma forte expressão da cultura e religiosidade católico-popular brasileira que ocorre em várias regiões do país, principalmente nos estados do Nordeste, em Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, entre outros. A Folia de Reis é um ritual do catolicismo popular que desde muitos anos tornou-se predominantemente rural e se fez em povoados, sítios e fazendas (BRANDÃO, 1985, p. 138). Quanto à origem da Folia de Reis ser principalmente no meio rural, Brandão afirma que mesmo com inexistência de um corpo de especialistas (padres, bispos, etc.) da Igreja Católica nesses territórios, ou talvez até em função dessa ausência, os habitantes do meio rural não deixaram de praticar seus atos religiosos com referência ao catolicismo e homenagear os santos de sua devoção.

No Quilombo Matição, durante o período entre 24 de Dezembro até o final de semana, geralmente posterior e mais próximo ao dia 20 de Janeiro, os foliões fazem visitas às casas de devotos, dentro e fora da comunidade, onde fazem louvações, cantando ao Menino Jesus, à Nossa Senhora, à Estrela Guia e aos Reis Magos, que nessa tradição são chamados de Baltazar, Belchior (ou Melchior) e Gaspar. Conformam umbando precatório, grupo que, como seu nome já diz, se compõe de várias pessoas que saem a pedir e rogar esmolas e ajudas para a continuidade do festejo e do grupo de tocadores e dançadores que demanda instrumentos e vestimentas específicos, bem como, em alguns casos, algumas despesas com deslocamentos e alimentação.

Essa manifestação está presente em grande parte das comunidades rurais de Jaboticatubas. A folia do Matição existe há mais de 130 anos, pelo menos, pois, conforme informam os mais antigos foliões ainda vivos, Benjamim de Siqueira, fundador do Quilombo Matição, nasceu em 1890 e, quando ele nasceu, “essa folia já existia há muitos anos”, embora não saibam precisar a quanto tempo.

A Bandeira, também chamada de “doutrina” ou “registro/registo”, é feita de pano, e traz uma estampa dos Reis Magos. É um o elemento sagrado: beijam-na respeitosamente os moradores das casas visitadas, é passada com muita fé sobre as camas da residência e nunca pode ser colocada num lugar menos digno.

Os deslocamentos para as casas dos devotos são feitos de carro, quando fora do quilombo, e a pé, dentro do quilombo. Os foliões de Matição fazem seu giro durante o dia, nos finais de semana (em função das mudanças em relação às ocupações dos foliões, antes lavradores autônomos, hoje, empregados submetidos ao regime de trabalho de 8 a 10 horas diárias, durante toda a semana), completando sempre 13 dias de visitas.

A música, com versos entoados, é estruturante das folias. Executam uma arte que é essencialmente vocal e, portanto, de um ponto de vista musical, estes foliões são principalmente cantores (Rosse, 2009). Alguns tocam instrumentos de acompanhamento do canto, sobretudo viola caipira, violão e caixa, mas todos os gêneros musicais praticados pelo grupo são principalmente vocais. Pelas comunidades do município, os foliões são sempre convidados de honra em festas em geral, onde são responsáveis pela música e a dança da ocasião, dois importantes mecanismos conjuntos de comemoração coletiva. Os cânticos/toadas da Folia de Reis referem-se, de modo geral, ao nascimento do Menino Jesus e a visita dos Reis Magos.

Existem basicamente três tipos de canto na Folia de Reis do Matição: o canto de chegada, (consulta ao dono, entrega da bandeira ao mesmo e entronização da bandeira); de louvação (pedindo licença para entrar, louvação aos moradores, pedido de esmolas e agradecimento) e o canto de saída, ou de agradecimento seguido da festa de encerramento – baile e entrega da Bandeira. O sapateado também é uma arte de destaque, executada pelos figurantes dos Reis Magos, chamados Baltazar, Belchior (ou Melchior) e Gaspar. Em muitas regiões esses figurantes são chamados de palhaços. Não é o caso do quilombo Matição. No quilombo, nomeiam esses figurantes de destaque como: o “velho”, que é o guarda-mor (Rei Baltazar); o Pai Bastião, ou “o negro” (Rei Belchior/Melchior); e o “Biné” (Rei Gaspar).

2.6 REFERÊNCIAS CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CADA QUILOMBO:

**REFERÊNCIAS CULTURAIS
IDENTIFICADAS DA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA TRÊS BARRAS**

2.6.2 MARUJADA DE TRÊS BARRAS

A Marujada de Três Barras foi criada por Moisés, um dos fundadores dessa comunidade quilombola. Moisés era o mestre do terno e seu filho João Pereira o contramestre. Antes de morrer, possivelmente por volta de 1940, ele transferiu o posto de mestre para seu genro Zé Gomes (casado com sua filha Dalina), permanecendo João Pereira na função contramestre. Zé Gomes comandou a marujada até a sua morte (vagamente indicada como por volta de 1975).

“O Moisés começou [a marujada] e depois deixou para o Zé Gomes, genro dele, casado com a Dalila. O Zé Gomes tocou muito tempo essa marujada que até eu dancei muito. Depois o Zé Gomes foi indo foi indo e não agüentou. Foi ficando cada vez mais fraco, mais doente foi largando a marujada. Ele e o João Pereira, irmão da Dalina. Zé Gomes era mestre e tio João [João Pereira, filho de Moisés] era contramestre da marujada. Tinha também meu tio Zé Queiroz, irmão do meu pai que era também mestre de marujada.[possivelmente mestre-piloto] Era os três mandões e a turma de marujeiro para canta e toca instrumento”. (Zé Maria - José Maria Queiroz -, 79 anos, neto de Moisés e integrante da marujada quando coordenada por Zé Gomes. Depoimento registrado em fevereiro de 2016).

Após o falecimento de Zé Gomes, a marujada permaneceu temporariamente inativa. Mais tarde (talvez por volta de 1985), Zé Gominha, filho de Zé Gomes, reergueu o grupo em parceria com o contramestre Chico do Pedro (neto de Moisés). Ainda antes de morrer (no final dos anos 2000) Zé Gominha deixou a marujada por questões de saúde. Novamente a marujada ficou paralisada por alguns anos. Ainda antes da morte de Zé Gominha, Chico do Pedro reergueu o terno na condição de mestre. A posição de contra-mestre passou a ser ocupada por João de Pedro, um bisneto de Moisés. Chico do Pedro morreu no início dos anos 2010, quando João de Pedro passou a mestre, sendo hoje o atual mestre da Marujada das Três Barras. João de Pedro conta com a parceria de um mestre chamado Chiquito, nascido e residente em uma comunidade rural do município chamada Parauninha. Ao longo da história, portanto, a marujada já teve cinco mestres e quatro contra mestres com parentesco ligado ao seu fundador.

Mestre	Moisés	Zé Gomes (genro de Moisés)	Zé Gominha (filho de Zé Gomes/ neto de Moisés)	Chico do Pedro	João de Pedro
Contra-mestre	João Pereira (filho de Moisés)	João Pereira	Chico do Pedro (neto de Moisés)	João de Pedro (bisneto de Moisés)	Chiquito (de Parauninha)

Ao menos enquanto sob a coordenação de Zé Gomes (quem substituiu Moisés), a Marujada tinha entre seus membros alguns marujeiros nascidos em Rio Preto, um povoado de Conceição do Mato Dentro: Zé Queiroz, que foi destacado por Zé Maria, e Antônio e Geraldo Queiroz, que foram citados por Zé D’Olimpio (78, anos, morador de Buraco). Zé D’Olimpio também contou que em Buraco: “tinha gente que dançava lá [na Marujada das Três Barras]”.

O atual mestre, João de Pedro, reside em Conceição do Mato Dentro e possui uma casa em Três Barras onde costuma passar os finais de semana. Ele e Zé Silva (José da Silva), 66 anos, são os únicos integrantes nascidos em Três Barras. João Pedro coordena a Marujada ao lado de Chiquito, de Tabuleiro: “Eles trabalham unidos, os dois são mestres e contra-mestres”.

Com o passar dos anos a Marujada de Três Barras foi perdendo seus integrantes, alguns porque mudaram de religião, outros por questões de saúde e outros por morte. O mesmo processo viveu os ternos de marujadas de duas comunidades da área rural de Conceição do Mato Dentro: Tabuleiro (que é um distrito) e Parauninha (um povoado no distrito de Itacolomi). Movidos pela intenção de dar continuidade a esta manifestação cultural, os marujeiros se uniram na Marujada de Três Barras. Somando os marujeiros das três localidades a Marujada consegue reunir uma média de 12 pessoas.

Os marujeiros de Tabuleiro e de Parauninha algumas vezes também compõem com a Marujada de Conceição do Mato Dentro quando convidados pelo mestre Zé Geraldo.

“Às vezes acontece também de dar duas festas no mesmo dia. A Marujada de Conceição é chamada num lugar, a Marujada de Três Barras é chamada para outro local. Então aqueles companheiros que trabalham junto com nós trata pra ir com o outro também. Onde é que falta companheiro pra um e pra outro”. (Zé Silva, novembro de 2016)

Zé Silva, que ao lado do mestre João de Pedro são os dois únicos marujeiros de Três Barras em atividade, por vezes é convidados para acompanhar a Marujada de Conceição.

“Sempre o mestre me convida. Eles já vieram aqui... Mas acontece mais de eu não querer ir. Não é por falta de união não, que eu sou amigo de todos. Mas meu grupo é outro, né. Então não vou intrujar com eles não. Eu acho o sistema deles diferente do nosso. Meu ritmo é um, o deles é outro. Então eu vou ter que me esforçar muito pra seguir aquele ritmo deles. E o nosso trabalho não, eu já chego... Eles falam que marujada tem que ter ensaio. Eu não, no grupo que eu trabalho eu posso passar um ano sem brincar na marujada. Mas no dia que chega, eu já sei o que eu tenho que fazer, o que eu posso fazer. Agente já tem aquele ritmo. Eles, o ritmo deles é outro”. (Zé Silva, novembro de 2016)

Na estrutura organizativa de uma marujada, além do mestre e do contra- mestre, há também o mestre piloto. Zé Maria (José Maria Queiroz), 79 anos, que compôs a marujada quando o mestre era Zé Gomes, explica que o mestre puxa as músicas e passa ao contramestre; o contramestre passa as músicas ao piloto; o piloto repassa a música aos outros marujeiros. Não muito diferente, Zé Silva explica da seguinte forma: o mestre puxa a marcha; o contra mestre e o mestre piloto respondem para o coro; a fila [os outros marujeiros] junto com eles entoa.

O último mestre piloto de Três Barras foi Joãozinho de Deca (criado em Buraco mas que é neto de João Baiano, um dos precursores de Buraco). Ele é mestre piloto, entretanto tem muito tempo que não compõe com a Marujada. Joãozinho de Deca é um dos mestres do artesanato em taquara em Três Barras.

A marujada se organiza em duas fileiras. Cada uma delas precedidas de um guia. Os guias tocam violão e conduzem os outros “companheiros de fila”. Zé Silva é “companheiro de fila”, mas quando falta um guia ele ocupa a posição. Atualmente um dos guias da Marujada é um violeiro chamado Jair, de Parauninha.

Mestre, contra-mestre e mestre piloto se posicionam entre as filas “pra comanda a turma”. Os companheiros de fila tocam violão (o guia), pandeiro, caixa e cavaquinho. Cada marujeiro leva seu próprio instrumento. A princípio um sanfoneiro também compunha o grupo. Mestre, contra-mestre e mestre piloto carregam uma bengala, que é um galho de árvore aplainado com uma faca e ornamentado com fitas coloridas. É a bengala que confere o comando aos mestres e contra mestres.

“Chega um horário que nos faz uma historia bonita. Junta o mestre, contra mestre e mestre piloto, os três no meio ali. Então eles cantando uma marcha e as varinhas tudo cruzando. Porque todos os três usam a bengala. Fala bengala. Então canta a marcha e batendo ela no meio ali. Nós falamos é bengala, uma bengalinha. Eu falo varinha porque se eu falar bengala você não vai entender.” (Zé Silva, novembro de 2016)

Os marujeiros que compõe as filas trajam calça e camisas brancas e capacetes ornamentados com espelhos e fitas coloridas. Além de entoar os versos lançados pelos mestres e tocar os instrumentos, também dançam:

“É caminhando e dançando. [...] É tipo uma moda, tipo uma valsa. [...] Não tem nome certo não. É a pessoa dançando assim, balanceando o corpo [move o corpo em demonstração]. Um pé na frente outro atrás, um pé na frente outra atrás. Ele vai e volta. [risos]. (Zé Silva, novembro de 2016)

Antes de qualquer exibição da Marujada o grupo se concentra em orações como Ave Maria, Pai Nosso e Salve Rainha. Neste momento nunca se esquecem de oferecer uma Ave Maria para os companheiros que morreram.

A Marujada de Três Barras tem como função compor as celebrações da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Ela está presente na “levantação da bandeira” de Nossa Senhora e nos cortejos do “rei e rainha velhos” entre a casa dos festeiros e a igreja e do “rei e rainha novos” após a coroação dos mesmos. Por ser uma forma de expressão ligada a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o local de execução da marujada coincide com os lugares onde acontecem alguns dos rituais da celebração: em geral nas proximidades de uma igreja ou capela e pelos caminhos que ligam o templo religioso às casas de referência dos reis e rainhas.

Ao menos ao longo do século XXI, a Marujada das Três Barras não participa mais todos os anos da Festa de Nossa Senhora do Rosário na comunidade, como explicado. A Marujada de Três Barras só está “em pé” por conta da união com os marujeiros de outros lugares. Para reunir o grupo é preciso articular uma logística de deslocamento de todos os componentes até o lugar da festa, o que demanda um custo financeiro.

Por isso, vários festeiros optam por chamar ternos de outros lugares, nem sempre de marujos. Dentre esses, o mais freqüentemente convidado em Três Barras é a Marujada de Conceição do Mato Dentro.

A Marujada, assim como qualquer terno de congado, apenas participa de uma festa quando convidada pelo festeiro, que providencia o transporte do grupo. Entre as participações mais recentes, a Marujada de Três Barras esteve na Festa do Rosário, em Conceição; nos últimos dois anos em uma festa de um povoado chamado Baú (Conceição do Mato Dentro) e que foi fundada há três anos; e em outubro de 2016 participou de uma festa no bairro Maria Helena, em Belo Horizonte. Há mais de dez anos é convidada anualmente para a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Candeias⁹⁷, um lugar localizado depois do distrito de Itacolomi para quem parte da sede de Conceição. Esta festa é bastante freqüentada por pessoas da região. Em Candeias, a Marujada das Três Barras se une com os marujeiros dos Alves (outro povoado rural de Conceição do Mato Dentro) e formam um grupo de mais de vinte pessoas.

“Lá no Alves também era muita gente, mas está fracassada, pouca gente. É aí que une com agente. Quando acontece de vinte, vinte e tantas pessoas é porque une. Aí o grupo cresce. Para num morrer a história.” (Zé Silva, novembro de 2016)

2.6.2 FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DAS TRÊS BARRAS (OU FESTA DO ROSÁRIO)

Apesar do patrono da igreja católica de Três Barras ser o Menino Jesus, é a Nossa Senhora do Rosário que mobiliza a principal festa na localidade. Não foi identificado o início das comemorações em homenagem à Nossa Senhora do Rosário em Três Barras. Dona Marieta (Marieta Lurdes da Silva), 88 anos, lembra que a imagem de Nossa Senhora chegou a Três Barras por volta de 1940. Terezinha (que faleceu em 2016 e foi entrevistada em 2015 aos 74 anos de idade) foi uma importante liderança da comunidade católica local e assegurou que a devoção da família do negro Moisés por Nossa Senhora do Rosário sempre foi a mais expressiva em Três Barras. Zé D’Olímpio, 78 anos, morador de Buraco também relaciona Moisés e seus filhos Zé Pereira e Joaquim Pereira com a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Moisés foi o responsável por fundar a Marujada, cuja função está associada a esta festa.

A Marujada tem como função cortejar o “rei e rainha velhos” até a igreja e acompanhar o “rei e rainha novos” após a coroação, além de participar da “levantação do mastro”. Salvo algum imprevisto, anualmente a festa conta com a participação de uma marujada. A princípio era sempre a Marujada de Três Barras. Ao longo do século XXI, em função de diversos eventos que incidiram sobre o grupo, alguns festeiros passaram a convidar outros ternos, nem sempre de marujos. Dentre esses, o mais freqüentemente convidado é a Marujada de Conceição do Mato Dentro.

⁹⁷ Candeias é citada em vários sites como comunidade quilombola. No site da Fundação Cultural Palmares não há ainda referência a este quilombo.

A celebração começa em uma quinta feira, primeiro dia de um trido. No sábado à noite, por volta das 19 horas, os devotos da religião católica erguem a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. Este momento conta com a participação da marujada e é envolto por cânticos devocionais e estouros de rojões. A ornamentação da Bandeira de Nossa Senhora do Rosário é uma das funções dos festeiros. Alguns deles, além de enfeitar a bandeira também a substituem por uma nova.

Os rituais de domingo iniciam com a Procissão dos Reis Velhos no início da tarde. Neste ritual o Reinado de Nossa Senhora do Rosário é representado por um casal de rei e rainha, uma princesa e oito súditos (dois homens que seguram dois guarda-sol e seis meninas segurando varas de bambus que circundam a família real.). Todos trajam roupas que aludem ao período colonial no Brasil. Os festeiros são os responsáveis por providenciar a indumentária do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Em seguida, por volta das 14 horas o padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra uma missa festiva. Na seqüência, a comunidade e visitantes corteja, em uma procissão que rodeia a igreja, aqueles que em seguida serão coroados como os novos reis. De volta ao interior do templo, o rei e a rainha velhos entregam a coroa para o novo casal representante de Nossa Senhora do Rosário.

Por fim, os festeiros agradam os visitantes e a comunidade oferecendo em nome de Nossa Senhora um almoço e distribuindo doces, em geral, de laranja e mamão. A princípio os doces eram feitos em Três Barras com a ajuda da comunidade. Atualmente os festeiros distribuem doces comprados fora da localidade.

Os participantes da festa são, principalmente, moradores do distrito de Tabuleiro, do povoado Tijucal, da sede municipal de Conceição do Mato Dentro e de Belo Horizonte.

Ritualmente os responsáveis pela festa são os reis e as rainhas. Mas para que a festa aconteça é fundamental a atuação de alguns comunitários mais dedicados aos eventos da igreja católica. Hoje estas pessoas são Zé da Silva, sua filha Neusa e o esposo Anivaldo. Até o ano de 2016 Terezinha, que desde menina ajudou na igreja, protagonizava a produção de todas as celebrações católicas em Três Barras com o apoio de Zé Silva, Neuza e Anivaldo. Com sua morte em 2016, os três companheiros assumiram a coordenação da igreja e seus eventos.

No início dos anos 2010, ou talvez um pouco antes, a festa não foi celebrada por dois anos consecutivos por que não houve candidatos a festeiros. Ao longo dos anos 2010, a maior parte das festas (se não todas as que aconteceram) foi promovida por festeiros “de fora” de Três Barras. No ano de 2016 a festa estava sob a responsabilidade de uma mulher residente em Belo Horizonte, mas que por motivos de saúde precisou abandonar a função. De todo modo, a festa não deixou de acontecer e foi registrada pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó. Organizada por Zé Silva, sua filha e seu genro, foi uma festa simples, sem os rituais ligados ao rei e a rainha. Convidaram a comunidade para o trido, de quinta feira a sábado. No sábado levantaram a bandeira e no domingo, 25 de setembro, o padre celebrou a missa, seguida de uma procissão ao redor da igreja. Nesta festa não houve participação de qualquer marujada uma vez que quem convida e custeia o transporte da marujada são os festeiros.

2.6.2 IGREJA DO MENINO JESUS DAS TRÊS BARRAS

A igreja católica de Três Barras foi erguida provavelmente no final da década de 1930, em homenagem ao Menino Jesus, desde então, padroeiro da comunidade. A imagem de Menino Jesus chegou a Três Barras nesta mesma época, trazida por Frei Dionísio. A Igreja do Menino Jesus de Três Barras está vinculada à Diocese de Guanhães.

Atualmente é gerida por Zé Silva (que foi o principal interlocutor do INRC quilombos do Cipó com relação à caracterização da Igreja do Menino Jesus), sua filha Neuza (Neuza Maria da Silva) e o seu esposo Anivaldo. Até 2016, Terezinha era a principal referência na organização das atividades da igreja. Zé Silva, Neuza e Anivaldo já eram bastante atuantes, mas Terezinha ocupava papel de destaque. Após sua morte, os três companheiros assumiram coletivamente a responsabilidade pela manutenção e organização das atividades da Igreja.

O primeiro zelador da Igreja foi João Cecílio da Silva, conhecido como 'Janjão' e filho de Joaquim da Silva (indicado por Terezinha como um dos precursores de Três Barras ao lado de Moisés). Janjão foi substituído por seu filho Raimundo de Matos. Os zeladores seguintes foram todos netos de Joaquim da Silva, na seguinte ordem: Sebastião Silva, Terezinha e Zé Silva (junto com sua filha Neuza Maria da Silva e seu esposo, que é um tataraneto de Joaquim da Silva).

No altar mor da igreja estão distribuídas onze imagens. Ele é composto por um recuo em formato de arco com a parte ao fundo pintada na cor azul, sendo o primeiro plano deste recuo distribuído em degraus pintados em dourado. Dois retábulos laterais simples completam o altar mor. No degrau mais alto e ao centro está a imagem de Menino Jesus, sendo a maior de todas. Em um nível abaixo e posicionado a direita do Menino Jesus encontra-se Nossa Senhora do Rosário e a esquerda São José. Essas duas imagens são de tamanho médio quando comparadas ao tamanho da imagem do padroeiro e das menores. Três imagens menores ficam dispostas em um degrau mais abaixo da imagem do padroeiro: a esquerda está São Sebastião; a direita Nossa Senhora Aparecida; ao centro Jesus Crucificado. No entorno do arco que compõe o altar mor, surgem outras três imagens. No ponto mais alto, a do Divino Espírito Santo, à direita do arco sobre uma prateleira está a imagem de São Francisco e a esquerda, também sobre uma prateleira, a imagem de Santa Bárbara. Os dois retábulos laterais são feitos em madeira pintada na cor azul. No retábulo à direita esta a imagem de Nossa Senhora de Fátima e no da esquerda a imagem de São Benedito.

Um domingo por mês, um padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra uma missa em Três Barras. A cada visita do padre a Três Barras a igreja colabora com aproximadamente R\$40,00 de ajuda de custo para o deslocamento do sacerdote, residente em Conceição do Mato Dentro. Nos outros domingos quem guia a celebração é Neuza, seu esposo e um cunhado (irmão de Anivaldo). Zé Silva e outros católicos que freqüentam a igreja também ajudam na celebração. Em geral a igreja recebe aos domingos uma média de dez devotos, sendo um número um pouco maior nos dias que recebe o padre.

“Vai pouca gente. Dez, doze pessoas ou menos de dez. Antigamente a igreja enchia. Hoje o pessoal desanimou (...) Eu acredito que a televisão tirou muito o animo da pessoa. (...) Agora tem uma missa na televisão né. [canal] Rede Vida, [canal] Aparecida do Norte. Então você fica ali. Nem sabe o que está acontecendo na igreja. Outra hora (...) preocupa com a novela. (...) [- E as pessoas que mudaram de religião...?] Isso tem a ver, mas muito pouco porque até na igreja evangélica num esta tendo muita gente não. No inicio muita gente freqüentava a igreja evangélica. Mas hoje em dia... (...) Tem celebração quarta, sexta e domingo [na igreja evangélica freqüentada pela esposa e filha de Zé Silva]. Tem dia que minha filha e esposa vão lá e chegam lá tem quatro, cinco pessoas. Então não é por causa de religião que o povo enfraqueceu não. Enfraqueceu por esmorecimento mesmo...” (Zé Silva, novembro de 2016)

Com relação à manutenção da igreja, Zé Silva e seu genro são os mais dedicados. São principalmente os dois que executam as obras e reparos necessários.

Leilões realizados ao longo de mês de maio (o Mês de Maria), são a principal fonte de renda da igreja. Esses leilões acontecem as quartas, aos sábados e aos domingos de maio, mas a princípio ocorriam todos os 31 dias do mês. Seja quando aconteciam todos os dias, ou atualmente, os leilões são sempre antecidos de uma reza dentro igreja. Ao fim da reza iniciam o leilão no adro da igreja. Até por volta dos anos 1980 aos domingos do mês de maio, igreja também se tornava palco das celebrações de Coração de Maria.

Zé Silva destaca que os valores dos lances dos leilões estão se reduzindo ao longo do tempo. Ele se lembra que cada prenda já foi arrematada por até três vezes seu valor real. Hoje são arrematadas por valores inferiores ao custo real da prenda. O leiloeiro é Anivaldo que ocupou a posição antes preenchida por seu pai. Os prêmios são variados, como por exemplo, verduras, feijão, bolo, queijo, doce e quitandas. Em geral colhidos ou produzidos pelos moradores de Três Barras.

As principais despesas da igreja são com energia elétrica, a ajuda de custo oferecida ao padre, gastos com reparos de infra-estrutura e uma anuidade de R\$ 60,00 paga à Diocese de Guanhães referentes aos folhetos de liturgia.

Até por volta do início dos anos 2000 a Igreja do Menino Jesus também recebia a Festa de Santa Cruz no dia 03 de maio. Enfeitavam o Cruzeiro, levantavam a bandeira e rezavam um terço. Após a celebração, o festeiro de Santa Cruz convidava a comunidade para um forró em sua casa.

A Igreja do Menino Jesus de Três Barras também acolhe outras duas celebrações anuais: a Festa do Menino Jesus e a Festa de São Sebastião. Essas festas ficaram inativas por mais de dez anos e recentemente foram retomadas. A do Menino Jesus foi reerguida em dezembro de 2015 (dia 25) e a de São Sebastião em setembro de 2016. Ambas se concentraram em um único dia e se resumiram em uma missa celebrada pelo padre, uma procissão ao redor da igreja e uma “farofa com refrigerante” distribuída à comunidade. A princípio essas duas celebrações eram comemorados em uma única festa, sempre em janeiro. Não há festeiro do Menino Jesus ou de São Sebastião, seja no passado ou na atualidade; são celebrações preparadas coletivamente. Além da Igreja do Menino Jesus, em Três Barras existem mais duas igrejas e uma terceira em construção. Uma delas é a Igreja ‘Deus é Amor’ fundada aproximadamente em 2009 por José Maria Queiroz, 78 anos, um dos netos de Moisés Pereira. Um ano antes, José Maria havia se convertido à religião evangélica em uma igreja de Buraco.

A outra igreja é a Igreja Batista Central. Uma das principais lideranças da comunidade, Sidinei Seabra da Silva, 27 anos frequenta esta igreja (Sidnei foi o principal operador da mobilização política local para reconhecimento de Três Barras, Buraco e Cubas como quilombolas). A igreja em construção também é evangélica e está sendo erguida no terreno de 'Nozinho', que é filho de Zé Gominho, um neto de Moisés que foi por muitos anos chefe da Marujada das Três Barras. Nozinho é mestre na arte de produzir artefatos em taquara.

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA DA IGREJA DO MENINO JESUS

Apesar de ser denominada como “igreja” sua modesta estrutura arquitetônica poderia caracterizá-la como uma “capela”. A Igreja do Menino Jesus possui tipologia que representa a arquitetura vernacular típica das construções no interior de Minas Gerais, no século XX. Essa tipologia se caracteriza pela utilização de técnicas e materiais tradicionais, em grande parte adquiridos nas proximidades da localidade.

A capela está implantada em uma praça na região central da comunidade, em terreno aberto sem fechamentos ou afastamentos. As ruas do perímetro da praça são de trânsito local e possuem um tráfego de veículos leve, limitando-se aos moradores e algum visitante. Seu entorno imediato é composto por uma vegetação de médio porte e algumas edificações de volumetria baixa.

A edificação possui planta retangular composta por nave, sacristia e coro. Sua volumetria consiste em dois volumes principais, a nave e um anexo. A nave possui pé direito alto; coro no segundo pavimento, na entrada; e sacristia, em pé direito mais baixo, como de costume, atrás do altar. O anexo encontra-se na parte posterior e lá estão localizados os banheiros. Esses volumes se encontram em posição perpendicular, estando o volume principal de frente para o povoado.

O sistema estrutural possui alicerce de pedras e alvenarias auto-portantes constituídas por tijolos maciços cerâmicos pintados na cor branca no lado externo da igreja.

A fachada principal possui único pano pintado na cor branca, com marcação de pilares com frisos em azul e torre sineira central. Possui porta central ladeada por duas janelas. As janelas e a porta principal são feitas com folhas de madeira, tendo sido utilizada uma técnica conhecida como “folha de canga”. A porta possui verga reta e duas folhas com almofadas e está pintada na cor azul, assim como as janelas que possuem vergas em arco pleno, enquadradas em madeira. Têm duas folhas com sistema de abrir e suas ferragens e trancas são feitas em ferro.

No alto da torre, na parte externa encontra-se o sino que é tocado por uma janela simples com enquadramento também em madeira pintada na cor azul. O coroamento é feito com platibanda em formato triangular encimado por um pequeno telhado e uma cruz com armação de metal e fechamento e vidro. O acesso ao interior da edificação é feito através de dois degraus de escada em todo o perímetro da edificação principal, revestida em ardósia polida. Ao adentrar pela capela portas laterais de madeira, idênticas a porta principal e três vãos de janelas superiores marcam a iluminação, ventilação e acesso ao bem. São vãos abertos com vergas em arco pleno.

O coro é acessado por escada na lateral esquerda da nave. Sua estrutura é feita em madeira, parte pintada na cor azul e parte (guarda corpo) em madeira natural. A nave possui piso em cerâmica com textura rajada, que varia em tons de marrom e cinza em fundo branco. As paredes são pintadas, sendo meia parede inferior em azul e meia parede superior na cor branca.

A sacristia na parte posterior possui acesso pelas laterais do altar, através de duas portas pequenas, uma a esquerda e outra a direita. O piso da sacristia é revestido com cerâmicas de dimensões 50x50 cm, com textura e desenhos ortogonais nas cores marrom e cinza. Duas portas fazem acesso às laterais do edifício e duas janelas fazem sua ventilação e iluminação. Todas as esquadrias são feitas em madeira, tipo canga, pintadas na cor azul.

O telhado possui duas águas e é composto por telhas cerâmicas coloniais. O beiral aparente possui guarda pó e cachorrimento em peito de pombo feitos em madeira e pintados na cor azul. As tesouras do telhado e toda sua estrutura são feitas em madeira. O forro da nave e da sacristia é feito em tabuado de madeira em cor natural, fixados por encaixe macho-fêmea.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS
AÇÕES DE
RECONHECIMENTO
E SALVAGUARDA DAS
COMUNIDADES E
EXPRESSÕES CULTURAIS
INVENTARIADAS

De maneira geral, cada comunidade quilombola pesquisada para o Inventário possui origem, trajetórias e referências culturais bastante diversificadas. Há, contudo, muitos aspectos em comum, alguns dos quais interessa-nos destacar para evidenciar a possibilidade de percepção do objeto da pesquisa, ‘quilombos da Serra do Cipó’, como um conjunto que articula referências culturais semelhantes e, em muitos casos, co-relacionadas. Descrever a co-relação entre os quilombos da Serra do Cipó favorece seu tratamento como um conjunto de comunidades com modos e significações confluentes no que se refere ao processo cultural da contra-colonização, no sentido proposto por Antônio Bispo dos Santos em ‘Colonização, Quilombos: modos e significações’, 2015, já descrito, na introdução deste Relatório⁹⁸; e nos ajuda a estimar possíveis ações de salvaguarda, no campo do patrimônio cultural, norteadas pelo compromisso com a reparação de injustiças e históricas e violações à sua dignidade

⁹⁸ “Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”. (Santos, 2015. 47-48).

3.1 COMPARAÇÃO DA PRESENÇA DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS MAIS RECORRENTES, EM CADA UM DOS SEIS QUILOMBOS PESQUISADOS:

Quadro de comparação da presença das referências culturais mais recorrentes, em cada um dos seis quilombos pesquisados:

Referências Culturais	Açude	Buraco	ASCAXAR	Cubas	Matição	Três Barras
Coroação de Maria	X		X		X	X
Festa a santos de devoção	X	X	X	X	X	X
Rezas/novenas/tridos/novenas	X	X	X	X	X	X
Celebração à Santa Cruz	X		X		X	X
Caxambu		X				X
Moda		X				X
Serenata			X			X
Folia de Reis	X		X		X	
Recortado		X	X			X
Reinado de Nossa Senhora do Rosário/ Candombe / Catopé/ Caboclo-cabo-clinhos/ Marujada	X		X	X ⁹⁹	X	X
Desafio		X				X
das Almas	X				X	
Queima do Judas	X				X	
Camihadas ao cruzeiro pedindo por chuva	X	X	X			X

Referências Culturais	Açude	Buraco	ASCAXAR	Cubas	Matição	Três Barras
Mutirão	X	X	X			X
Ofício de Parteira	X	X	X			
Remédio à base de plantas	X	X	X	X		X
Moinho d'água para fubá	X		X	X		X
Melado de cana	X	X	X			X
Farinha de mandioca e polvilho	X		X	X		X
Doces Tradicionais	X	X	X			X
Benzeção	X	X	X			X
Artefatos em taquara	X	X	X	X		X
Azeites/ óleos/ Azeite de mamona	X	X	X			
Sabão de decoada (sabão de cinzas)	X	X	X			X
Fiar linha	X	X	X			
Rapadura			X			
Construção em alvenaria de barro e madeira	X	X	X	X		X
Pisquim		X		X		X

⁹⁹ As manifestações ligadas ao Rosário de Maria/Nossa Senhora do Rosário estão presentes nas 5 comunidades, das 6 pesquisadas. Note-se que, em Cubas não há um grupo/terno de catopés da comunidade, mas, apesar disso, os catopés são participantes privilegiados do Festejo do Divino que, os responsáveis pela Capela, Didica e Geraldo

As referências culturais listadas acima têm relação fundamental com a territorialidade quilombola na região, ou seja, com o modo de ocupação e permanência na terra pelos quilombolas, apesar de complicados processos contrários ao seu modo de vida. As formas de expressão, os ‘ofícios’/‘modos de fazer’ e ‘saberes’, as ‘celebrações’ e os ‘lugares’ inventariados, se tomados isoladamente, ou seja, sem considerar a sua ecologia, o seu modo de inter-relação e de interação com o ambiente baseado na territorialidade dessas comunidades, não poderão revelar a potência que têm, de fato e de direito, e que precisa ser reconhecida, divulgada e salvaguardada.

No que se refere à história de formação de cada comunidade, não resta dúvida de que um dos laços fundamentais que aproximam Açude, ASCAXAR, Três Barras, Buraco e Cubas e Matição é a convivência de um parentesco extenso, com mais de quatro gerações, em um território comum, com referência a uma ancestralidade negra que experimentou a violência da escravidão e da continuidade de relações de subordinação pós-abolição da escravatura no Brasil; e que experimentou, também, pelo movimento de contra-colonização, a força da resistência da comunidade contra as diferentes formas de opressão e violações de sua dignidade.

A maior parte da Comunidade Quilombola do Açude vive em terras que foram doadas informalmente, por um ex-senhor, a negros que haviam sido escravizados na Fazenda Cipó, após a abolição da escravatura. Por volta de 1982, um dos herdeiros da família do antigo ex-senhor doador tentou se apossar de uma área de terra no Açude, chegando a derrubar algumas casas, desalojando moradores. Essa parcela de terra havia sido destinada ao casal de ancestrais Bil e Rita Sabina. Na época da tentativa de despejo viviam ali duas de suas filhas, filhas Dona Mercês e Dona Geralda (hoje já falecida) e suas respectivas famílias, além dos filhos de uma terceira irmã, Lourdes (na época já falecida), que foram criados por Dona Mercês. Mesmo após a derrubada das casas as irmãs não abandonaram suas terras de herança. Resistiram e por volta de 1994 conseguiram a regularização desta parcela do território quilombola por ‘usucapião’. Essa parcela de terra foi registrada coletivamente em nome das três irmãs. Neste território vivem hoje aproximadamente doze famílias. A intenção do fazendeiro que ordenou a derrubada das casas era também tomar as terras doadas a Acácio Zeferino e sua esposa. Como iniciaram a invasão a partir da área pertencente à Bil e Rita, antes de chegarem com o maquinário nas terras de Acácio, a família conseguiu acionar autoridades públicas e impedir que destruíssem também a casa de Acácio e suas benfeitorias. Entretanto, o conflito foi suficiente para que Acácio, já idoso, não suportasse o desgosto e falecesse.

Em Três Barras, Buraco e Cubas, grande parte do território que abrange as três comunidades, tomadas em conjunto, foi conquistado pela compra de terra feita pelos ancestrais dos atuais anciãos de cada uma delas. Mas essa posse, em diferentes situações, não foi respeitada e muitas áreas perdidas. As perdas de terra não foram raras, em função da pressão para a venda, por valores desproporcionais, ou em função de invasões, ao longo de anos, com progressivos cercamentos irregulares feitos por posseiros ou fazendeiros (pessoas, em geral, com maior prestígio social e, portanto, com maior facilidade para esbulhar e legitimar as apropriações, ainda que irregulares).

Atualmente, dentre a três, a comunidade que mais padece com os prejuízos da expressiva redução do território e degradação ambiental do entorno (pela transformação das matas e nascentes em extensos pastos de braquiária) é a comunidade Buraco.

Sobre a origem do território de Buraco, o atual ancião Zé D’Olimpio informa que os moradores mais antigos, dentre eles seu pai e seus tios, compraram terras no lugar chamado Buraco, após venderem uma propriedade em Itacolomy. Manuelina também afirma que seu avô Manuel Sabino comprou um terreno nesse lugar. A partir de outros depoimentos conseguimos concluir que em Buraco há oito conjuntos de habitação: cinco deles envolvendo as terras de herança dos primeiros moradores, dois comprados por descendentes dos fundadores e um doado pela “Família Jorge”¹⁰⁰ à “Zé Pequeno”, um dos filhos do antigo José Silvano, em troca de serviços prestados. Em cada um desses conjuntos vivem seus respectivos filhos e netos.

Contam que após a abolição, os negros escravizados em fazendas no atual distrito de Itacolomy, em Conceição do Mato Dentro, desejavam permanecer no mesmo local, pois acreditavam que apesar de trabalharem sem remuneração, era vantajoso permanecer onde lhes eram oferecidas moradia e alimentação. Entretanto, foram forçados a deixar a região, uma vez que os proprietários daquelas terras queriam livrar-se de obrigações com pessoas que já não poderiam ser escravizadas. Teófilo Jorge (patriarca da Família Jorge), fazendeiro dono de imensas terras nas proximidades de Três Barras, doou terras na região de Buraco – um vale sem utilidade para o fazendeiro – para os “negros de Itacolomy”. Nesse tempo, “em Buraco era só mato”. Os moradores mais antigos de Buraco contaram - a partir de relatos transmitidos pelos primeiros quilombolas que ocuparam a região – que uma parte dessa fazenda foi, no passado, propriedade dos quilombolas de Buraco. Também, a partir de descrições dos antigos, narram ainda episódios em que fazendeiros adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos “tempos difíceis”.

Quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas de Buraco é confinante com as terras de herdeiros de Teófilo Jorge, já falecido. Suas terras passaram para seu filho, conhecido como “Inhozinho Jorge”, também já falecido. Hoje pertencem aos filhos de Inhozinho e é administrada pela herdeira Cláudia, conhecida como Claudinha. O restante do território quilombola faz divisa com a fazenda de “Salabim e Zé Boi”, comprada de um dos herdeiros da “Família Jorge”. Antes dessa venda, portanto, o território de Buraco era totalmente confrontante com terras dos herdeiros de Teófilo Jorge. Esses herdeiros, novos fazendeiros, transformaram de maneira unilateral e severa, os antigos acordos que havia entre os quilombolas de Buraco e o fazendeiro Teófilo Jorge. Além de terem sido responsáveis pela mudança drástica do ambiente, em função de ocupação das áreas de plantio e de mata, com extensos pastos para criação de gado. As relações antigas entre o fazendeiro e os quilombolas admitiam regimes de produção na meia e na terça, além de uma circulação ampla pela região para extrativismos de lenha, entre outros recursos.

¹⁰⁰ Família Jorge refere-se à família do fazendeiro Teófilo Jorge.

As referências culturais listadas acima têm relação fundamental com a territorialidade quilombola na região, ou seja, com o modo de ocupação e permanência na terra pelos quilombolas, apesar de complicados processos contrários ao seu modo de vida. As formas de expressão, os ‘ofícios’/‘modos de fazer’ e ‘saberes’, as ‘celebrações’ e os ‘lugares’ inventariados, se tomados isoladamente, ou seja, sem considerar a sua ecologia, o seu modo de inter-relação e de interação com o ambiente baseado na territorialidade dessas comunidades, não poderão revelar a potência que têm, de fato e de direito, e que precisa ser reconhecida, divulgada e salvaguardada.

No que se refere à história de formação de cada comunidade, não resta dúvida de que um dos laços fundamentais que aproximam Açude, ASCAXAR, Três Barras, Buraco e Cubas e Matição é a convivência de um parentesco extenso, com mais de quatro gerações, em um território comum, com referência a uma ancestralidade negra que experimentou a violência da escravidão e da continuidade de relações de subordinação pós-abolição da escravatura no Brasil; e que experimentou, também, pelo movimento de contra-colonização, a força da resistência da comunidade contra as diferentes formas de opressão e violações de sua dignidade.

A maior parte da Comunidade Quilombola do Açude vive em terras que foram doadas informalmente, por um ex-senhor, a negros que haviam sido escravizados na Fazenda Cipó, após a abolição da escravatura. Por volta de 1982, um dos herdeiros da família do antigo ex-senhor doador tentou se apossar de uma área de terra no Açude, chegando a derrubar algumas casas, desalojando moradores. Essa parcela de terra havia sido destinada ao casal de ancestrais Bil e Rita Sabina. Na época da tentativa de despejo viviam ali duas de suas filhas, filhas Dona Mercês e Dona Geralda (hoje já falecida) e suas respectivas famílias, além dos filhos de uma terceira irmã, Lourdes (na época já falecida), que foram criados por Dona Mercês. Mesmo após a derrubada das casas as irmãs não abandonaram suas terras de herança. Resistiram e por volta de 1994 conseguiram a regularização desta parcela do território quilombola por ‘usucapião’. Essa parcela de terra foi registrada coletivamente em nome das três irmãs. Neste território vivem hoje aproximadamente doze famílias. A intenção do fazendeiro que ordenou a derrubada das casas era também tomar as terras doadas a Acácio Zeferino e sua esposa. Como iniciaram a invasão a partir da área pertencente à Bil e Rita, antes de chegarem com o maquinário nas terras de Acácio, a família conseguiu acionar autoridades públicas e impedir que destruíssem também a casa de Acácio e suas benfeitorias. Entretanto, o conflito foi suficiente para que Acácio, já idoso, não suportasse o desgosto e falecesse.

Em Três Barras, Buraco e Cubas, grande parte do território que abrange as três comunidades, tomadas em conjunto, foi conquistado pela compra de terra feita pelos ancestrais dos atuais anciãos de cada uma delas. Mas essa posse, em diferentes situações, não foi respeitada e muitas áreas perdidas. As perdas de terra não foram raras, em função da pressão para a venda, por valores desproporcionais, ou em função de invasões, ao longo de anos, com progressivos cercamentos irregulares feitos por posseiros ou fazendeiros (pessoas, em geral, com maior prestígio social e, portanto, com maior facilidade para esbulhar e legitimar as apropriações, ainda que irregulares).

Atualmente, dentre a três, a comunidade que mais padece com os prejuízos da expressiva redução do território e degradação ambiental do entorno (pela transformação das matas e nascentes em extensos pastos de braquiária) é a comunidade Buraco.

Sobre a origem do território de Buraco, o atual ancião Zé D’Olimpio informa que os moradores mais antigos, dentre eles seu pai e seus tios, compraram terras no lugar chamado Buraco, após venderem uma propriedade em Itacolomy. Manuelina também afirma que seu avô Manuel Sabino comprou um terreno nesse lugar. A partir de outros depoimentos conseguimos concluir que em Buraco há oito conjuntos de habitação: cinco deles envolvendo as terras de herança dos primeiros moradores, dois comprados por descendentes dos fundadores e um doado pela “Família Jorge”¹⁰⁰ à “Zé Pequeno”, um dos filhos do antigo José Silvano, em troca de serviços prestados. Em cada um desses conjuntos vivem seus respectivos filhos e netos.

Contam que após a abolição, os negros escravizados em fazendas no atual distrito de Itacolomy, em Conceição do Mato Dentro, desejavam permanecer no mesmo local, pois acreditavam que apesar de trabalharem sem remuneração, era vantajoso permanecer onde lhes eram oferecidas moradia e alimentação. Entretanto, foram forçados a deixar a região, uma vez que os proprietários daquelas terras queriam livrar-se de obrigações com pessoas que já não poderiam ser escravizadas. Teófilo Jorge (patriarca da Família Jorge), fazendeiro dono de imensas terras nas proximidades de Três Barras, doou terras na região de Buraco – um vale sem utilidade para o fazendeiro – para os “negros de Itacolomy”. Nesse tempo, “em Buraco era só mato”. Os moradores mais antigos de Buraco contaram - a partir de relatos transmitidos pelos primeiros quilombolas que ocuparam a região – que uma parte dessa fazenda foi, no passado, propriedade dos quilombolas de Buraco. Também, a partir de descrições dos antigos, narram ainda episódios em que fazendeiros adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos “tempos difíceis”.

Quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas de Buraco é confinante com as terras de herdeiros de Teófilo Jorge, já falecido. Suas terras passaram para seu filho, conhecido como “Inhozinho Jorge”, também já falecido. Hoje pertencem aos filhos de Inhozinho e é administrada pela herdeira Cláudia, conhecida como Claudinha. O restante do território quilombola faz divisa com a fazenda de “Salabim e Zé Boi”, comprada de um dos herdeiros da “Família Jorge”. Antes dessa venda, portanto, o território de Buraco era totalmente confrontante com terras dos herdeiros de Teófilo Jorge. Esses herdeiros, novos fazendeiros, transformaram de maneira unilateral e severa, os antigos acordos que havia entre os quilombolas de Buraco e o fazendeiro Teófilo Jorge. Além de terem sido responsáveis pela mudança drástica do ambiente, em função de ocupação das áreas de plantio e de mata, com extensos pastos para criação de gado. As relações antigas entre o fazendeiro e os quilombolas admitiam regimes de produção na meia e na terça, além de uma circulação ampla pela região para extrativismos de lenha, entre outros recursos.

¹⁰⁰ Família Jorge refere-se à família do fazendeiro Teófilo Jorge.

Atualmente os quilombolas de Buraco vivem confinados, cercados por braquiária, padecendo de falta de água e dificuldades de circulação. Essa modificação foi extremamente prejudicial para a comunidade, impulsionando migrações para as cidades, em busca de renda, uma vez que não conseguiam mais viver como agricultores familiares.

Sobre a formação do território da Comunidade Três Barras, informaram que os amigos Joaquim da Silva, um homem branco, e Moisés Pereira, um homem negro e ex-escravizado foram os primeiros moradores do lugar. Descendentes de Moisés Pereira, que morreu na década de 1940, contaram que ele viveu a condição de escravizado, e, apesar disso, conquistou ser dono de uma extensa parcela de terras na região que transmitiu aos seus descendentes. Atualmente os descendentes de Moisés Pereira, de Joaquim da Silva e dos outros antigos de Três Barras, formam uma rede de extenso parentesco, herdeiros das terras conquistadas por seus ancestrais. A maior parte dessas terras de herança está “no mesmo bolo”, expressão local usada para descrever que não houve divisão formal das propriedades, apesar de serem demarcadas entre os herdeiros por acordos orais tradicionais.

Na formação do Quilombo ASCAXAR, um pedaço de terra às margens do Córrego Cachoeira foi comprado pelo ancestral Luiz Capitão cuja origem estimada é de que tenha sido filho de um capitão do mato, o que lhe teria permitido a oportunidade do letramento e acarretado alcunha de “Luiz Capitão”. Além de agricultor, Luiz Capitão era vaqueiro e, conduzindo os rebanhos, freqüentemente transitava pela Fazenda Ribeirão onde conheceu Maria Marta Pereira (depois apelidada de “Maria Capitoa”), com quem se casou. Maria era filha de ex-escravizados da Fazenda Ribeirão que após a abolição permaneceram no mesmo local sob condições de exploração. Maria Marta e Luiz Capitão, recém casados, se estabeleceram como agregados na Fazenda Cachoeira onde nasceram seus cinco filhos, e acolheram mais quatro, por adoção. Após Luiz Capitão recusar um pedido do Fazendeiro Chico Maia – para que uma de suas filhas servisse na “Casa Grande” –, sua família foi expulsa da propriedade. Ele sabia que autorizar a filha a trabalhar na fazenda significava consentir que se sujeitasse a condições de escravidão. Contando com uma reserva de dinheiro, Luiz Capitão comprou um pedaço de terra às margens do Córrego Cachoeira, onde se formou a comunidade. Mais tarde, adquiriu outro terreno na localidade Cachoeira de Baixo e outro em Ribeirão de Trás. Parte do dinheiro necessário para aquisição dessas duas terras, reuniu criando e vendendo porcos na meia com vizinhos, parentes e amigos.

O território ancestral do Quilombo Matição foi formado por terras com ao menos duas origens: uma terra herdada por Benjamin de Siqueira (transmitida por seu pai, Marcolino José de Siqueira, e por seus primos de sobrenome Pinto; e uma terra herdada dos ancestrais Basílio dos Santos, ex-escravizados na Fazenda de Baixo, que as recebeu do antigo senhor, após a abolição da escravatura.

Progressivamente, áreas da terra herdada pelos Basílio dos Santos foram sendo perdidas, em processos de negociações desproporcionais e abusivas de algumas áreas; por cercamentos irregulares e por invasões feitas por fazendeiros. Ao ponto de que, na atualidade, a única parcela da terra doada ainda sob domínio dos quilombolas se reduz às áreas de moradia de Bina e José Patrício. Na parte de terra comprada pelos ancestrais Siqueiras também houve processos de esbulho.

O último dele foi na década de 1980, quando fazendeiros tentaram se apossar de parte dessa terra alegando ser propriedade sua, negando a propriedade dos quilombolas. Os irmãos Siqueira conseguiram se mobilizar e resistir e, desses processos, restaram cerca de três (3) hectares de terra, divididos em áreas distribuídas entre cada um dos irmãos Siqueira – que eram vivos e habitavam Matição na década de 1980, quando conseguiram a regularização fundiária, por direito de usucapião.

Com o território reduzido muitas transformações na vida comunitária foram aceleradas e impactaram sua experiência coletiva em relação aos saberes tradicionais. Para que muitas atividades e ofícios tradicionais (que dependem do extrativismo, do tempo disponível quando são moradores na comunidade e quando não dependem de empregos fora para sobreviver, por exemplo) nos quais os adultos e anciãos são especialistas, é sensível a falta de espaço, na atualidade. Essa percepção é geral entre os moradores. Até mesmo a capela – espaço usado para funções diversificadas, além das celebrações religiosas – é considerada ainda pequena e pouco estruturada para o atendimento de suas necessidades. Os moradores sentem necessidade da construção de um espaço maior e melhor estruturado, embora não haja áreas disponíveis dentro do quilombo na atualidade.

Dentre as comunidades pesquisadas, ASCAXAR e Cubas são as únicas que tiveram seu território basicamente inalterado, ao longo das gerações. Nesse sentido, especialmente no caso de ASCAXAR onde, além disso, houve menor incidência de migrações dos quilombolas, é notável que sejam nessas comunidades que os saberes e ofícios relacionados à agricultura familiar e ao conhecimento terapêutico de folhas, flores, cascas, raízes e cipós sejam ainda tão vigorosos. Não foram apenas esbulhos e outras violações realizadas por particulares (posseiros e fazendeiros) que marcaram gravemente a história das comunidades e seus territórios. Outra semelhança entre a maior parte delas é o histórico de experiências com o ‘racismo institucional’ e com o ‘racismo ambiental’.

‘Racismo ambiental’ e ‘Racismo institucional’ são classificações adequadas para medidas de agentes do Estado que aplicam ameaças e punições severas à pessoas e comunidades socialmente vulneráveis, via de regra afro-descendentes ou indígenas, desproporcionais em relação às medidas de mesma motivação, quando endereçadas à pessoas/comunidades e instituições brancas e de poder aquisitivo elevado (e, portanto, socialmente poderosas).

Nesse aspecto, no que se refere às agressões contra suas territorialidades, diferentes empreendimentos ambientalistas de criação de unidades de conservação se sobrepuseram aos territórios quilombolas. A seguir, apresentamos resumidamente, os casos identificados durante a pesquisa.

3.2 RACISMO AMBIENTAL UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA SERRA DO CIPÓ

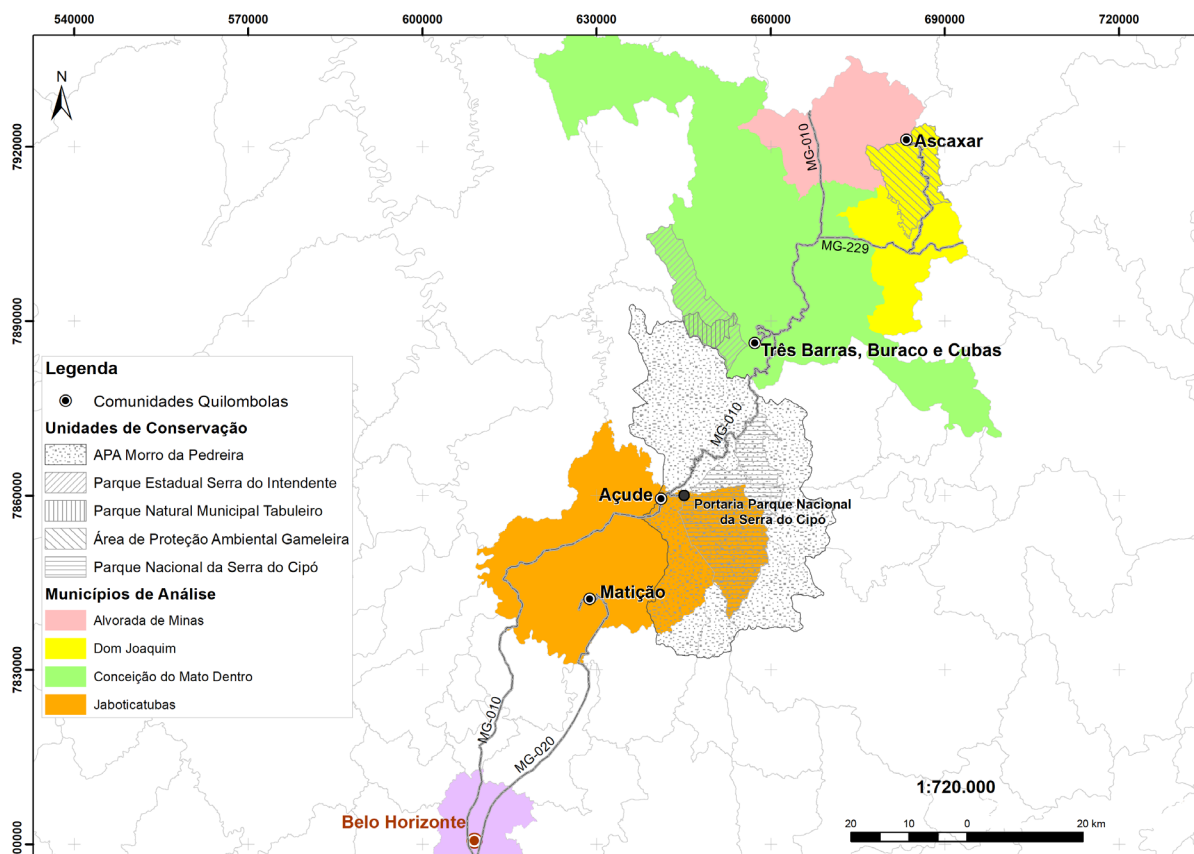
As unidades de conservação dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, excluindo totalmente a ocupação humana do ambiente delimitado, admitido apenas o uso indireto de alguns recursos naturais, com exceção dos casos previstos no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação/Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000). Já o objetivo geral das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais.

As Unidades de Proteção Integral são subdivididas em Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável foram classificadas como Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Entre as comunidades quilombolas contempladas no Inventário Nacional das Referências Culturais da Serra do Cipó, duas foram sobrepostas por Áreas de Proteção Ambiental (APA): A Comunidade Quilombola do Açude, que está dentro da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (que circunda todo o Parque Nacional da Serra do Cipó); e a comunidade Quilombola ASCAXAR, que está parcialmente dentro da APA Gameleira. As Áreas de Proteção Ambiental admitem moradores, sendo constituídas por terras públicas ou privadas, mas as regras de ocupação (como o parcelamento dos terrenos) e uso dos recursos naturais do ambiente (como o corte de árvores, extração de taquara, etc.), dentro dessas áreas, são definidas no seu Plano de Manejo, que é em um documento técnico específico baseado nos objetivos gerais de cada unidade de conservação.

Quando dizemos que Açude e ASCAXAR foram sobrepostas às áreas de APA's, estamos considerando os núcleos de adensamento de moradias nesses quilombos. Não é possível afirmar em que medida os perímetros de seus territórios foram sobrepostos ao dos territórios das áreas de preservação, uma vez que não foi realizado estudo técnico de identificação e delimitação dos territórios tradicionais (de ocupação ancestral) dessas comunidades.

No mesmo sentido, os núcleos populacionais (ou conjuntos de adensamento de moradias) das comunidades Três Barras, Buraco e Cubas não se sobrepõem a unidades de conservação, mas estão bastante próximos do Parque Estadual Serra do Intendente (o núcleo populacional de Cubas, situa-se a aproximadamente 1 km do início do parque), podendo estar sujeitas a normas específicas ligadas a área de amortecimento do parque. Essa proximidade sugere que, uma vez realizado o devido estudo técnico de identificação e delimitação de seu território é possível haver alguma sobreposição. Mas é impossível afirmar qualquer informação a esse respeito sem que um estudo técnico adequado tenha sido realizado. Com relação à Matição, a unidade de Conservação mais próxima é a APA Morro da Pedreira, distante aproximadamente 10 quilômetros do núcleo populacional dessa comunidade.



Todas as Unidades de Conservação devem obrigatoriamente dispor de um Plano de Manejo que é em um documento técnico com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação e que estabelece as normas que devem presidir o uso e ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais, entre outros objetivos.

3.2.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DA PEDREIRA, PARQUE NACIONAL SERRA DO CIPÓ E COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AÇUDE

O núcleo populacional da Comunidade Quilombola do Açude está dentro da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira que circunda todo o Parque Nacional da Serra do Cipó. Açude fica a uma distância de menos de 4 km dos limites do Parque Nacional da Serra do Cipó. A categoria Parque Nacional é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Todo Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites são desapropriadas.

O Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado pelo Decreto Federal Nº 90.223, de 25 de setembro de 1984. O processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque iniciou-se em 2005 e foi finalizado em 2009. O órgão gestor do Parque é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio.

O parque ocupa uma área de 33.800 ha distribuída pelos municípios de Itambé do Mato Dentro (2.108 ha da UC no município), Jaboticatubas (21.156 ha da UC no município), Morro do Pilar (4.599 ha da UC no município) e Santana do Riacho (3.284 ha da UC no município). A Área de Proteção Ambiental APA Morro da Pedreira foi criada pelo decreto número 98.891, de 26 de janeiro de 1990. Ela abrange uma área aproximada de 66.200 hectares, distribuídos por sete municípios: Jaboticatubas (33.157 ha da UC no município), Conceição do Mato Dentro (33 ha da UC no município) Santana do Riacho (43.599 ha da UC no município), Taquaraçu de Minas (3.775 ha da UC no município), Nova União (4.133 ha da UC no município), Itabira (12.279 ha da UC no município), Itambé do Mato Dentro (12.984 ha da UC no município) e Morro do Pilar (10.443 ha da UC no município).

O processo de elaboração do Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira iniciou-se em 2005 e o documento final foi publicado em 2014. O órgão gestor desta APA é Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio.

A comunidade Quilombola do Açude foi certificada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2006. Ou seja, um ano após o início do processo de elaboração do Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira, a comunidade foi oficialmente publicada como comunidade quilombola e, portanto, passou oficialmente a ter o direito consideração da sua territorialidade específica enquanto comunidade tradicional quilombola (Decreto 6040 de 2003) na elaboração de políticas como a de um Plano de Manejo de Unidade de Conservação ambiental.

O Decreto 6040¹⁰¹ que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, no Brasil, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições, apresenta os direitos dessas populações à preservação de uma relação ancestral com seus territórios, que deve garantir autonomia quanto aos modos de uso e ocupação, considerando “o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais [...]”;

¹⁰¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

A segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis; [...] a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas; [...]”.

Um documento do Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira informa que como atividade para o seu planejamento e a definição das normas para o uso e a ocupação do solo de seu território em zonas específicas de manejo, em fevereiro de 2013, um coletivo de 31 (trinta e uma) pessoas se reuniu durante três dias para elaborar a primeira versão do Plano. Informam que o texto foi debatido, em seguida, nas comunidades, como preparação de uma audiência pública, realizada em novembro do mesmo ano.

Informam que os participantes da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) foram doze representantes das seguintes comunidades indicados após a realização de três reuniões em cada localidade, durante o ano de 2012: Serra do Cipó, Mato Grande, Vau da Lagoa e Lapinha da Serra – Santana do Riacho; Lapinha de Morro do Pilar; Santana do Rio Preto - Itambé do Mato Dentro; Serra dos Alves - Itabira; Altamira - Nova União; Sete – Taquaraçu de Minas; São José da Serra, Filipe/ Melo e Açude/ João Congo – Jaboticatubas. Dez conselheiros do Conselho Consultivo da APA e sete representantes dos governos municipais e os chefes da APA Morro da Pedreira e Parque Nacional da Serra do Cipó, completaram o colégio 31 representantes. Durante nossa pesquisa para o Inventário nada em específico foi informado sobre esse processo, nem sobre possíveis impactos da APA sobre a comunidade.

3.2.2 PARQUE NATURAL MUNICIPAL TABULEIRO E PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS TRÊS BARRAS, BURACO E CUBAS

O Parque Estadual Serra do Intendente foi criado pelo Decreto sem número, de 28 de março de 2007. Sua área equivale a 13.508,83 hectares, localizados nas altas terras da Serra do Espinhaço (região reconhecida pela UNESCO, em 2005, como Reserva da Biosfera), nos Distritos de Tabuleiro e Itacolomi, no município de Conceição do Mato Dentro. O parque é subordinado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF.

O Parque Natural Municipal Tabuleiro está contido, em torno de 95 %, no Parque Estadual Serra do Intendente. Foi criado por lei municipal N° 2.063, em 23 de julho de 2013, substituindo o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo (este criado por decreto municipal em 1998), sob administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro. É classificado como Unidade de Conservação de Proteção Integral e sua área compreende a bacia hidrográfica do Ribeirão do Campo, com aproximadamente 3.150,00 ha.¹⁰²

Os núcleos populacionais de Três Barras, Buraco e, principalmente, Cubas estão localizadas nas proximidades dos limites com o Parque Estadual da Serra do Intendente, o parque de maior área, em uma região passível de ser considerada como Zona de Amortecimento (ZA) do parque e, portanto, passível de se tornar sujeita às normas que regulamentarão a ocupação e o uso dos recursos da ZA. O núcleo populacional de Cubas está a menos de 1 km do parque e os núcleos de Buraco e Três Barras estão a aproximadamente 3 km cada um deles.¹⁰³

Conforme determinação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (a Lei nº 9985-2000 do SNUC)¹⁰⁴, toda Unidade de Conservação deve ter um Plano de Manejo que determine as regras de uso e ocupação de sua área. E todo perímetro de Unidades de Conservação deve ser circundado por uma Zona de Amortecimento (ZA), definida como o “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Os limites da Zona de Amortecimento e suas respectivas normas podem ser definidos no ato de criação da unidade de conservação ou posteriormente.

Em 2011 a Associação Comunitária de Três Barras tornou-se Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas. A certidão de auto-declaração foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em 22 de dezembro do mesmo ano.

¹⁰² Decreto de criação do Parque Estadual Serra do Intendente: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/portariaseleis/decreto_serra_intendente.pdf

Lei de criação do Parque Natural Municipal Tabuleiro: (http://www.conceicaomatodentro.mg.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-municipais-2013/l_m_2063_2013.pdf/at_download/file)

¹⁰³ Distâncias calculadas com base nas coordenadas das comunidades marcadas pela equipe do INRC Quilombos do Cipó e nos limites das unidades de conservação (banco de dados de junho de 2017). disponíveis em formato KMZ no portal ‘meioambiente.mg’, na aba do Instituto Estadual de Floresta. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/banco-de-dados-de-unidades-de-conservacao-estaduais>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

¹⁰⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm

Ou seja, a identidade quilombola dessas comunidades foi formalizada e publicada 8 anos depois da criação do Parque Estadual Serra do Intendente, e 2 anos depois da substituição do Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo pelo Parque Natural Municipal Tabuleiro. Em abril de 2015, iniciaram-se os estudos para a elaboração do Plano de Manejo desses parques, com duração estimada de um ano e meio¹⁰⁵, portanto, com previsão de publicação para outubro de 2017. A existência de comunidades quilombolas nas proximidades de unidades de conservação é um fato que complexifica os aspectos a se considerar para definição das áreas e suas respectivas regras de manejo e ocupação.

Isso porque se existe a Lei do SNUC (criada no ano 2000), existe também, desde 2007, o Decreto 6040¹⁰⁶ que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Conforme depoimentos de quilombolas entrevistados, no período dos estudos para fundamentar as definições do plano de manejo dos parques, lideranças quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas se reuniram com representantes do IEF em Conceição do Mato Dentro e buscaram atender à solicitação das autoridades governamentais de apresentação de uma estimativa de perímetro do território quilombola. A definição desse território passou a ser requerida pelas autoridades responsáveis pelas unidades de conservação, visando o cumprimento da Lei do SNUC sem que haja uma sobreposição das áreas das ZA's dos parques com o território quilombola. Nesse momento acertaram que os limites das ZA's não incidirão sobre o território do quilombo, sugerindo um perímetro para o território quilombola, baseado em orientações de alguns "mais velhos", lideranças históricas nos quilombos, e acomodando essa estimativa de delimitação de modo que a ZA do parque não se sobreponha ao território.

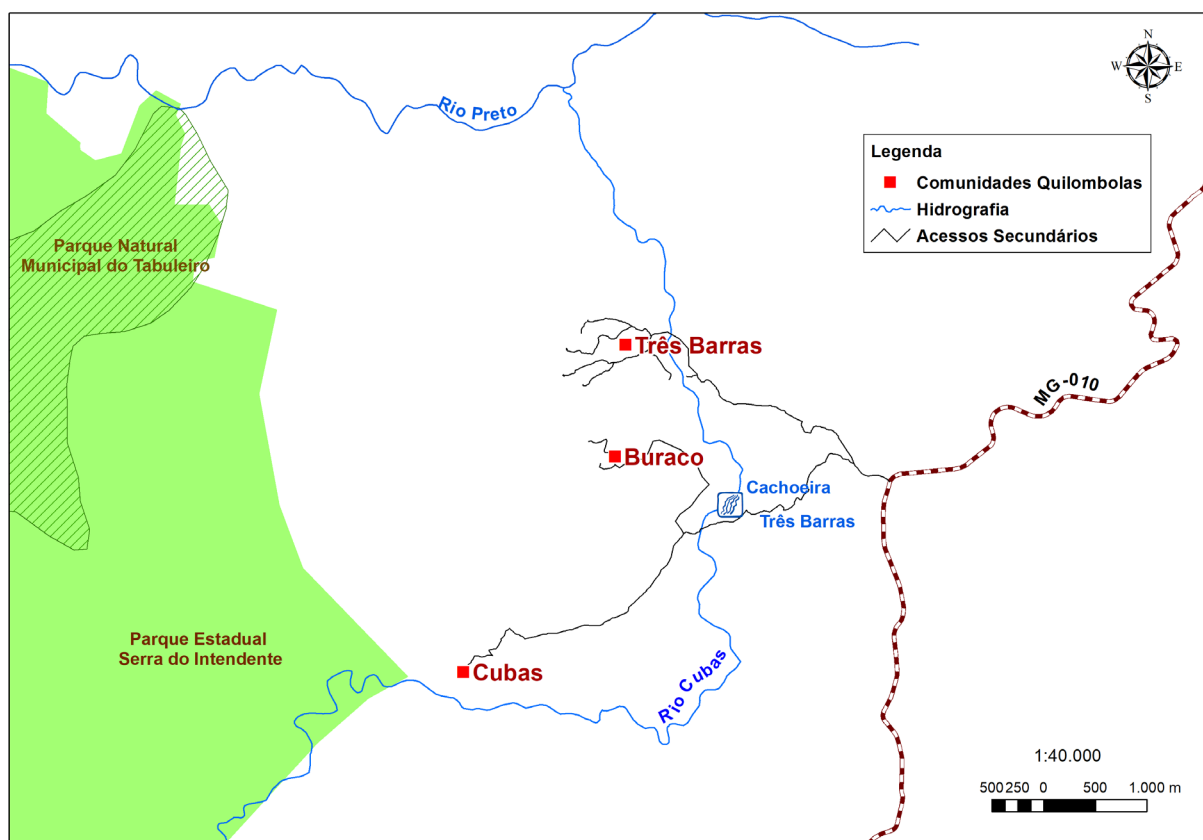
Mas a definição da área de um território quilombola deve seguir o determinado pela Instrução Normativa nº 57 do Instituto Nacional de Reforma Agrária, que regulamenta o Artigo 68 do ADCT da constituição Federal e o Decreto nº 4887, de novembro de 2003 (Decreto que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos¹⁰⁷ de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Para tanto, é fundamental basear-se em pesquisa rigorosa, específica, feita com a própria comunidade, assim como em estudos técnicos e científicos específicos, incluindo os antropológicos, contando com a assessoria de técnicos do INCRA e Fundação Cultural Palmares, que são as instituições responsáveis pela atenção às comunidades quilombolas no Brasil.

¹⁰⁵<http://cmd.mg.gov.br/meio-ambiente/tabuleiro-e-serra-do-intendente-ganham-plano-de-manejo>. Acessado em julho de 2017.

¹⁰⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

¹⁰⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

Consideramos que isso pode não ter sido feito por desconhecimento das lideranças quilombolas a respeito da amplitude das conseqüências de uma definição territorial sem a assessoria adequada e, possivelmente, por imperícia dos técnicos do IEF local e da prefeitura de Conceição do Mato Dentro que deveriam conhecer a necessidade de uma interlocução com o INCRA e Fundação Cultural Palmares. Conforme depoimento dos quilombolas entrevistados, essa interlocução não está sendo feita. Consideramos, então, que essa definição do território quilombola não é oficial, por não ter sido discutida amplamente com as comunidades, nem oficializada mediante acompanhamento do INCRA ou Fundação Cultural Palmares. De todo modo, o Plano de Manejo ainda não foi concluído. Mas consideramos importante que o caso seja acompanhado.



3.2.3 PARQUE TURÍSTICO E COMUNIDADE QUILOMBOLA DE TRÊS BARRAS BURACO E CUBAS

Quilombolas, entrevistados durante a pesquisa para o Inventário, afirmaram também que, a partir de informações prestadas em comunicação pessoal, ou seja, não oficiais, mas inclusive por representantes da prefeitura, tomaram conhecimento de que a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro projeta a possibilidade de desapropriar a área onde está localizada a Cachoeira das Três Barras para a criação de um parque turístico. A cachoeira é do Rio Cubas e tem aproximadamente 15 metros de queda com um extenso lago formado pelo alargamento do rio. Era conhecida localmente como Cachoeira de São Miguel, mas, depois que passou a ser frequentada por turistas, no início dos anos 2000, ficou conhecida como Cachoeira das Três Barras.

Atualmente essa cachoeira encontra-se dentro da propriedade particular de dois homens conhecidos como Salabim e Zé Boi, mas historicamente, foi caminho de acesso e lugar de trabalho e lazer de muitos quilombolas. Especialmente para os quilombolas de Buraco, a cachoeira é um lugar de acesso para que consigam reduzir sensivelmente a distância entre sua comunidade e a rodovia MG-10 que leva para a sede de Conceição do Mato Dentro, passando por caminhos internos. Para se chegar, da rodovia MG-10, à comunidade de Buraco existem dois principais caminhos: pela estrada de terra ou por um atalho passando pela Cachoeira de Três Barras. Ambos os trajetos são geralmente feitos a pé e este último é o mais usado pelos quilombolas de Buraco, pois, pela estrada gastam aproximados 90 minutos de caminhada. Já caminhando pelo atalho demoram apenas uma hora.

Os comunitários têm dúvidas se este projeto do parque turístico trará consequências positivas ou negativas para as comunidades e como podem se articular para, caso o projeto se consolide, evitar impactos e trazer benefícios para as comunidades.

3.2.4 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA GAMELEIRA (MUNICÍPIO DE DOM JOAQUIM) E COMUNIDADE QUILOMBOLA ASCAXAR

A Área de Proteção Ambiental – APA Gameleira foi criada pela lei municipal nº 725/2001, de 04 de maio de 2001. Compreende uma área de 12.866 ha, o que equivale a 32 % da área total do município Dom Joaquim. Ao norte a UC faz limite com o Município de Alvorada de Minas; ao sul com o próprio município; a oeste com Alvorada de Minas e com o próprio município; e a leste com Sabinópolis e Senhora do Porto.

Como já caracterizado neste relatório, a Comunidade Quilombola ASCAXAR está localizada nos municípios de Dom Joaquim e Alvorada de Minas. Portanto apenas a área da comunidade localizada em Dom Joaquim se sobrepõe à APA.

O Plano de Manejo foi revisto no ano de 2015, com início das atividades em abril e término em dezembro. Contudo, não há menção à comunidade quilombola no documento “Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA “Gameleira” do Município de Dom Joaquim-MG”. O documento foi disponibilizado pela Secretária de Agricultura e Meio ambiente à equipe do INRC Quilombos do Cipó no dia 04 de agosto de 2017, via e-mail. Essa invisibilidade do quilombo em documento tão importante é passível de questionamento.

3.3 RACISMO INSTITUCIONAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Em diferentes momentos da história dessas comunidades quilombolas, houve atitudes, por parte de representantes de instituições do poder público (médicos, policiais, fiscais, inspetores, técnico-administrativos) que se enquadram na categoria ‘racismo institucional’.

Abaixo, apresentamos resumidamente, alguns episódios que descrevem essas experiências: No Quilombo do Açude, em relação ao processo de despejo sofrido pelos herdeiros de Bil, extraímos alguns depoimentos do livro “Minas dos Quilombos” promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação e Cultura (Secad/MEC), publicado no ano de 2010, que descrevem a violência contra os quilombolas:

“Estou com 34 de idade, na minha faixa de 09 anos, onde hoje está esse bar aqui, isso era a casa da minha mãe, com 14 cômodos. Lembro como se fosse hoje, na hora do almoço, a gente saindo pra escola e eles chegando com a polícia e derrubando a casa, jogando as panelas de comida tudo pro chão. Minha mãe estava aqui sozinha na época, minha tia estava viajando e meu pai trabalhando (...) Quando despejaram a gente, ficamos um bom tempo morando debaixo das árvores porque a família era muito grande e não cabia dentro da casa dos outros (...) Foi um confronto muito grande e com muita luta, de ser guerreiro negro mesmo, esse espírito de comunidade, não desistimos e voltamos. Fizemos um rancho aqui, fizemos um rancho para todo mundo até fazer a tomada de novo. (...) Eles diziam que eram os donos do lugar. O policiamento que veio a mando do dono da terra era lá de Jaboticatubas. Foi um ato covarde, porque eles sabiam que naquela hora do dia só ficavam as donas de casa e as crianças no local. O resto estava trabalhando (...)”. (Flávio dos Santos, Cuta)

“Tinha sido doada de boca para meu bisavô e quando ele morreu os herdeiros da Fazenda Cipó quiseram pegar de volta (...) Nós conquistamos pelo usucapião. Ele trabalhou para essa fazenda até os 93 anos, quando morreu. Ele era escravo e com outras pessoas já ocupava essas terras (...)”. (Florisbela dos Santos, filha de Dona Mercês)

A Fazenda Cipó foi a antiga fazenda escravagista onde os ancestrais dos quilombolas do Açude foram escravizados. Possui senzalas e uma capela datada de 1829. Foi tombada pelo município de Jaboticatubas em 1996. O local foi ponto de parada dos tropeiros e rancho de bandeirantes, que iam de Sabará para o Serro. A fazenda foi responsável por importantes atividades produtivas, dentre elas, a produção de azeite que mantinha a iluminação das vilas e arraiais da região. Após a abolição, o fazendeiro escravagista José dos Santos Ferreira doou parcelas de terras a alguns libertos que em troca permaneceram trabalhando para ele. Assim surgiu Açude e várias das comunidades próximas, como Xiru, Berto, Cavinha, Vargem Grande, Capoeira Grande, Paraúna, João Congo, Vacaria, Zareias e Cardoso. Todos esses lugares foram fundados a partir doações de terras do fazendeiro a casais de negros que foram escravizados na Fazenda Cipó ou descendentes desses. Nesse sentido, entre outros aspectos, todas essas comunidades poderão, em algum momento de sua história e organização social, compreender-se como quilombolas e reivindicar a certificação de seu auto-reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, como aconteceu com Açude, entre 2005 e 2006. Até o momento, nenhuma dessas comunidades o fez.

A atual Fazenda Cipó Velho (situada na Rodovia MG10, Km 94, Serra do Cipó, Distrito de São José do Almeida, CEP 35.835-000, Jaboticatubas) é uma das fazendas originadas do desmembramento da antiga Fazenda Cipó, quando da distribuição de terrenos entre os herdeiros do fazendeiro escravagista José Ferreira Santos. A sede da antiga Fazenda Cipó situa-se na atual Fazenda Cipó Velho. Nessa sede acontecem algumas atividades culturais, desde a formação de um museu, em 2004, posteriormente transformado em Ecomuseu do Cipó, em 2013. Esse Ecomuseu é administrado e coordenado por uma organização não governamental, a ONG BAÍ - Educação, Cultura e Ambiente. No sítio eletrônico de divulgação do Ecomuseu (<https://www.ecomuseudocipo.com/>) informam que, desde sua fundação, em 2013, desenvolvem atividades culturais com as comunidades da Serra do Cipó e participam do Conselho Municipal de Patrimônio de Jaboticatubas, do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cipó – SCBH Rio das Velhas e da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). As atividades são financiadas por editais públicos de incentivo a cultura (estaduais e federais) e patrocínios (como da Petrobrás), além de arrecadação por ‘financiamento coletivo’.

Conforme divulgação na internet (<https://www.ecomuseudocipo.com/>), o Ecomuseu: “[...] visa construir um plano museológico comunitário, buscando a participação de diferentes representações locais, trabalhando com o conceito de “cultura viva”, patrimônio vivenciado no cotidiano pela comunidade, com os seus saberes, suas relações de afeto, de poder e de luta. Tem como missão pensar coletiva e inter-institucionalmente os problemas da região e suas comunidades, sem desvincular as dimensões ecológicas, sociais, educacionais, culturais, políticas e econômicas. Seu objetivo é desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais, históricos e culturais da Serra do Cipó, visando à emancipação, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades envolvidas, a partir da gestão participativa e da valorização da memória coletiva. O Ecomuseu do Cipó realiza ações através de leis públicas de incentivo à cultura e também da colaboração de parceiros e amigos do projeto nos municípios de Jaboticatubas e Santana do Riacho.

Um dos projetos do Ecomuseu do Cipó é o Inventário do Cipó – Inventário Comunitário do Patrimônio Imaterial, Memória Viva, 2016, patrocinado pela Petrobrás, por Lei de Incentivo do Estado de Minas Gerais. Em consulta ao sítio eletrônico (<https://www.ecomuseudocipo.com/flip-book>) nos meses de março, maio e julho de 2017, não identificamos nenhuma informação sobre as referências culturais que mencionam terem sido inventariadas. O link específico para acesso a tais informações existe, mas ainda não apresenta os conteúdos referidos.

O principal foco de atuação do Ecomuseu é o patrimônio cultural, material e imaterial, conforme divulgam no sítio eletrônico. Existe um projeto específico referente à salvaguarda da memória da região, o ‘Centro da Memória Viva’, que divulga o anúncio de “um Banco de Dados com mais de 1000 bens materiais e imateriais inventariados, entre eles, fotos, tradições e documentos históricos e mais de 10 horas com entrevistas às personalidades locais”.

Contudo, até o mês de julho de 2017, nenhum dos links de destino a esse acesso estava funcionando, de modo que não conseguimos mensurar o que, dentre as referências inventariadas, tem relação com a Comunidade Quilombola do Açude.

É notável, entretanto uma invisibilização da identidade étnico-racial quilombola do Açude nas narrativas e atividades pró memória coletiva da comunidade cipoense, divulgadas pelo sítio do Ecomuseu e, antes, nas narrativas do museu fundado em 2004, numa antiga senzala do casarão colonial, cuja edificação traz inscrita na parede uma narrativa histórica sobre a Fazenda Cipó que não faz nenhuma menção à presença de escravizados e quilombolas. Transcrevemos alguns trechos:

“1500: Esta região era habitada por tribos indígenas do ramo Aratu Sapucaí (até o século XVI) e depois pelos Tupi-Guaranis.

1619: Inicia-se a exploração das terras brasileiras pelas Entradas e Bandeiras. A Serra do Cipó foi caminho para bandeirantes. Há nas proximidades uma Cruz onde provavelmente um deles tenha sido sepultado.

1716: Início do povoamento da região com a concessão de sesmarias pelo governo português, nas suas proximidades para a Estrada do Serro Frio.

Entre 1789 e 1792: Os irmãos portugueses João e Felicíssimo de Moraes adquirem terrenos às margens do Rio Cipó e fundam a Fazenda de Santa Cruz do Cipó.

1823: O Guarda-mor José dos Santos Ferreira se casa com a filha de Joaquim Costa Vianna, proprietário da Fazenda da Serra (atual São José da Serra) e compra dos irmãos Moraes a fazenda. Devidamente reformada e ampliada, a então Fazenda do Cipó tornou-se um “farto celeiro que abastecia os vizinhos, tendo sido também fornecedora de azeite para iluminação pública de Ouro Preto e outras vilas”.

1829: Construção da capelinha de São José, “benta e inaugurada em 29 de abril de 1829 pelo seu filho Padre José dos Santos Vianna, que naquele dia ali cantou sua Missa Nova.”

1965: Instalação da Escola Estadual Padre Candinho, que funcionava na casa onde residiu Padre Candinho.

1992: Em 14 de janeiro ocorreu a maior enchente já registrada no Rio Cipó. O ‘Terreirão’ se transformou, às 22 horas, em um grande lago. O prédio mais danificado foi a casa de Padre Candinho, onde funcionava a escola.”

Nossa pesquisa de campo não identificou trabalho ou atividade desenvolvidos pelo Ecomuseu em parceria com a comunidade que é, afinal, vizinha à instituição cultural sediada na fazenda que foi território da escravização de seus ancestrais. Mesmo nas fotografias ou menções em que aparecem alguns quilombolas do Açude, integrantes do Grupo de Dança Kandoá (cujo organizador é Flávio dos Santos, o Cuta, produtor cultural e liderança do quilombo do Açude), participando de eventos culturais sediados no museu, não há comentário sobre a identidade quilombola do grupo.

Essa ausência nos sugere uma efetiva invisibilização da presença quilombola na Serra do Cipó, tendo em vista o fato de que as comunidades quilombolas no Brasil, há pelo menos 10 anos, são notoriamente divulgadas e reconhecidas como patrimônio cultural brasileiro e, nesse sentido, o patrimônio cultural é justamente o objeto central dos trabalhos desenvolvidos pelo Ecomuseu, que destaca atuar com atenção à personalidades da história da Serra do Cipó. No sítio eletrônico eles informam que:

“O Inventário Comunitário Imaterial da Serra do Cipó é centrado na memória de personalidades relevantes da região e que de alguma forma se conectam com a Fazenda do Cipó. Visa identificar e documentar as histórias orais, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade cultural dos grupos formadores da sociedade cipoense, além de compreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio imaterial por eles. Tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais para sua preservação. O Inventário também é complementado pela inserção das informações em um Banco de Dados especialmente projetado para isso.” (<https://www.ecomuseudocipo.com/flip-book>) /acesso em 24-07-2017)

Como e por que, dentre essas personalidades, não são mencionados os ancestrais do Quilombo do Açude? No sítio eletrônico divulgam que “o Ecomuseu recebe, diariamente, visitantes e grupos fechados, procurando conhecer as edificações históricas e o Espaço Cultural Nhá Rita. Nos finais de semana e em feriados, além de turistas do Estado, muitos desses são de todo o Brasil e também do exterior. Suas ações já foram premiadas na Secretaria Estadual de Cultura pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e no Ministério da Cultura com o Fundo Nacional de Cultura. Na Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais foram três aprovações, captadas com a Austen Processos Metalúrgicos e, atualmente, selecionado no edital de cultura da Petrobras. [...] Após quatro anos de trabalhos com as comunidades da Serra do Cipó, fica evidenciada a importância de dar continuidade ao Ecomuseu do Cipó. É preciso ampliar os objetivos e dar maior ênfase a educação patrimonial, contribuindo para o registro das tradições e saberes de forma lúdica através da oralidade, dos documentos e dos fatos importantes ocorridos nestas comunidades, tendo em vista a relevância histórica do local. Fácil de ser percebida com o reconhecimento do Espaço Cultural Nhá Rita como um museu pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Em um primeiro levantamento foram catalogados, aproximadamente, 2.019 bens culturais, além de rica documentação oriunda do século XVIII referentes a história de Minas Gerais.”

Considerando o estatuto desse museu, sugerimos uma interlocução mais aproximada, dirigida à coordenação das atividades, para compreender a ausência da Comunidade Quilombola do Açude enquanto instituição cultural tradicional formadora da sociedade cipoense, representada em suas narrativas dedicadas à salvaguarda do patrimônio cultural.

Na experiência do Quilombo Matição, localizado no mesmo município do Açude, Jaboticatubas, há um acúmulo de episódios envolvendo as gestões municipais. Apesar de se valer dos benefícios da visibilidade e da atração turística, por contar com a presença de quilombos em seu território, historicamente, a prefeitura de Jaboticatubas nunca atendeu devidamente as necessidades das comunidades no que se refere à infra-estrutura, à educação, à saúde e, inclusive à cultura.

A comunidade precisou solicitar veementemente, durante anos, o tratamento da via de acesso ao quilombo, para acolher os turistas e visitantes nos períodos dos grandes festejos como o de São João; o serviço de capina das margens dessas vias; o serviço de iluminação; e a presença de policiamento e bombeiros (considerando os riscos causados pela presença volumosa de visitantes e turistas no festejo de São João quando devotos passam na brasa, depois de desmoronada a imensa figueira de São João). Passados alguns anos, o atendimento a essas necessidades básicas passou a ser melhor incorporado pelas administrações municipais, mas não sem uma certa sugestão de que essa seria uma concessão especial. No ano de 2014 a Festa de São João foi registrada como patrimônio cultural do município e, depois desse gesto oficial, não houve nenhuma ação protetiva além desses atendimentos básicos, conquistados pela comunidade pela insistência das lideranças.

Em meados dos anos 2000, Matição foi alvo de um grave crime ambiental, envolvendo o serviço de limpeza da prefeitura. Grande volume de terra retirado do cemitério da cidade, em reforma, foi lançado aos fundos de uma propriedade privada, vizinha ao quilombo, em área da beira do córrego que abastece a comunidade. Isso só foi descoberto algum tempo depois, quando uma quilombola buscava lenha nos arredores e identificou ossadas, na beira do córrego.

Na Comunidade Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas, Buraco é a de maior população com fenótipo afro-descendente e é, exatamente, a comunidade que mais sofre violações e descasos de parte do poder municipal de Conceição do Mato Dentro. Mencionaremos alguns casos:

Uma linha de ônibus, que faz o trajeto entre a comunidade e a sede municipal, atende a localidade três vezes por semana (segunda, quarta e sexta), por uma tarifa de R\$ 6,00 por pessoa. Aproximadamente do início de 2017 até o mês de julho do mesmo ano essa linha esteve desativada, causando prejuízos e transtornos aos quilombolas. Em situações emergenciais dependiam de veículos da frota de taxi de Conceição do Mato Dentro, que cobram entre R\$50,00 e R\$70,00 para cumprir o mesmo trajeto, sendo que essa comunidade apresenta grande fragilidade no acesso a renda.

Para se chegar à comunidade de Buraco existem dois caminhos principais: pela estrada de terra ou por um atalho que atravessa a Cachoeira de Três Barras. Este atalho é o mais usado pelos quilombolas, há décadas (possivelmente desde a formação da comunidade); e ambos os trajetos são geralmente feitos a pé. Pela estrada gastam aproximados 90 minutos de caminhada. Já caminhando pelo atalho, gastam cerca de 60 minutos. Na segunda quinzena de 2015, dois fazendeiros conhecidos como “Salabim e Zé Boi” e reconhecidos localmente como os proprietários da Cachoeira de Três Barras¹⁰⁸, interditaram a cachoeira e, conseqüentemente, o atalho.

¹⁰⁸ Um dos entrevistados informou que três “proprietários” disputam a posse da cachoeira, mas que nenhum possui documento regularizado.

Antes da interdição, os fazendeiros procuraram o presidente da Associação Comunitária Quilombola de Três Barras Buraco e Cubas pedindo uma reunião com a comunidade para discutirem sobre o fechamento da cachoeira. Na reunião, se comprometeram em implantar um atalho alternativo, com uma passarela sobre o rio e um cabo de aço como corre-mão. Mas essa passarela não foi construída e a cachoeira ficou interditada. De todo modo, mesmo que tivesse sido construída, não seria funcional para os quilombolas, pois, por exemplo, não permite que uma pessoa atravesse o rio carregando sacolas ou uma compra de mercado; além de ser uma via perigosa para crianças e idosos.

A explicação de “Salabim e Zé Boi” para a interdição do local atribuía a uma notificação que teriam recebido de órgãos ambientais, determinando seu fechamento em função de desmatamento e lixo deixado por turistas no entorno da cachoeira. Caso não proibissem o acesso à cachoeira, seriam multados no valor de 100 mil reais, explicaram. Mais tarde em consulta a um promotor local, os quilombolas foram informados de que não havia qualquer determinação que os obrigassem a interditar a cachoeira. Lideranças quilombolas das comunidades se mobilizaram e insistiram no questionamento da situação, junto aos responsáveis pela administração municipal. Atualmente, o acesso à Cachoeira de Três Barras já está liberado.

No início de 2014, o quilombola Demilson, morador de Buraco, alargou a trilha de acesso para que pudesse chegar de carro até a sua residência: uma área de inclinação acentuada que dificulta a mobilidade portando cargas. Um trecho de 20 metros do caminho alargado (totalizando uma área de 60 m²) se sobrepõe às terras da fazenda confrontante (de herdeiros de Teófilo Jorge). Demilson foi denunciado pela dona da fazenda e multado pelo Instituto Estadual de Florestas no valor de R\$ 1.300,00¹⁰⁹, sob acusação de desmatamento. Demilson questionou formalmente essa punição (para o que teve um gasto de quase R\$ 2.000,00 com um advogado) e, para evitar conflitos manteve a porteira fechada, privando-se do benefício proporcionado pelo próprio trabalho de alargamento da via de acesso. No início de 2015, a esposa do prefeito de Conceição do Mato Dentro, Mariza, solicitou a Demilson o uso do caminho para que a equipe contratada pela prefeitura para a construção das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida pudesse passar com os materiais. Por orientação de Demilson, Mariza solicitou o uso da estrada à fazendeira Cláudia, que, nesse caso, concedeu autorização sem constrangimentos. Desde então o caminho está aberto. Há aproximadamente um ano, outro quilombola de Buraco, Josimar, foi denunciado pela mesma fazendeira e multado pelo “pessoal da ambiental”. Ele havia capinado o mato que nascia em um trilho, tapado alguns buracos e alargado o trilho em aproximadamente 50 cm por um trecho de 2 km para que ele e outros moradores de Buraco pudessem trafegar de moto. Este trilho é usado há décadas pelos quilombolas, mas a princípio apenas para trajetos a pé ou com cargueiro. Hoje a moto é um importante meio de transporte em área rural, por isso a necessidade de adequação do caminho.

¹⁰⁹ ‘Racismo institucional’ e ‘racismo ambiental’ são classificações adequadas para medidas de agentes do Estado que aplicam ameaças e punições severas à pessoas socialmente vulneráveis, via de regra afro-descendentes ou indígenas, desproporcionais em relação às medidas de mesma motivação, quando endereçadas à pessoas/instituições brancas e de poder aquisitivo elevado (e, portanto, socialmente poderosas).

Os alunos de Buraco matriculados no ensino médio (assim como os da Comunidade Três Barras) estudam na sede de Conceição do Mato Dentro. Um transporte escolar contratado pela prefeitura municipal faz o traslado diário destes estudantes. A empresa, vencedora da licitação para o transporte escolar dos alunos de Buraco matriculados em escolas da sede municipal, freqüentemente não presta o serviço, se recusando a buscar as crianças na comunidade. Sempre que o proprietário avalia que a estrada pode danificar o carro, o motorista realiza apenas uma parte do trajeto e as crianças de Buraco precisam caminhar cerca de 3 km até alcançar o veículo.

A construção de um poço artesiano foi resultado de um projeto proposto no ano de 2013 pela Associação Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas quando receberam do Governo Estadual (Programa Minas sem Fome) materiais (como por exemplo, canos e caixa d'água) necessários para a obra. No início de 2014 o poço foi perfurado pela prefeitura e os canos e a caixa d'água comprados. Entretanto, a prefeitura municipal não deu continuidade às obras. Os canos ficaram empilhados no terreno de um dos comunitários e parte das peças tornou-se inutilizável.

Os representantes da comunidade procuraram a prefeitura, por diversas vezes, exigindo a efetivação do serviço, mas não tiveram retorno. Apenas na segunda quinzena de 2016, no período que antecedeu as eleições municipais, a prefeitura adquiriu novos canos e deu continuidade a implantação do sistema de abastecimento de água, com a contribuição da comunidade que, organizada em mutirão, trabalhou voluntariamente na instalação da rede hidráulica. Apesar dessa rede instalada, até julho de 2017 (quando a equipe do INRC consultou um dos quilombolas para atualização das informações) o poço artesiano ainda não funcionava. Desta vez, porque a bomba de água, instalada aproximadamente no final de 2016, queimou em função de imperícia da empresa contratada pela prefeitura. Portanto, ao menos até julho de 2017, as casas de Buraco eram abastecidas por nascentes, sem controle sobre a qualidade da água. Frutos, folhas e animais contaminam essa água desde a nascente até as residências. Um dos quilombolas relatou que a água que abastece sua casa também serve ao gado da fazenda confrontante. Além disso, e especialmente em função das chuvas escassas, a água proveniente das nascentes não é mais suficiente para o abastecimento regular das casas.

Em 2014 o Programa Minha Casa Minha Vida / Programa Nacional de Habitação Rural concedeu aos quilombolas a substituição das casas de adobe e pau a pique por casas de alvenaria industrial. Uma empresa foi contratada pela Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção das casas e, ainda em 2014, as obras começaram. Entretanto, antes de concluir as casas, a empresa contratada foi indiciada na Operação Tiranos da Polícia Federal e seus diretores detidos por decisão judicial. Por pedido do Ministério Público todas as obras da empresa foram paralisadas, inclusive as que aconteciam em Buraco. Um mês antes das eleições de 2016, um grupo formado por representantes da prefeitura e da Caixa Econômica Federal (CEF) foi até Buraco para avaliar a situação em que se encontrava o projeto. Segundo informação de um funcionário da CEF transmitida aos quilombolas, a empresa desviou R\$20.000,00 da verba destinada para a construção das casas na comunidade. O mesmo funcionário informou que existem no banco R\$ 260.000,00 destinados a implantação do Programa Nacional de Habitação Rural em Buraco, mas que só podem ser liberados após a reposição dos R\$20.000,00.

Uma possível solução é a participação da prefeitura municipal como doadora deste valor faltante. Essa providência está sendo negociada entre a associação quilombola, a CEF e a prefeitura municipal, sem conclusão até o momento.

Quilombolas de Buraco descreveram outros prejuízos e transtornos gerados durante a implantação desse Programa do Minha Casa Minha Vida / Programa Nacional de Habitação Rural em Buraco. Por exemplo, para passar com as máquinas e abrir área para a construção de algumas casas, a empresa contratada derrubou uma horta e várias árvores frutíferas, sem autorização dos oradores. Na primeira chuva com ventos, por mais de uma vez, algumas das telhas de uma das casas construídas foram arrancadas. O pé de abacate e outras árvores do entorno de sua casa que foram arrancadas pela empresa funcionavam como uma barreira ao vento e, em sua ausência, a cobertura da casa foi atingida. Foi preciso substituir as telhas e o colchão encharcado pela chuva, com recurso próprio, sem atendimento pela empresa. Além disso, ao retirar a raiz do pé de abacate, a estrutura da casa que é de pau a pique foi abalada. Além disso, a equipe contratada retirou uma pedra que impedia o trajeto do trator e a deslocou para um lugar onde a moradora plantava. A empresa também insistiu para o desmanche de benfeitorias de moradores, como galinheiro e suas próprias casas, onde prometiam construir uma nova.

Em 2017 a associação quilombola conseguiu a aprovação, junto ao Governo Federal, de outras 22 casas no Programa Nacional de Habitação Rural. Aguardam a liberação da verba para iniciar as obras.

Em audiência pública realizada no povoado de Três Barras, por volta de 2012, o prefeito se comprometeu a substituir a ponte de madeira para acesso às comunidades de Buraco e Cubas por uma ponte de alvenaria, construída segundo critérios adequados para a segurança dos que a atravessam. Algum tempo após a audiência, a prefeitura reforçou a ponte com toras de eucalipto e não se manifestou mais quanto a promessa de substituição por uma ponte de concreto. Além disso, há casos de constrangimentos violentos aos quilombolas de Buraco em relação à extração de lenha. Essa proibição da coleta de lenha é uma arbitrariedade, considerando que a legislação ambiental proíbe a extração de madeira verde (usada, por exemplo, para fazer cercas), mas não há impedimento legal em relação à extração da madeira seca.

Na comunidade de Cubas, apesar de mais asseguradas em relação à propriedade de seu território, os casos de arbitrariedades e abusos institucionais são significativos. O moinho d'água localizado próximo à casa, mas que hoje está em ruínas, foi construído na mesma época da capela. Havia também um monjolo e um engenho. Em 2016 a Comunidade Quilombola de Cubas iniciou um projeto de reforma do moinho financiado pelo Programa de Apoio a Projetos da Região Central¹¹⁰.

¹¹⁰ O Programa de Apoio a Projetos da Região Central (PROAP Central) é um programa instituído pelo MPMG por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) e pela Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro. Os projetos do Programa são financiados com recursos depositados em juízo pela mineradora Anglo American em razão de acordo judicial firmado com o MPMG em contrapartida aos impactos causados pela operação Minas Rio. O Proap Central abrange os municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas.

Parte do projeto previa a limpeza do córrego que abastece a engrenagem do moinho. A execução do projeto foi iniciada, entretanto sem atentar para a necessidade de licenciamento ambiental. Como consequência, a Associação Quilombola de Três Barras Buraco e Cubas foi multada em R\$ 10.800,00. A Associação entrou com recurso contrário a multa, justificando improcedente a cobrança uma vez que não foi a proponente do projeto. Ainda não receberam notificação sobre o resultado do recurso.

Por volta do final de 2015, umas das famílias quilombolas de Cubas foi multada pelo “pessoal da ambiental”, acusada de desmatamento por preparar a terra para plantio em uma área que há anos destinavam às suas roças. Este terreno é localizado na propriedade da família Carneiro, onde plantam no sistema de parceria.

No Quilombo ASCAXAR, de acordo com depoimentos de quilombolas, a rede destinada pelo Programa Luz para Todos havia sido deliberadamente desviada pelos órgãos competentes para outros fins. Com o ‘Programa Luz para Todos’ do Governo Federal, nos anos de 2002/2003 uma rede de energia elétrica foi instalada em parte do núcleo Ribeirão. Em Ribeirão de Trás, todas as famílias foram contempladas pelo Programa. Já em Ribeirão do Meio, até meados de 2016, apenas duas residências eram atendidas pela CEMIG: a de uma família quilombola e a propriedade do prefeito de Alvorada de Minas (gestão 2012/2016) que, assim como os quilombolas, é um descendente do fundador da comunidade. A energia elétrica chegou para o restante de Ribeirão do Meio na segunda metade de 2016. Até esta data, a maior parte dos moradores de Ribeirão do Meio permaneceram sem condições de uso de equipamentos como geladeira, chuveiro elétrico, televisão e telefone celular. Por causa da falta do fornecimento de energia, alguns dos quilombolas de Ribeirão do Meio já viveram casos graves de impossibilidade de cuidados com a saúde que demandam uso de equipamentos elétricos. Em 2006, todas as casas do núcleo Córrego Cachoeira tiveram acesso à energia elétrica, após a comunidade se mobilizar e organizar um abaixo-assinado.

3.4 TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO

A redução dos territórios dos quilombos pesquisados prejudicou severamente a vida em comunidade. Além de motivos relativos ao contexto mais amplo de modificação dos sistemas produtivos e financeiros no Brasil - a partir da expansão e intensificação da industrialização e da urbanização nas décadas de 1960-1970; a expansão e intensificação da indústria do turismo na região da Serra do Cipó, a partir da década de 1980, que ocasionou, sobretudo, a especulação imobiliária e a rápida transformação do ambiente, da paisagem e do modo de ocupação da terra -, a redução de seus territórios e o enfraquecimento da agricultura, levou à migração de moradores ou, de outro modo, seu afastamento da vida comunitária em função da proletarianização (sua transformação, de agricultores e artesãos, em empregados, na maioria das vezes informais, em fazendas, na indústria, em serviços e nos comércios, nas zonas rurais e urbanas dos municípios); e da escolarização.

É certo que a possibilidade de acesso à escolarização para pessoas de comunidades de baixa renda e de comunidades tradicionais é uma conquista da sociedade civil brasileira; mas não há dúvidas de que, o modo integracionista e colonizador como as escolas tratam essas populações e manejam sua relação com suas comunidades prejudicou e continua a prejudicar a valorização dos saberes tradicionais e a continuidade de sua transmissão, dos ancestrais aos descendentes. O processo mais recorrente é o de que, na escola, crianças e adolescentes aprendem que o conhecimento de seus pais e avós é inadequado, supersticioso, superado, o que gera constrangimento, desapontamento e enfraquecimento dos vínculos entre as gerações. Além disso, parte considerável do cotidiano de crianças e jovens que, na infância de juventude de uma geração anterior foi vivido em família e na comunidade, passou a ser deslocado para escolas nas cidades – onde, além de tudo, sofrem racismo.

O afastamento físico e existencial dos quilombolas em relação aos seus territórios ocasionou o enfraquecimento de importantes processos de ensino e aprendizagem dos costumes e ofícios (desde o ofício de benzeção, feitura de remédios, ao de técnicas construtivas), haja vista que trabalhar fora implica: conviver menos com os ancestrais (os que ensinam) e os descendentes (os que aprendem); estar mais sujeito às pressões do colonialismo que considera as matrizes civilizacionais africanas e indígenas como formas inferiores de socialidade, expressando esse juízo nos seus meios de difusão (instituições e discursos) normatizadores do que é 'bom', 'belo' e 'legal'. O afastamento das pessoas, de suas comunidades, causou também uma modificação progressiva dos costumes e necessidades produtivos e dos costumes e necessidades de consumo. Essas modificações simultâneas, cumulativas e continuadas são fatores preponderantes que nos ajudam a compreender a situação geral da maior parte dos repertórios culturais (formas de expressão, saberes e celebrações) pesquisados: em grande medida, essas referências culturais se encontram em processo de enfraquecimento.

Contudo, e reforçando o entendimento de que quilombos são, de fato, comunidades contra-colonizadoras, apesar dos diversificados processos contrários ao modo de vida quilombola que avançam contra essas comunidades, é notável como algumas formas de expressão e celebrações resistem com exuberância e fartura extraordinárias – de tal maneira que os recursos analíticos técnico-científicos da tradição sociológica não dão conta de explicar. Para sua apreensão é preciso levar em consideração que, quando falam de ‘ancestralidade’, ‘fé’, ‘território’ e ‘comunidade’, os(as) quilombolas estão se referindo à instituições tradicionais poderosas e versáteis, cuja criatividade e capacidade de recriação e resistência categorias/conceitos sociológicas tradicionais não são capazes de descrever.

Nesse sentido, destacamos a exuberância e abrangência da devoção ao Rosário de Maria, presente em cinco (05), das seis comunidades pesquisadas: Matição, com a presença do candombe e do reinado; Açude com a presença do candombe; Três Barras com a presença da marujada e do catopé (em memória); Ascaxar com a presença da marujada e caboclinhos (em memória); e Cubas. Em Cubas não há um grupo/terno de catopés da comunidade, mas, apesar disso, os catopés (da sede de Conceição do Mato Dentro) são participantes privilegiados do Festejo do Divino que, os responsáveis pela Capela, Didica e Geraldo Milim, fazem questão de receber, como componente especial de consagração da celebração. Esse aspecto devocional comum é extremamente importante. Reforça a notoriedade da importância da referência cultural denominada de ‘Congadas de Minas Gerais’, já em processo de inventariamento pelo IPHAN-MG e demonstra a constância de Nossa Senhora do Rosário como entidade intimamente vinculada com a experiência da diáspora africana no Brasil (ver mitos de origem da devoção à Nossa Senhora do Rosário descritos nas seções ‘Candombe do Açude’ e ‘Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Matição’ e ‘Marujada Feminina de Ascaxar’). Nesse aspecto, é notável o destaque dos candombes, do Açude e do Matição, como formas de expressão que mais fundamentam e continuam tonificando celebrações de maior importância nas suas comunidades (como Festa de São João, Reza de Santa Cruz, Reza de São Benedito, Reza de São Pedro, Festa dos Padroeiros, no Matição; e Festa de Lena e Festa de Mercês no Quilombo do Açude), e também em comunidades vizinhas, onde são convidados contumazes que fortalecem as rezas e outras reuniões.

3.5 PROPOSIÇÕES PARA A SALVAGUARDA:

“Salvaguarda” do patrimônio cultural são medidas de cuidado e proteção, que visam garantir a permanência do patrimônio cultural imaterial. No que se refere aos quilombos da Serra do Cipó, de saída, percebemos que, dentre as medidas possíveis, ações como documentação e divulgação/visibilidade, desde que feitas com respeito e orientação dos sujeitos envolvidos, podem favorecer a vitalidade das manifestações culturais. Dar visibilidade - por meio de publicações impressas, vídeos e fotografias que circulem entre a população mais ampla, incluindo escolas e instituições culturais; bem como a realização de seminários, palestras, e cerimônias oficiais promovidas por instituições governamentais e não governamentais, tematizando as tradições quilombolas -, é uma ação que evidencia a dignidade e o seu valor das pessoas e comunidades envolvidas e promove sua auto-estima. .

Nesse sentido, o Inventário Nacional de Referências Culturais dos Quilombos da Serra do Cipó tem grande potencial para desencadear o processo mais aprimorado e comprometido de Registro das comunidades quilombolas da Serra do Cipó como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais. Esse pode ser um importante instrumento para favorecer o reconhecimento e a valorização dessas comunidades em conjunto, como um bem de grande relevância sócio-cultural territorializado na ampla região denominada Serra do Cipó.

Conhecendo os processos históricos dessas comunidades e refletindo sobre suas trajetórias, fica evidente também que, somando a esse gesto oficial de reconhecimento, a ação mais importante para a salvaguarda propriamente será a garantia do amplo reconhecimento, pela sociedade em geral, de que a territorialidade dessas comunidades é o aspecto fundamental e mais abrangente enquanto base e fonte da sua criatividade cultural e da sua continuidade enquanto comunidade. Nesse sentido, o procedimento mais adequado e devido aos quilombos, pelo menos desde a Constituição de 1988, é a titulação coletiva definitiva de seus territórios, via INCRA ou institutos estaduais que tenham atribuições e competências similares à do INCRA nacional. Tratando-se procedimento específico de competência de instituições independentes daquelas dedicadas ao patrimônio cultural, uma ação que podemos sugerir é a articulação de IPHAN-MG, IEPHA e órgãos de educação, cultura e patrimônio cultural de cada município sede dos quilombos, com as iniciativas do legislativo e executivo municipal, estadual e federal para reiteração da importância de que se tome providências efetivas quanto a segurança territorial dessas comunidades.

A Constituição de 1988, em suas Disposições Transitórias (ADCT) cuidou de assegurar, por meio do artigo 68, o direito à propriedade definitiva de suas terras aos remanescentes de quilombo que as estiverem ocupando. Mais recentemente, a intenção Constitucional foi reforçada pelo compromisso assumido pelo Estado brasileiro com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos de povos indígenas e tribais¹¹¹, em assegurar a propriedade, por tais povos, das terras tradicionalmente ocupadas, bem como em desenvolver políticas específicas para o seu desenvolvimento pleno.

¹¹¹ Classificação estrangeira que abrange o que, no Brasil, conhecemos como ‘comunidades tradicionais’.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos e Comunidades Tribais, da qual o Brasil é signatário (que entrou em vigor internacional em 1991, e para o Brasil em 2003), reconhece ainda o direito de tais povos à sua auto-definição, aproximando ainda mais o sentido de “população quilombola” do sentido qualificado no tópico anterior. A regulamentação do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e a materialização do compromisso assumido pelo Estado com a assinatura da Convenção 169 da OIT se deu, por fim, em 2003, com o Decreto Presidencial 4887, que estipula as condições e mecanismos por meio dos quais o Estado deve garantir aos grupos que se definem como ‘comunidade de quilombo’ as condições para seu desenvolvimento com a preservação de sua identidade coletiva, valores e modos de vida¹¹².

É certo que, ao menos até o momento, regularizações fundiárias não são atribuição do IPHAN, mesmo quando se tratando de territórios de comunidades tradicionais reconhecidas por sua importância sociocultural. Mas podemos sugerir que, ações que evidenciem a impossibilidade da separação de cultura e território, especialmente em se tratando de comunidades quilombolas, são cruciais para o início de um processo de tratamento digno dos quilombos da Serra do Cipó no campo do patrimônio cultural. Esse vínculo imprescindível fica evidente com a descrição das referências culturais identificadas: todas fundamentalmente dependentes da firmeza na terra onde habitam e habitaram seus ancestrais, mestres e mestras de saberes extraordinários de matriz africana e afro-brasileira.

Para que esse objetivo seja alcançado é preciso não só realizar uma guarda memorialista do bem cultural como, também, promover entre as comunidades envolvidas, o poder público e a sociedade em geral, o diálogo necessário à percepção dessa consideração da importância territorial e para a implementação e o sucesso de medidas que deverão ser imaginadas e projetadas sempre em diálogo e consulta aos sujeitos de interesse.

É importante destacar que, durante nossa pesquisa, esse desejo da titulação coletiva definitiva de seus territórios foi mencionado por importantes membros de, pelo menos, três quilombos inventariados: Buraco, Cubas, e Mato do Tição. Nessa comunidade inclusive, que, desde 2004, espera pelo estudo técnico para identificação e delimitação do seu território, no ano de 2016, iniciaram-se os estudos técnicos necessários, que estão sendo realizados por uma servidora antropóloga do INCRA-MG.

Além da garantia do reconhecimento oficial da propriedade coletiva das comunidades, outras ações importantes podem ser sugeridas como medidas de salvaguarda das manifestações culturais geradas nos territórios. Para a efetividade de quaisquer ações, o fundamental é que sejam feitas com a participação das comunidades, sempre identificando, respeitando e valorizando as iniciativas locais comunitárias e/ou individuais dos quilombolas.

¹¹² Decreto ameaçado de anulação pelos grupos latifundiários oligárquicos reunidos no Congresso Nacional que defendem a ADI 4887 – Ação Direta de Inconstitucionalidade – que acusa o Decreto de inconstitucional, visando boicotar um dos poucos dispositivos administrativos capazes de operar ações mais eficazes em termos de reparação às injustiças e violações históricas sofridas pelos afro-descendentes no Brasil.

É notável que, em cada comunidade, existam muitas iniciativas empreendedoras, tanto no campo da cultura e educação, quanto no campo da geração de renda, do desenvolvimento sustentável e da saúde. Iniciativas que devem, portanto, ser fortalecidas, aprimoradas, coletivizadas, divulgadas e acompanhadas por instituições competentes, dedicadas à salvaguarda do patrimônio cultural. Apresentaremos, abaixo, resumidamente, alguns exemplos importantes:

Projetos de turismo étnico-ecológico que tematizam a cultura quilombola e a exuberância da paisagem local são de grade interesse para os quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas. Na Comunidade Cubas, o ofício de construção e restauração de edificações feitas com técnicas de alvenaria tradicional de barro, madeira e taquaras (pau a pique e adobe, por exemplo), associadas à outras técnicas ecológicas atualmente divulgadas como ‘bioconstrução’, é um saber de domínio de uma das famílias nucleares do quilombo (filhos de Geralda Cassimira/Didica e Geraldo de Milim, Alexandre Assis e alguns de seus irmãos são mestre e oficiais, respectivamente).

Esse ofício tem um grande potencial de valorização e difusão apesar de estar em processo de desaparecimento, em muitas comunidades tradicionais. Pela sua qualidade ecológica e por viabilidade técnica, são atualmente muito apreciados pela classe média da população, e tem uma importância extraordinária para comunidades tradicionais de terreiros de matriz africana, nas quais muitos dos sítios de acolhimento e tratamento de orixás/nkisses devem ser orgânicos, em barro e madeira. Foi assim que, no primeiro semestre de 2017, Alexandre Assis recebeu uma solicitação muito especial: realizar a construção de um bakisse de Matamba (uma casa de nkisse), do Manzo Ngunzo Kaiango, quilombo da cidade de Belo Horizonte, e candomblé de nação Angola situado em Santa Luzia, na região metropolitana. Essa solicitação foi feita por uma entidade, o Marujo Martim Pescador, que é recebido pela Senhora Muiandê (Mãe Efigência), mameto do candomblé. Alexandre aceitou o desafio e se dedicou à construção do bakisse, durante alguns finais de semana nos meses de agosto e setembro de 2017. Além de confraternizar com uma comunidade quilombola antes desconhecida para os quilombolas de Cubas, e ter a oportunidade de ensinar um pouco das técnicas para a comunidade de Manzo, ficou evidente, nessa experiência, a potência da troca de saberes entre quilombolas de diferentes territorialidades (um quilombo da Serra do Cipó e um quilombo urbano). Esse foi um “verdadeiro encontro de saberes”, conforme notou Kidoiale, makota do candomblé, que atualmente leciona na Universidade Federal de Minas Gerais, na Formação Transversal em Saberes Tradicionais, curso apelidado de Encontro de Saberes¹¹³. Experiências como essas atualizam a importância desse saber, e revelam a amplitude da sua especialidade apesar de que, por muitos aspectos, possa ser considerado em extinção. O bakisse de Matamba, por exemplo, não poderia ser feito de outra forma, que não em alvenaria de barro tradicional, pau-a-pique e, em toda a região de Santa Luzia, não houve indicação de algum mestre ou oficial que pudesse realizar a construção.

¹¹³ Encontro de Saberes é o nome do projeto original da experiência de receber mestras e mestres de comunidades tradicionais, na universidade, como professores de notório saber em suas especialidades, iniciado na UNB, concebido pelo professor antropólogo José Jorge de Carvalho.

Além desse episódio mais recente, no período de 10 a 15 de outubro de 2017, Alexandre Assis ministrou um curso intitulado 'Curso Prático de Técnicas de Bioconstrução' (adobe, pau a pique, taquara, aquecedor solar, fossa de bananeira), em parceria com a Comunidade Quilombola Buraco, aberto ao público.

Dentre as comunidades quilombolas pesquisadas no Inventário, ASCAXAR é a que se destaca pela exuberância da agricultura familiar, tradição ancestral transmitida com vigor aos quilombolas atuais. Em 1984, o então ancião Sebastião Dias de Jesus (pai de Maria Aparecida de Jesus Fátima/Cida, capitã da marujada feminina e liderança da turma, duas importantes referências culturais da comunidade), recebeu do INCRA um certificado de Produtor Modelo/ Produtor Conservacionista, condecorado com uma medalha de ouro. Cida, que já havia recebido, no ano de 2013, a indicação pelo jornal Dom Joaquim como a maior produtora de feijão da região¹¹⁴, em 2017, recebeu, uma homenagem em forma de certificado como produtora modelo pelo brilhante desempenho no setor agropecuário, pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cida foi protagonista na mobilização que resultou na fundação da associação ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira Xambá e Ribeirão), em meados de 2005.

Entre 2015 e 2016, as comunidades Quilombolas de ASCAXAR, Três Barras, Buraco e Cubas foram contempladas em editais do Programa de Apoio a Projetos da Região Central (PROAP Central). Esse programa é instituído pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) /Ministério Público Federal e da Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro. A Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público. Tem por finalidade promover a interlocução e a articulação entre os Promotores de Justiça, instituições públicas e a sociedade civil organizada. Atua na mobilização de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e grupos em situação de vulnerabilidade, buscando estabelecer cooperações e parcerias que garantam, ampliem e efetivem os direitos fundamentais, numa perspectiva de transformação social pelo empoderamento (FONTE: <http://cimos.blog.br/a-cimos/>).

Os projetos do Programa são financiados com recursos depositados em juízo pela mineradora Anglo American em razão de acordo judicial firmado com o MPMG em contrapartida aos impactos causados pela operação Minas Rio, que inclui a construção de um mineroduto para escoamento da produção. O Proap Central abrange os municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas. No âmbito do PROAP foi criado o Fundo de Apoio a Pequenos Projetos em parceria instituições Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e o Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a implantação de projetos coletivos e comunitários. As Comunidades Quilombolas Três Barras, Buraco e Cubas (em Conceição do Mato Dentro) e a Comunidade Quilombola ASCAXAR (em Dom Joaquim e Alvorada de Minas) estão localizadas na área de abrangência dos impactos gerados pela Anglo American e por isso foram contempladas pelo Programa de Apoio a Projetos da Região Central.

¹¹⁴ <https://www.facebook.com/ProjetoSaberesefazeres/>. Acessado em setembro de 2017.

Os Projetos aprovados em ASCAXAR foram:

Projeto Casa de Farinha Quilombola. Valor aprovado: R\$24.683,22. (EDITAL PROAP CENTRAL 01/2015). Objetivo do projeto: aquisição de equipamentos para montagem de uma casa de farinha.

Projeto Saberes e Fazeres das Mulheres Quilombolas. (EDITAL PROAP 01/2016). Para esse projeto, a equipe CAMPO - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio foi solicitada pelo jovem Lucas Henrique de Jesus para apoio na elaboração. Lucas é um jovem quilombola que detém interesse e habilidades extraordinárias no que se refere à criatividade artística, ao engajamento com a transmissão de saberes tradicionais entre as gerações, e especialmente no interesse pelo audiovisual e fotografia. A proposta foi a realização de uma oficina de capacitação em registros audiovisuais, focalizando os saberes das mulheres das comunidades tradicionais, e favorecendo uma aproximação cuidadosa e investigativa entre os jovens quilombolas e os anciãos de suas comunidades. As comunidades envolvidas foram: a Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR) e a comunidade de Conceição do Mato Dentro (sede municipal), uma vez que as mulheres residentes no município que são conhecidas como antigas parteiras teriam documentadas suas histórias.

Algumas modificações foram feitas, quando da execução do projeto. Conforme descreveu Lucas Henrique de Jesus:

A princípio a proposta do projeto era focada em ASCAXAR e quilombolas moradoras da sede de Conceição do Mato Dentro; e o tema eram as parteiras. No desenrolar do projeto, a Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas foi incluída. Já as imagens gravadas na sede municipal não foram aproveitadas para o documentário. Como não conseguimos um material amplo sobre o tema 'parteiras', que fosse o suficiente para o documentário, e percebendo a história em comum das duas comunidades quilombolas – incluído as parteiras – reformulamos a proposta inicial. E passamos a focalizar a história das duas comunidades quilombolas. Ao fim do projeto, o documentário foi intitulado Duas comunidades: uma história em comum. Em uma das visitas a Buraco e Três Barras uma turma de ASCAXAR acompanhou a equipe do documentário na intenção de fortalecer esses laços que vem se formando entre as duas comunidades desde o Canjerê 2015 - Festival de Cultura Quilombola, quando minha irmã Adriana, presidente da associação, se tornou amiga de Alcione – uma neta de Zé do Olímpio, nascida em Buraco e hoje residente em Três Barras. Alcione tem expressiva participação nos projetos de artesanato em Três Barras, Buraco e Cubas. Representou Três Barras no Canjerê, foi a proponente do 'Projeto Bordando Nossa História', aprovado pelo PROAP e participou do evento quilombola que teve a outubro em BH.

Portanto, no Quilombo Três Barras, Buraco e Cubas outros projetos aprovados pelo PROAP:

Projeto 'Bordado Nossa História' (PROAP 01/2015), para estruturar o grupo de Mulheres Quilombolas de Três Barras, Cubas e Buraco com a compra de máquinas de costura, mesas e materiais básicos para o ofício artesão.

Projeto 'Fortalecimento da Marujada e do Caboclinho' (EDITAL PROAP 01/2016), para aquisição de instrumento e tecidos para o feitiço das indumentárias.

2) Projeto Reforma Moinho D'água (Três Barras) - (PROAP 01/2015)

Projeto Produção de Farinha Quilombola Na Comunidade Buraco (PROAP 01/2016).

4) Projeto Moinho de Cubas (Cubas) (PROAP 01/2016) para reforma de um moinho d'água antigo que produzia fubá, a partir do milho, localizado na comunidade de Três Barras. Parte do projeto previa a limpeza do córrego que abastece a engrenagem do moinho. A execução do projeto foi iniciada, entretanto, sem atentar para a necessidade de licenciamento ambiental. Como consequência, a Associação Quilombola de Três Barras Buraco e Cubas foi multada em R\$ 10.800,00. A Associação entrou com recurso contrário à multa, justificando improcedente a cobrança uma vez que não foi a proponente do projeto. Aguardam o resultado do recurso.

No Quilombo Mato do Tição, desde 2013, muitas atividades relacionadas à educação têm sido desenvolvidas na comunidade, principalmente a recepção de turmas escolares, de instituições da cidade e também de outros municípios próximos (como Lagoa Santa, Santa Luzia e Belo Horizonte), entre crianças, adolescentes e jovens, para visita ao quilombo com o objetivo de que conheçam um pouco da história e da cultura dessa comunidade. Matição é um atrativo turístico e também para pesquisa e jornalismo, pelo menos desde a década de 1970. O quilombo é freqüentemente procurado por estudantes em geral, pesquisadores, educadores, artistas e jornalistas¹¹⁵. Entre as décadas de 1980 e 90, houve maior divulgação por dois pesquisadores em literatura e cultura popular, os professores Núbia Gomes e Edmilson Pereira¹¹⁶, da Escola de Letras da UFJF. Suas publicações, relativamente bem difundidas, enfocaram a 'história da comunidade' e os aspectos que chamaram de 'resistência cultural': as rezas, festas, costumes, a religião e o candombe¹¹⁷. Nesse sentido, a comunidade desenvolveu uma experiência importante na comunicação com esses agentes; estudantes, pesquisadores, jornalistas e no seu acolhimento, desempenho que tem grande eficácia para a visibilidade da comunidade e grande potencial turístico e para geração de renda por meio da comercialização de artesanatos.

Desde 2014, a comunidade tem recebido algum apoio do NESTH/UFMG (Núcleo de Estudos no Trabalho Humano) e de um ONG de Jaboticatubas, AMANU, dedicadas à estimular atividades produtivas e cooperativas nas comunidades rurais. Um dos resultados desses estímulos foi o fortalecimento de um grupo de artesãs que confeccionam tapetes feitos em retalhos, bolsas, doces, sabão de decoada, temperos, entre outros artigos que comercializam na Barraca da Catita (nome que faz referência à ancestral Josefa Basílio dos Santos), geralmente montada na comunidade nos dias dos grandes festejos.

¹¹⁵ Há diversos registros e reportagens feitos sobre as principais festas de Matição, lançados na internet. Nas referências bibliográficas inserimos alguns endereços de acesso a esses registros.

¹¹⁶ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida, 1992,2000,2004.

¹¹⁷ Cf. descrição no Capítulo 2.

Desde 2015, a associação quilombola do Matição realiza um evento celebrativo no dia da Consciência Negra, 20 de novembro, quando reúne artistas músicos, dançarinos, capoeiristas, candombeiros e um público de vizinhos e amigos oriundos de Belo Horizonte, Lagoa Santa e Santa Luzia. É uma ocasião em que são valorizadas e divulgadas as atividades culturais da própria comunidade e também atividade de parceria com pesquisadores, agentes de ONGs e agentes públicos. É uma ocasião também de intercâmbio com outras comunidades tradicionais, como o Terreiro de Umbanda e Associação Cultural Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, da Vila Senhor dos Passos, no Bairro Lagoinha, Belo Horizonte, que realiza junto dos quilombolas o Tambor de Tradição: giras de canto, dança e cura com entidades da ancestralidade de matriz afro-indígena, que interagem especialmente com a matriarca Divina de Siqueira, mestra de umbanda.

Seu Badu (Sílvio de Siqueira), aos 79 anos de idade em 2013, concluiu um curso oferecido pela Universidade Federal de Viçosa (pelo departamento de Fitotécnica), que envolvia o aprendizado sistematizado da agricultura familiar focalizando “terapias alternativas” como recursos para prevenção, tratamento e controle de pragas e doenças - a compostagem, os biofertilizandos, a homeopatia com micro-organismos eficientes (E.M), e diagnose por radiestesia; entre outros conteúdos heterodoxos, se comparados ao que é difundido pela ciência estabelecida no campo da agro-veterinária industrial.

Entre os irmãos Siqueiras, Badu é quem mais investe na agricultura familiar, apesar de todas as condições adversas na atualidade do quilombo. Aliás, tão adversas como a falta de espaço que fez com que Badu adquirisse um terreno, nas proximidades, mas, fora do quilombo porque já não conseguia área para cultivar, há cerca de 15 anos atrás. Considera que essa dedicação, desde que se aposentou, é um trabalho feito por gosto, muito mais do que pela necessidade. Diz que planta porque adora plantar: se alegra em ver seu cultivo crescer, em ver a família (que, depois de seus quase 60 anos de casado, conta com dezessete filhos e mais de quarenta netos, além dos irmãos Siqueiras e seus respectivos descendentes) poder se nutrir com verduras, legumes, frutas e carne (Badu também cria galinhas e porcos) livres dos venenos agrotóxicos.

A agricultura de Badu resistiu a toda sorte de adversidades, desde as tentativas de usurpação definitiva do território deixado por seu pai, por parte dos fazendeiros confrontantes, aos imperativos de migração temporária em função da necessidade por trabalho e renda, até a condição árida e pedregosa do seu terreno atual de cerca de um hectare, e que Badu transformou numa imensa (porque extraordinariamente produtiva) chácara com roças, pomares, hortas e criação de pequenos animais. Abacaxi, abóbora, pimenta, quiabo, jiló, banana prata, caturra, maçã, manga, cana, mandioca, tomate, urucum, laranja, limão, couve, almeirão, alface, salsa, cebolinha, milho, abacates (de dois quilos!), melancia, eram alguns dos cultivares extraordinariamente saudáveis que havia no sítio de Badu, durante a pesquisa. Além de galinhas, porcos, cachorros, cavalo, todos igualmente tratados por Badu, por meio dos novos recursos aprendidos. Dos recursos difundidos pelo curso em Viçosa, Badu pratica especialmente a homeopatia a base de micro-organismos eficientes ou de plantas, e a diagnose por radiestesia.

Conhecimentos que partem da consideração de um conjunto de elementos que existem no mundo conectando ondas, vibração, fé, calorias, influências, irradiações; e que reconhecem e confiam nas sensibilidades entre os seres – das plantas às calorias das pessoas; das pessoas à quentura das plantas (os alimentos quentes, os alimentos frios); do fogo com a água, e com a terra, e o ar. Conexões, afetações e sensibilidades em geral desconsideradas pela ciência moderna.

Grosso modo, o uso do pêndulo (que consiste basicamente, na sua versão mais rústica, essa usada por Badu, numa linha de barbante ou nylon tensionada por um cristal) para a divulgação (diagnose e definição) dos remédios necessários para curar ou prevenir contra doenças e ataques opera com o procedimento de perguntas, que são respondidas por seus movimentos circulares, nos sentidos horário (que sinaliza um sim) ou anti-horário (um não). Além dessa operação interrogatória direta, Badu procede a um rastreamento de vibrações percorrendo com o pêndulo sobre alguma plantação ou animal, ou pessoa, quando, a depender do comportamento do cristal (seus giros e direções), ele identifica algum mal em ação. Com essa sabedoria, Badu cura plantas, animais e pessoas, preparando e aplicando remédios a base de folhas, cascas e raízes. É por esse saber terapêutico que o mestre tem atuado como professor na Universidade Federal de Minas Gerais, desde 2014, em cursos de Formação Transversal em Saberes Tradicionais.

Desde então, junto da Associação Quilombola do Mato do Tição, e de parceiros da comunidade, Badu tem realizado encontros entre jovens estudantes da universidade e jovens e crianças da sua comunidade, promovendo um intercâmbio de saberes: os jovens da cidade têm franco interesse em conhecer as tecnologias e saberes tradicionais; os jovens do quilombo têm muito interesse pelas coisas do mundo e da cidade, e têm sonhos em conseguir alcançar o ensino superior na universidade. Esses encontros são valiosos para que ambos se aproximem e se fortaleçam em seus desejos e curiosidades. Além disso, com os jovens da cidade manifestando tamanho interesse pelos saberes tradicionais quilombolas, os jovens quilombolas passam a se interessar mais pelos seus saberes ancestrais, os saberes de seus mais velhos, pais, tios, avós. Isso tem promovido uma revitalização da troca entre mais velhos e mais novos no quilombo, num movimento muito interessante no qual, os interesse das pessoas de fora, é indispensável, para a revitalização dos vínculos entre nós, de dentro da comunidade.

Badu e a Associação Quilombola do Matição têm conseguido desenvolver essa experiência com alguma regularidade e têm experimentado com bons resultados. Mas é certo que existem recursos e estruturas que poderão melhorar muito suas condições de atendimento das pessoas, pesquisa e preparo dos remédios: a finalização da construção de um cômodo adequado, no seu pequeno sítio, e mesmo no território do quilombo; a reforma dos banheiros, a construção de uma caixa para armazenar água de chuva, irrigação, e a aquisição de mesas, cadeiras, estantes adequadas para acondicionamento das plantas e remédios preparados, ventilador, e melhorar a iluminação.

4 – FONTES BIBLIOGRÁFICAS, ENTREVISTADOS E ANEXOS CONSIDERADOS IMPORTANTES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
GARONE, Taís Diniz. UMA POÉTICA DA MEDIAÇÃO: História, Mito e Ritual no Congado Setelagoano – MG. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 2008	Descrição e história do Congado de Sete Lagoas/MG	Biblioteca do Programade Pós-Graduação emAntropologia Social, UnB	1
GUARIM, Germano e MACIEL, Marcia Regina. Um olhar sobre as benzedeadas de Juruena (Mato Grosso, Brasil) e as plantas usadas para benzer e curar. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 61-77, set-dez. 2006	Saberes etnoecológicos das benzedeadas da cidade de Jurena/MT	Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_	2
(FREITAS, Elisa Pinheiro e GOMES, André Luis. Quilombo cafundó (Salto de Pirapora-sp): as dinâmicas do lugar e a racionalidade estatal no planejamento do território quilombola. I Simpósio Mineiro de Geografia. UNIFAL, 2014)	Informações sobre a festa de Santa Cruz no quilombo	Disponível em http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Andr%C3%A9%20Lu%C3%ADs%20Gomes.pdf	3
FERREIRA, Rebeca Campos. Promessas e Santos, Procissões e Festas: Notas sobre Identidade Religiosa e Catolicismo Popular em uma Comunidade Remanescente de Quilombo. XII Simpósio da ABHR, 2011, Juiz de Fora (MG)	Informações sobre a festa de Santa Cruz no quilombo	Disponível em http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/234	4

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
FALCÃO, José Luiz Cirqueira e SILVA, Ana Márcia. Práticas corporais na experiência quilombola: um estudo com comunidades do Estado de Goiás/Brasil. Pensar a Prática, Goiânia, v.15, n. 1, p. 1271, jan./mar. 2012	Informações sobre Folias de Reis em quilombos	Disponível em https:// www.revistas.ufg.br/ fef/article/view/17990	5
FONSECA, M. B. Educação pelos tambores: a transmissão da tradição oral no Candombe do Açude. In: IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, p. 2; “Educação dos Escravidados pelos Tambores: o Candombe como educação. Minas Gerais, século XIX” de Mariana Bracks Fonseca.	Candombe/Açude		6
BARROSO, Iraci de Carvalho. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais.PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Nº 2. Dez. 2009	Saberes tradicionais de parteiras	Disponível em https:// periodicos.unifap. br/index.php/pracs/ article/view/34	7

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
VEIGA, Felipe Berocan. Os Gostos do Divino: análise do código alimentar da festa do Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás .In: Candelária – Revista do Instituto de Humanidades. ISSN1807-4170. Rio de Janeiro: IH-UCAM, Ano V, Jan-Jun 2008.	Festa do Divino	Disponível em http://www.fazendababilonia.com.br/docs/FelipeBerocanVeiga-OsGostosdoDivino.pdf	8
MALVEIRA, Ricardo Ribeiro. Os Catopês de São Benedito em Montes Claros: Rastros de uma Ancestralidade Mineira Negra e Festiva. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduaçãoem Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia, 2011	Sobre os Catopês no Congado de Montes Claros/MG	Biblioteca do Programa de Pós-graduaçãoem Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia	9
SOARES, Mariana Pettersen. O estudo da etnicidade no ritual dos “Encomendadores de Almas” no município de Oriximiná. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém, Pará, Brasil	Encomendação das Almas	Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/11130	10
Bispo dos Santos, Antônio. ‘Colonização, Quilombos – modos e significações’, INCTI/UNB, 2015.	Contra-colonização/ quilombos	Editora INCTI/UNB, 2015	11

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
TRINDADE, Cristiano Augusto Ferreira. O candombe do açude entre a tradição e a exposição. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Música, UFMG. 2011	Candombe	Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AAGS-8PPPKF	12
Martins, Saul. Folclore em Minas Gerais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1991.	Abordagem folclórica sobre congadas; folias de reis; festa do divino.	Editora UFMG	13
MACHADO, Maria Clara. Ainda se benze em Minas Gerais. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional De História – 2007	Benzeção em Minas Gerais.	Disponível em http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20ClaraTomaz%20Machado.pdf	14
LEITE, Antonio Ferreira. Giros e pousos, moradores e foliões: identidade territorial e mobilidade espacial na folia de reis da “comunidade negra rural” de Água Limpa, Faina, Goiás .Dissertação de Mestrado em Geografia Cultural. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da UFG, 2010	Folia de Reis	Disponível em https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1921	15

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
CARNEIRO, Edson. Folguedos Tradicionais. 2ed. FUNARTE/INF, Rio de Janeiro, 1982	Abordagem folclórica sobre congadas; folias de reis; festa do divino.	Editora Funarte	16
FILHO, Melo Moraes. Festas E Tradições Populares Do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002	Abordagem folclórica sobre festa do divino; folias; encomendação das almas.	Disponível em Biblioteca do Senado Federal: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1061	17
ROSSE, Leonardo P. Eu agora estou ciente que meus companheiros é bom. Dissertação de Mestrado, Université Paris 8, 2009	Folia de reis, folia do divino, festas populares.	Acervo particular de Carlota Rimena de Bruma	18
CONTINS, Marcia e GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Entre o divino e os homens: a arte nas festas do divino espírito santo. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008	Festa do divino	Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29	19
ALMADA, Emmanuel Duarte. ENTRE AS SERRAS: Etnoecologia de Duas Comunidades Quilombolas no Sudeste Brasileiro. Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade, Unicamp, 2012	Etnoecologia; candombe	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Sociedade da Unicamp	20

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
PASSARELLI, U. Encomendação das Almas: Um Rito em Louvor aos Mortos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, v. 12, n. 1, 2007.	Encomendação das almas	Disponível em https://saojoadelreitransparente.com.br/files/docs	21
FONSECA, Mariana. Educação pelos Tambores: a Transmissão da Tradição Oral no Candombe do Açude. Anais do 6º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia/MG, 2006.	Candombe.	Disponível em http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/	22
LOPES, Cristiana Gomes Ferreira. Diferença e Conflito: uma perspectiva teórica para análise do fenômeno do turismo a partir das transformações do/no modo de vida dos lapinhenses. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, UFMG, 2009)	Serra do Cipó; Lapinha da Serra; aspectos geográficos, festa de São Sebastião; catolicismo popular.	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG.	23
ANDRADE, Mario de. Danças Dramáticas do Brasil. Edição organizada por Eneida Alvarenga, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1982	Folia de reis, Congos.	Editora Itatiaia	24
LEITE, Antonio Ferreira. Giros e pousos, moradores e foliões: identidade territorial e mobilidade espacial na folia de reis da “comunidade negra rural” de Água Limpa, Faina, Goiás .Dissertação de Mestrado em Geografia Cultural. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da UFG, 2010	Folia de Reis	Disponível em https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1921	15

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
SILVA, Giselda Shyrley. Benzedores E Raizeiros: Saberes Partilhados Na Comunidade Remanescente De Quilombo De Santana Da Caatinga – 1940-2011 Revista Mosaico, v.3, n.1, p.33-48, jan./jun. 2010	Saberes das benzedadeiras.	Disponível em http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/1827	25
Gomes e Pereira. Assim se benze em Minas Gerais. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2004.	Saberes das benzedadeiras	Mazza Edições	26
FERREIRA, Raoni Araújo. A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, UFMG, 2010	Serra do Cipó, turismo, aspectos geográficos.	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG.	27
CEZAR, Ligia Sagio. A santa, o mar e o navio: congada e memórias da escravidão no Brasil. Revista de Antropologia N°58, São Paulo, USP, 2015.	Congada.	Disponível em http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/102111	28
ALMADA, Emmanuel Duarte. ENTRE AS SERRAS: Etnoecologia de Duas Comunidades Quilombolas no Sudeste Brasileiro. Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade, Unicamp, 2012	Etnoecologia; candombe	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Sociedade da Unicamp	20

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
NEVES, Marco Antônio Caldeira. A Música da Folia de Reis na Comunidade Quilombola Agreste do Norte de Minas Gerais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2010	Folia de reis.	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba – UFPB	29
CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua e ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. À Margem Da Fé: Educação, Saberes E Práticas Culturais Dos Rezadores De Almas Revista COCAR, Belém, v.10, n.20 – Ago./Dez. 2016	Encomendação das almas	Disponível em http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/971	30
BRAGA, Geslline Giovana. A fotografia no imaginário das benzedeiras de Campo Largo. In: Discursos Fotográficos, Londrina, v.1, 2005	Saberes das benzedeiras	Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1475	31
BITTER, Daniel. A Bandeira E A Máscara: Estudo Sobre A Circulação De Objetos Rituais Nas Falias De Reis. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/ IFCS – UFRJ, 2008	Folia de reis.	Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/A%20bandeira%20e%20a%20m%C3%A1scara.pdf	32

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
PAES, Gabriela Segarra Martins. A “Recomendação Das Almas” Na Comunidade Remanescente De Quilombo De Pedro Cubas .Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduaçãoem História Social, FFLCH, USP, 2007	Recomendação das almas.	Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009-160957/pt-br.php	33
FIDÉLIS, Sylvio Tarcísio. Arraial de São Domingos. Belo Horizonte: Literatura, 2001.	História do município de Dom Joaquim	Referência Bibliográfica indicada no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural/ Exercício 2010/ Prefeitura Municipal de Dom Joaquim.	34
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Dom Joaquim – Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Daliana, 2005.	Informações históricas e Geográficas do Município de Dom Joaquim.	Referência Bibliográfica indicada no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural/ Exercício 2010/ Prefeitura Municipal de Dom Joaquim.	35
COSTA, Joaquin Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. 2ª Ed. rev. e at.. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.	Informações sobre a divisão territorial e administrativa dos municípios de Minas Gerais.	Referência Bibliográfica indicada no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural/ Exercício 2010/ Prefeitura Municipal de Dom Joaquim.	36

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
GOULART, Eugênio Marcos Andrade. O caminho dos currais do Rio das Velhas:a Estrada Real do Sertão Belo Horizonte: Coopmed, 2009	Histórico do desenvolvimento de povoamento ao longo da Estrada Real em MG.	Editora Coopmed.	37
GOULART, Eugênio Marcos Andrade. Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço. Belo Horizonte: COOPMED/UFMG, 2001. 97p	Informações históricas específicas sobre colonização e povoamento da região da Serra do Cipó.	Editora Coopmed.	38
BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta Cadernos de encargos. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 420 p.	Técnicas de alvenaria tradicionais	Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/	39
ARTICULAÇÃO PACARI. Farmacopéia Popular do Cerrado Coordenação: Jaqueline Evangelista Dias e Lourdes Cardozo Laureano. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009 352 p.: IL. color	Plantas medicinais	Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_agrobio/_publicacao/89_publicacao01082011054912.pdf Acesso em 16/04/2016	40

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
SANTILLI, Juliana Intersectorialidade, Patrimônio e Desenvolvimento. Sem data. Sem local.	Natureza dinâmica dos bens de natureza imaterial e ameaças. Como identificar e mensurar riscos/ conflitos. Patrimônio Imaterial e desafios colocados pelo desenvolvimento. Sociedade globalizada e patrimônios locais. Interfaces entre ameaças “ambientais” e Patrimônio Imaterial.	Disponível em http://inspirebr.com.br/uploads/	41
Dissertação de mestrado pelo Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada Quando Reza a Fé no Quilombo Matição: Família, Festas, Males e Curas Fazem Comunidade, autora Fernanda Cristina de Oliveira e Silva, 2013.	Abordagem antropológica sobre os modos da socialidade e da cosmopolítica do quilombo Matição. Genealogia da família Siqueira. Descrição de algumas das referências culturais do quilombo.	Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da Fafich-UFMG.	42
Cristiano Augusto Ferreira Trindade. O Candombe do Açude Entre a Tradição e a Exposição. Dissertação de Mestrado. Escola de Música da UFMG. 2011.	O Candombe do Açude e seus modos de articulação com a tradição e a interação com agentes culturais e políticos externos ao grupo.	Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da Escola de Música-UFMG.	43
COSTA, Joaquin Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. 2ª Ed. rev. e at.. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.	Informações sobre a divisão territorial e administrativa dos municípios de Minas Gerais.	Referência Bibliográfica indicada no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural/Exercício 2010/ Prefeitura Municipal de Dom Joaquim.	36

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
FONSECA, M. B. Educação pelos tambores- a transmissão da tradição oral no Candombe do Açude. In: IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia.	O candombe do Açude e a oralidade.	www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/	44
RESENDE, Catarina; SOUZA, Cecília de Mello e. O ritual do Candombe e o papel dos antigos na memória do Açude. Vivência. UFRN/CCHLA. n.28 Natal: UFRN.2005 Pp 91-103	Quilombo do Açude, memória e tradição.	http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%C3%8ANCIA_28.pdf acessado em janeiro de 2015	45
Entre as serras : etnoecologia de duas comunidades quilombolas no sudeste brasileiro. Emmanuel Duarte Almada	Modos de relação com o ambiente, formas de manejo e saberes etnobotânicos de comunidades quilombolas, dentre elas, o Quilombo Açude na Serra do Cipó.	http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000898404 Acessado em dezembro de 2014.	46
Bernardo Gontijo. A ilusão do ecoturismo: o caso da Lapinha. Tese de doutorado. Brasília. UNB, 2003.	O modo como o turismo se desenvolveu e impacta a região da Serra do Cipó, com destaque para o Povoado Lapinha da Serra.	http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/Gontijo2003.pdf acessado em janeiro de 2015	47
CAVALHEIRO, Odilon Pancaro. Alvenaria Estrutural: Tão Antiga e tão atual. 2013. Universidade Federal de Santa Maria.	Alvenaria de barro e madeira	https://www.ceramicapalmadeouro.com.br/downloads/cavalheiro1.pdf	48

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
Dissertação de mestrado pelo Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada Quando Reza a Fé no Quilombo Matição: Família, Festas, Males e Curas Fazem Comunidade, autora Fernanda Cristina de Oliveira e Silva, 2013.	Abordagem antropológica sobre os modos da socialidade e da cosmopolítica do quilombo Matição. Genealogia da família Siqueira. Descrição de algumas das referências culturais do quilombo.	Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da Fafich-UFMG.	49
Cruz, Cícero Ferraz. Fazendas do Sul de Minas. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.	Caracterização de fazendas	http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColArq2_Fazendas_do_Sul_de_Minas_Gerais_m.pdf	50
PEREIRA, Edimilson de A.. Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual de Candombe. Belo Horizonte: Mazza; Juiz de Fora: Funalfa, 2005;	Candombe	Mazza; Juiz de Fora: Funalfa	51
TORRES, Maria Carolina; GOMES, Marina. O Candombe do Açude, suas Riquezas e transformações: de Patrimônio Cultural a Cultura do Entretenimento. Belo Horizonte: UFMG, 2007, Monografia;	Candombe	UFMG. Biblioteca.	52
ALMADA, Emmanuel Duarte. ENTRE AS SERRAS: Etnoecologia de Duas Comunidades Quilombolas no Sudeste Brasileiro. Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade, Unicamp, 2012	Etnoecologia; candombe	Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Sociedade da Unicamp	20

PUBLICAÇÕES SERIADAS

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
ANGLO AMERICAN, Diálogo Mina e Beneficiamento; Ano 1; N° 3; Junho/Julho, 2009	Distrito de Gororós (município de Dom Joaquim).	Fonte: http://www.angloamerican.com.br/~media/Files/A/Anglo-American-Brazil/Attachments/pdf/minerio-ferro-dialogo-mina-beneficiamento-edicao-03-julho-2009-retrospectiva-das-acoes-da-anglo.pdf	53
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro. “Mappa da Freguezia da Villa príncipe”. [18--]. APM-082.	Representação da fazenda Ribeirão em mapa do século XIX	Arquivo Público Mineiro.	54
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM JOAQUIM. Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural. Quadro II / Exercício 2010 Distrito de Gororós e Localidades. Temporis Arquitetura e Consultoria. 2009.	Caracterização das fazendas com coloniais mineiras encontradas no distrito de Gororós (município de Dom Joaquim).	Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.	55
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM JOAQUIM. Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural. Plano de Inventário/ Exercício 2008. Temporis Arquitetura e Consultoria. 2007	Caracterização do município de Dom Joaquim.	Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.	56

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural. Quadro II / Exercício 2004 / Fichas de Estruturas Paisagísticas Naturais / Elaboração Terra Engenharia e Patrimônio Ltda.	Caracterização da Cachoeira Três Barras - Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas.	Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.	57
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural. Quadro II / Exercício 2010 / Fichas de Bens Imateriais / Elaboração Terra Engenharia e Patrimônio Ltda	Festa do Divino Espírito Santo de Cubas - Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas.	Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.	58
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO / Quadro IV / IPAC Exercício 2005 / Fichas de Inventário de Estruturas Arquitetônicas Urbanísticas / Elaboração: Terra Engenharia e Patrimônio Ltda	Igrejinha de Cubas (Capela do Divino Espírito Santo), Fazenda Cubase Fazenda Lajinha- Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas.	Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.	59
DE FATO ON LINE. Disponível em http://www.defatoonline.com.br	Informações sobre a atuação da empresa AngloAmerican no município de Dom Joaquim. Reportagem de 19/07/2013	http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/19-07-2013/anglo-american-preve-reaproveitamento-da-agua-a-ser-usada-no-mineroduto . Acesso em dezembro de 2014.	60

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
HOJE EM DIA. Disponível em http://www.hojeemdia.com.br	Informações sobre a atuação da empresa AngloAmerican no município de Dom Joaquim. Reportagem de 06/08/2013	http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/dom-joaquim-em-pe-de-guerra-com-a-anglo-american-1.154431 . Acesso em dezembro de 2014.	61
Reis, Maria de Lourdes Costa Dias. Coroando o mês de maio, de Maria. Carranca Órgão Informativo da Comissão Mineira de Folclore – CMFL – 04-2012 – Especial – 2012.	Coroação de Nossa Senhora em Minas Gerais	Disponível em http://www.folcloreminas.com.br/CarrancaE_12.pdf Acesso em: 15/04/2016	62
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Retratos - Plantas medicinais. 2009. Ano 7. Edição 55	Plantas Medicinais	Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_	63
BRASIL. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Brasília-DF. 2007	Plantas Medicinais e Fitoterápicos	Disponível em http://www.mda.gov.br/sites/default/files/user_arquivos_64/Programa_Nacional_de_Plantas_Medicinais_e_Fitoter%C3%A1picos..pdf . Acesso em 16/04/2016	64

TEXTOS INÉDITOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E MANUSCRITOS

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
BR ARTESANATO, ARTE E CULTURA. Sítio Virtual.	Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (município de Dom Joaquim/MG); Ofícios e Modos de Fazer; Grupo Cachoeira em Arte.	http://www.brartesanato.com/artesao/820	65
EMATER-MG (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural – Minas Gerais). Sítio Virtual.	Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (município de Dom Joaquim/MG)	http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_print_conteudo&id=10834	66
IPHAN-MG. Levantamento Preliminar do INRC da Serra do Cipó / 2010	Informações (históricas e bens de referência cultural) sobre os municípios integrantes da Serra do Cipó.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência em Minas Gerais (IPHAN-MG)	67
PALMARES. Sítio Virtual da Fundação Cultural Palmares.	Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares	http://www.palmares.gov.br/?page_id=88 . Acesso em dezembro de 2014.	68

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
NESTH. Núcleo de Estudo do Trabalho (NESTH-UFMG) Diagnóstico Participativo de Agroecossistemas Associados ao Turismo Solidário no Distrito de Três Barras – Conceição do Mato Dentro – MG. 2011.	Comunidade Quilombola Três Barras Buraco e Cubas (município de Conceição do Mato Dentro/MG)	Núcleo de Estudo do Trabalho (NESTH). Universidade Federal de Minas Gerais. Sala 4224 – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Av. Antonio Carlos, 6627. Belo Horizonte - MG.	69
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Sítio Virtual.	Comunidade Quilombola Três Barras Buraco e Cubas (município de Conceição do Mato Dentro/MG).	http://cmd.mg.gov.br/sobre-a-cidade . Acesso em dezembro de 2014.	70
GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais. Observatório dos Conflitos Ambientais. Ficha Técnica. Resistência à Mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição Do Mato Dentro. 2013.	Município de Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim.	http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=253 . Acesso em dezembro de 2014.	71
ALMG. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Assembléia Informa. Abril de 2011. Ano 20.	Comunidade Quilombola Três Barras Buraco e Cubas (município de Conceição do Mato Dentro/MG).	http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/sala_imprensa/assembleia_informa/pdfs/2011/04/AI20110405.pdf	72

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório Técnico Manabi. 2014.	Comunidade Quilombola Taquaril (município de Conceição do Mato Dentro/MG).	http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/relatorios-e-pareceres-tecnicos/ . Acesso em dezembro de 2014.	73
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Sítio Virtual.	Paisagem Natural e Meio Ambiente em Conceição do Mato Dentro	http://cmd.mg.gov.br/aspectos-gerais/aspectos-fisicos-e-geograficos . Acesso em dezembro de 2014.	74
IBGE. Biblioteca virtual do IBGE.	Histórico do Município de Conceição do Mato Dentro/MG.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/conceicaomatodentro.pdf . Acesso em dezembro de 2014.	75
Dossiê de Tombamento Trilha dos Escravos – Prefeitura Municipal de Santana do Riacho – Exercício 2011	Histórico e descrição do bem Trilha dos Escravos, com informações sobre o município de referência, Santana do Riacho.	Acervo IEPHA, Belo Horizonte e Prefeitura Municipal de Santa do Riacho.	76
Relatório de Atividades Culturais Populares Associação Quilombola do Mato do Tição, ano 2014	Atividades culturais do Quilombo Matição.	Sede da Associação Quilombola Mato do Tição, Matição, Jaboticatubas.	77
PROGRAMA MONUMENTA. Cadernos de Engargos. Cadernos Técnicos 2.			

Referência	Assunto	Onde encontrar	nº
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Sítio Virtual.	Plano de Manejode Tabuleiro e Serra do Intendente	http://cmd.mg.gov.br/meio-ambiente/tabuleiro-e-serra-do-intendente-ganham-plano-de-manejo . Acesso em abril de 2016	79
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Sítio Virtual.	Notícias do Plano Diretor do município de Conceição do Mato Dentro	http://cmd.mg.gov.br/noticias/plano-diretor-e-entregue-para-votacao Acesso em 02/01/2016	80
Plano Diretor Participativo. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. 2016. Sítio Virtual.	Arquivos do Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro.	http://cmd.mg.gov.br/noticias/arquivos-revisados-do-plano-diretor . Acesso em 02/01/2016	81

